



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 443, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2024

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Farmácia, do Instituto de Saúde Coletiva, da Universidade Federal do Oeste do Pará.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto Presidencial de 20 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial da União, em 20 de abril de 2022, Edição 75-A, Seção 2, página 1; das atribuições que lhe conferem o Estatuto e o Regimento Geral da Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa; em conformidade aos autos do Processo nº 23204.013236/2023-10, proveniente do Instituto de Saúde Coletiva - Isco, e em cumprimento à decisão do egrégio Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - Consepe, tomada na 4ª reunião ordinária, realizada de forma presencial em 28 de novembro de 2024, promulga esta resolução.

Art. 1º Fica aprovado o Projeto Pedagógico do Curso - PPC de Bacharelado em Farmácia, do Isco, da Ufopa, conforme Anexo que é parte integrante e inseparável desta Resolução.

Art. 2º Fica revogada a Resolução Consepe nº 182, de 10 de fevereiro de 2017.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 20 de dezembro de 2024, com publicação na página dos Conselhos Superiores no [Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH](#).

ALDENIZE RUELA XAVIER
Presidente do Consepe



**Universidade Federal do Oeste do Pará
Instituto de Saúde Coletiva
Curso de Farmácia**

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE FARMÁCIA

SANTARÉM - 2024

SUMÁRIO

1	INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS.....	5
1.1	Mantenedora.....	5
1.2	Mantida	5
1.2.1	Identificação	5
1.2.2	Atos Legais de Constituição	5
1.2.3	Dirigente Principal da Mantida.....	5
1.2.4	Dirigentes da Universidade Federal do Oeste do Pará	5
1.3	Histórico da Universidade Federal do Oeste do Pará	6
1.4	Missão Institucional	10
1.5	Visão Institucional	10
1.6	Princípios Norteadores	10
1.7	Valores.....	11
2	INFORMAÇÕES DO CURSO	11
2.1	Dados Gerais do Curso.....	11
2.2	Justificativa	11
2.3	Concepção do Curso.....	12
2.3.1	Contexto Educacional: Articulação entre os campos do saber	13
2.3.2	Pedagogia da autonomia: Paulo Freire	13
2.4	Objetivos do curso.....	14
2.4.1	Objetivo geral do curso.....	14
2.4.2	Objetivos específicos do curso	15
2.5	Formas de ingresso no curso	15
2.6	Perfil profissional do egresso	16
2.6.1	Competências e habilidades	17
2.7	Metodologia do curso	20
2.7.1	Metodologias ativas de ensino e aprendizagem.....	21
3	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	21
3.1	Considerações iniciais	21
3.2	Funcionamento do curso.....	21
3.3	Atividades acadêmicas para a integralização do curso	21
3.4	Resumo da Estrutura Curricular	22
3.5	Componentes Curriculares	22
3.6	Ementário e Bibliografias 1º Período Curricular	24
3.7	Disciplinas optativas	65
3.8	Equivalência dos Componentes Curriculares.....	84
3.9	Atividades complementares	87
3.10	Estágio curricular supervisionado	88
3.11	Integração do curso de Farmácia com o SUS.....	88
3.12	Trabalho de Conclusão de Curso.....	89
4	TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NO PROCESSO	

ENSINO-APRENDIZAGEM.....	89
5 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DO CURSO DE FARMÁCIA.....	90
5.1 Avaliação Docente	90
5.2 Avaliação do ensino-aprendizagem.....	90
5.2.1 Revisão de prova	91
5.2.2 Frequência	91
5.2.3 Exceções.....	91
5.3 Coerência do sistema de avaliação do processo ensino-aprendizagem	92
6 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO	94
6.1 Avaliação semestral.....	94
6.2 Avaliação do corpo discente sobre o curso.....	95
6.3 Avaliação do corpo docente sobre o curso	95
6.4 Avaliação do corpo técnico-administrativo educacional	95
7 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	96
7.1 Políticas de Pesquisa	96
7.2 Políticas de extensão	97
7.3 Política de acessibilidade.....	97
7.3.1 Condições de acesso para pessoas com deficiência (PcDs).....	97
7.4 Política de ações afirmativas	99
7.5 Política de Ensino	99
8 APOIO AO DISCENTE	100
9 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	100
9.1 Apoio à participação em atividades de iniciação científica	100
10 RECURSOS HUMANOS.....	101
10.1 Apoio técnico-pedagógico	101
10.1.1 Direção do Isco.....	101
10.1.2 Coordenação do curso de Farmácia	101
10.1.3 Técnico em Assuntos Educacionais	102
10.1.4 Secretaria executiva.....	102
10.2 Organização acadêmico-administrativa	102
10.2.1 Secretaria acadêmica do Isco.....	102
10.2.2 Secretaria administrativa do Isco.....	103
10.2.3 Secretaria técnica do Isco	103
11 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS.....	103
12 ÓRGÃOS COLEGIADOS	104
12.1 Conselho do Isco	104
12.2 Colegiado do Curso de Farmácia.....	104
12.3 Núcleo Docente Estruturante do Curso de Farmácia.....	105
12.4 Comissão de monitoria do Isco.....	105
12.5 Comitê de mobilidade acadêmica externa do Isco.....	105
12.6 Núcleo de estágio do Isco.....	105

12.7 Bolsas de apoio administrativo	105
13 CORPO DOCENTE	105
14 INFRAESTRUTURA	108
14.1 Instalações gerais	108
14.2 Instalações administrativas e sala dos professores	108
14.3 Salas de aula	108
14.4 Espaço de trabalho para docentes em tempo integral	109
14.5 Espaço de trabalho para coordenação do curso	109
14.6 Auditórios.....	109
14.7 Biblioteca	109
14.8 Laboratórios	110
14.8.1 Farmácia Universitária	112
14.9 Infraestrutura de Segurança.....	112
REFERÊNCIAS.....	114
ANEXOS.....	116
ANEXO A – PORTARIA DE CRIAÇÃO DO CURSO DE FARMÁCIA	117
ANEXO B – PORTARIA SERES/MEC Nº 441/2014 – RECONHECIMENTO DO CURSO DE FARMÁCIA.....	118
ANEXO C – PORTARIA DE CONSTITUIÇÃO DO NDE DE FARMÁCIA	119
ANEXO D - PORTARIA DE CONSTITUIÇÃO DO COLEGIADO DE FARMÁCIA	120
ANEXO E – ENTIDADES EM REGIME DE CONVÊNIO COM A UFOPA	121
ANEXO F – REGULAMENTO Nº 01/2015 PARA AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES INTEGRANTES DO CURRÍCULO DO BACHARELADO EM FARMÁCIA - ISCO/UFOPA.....	134
ANEXO G – REGULAMENTO Nº 02/2015 PARA O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO(TCC) INTEGRANTE DO CURRÍCULO DO BACHARELADO EM FARMÁCIA - ISCO/UFOPA	135
ANEXO H – REGIMENTO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DOS CURSOS DO ISCO	152
ANEXO I – REGIMENTO DA FARMÁCIA UNIVERSITÁRIA.....	157
ANEXO J – ATA DE APROVAÇÃO DO PPC NO NDE DE FARMÁCIA.....	168
ANEXO L – ATA DE APROVAÇÃO DO PPC NO COLEGIADO DE FARMÁCIA	170
ANEXO M – ATA DE APROVAÇÃO DO PPC NO CONSELHO DO ISCO.....	171
ANEXO N – PORTARIA DE COORDENAÇÃO DO CURSO DE FARMÁCIA.....	175

1 INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

1.1 MANTENEDORA

Mantenedora:	Ministério da Educação						
CNPJ:	00.394.445/0003-65						
End.:	Esplanada dos Ministérios, Bloco L, 4 Andar					Nº	s/n
Bairro:	Eixo Monumental	Cidade:	Brasília	CEP:	70.050-000	UF	DF
Fone:	(61) 2022-7037 / 7822 / 7823 / 7830						
E-mail:	gabinetedoministro@mec.gov.br						

1.2 MANTIDA

1.2.1 Identificação

Mantida:	Universidade Federal do Oeste do Pará						
End.:	Rua Vera Paz					Nº	s/n
Bairro:	Salé	Cidade	Santarém	CEP	68135-110	UF	Pará
Telefone:	(93) 2101- 4911			Fax:	(93) 2101- 4912		
E-mail:	reitoria@ufopa.edu.br						
Site:	www.ufopa.edu.br						

1.2.2 Atos Legais de Constituição

Dados de Credenciamento	
Documento/Nº:	Lei nº 12.085, de 06 de novembro de 2009
Data Documento:	05 de novembro de 2009
Data de Publicação:	06 de novembro de 2009

1.2.3 Dirigente Principal da Mantida

Cargo	Reitora		
Nome:	Profª Drª Aldenize Ruela Xavier		
Telefone:	(93) 2101-4914	Fax:	
E-mail:	aldenize.xavier@ufopa.edu.br		

1.2.4 Dirigentes da Universidade Federal do Oeste do Pará

Reitora: Profª Drª Aldenize Ruela Xavier

Vice-Reitora: Profª Drª Solange Helena Ximenes Rocha

Presidente dos Conselhos Superiores Deliberativos: Profª Drª Aldenize Ruela Xavier

Pró-Reitora de Ensino de Graduação: Profª Drª Carla Marina Costa Paxiuba

Pró-Reitor de Planejamento Institucional: Prof. Dr. Cauan Ferreira Araújo

Pró-Reitor de Administração: Warlivan Salvador Leite

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica: Prof^a Dr^a Kelly Christina Ferreira Castro

Pró-Reitora de Comunidade, Cultura e Extensão: Prof^a Dr^a Ediene Pena Ferreira

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: Prof^a Msc Fabriciana Vieira Guimaraes

Pró-Reitor de Gestão Estudantil: Prof. Msc Luamim Sales Tapajós

Coordenador do Curso de Farmácia: Prof^o Dr^a Rayanne Rocha Pereira (Portaria nº 6/2023-Gabinete) – Período: 2023 - 2024

1.3 HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

A Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) foi criada pela Lei nº 12.085, de 5 de novembro de 2009, sancionada pelo Presidente da República em Exercício José Gomes Alencar da Silva e publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 6 de novembro de 2009. É uma instituição de natureza jurídica autárquica, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de ministrar o ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária. É a primeira instituição federal de ensino superior com sede no interior da Amazônia brasileira, cuja sede está localizada na cidade de Santarém-Pará, terceira maior população do Estado.

É uma universidade multicampi, além de Santarém, foi pactuado com o Mec a implantação de campus nos municípios de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná. Em Santarém, existe a Unidade Rondon, antigo campus da Universidade Federal do Pará (UFPA) e a Unidade Tapajós, antigo Núcleo Interinstitucional de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (NDSA), onde funcionava a Unidade Descentralizada da Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra Tapajós), além da Unidade Amazônia, localizada em espaço alugado e já em fase de realocação para o novo prédio na Unidade Tapajós.

A história da Ufopa inicia com o processo de interiorização dos cursos de graduação da UFPA em Santarém, efetivamente em 1971, pelo Núcleo de Educação da UFPA, criado em 14 de outubro de 1970 (Resolução nº 39/1970-Consesp/UFPA). Inicialmente, foram ofertados cursos de licenciaturas de curta duração, no período de 1971 a 1973, cujas atividades de ensino foram desenvolvidas na Escola Estadual de Ensino Médio Álvaro Adolfo da Silveira.

O Núcleo de Educação foi reativado em 1980, proporcionando que, no período de 1980 a 1983, fossem realizados novos cursos de licenciatura de curta duração e cursos de complementação de estudos para os professores da rede básica de ensino que já possuísem a licenciatura de curta duração. Posteriormente, um convênio realizado entre a UFPA e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) – em 1983 – possibilitou o início do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia. As atividades referentes a este curso foram desenvolvidas na Escola Municipal Everaldo de Souza Martins, cedida à UFPA pela Prefeitura Municipal de Santarém, onde hoje funciona a Unidade Rondon da Ufopa.

Em janeiro de 1987 a UFPA começou o processo de interiorização por meio de 8 (oito) campus universitários em municípios considerados polos de desenvolvimento do Pará: Abaetetuba, Altamira, Bragança, Cametá, Castanhal, Marabá, Santarém e Soure. Em cada um deles foram implantados cinco cursos de Licenciatura Plena – Matemática, Letras, Geografia, História e Pedagogia –, todos iniciados em janeiro de 1987. Estabeleceu-se também que os campi teriam como abrangência os 143 (cento e quarenta e três) municípios paraenses. Todos os campi da UFPA foram criados na expectativa de, no futuro, serem transformados em

Universidades. Além disso, os cursos lá disponíveis inicialmente funcionavam no período intervalar, com os professores sendo deslocados do campus de Belém.

Com a finalidade de dar um caráter permanente às ações da UFPA no município de Santarém, no princípio da década de 90, deu-se início à implantação de cursos em caráter permanente, com corpo docente próprio.

Em 2000, foi elaborado um projeto de transformação do Campus Universitário da UFPA em Santarém no Centro Universitário Federal do Tapajós, como estratégia para criação da Universidade Federal do Tapajós.

No ano de 2003 começou o processo de interiorização da Ufra com a criação da Unidade Descentralizada do Tapajós (Ufra Tapajós). O Campus da Ufra Tapajós começou a funcionar nas instalações do Centro de Tecnologia Madeireira (CTM) da Sudam, o qual em 20/12/2005 passou a ser denominado de NDSA.

Em 2006, foi apresentado um Projeto Legislativo no Senado Federal, com o objetivo de criar duas Universidades Federais nos Estado do Pará, sendo uma com sede em Santarém e outra com sede em Marabá.

Em solenidade comemorativa aos 50 anos da UFPA, ocorrida no Teatro da Paz em Belém-Pará, em 2 de julho de 2007, o então Reitor Alex Fiúza de Melo entregou ao Ministro da Educação Fernando Haddad o projeto de criação e implantação da Ufopa. Posteriormente, os Ministros da Educação Fernando Haddad e do Planejamento Paulo Bernardo da Silva encaminharam a Exposição de Motivos Interministerial nº 332/2007/MP/MEC ao Exmo. Senhor Presidente da República em 11 de dezembro de 2007. Isso possibilitou que, em fevereiro de 2008, o Projeto de Lei - PL 2879/2008 propondo a Criação da Ufopa fosse enviado ao Congresso Nacional.

A Sesu/MEC (Secretaria de Educação Superior/ Ministério da Educação) instituiu a Comissão de Implantação da Ufopa, pela Portaria nº 410, de 3 de junho de 2008, com a finalidade de realizar estudos e atividades para o planejamento institucional, a organização da estrutura acadêmica e curricular, administração de pessoal, patrimônio, orçamento e finanças, visando atender os objetivos previstos no Projeto de Lei nº 2879/2008. O Ministro da Educação instalou a comissão e empossou o seu presidente, Prof. Dr. José Seixas Lourenço, no dia 4 de julho de 2008.

Nesta mesma data, foi instituído um Conselho Consultivo integrado pelo Governo do Estado do Pará (Vice-Governador, Sedect, Fapespa, Seduc, Sepaq, Sids e Ideflor), Sudam, Banco da Amazônia, UFPA, Ufra e Prefeitura Municipal de Santarém, que prestou primoroso apoio à Comissão de Implantação.

Durante todo o processo de implantação da Ufopa, foi realizada uma ampla discussão com a comunidade acadêmica local e regional, dentre as quais destacamos os Seminários realizados em Santarém, nos dias 14 e 15 de agosto de 2008, denominados “Pensando em uma Nova Universidade, modelos inovadores de formação de recursos humanos” e “Santarém: Polo de Conhecimento, Catalisador do Desenvolvimento Regional”. Participaram desse Seminário Reitores e Dirigentes das mais destacadas instituições de ensino e pesquisa do país, dirigentes da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC), Coordenação de Aperfeiçoamento de Ensino Superior (Capes/MEC), Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Academia Brasileira de Ciências (ABC), Governo do Estado do Pará, Prefeitura Municipal de Santarém, docentes, técnicos administrativos e discentes.

Os resultados dessas discussões foram sintetizados no Projeto de Implantação (1ª

Edição) da Universidade Federal da Integração Amazônica (Uniam), entregue ao Ministro da Educação Fernando Haddad, em dezembro de 2008, em Belém–Pará. Esse projeto, além de propor a mudança de nome da Universidade, apresentou uma arquitetura administrativa e acadêmica inovadora, flexível, interdisciplinar, empreendedora, eficiente, integrando sociedade, natureza e desenvolvimento.

No dia 6 de novembro de 2009, foi publicada no DOU a Lei nº 12.085/2009, que criou a Ufopa, por desmembramento dos campi da UFPA e da Ufra/Polo Tapajós. Já em 5 de dezembro de 2009, sob a presidência do Reitor da UFPA, instituição tutora da Ufopa, foi instalado o Conselho Consultivo da Ufopa, com a finalidade de manter um canal de comunicação com a sociedade.

A Ufopa foi criada em um contexto político e educacional direcionado pelo estreitamento das políticas de expansão e organização do ensino superior com as diretrizes internacionais ditadas pela Unesco (1998) e contidas na Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: visão e ação, entre as quais estava o Programa de Apoio ao Reuni, que tinha como objetivo ampliar o acesso e a permanência do maior número de estudantes na educação superior, primando pela qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento das estruturas físicas e dos recursos humanos já disponíveis.

A criação da universidade instalada no interior da Amazônia foi motivada por vários fatores, entre eles a relevância do acesso ao ensino superior, a inclusão social e o aumento dos investimentos em ciência, tecnologia e inovações. Fatores necessários para garantir a formação de recursos humanos de alto nível e profissionais qualificados e capazes de contribuir para a solução dos grandes desafios colocados ao país em relação à Amazônia, em defesa da diversidade étnico-racial e dos seus recursos naturais.

O primeiro processo seletivo para ingresso de estudantes nos cursos de graduação ocorreu ainda em 2010, sob a responsabilidade da UFPA, e ofertou 340 vagas distribuídas em 8 (oito) cursos de graduação (Direito, Ciências Biológicas, Pedagogia, Letras – Língua Portuguesa, Física Ambiental, Matemática, Geografia e Sistemas de Informação) e mais 30 (trinta) vagas ofertadas pela Ufra no curso de Engenharia Florestal. Neste mesmo ano, a Ufopa adere ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), ofertando cursos de licenciatura em Santarém, nos municípios onde seriam instalados os Campi da Ufopa e no município de Almeirim, que faz parte da área de abrangência da Instituição.

Em 2011, foi realizado o seu primeiro processo seletivo próprio para os cursos de graduação utilizando as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A Ufopa apresentava à sociedade uma proposta acadêmica estruturada em um sistema inovador pautado nos princípios da interdisciplinaridade, da flexibilidade curricular, da formação continuada e da mobilidade acadêmica, numa formação em ciclos.

Nos primeiros anos de funcionamento, a Ufopa contava com 44 (quarenta e quatro) cursos de graduação com alunos vinculados, sendo 19 (dezenove) bacharelados específicos, 4 (quatro) licenciaturas integradas, 10 (dez) licenciaturas, 6 (seis) bacharelados interdisciplinares e 5 (cinco) licenciaturas financiadas pelo Parfor. Além desses, encontravam-se em funcionamento na instituição 6 (seis) cursos de mestrado, 2 (dois) de especialização e 2 (dois) de doutorado.

Em 2012, a Ufopa obteve a aprovação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para ofertar o primeiro curso de doutorado interdisciplinar da Instituição, na área de Sociedade, Natureza e Desenvolvimento, e para realizar, em parceria com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) um Doutorado Interinstitucional (Dinter) em Educação, com a finalidade de qualificar 18 (dezoito) dos seus professores.

A Instituição promoveu a aula inaugural do seu primeiro curso de doutorado em 2013, quando também apresentou à comunidade o seu primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2012-2016, aprovou no Conselho Universitário (Consun) o Estatuto Geral da Universidade, criou o Instituto de Saúde Coletiva (Isco) e realizou a primeira consulta à comunidade acadêmica para a escolha de reitor e vice-reitor.

A primeira reitoria foi escolhida pela comunidade universitária em 2014. Neste ano, foi realizada a reestruturação administrativa e didático-pedagógica da Universidade, que ajustou o percurso acadêmico dos estudantes, sem, no entanto, alterar o princípio pedagógico da interdisciplinaridade - o ingresso dos estudantes nos cursos de graduação passava a ser de forma direta no curso, e não mais sob a responsabilidade do Centro de Formação Interdisciplinar (CFI). Nesse ano foi realizada eleição para escolha dos membros dos Conselhos Superiores e para a direção dos institutos e foi iniciado o processo de credenciamento da Instituição.

Em 2015, foram ofertadas vagas para os cursos de graduação fora da sede, nos campi de Oriximiná e de Óbidos. Nos campi de Alenquer, Juruti, Itaituba e Monte Alegre, essa oferta de vagas nos cursos de graduação só ocorreu no fim de 2017.

Em 2016, a Instituição recebia a visita de uma comissão de avaliação externa do MEC como parte do seu processo de credenciamento. No dia 14 de outubro de 2016, foi publicado o relatório de avaliação com conceito 4 obtido na Avaliação de Credenciamento Institucional do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Em 12 de julho de 2018, foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 666/2018, que credenciava a Ufopa, por mais 8 (oito) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017. Essa avaliação foi um importante passo para o crescimento institucional e para serem pensadas as fragilidades que precisam de atenção especial, visando a um conceito ainda melhor nas avaliações subsequentes.

Em 2017 foi realizada a segunda consulta para os cargos dos atuais reitor e vice-reitora, eleitos em um processo democrático para cumprir o mandato de quatro anos (2018-2022). Em 2018, a Ufopa elaborou seu calendário de obras com base no Plano Emergencial de Infraestrutura (PEI). Tal plano visa construir infraestrutura própria tanto na sede Santarém quanto nos campi de Alenquer e Itaituba, descontinuando dessa forma, os contratos de aluguéis que giravam em torno de R\$ 6 milhões, colocando a Ufopa como uma das universidades que mais pagavam aluguéis entre as Ifes. Assim, foram retomadas as obras do Bloco Modular Tapajós (BMT), destinado tanto para as atividades acadêmicas quanto para as administrativas, inaugurado em maio de 2019; e do RU, já em pleno funcionamento. Além da retomada dessas obras, outras obras de importância foram licitadas e iniciadas em Santarém, na Unidade Tapajós: o Núcleo de Salas de Aula (NSA), já em funcionamento e com o segundo bloco em construção, o Núcleo Tecnológico de Laboratórios (NTL), já em funcionamento, a 2ª fase do BMT já concluída e a 3ª fase iniciada, assim como a construção dos modulares dos campi de Alenquer e de Itaituba e a conclusão do Campus de Juruti.

Desde a sua criação, a Ufopa tem contribuído para as regiões oeste do Pará e amazônica com inserção na formação de profissionais qualificados, no desenvolvimento de pesquisas, na realização de atividades de extensão, no desenvolvimento tecnológico e na produção de inovações em diversos níveis. A busca pela consolidação de sua infraestrutura física tem produzido investimentos que contribuem para dinamizar a economia local. Além disso, seus processos seletivos têm possibilitado a inclusão de grupos populacionais tradicionalmente marginalizados, o que possibilita justiça social.

1.4 MISSÃO INSTITUCIONAL

Socializar e produzir conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia, que consta no PDI 2019-2023.

1.5 VISÃO INSTITUCIONAL

Ser referência na produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e interdisciplinar para contribuir com o desenvolvimento regional sustentável por meio da formação de cidadãos. (PDI 2019-2023).

1.6 PRINCÍPIOS NORTEADORES

São princípios norteadores da formação na Ufopa:

Responsabilidade Social e Pública: orientada pelos valores básicos da humanidade, como democracia, justiça, solidariedade e respeito à diversidade, deve a Ufopa formar e empreender esforços para desenvolver processos de atuação inclusivos, que favoreçam o acesso de pessoas que tradicionalmente têm a universidade fora do seu alcance. Que as ações da Ufopa sejam fecundas pelo respeito aos valores humanos e pelo fortalecimento das populações amazônicas;

Pertinência: comprometer-se com a redução das desigualdades e o desenvolvimento integral da sociedade, além de buscar atender às necessidades da população, cooperando com as demais instâncias públicas e privadas nos projetos de maior interesse da sociedade, no que diz respeito a proporcionar o desenvolvimento sustentável da região, com o fortalecimento principalmente da capacidade local para inovações que propiciem o uso sustentável da biodiversidade amazônica;

Relevância Científica, Artística e Social: por meio de uma ação holística através de programas, conferindo unidade às ações de ensino, pesquisa, extensão e diferentes manifestações artísticas, a Ufopa deverá comprometer-se a produzir e difundir conhecimento científico relevante, atendendo à universalidade do conhecimento, mais com a preocupação da pertinência local; **Justiça e Equidade:** os processos praticados nos programas da Ufopa deverão ter como finalidade a construção de uma sociedade solidária, facilitando o acesso à educação para grupos desfavorecidos pelas condições sociais e pelas distâncias amazônicas;

Inovação: precisamos desenvolver uma nova relação com o conhecimento para ir além das -explicações científicas, assumindo compromissos com a eficiência econômica da sociedade, compartilhando estes conhecimentos e proporcionando a qualificação produtiva da mesma. Nessa perspectiva, a Ufopa deve desenvolver a capacidade de inovação contínua diante das transformações da sociedade e da ciência, exercitando a capacidade para compreender as novas demandas fundamentais da sociedade, em termos produtivos, priorizando aqueles que tenham maior relevância social e aumentando a interatividade com o mundo empresarial e do trabalho;

Internacionalização e Interatividade: a Ufopa mantém colaboração permanente com outras instituições nacionais e internacionais, além de institutos de pesquisa. Este é um mecanismo fundamental para a consolidação da Universidade, dando uma dimensão internacional aos seus programas. Para isso, é fundamental a articulação institucional com agências nacionais e internacionais, especialmente no âmbito do programa “Ciências sem Fronteiras” do Governo brasileiro. (PDI 2019-2023)

1.7. VALORES

- Democracia e pluralismo;
- Inclusão;
- Compromisso ambiental;
- Ética;
- Autonomia. (PDI 2019-2023).

2 INFORMAÇÕES DO CURSO

2.1 DADOS GERAIS DO CURSO

Endereço de oferta do curso	Av. Vera Paz S/Nº, Bairro: Salé				
Denominação do Curso	Bacharelado em Farmácia				
Turno de funcionamento/n. de vagas anuais	Integral	Matutino	Vespertino	Noturno	Totais
	40				40
Modalidade	Presencial				
Regime de matrícula	Semestral				

Duração do curso	Carga Horária Total(Horas)	Tempo Mínimo	Tempo Máximo
	4.200	10 (dez) semestres	15 (quinze) semestres

2.2 JUSTIFICATIVA

A região Oeste do Pará é atualmente foco de muitos interesses e ações de diferentes atores nas escalas local, regional, nacional e global. A região possui inúmeras características que a diferencia das demais regiões do país, tanto no que diz respeito a aspectos socioeconômicos e demográficos como ambientais e geográficos. Dentre essas particularidades destacam-se a baixa densidade demográfica e distribuição desigual da população e da renda, hábitos de consumo e cultura diversificados, tudo associado a uma gigantesca biodiversidade.

Baseado neste contexto, surge dentro da Ufopa, a necessidade de um espaço voltado para o enfrentamento das necessidades de saúde da população, permeado por alguns marcos conceituais importantes dentro da Saúde Coletiva, como o cruzamento entre os diferentes saberes e práticas da população, a ênfase na integralidade e equidade do Sistema Único de Saúde (SUS), a superação do biologicismo e do modelo clínico hegemônico, assim como, a valorização social, a convivência e a formação de laços entre a população e os profissionais da saúde e o estabelecimento de uma atenção básica voltada para a lógica do cuidado e não da doença, contrariando a medicalização e o “mercado da cura”. Dentro dessa perspectiva, foi criado o Isco com o objetivo de promover uma formação de recursos humanos qualificados no interior da Amazônia mais precisamente no oeste do Pará, e contribuir para a melhoria da qualidade de vida local.

O Curso de Farmácia da Ufopa orienta-se pela concepção de um profissional que atenda às demandas da região oeste do Estado do Pará. Fundamentados no conceito de Diretrizes Curriculares para os Cursos da área de saúde, objetiva-se delinear uma estrutura formativa que

conduza ao desenvolvimento das competências e habilidades profissionais que atendem as demandas regionais e impulse seu desenvolvimento, ou seja, um profissional farmacêutico competente e técnica, científica e socialmente comprometido com a prevenção e promoção da saúde da população. Tal concepção associada aos princípios propostos na Política Nacional de Medicamentos, articulada como suporte a garantia da Assistência Farmacêutica para toda a população, evidenciaram a estruturação do currículo que atenda o estabelecido pela Resolução CNE/CES 6, de 19 de outubro de 2017 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia. O profissional formado em Farmácia pela Ufopa encontrará um vasto campo de atividades presentes no Estado do Pará, particularmente na Região Oeste. Existe, portanto, demanda de profissionais qualificados em empresas públicas e privadas, além daqueles capacitados para gerir seus próprios empreendimentos. Ademais, a grande biodiversidade presente em nossa região, contribuirá para o ensino, pesquisa e extensão, onde será dado ênfase a utilização de produtos naturais, etnofarmacologia e fitoterapia, sem prejuízos do caráter generalista do profissional farmacêutico a ser formado por esta universidade.

Atendendo aos princípios da flexibilização curricular e da interdisciplinaridade, o currículo do curso é composto por componentes curriculares comuns e fundamentais para a formação profissional em saúde no Brasil e que abarca as ciências biológicas e a saúde pública de modo global, e componentes curriculares de Formação Específica direcionada às ciências farmacêuticas.

Na Formação Específica, as atividades acadêmicas obrigatórias estão subdivididas de forma a permitir a valorização de grandes áreas do conhecimento farmacêutico, com maior igualdade de pesos entre estas, integrando os conteúdos básicos, de formação geral e profissionalizante. Desse modo será permitido ao acadêmico vivenciar os conteúdos programáticos de forma integrada, estimulando seu desenvolvimento e o aperfeiçoamento de habilidades individuais. Já as disciplinas optativas pertencentes a esse ciclo, possibilitam ao discente um aprofundamento nas questões referentes à sua área de maior interesse.

Ressalta-se que além dos Componentes Curriculares elencados na Matriz do Curso de Farmácia, ainda há o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), como componente curricular obrigatório.

2.3 CONCEPÇÃO DO CURSO

No Brasil, como em todas as demais partes do mundo, a Farmácia iniciou-se nas Faculdades de Medicina, e, por muito tempo foi facultado ao médico o exercício das atividades farmacêuticas. A evolução das Ciências Farmacêuticas se deu gradativamente, e o profissional farmacêutico é hoje reconhecido no mundo todo como um profissional de renomado saber, detentor de conhecimentos técnicos e científicos e ao qual se atribui um papel fundamental na promoção de saúde.

Conforme estudo do Conselho Federal de Farmácia,

“O setor privado no Brasil, que oferece cursos de graduação em Farmácia, é muito maior do que o público. Isto é preocupante, na medida em que as instituições privadas são as que têm o maior número de alunos com poder aquisitivo mais baixo, tendo em vista que os alunos não tiveram condição de frequentar cursos de primeiro e segundo graus de qualidade e não conseguem muitas vezes ingressar na universidade pública, onde a concorrência é muito maior. As instituições privadas estão entre as que apresentam o menor número de carga horária total do curso e muitas vezes com deficiência de conteúdos profissionalizantes que influenciam diretamente na formação do profissional e na preparação do mesmo para enfrentar o mundo do trabalho. Além disso, também têm menor número de professores fazendo

parte do quadro docente, em relação às instituições públicas.” (FERNANDES, 2008, p. 42)

No Brasil tem sido implementadas medidas voltadas ao fortalecimento do papel deste profissional. Várias resoluções assinadas pelo Conselho de Classe vêm contribuindo para o aprimoramento das atividades do farmacêutico¹, e o exercício da profissão farmacêutica é regulamentado pela Lei nº 3.820, de 11/11/1960, e pelo Decreto Federal nº 85.878, de 07/04/1981, que a regulamenta.

2.3.1 Contexto Educacional: Articulação entre os campos do saber

Conforme Philippi Jr. e Neto (2011), na prática pedagógica, onde a lógica disciplinar ainda é constante, surge a necessidade da articulação entre os vários campos de saber para a melhor compreensão de uma problemática, nesse contexto, a interdisciplinaridade busca respostas aos limites do conhecimento simplificador, dicotômico e disciplinar, passando a ser um modo inovador na produção de conhecimento e uma exigência dos currículos contemporâneos em todos os níveis, etapas e modalidades educacionais.

Atualmente há a necessidade que os alunos se ajustem às novas demandas de aprendizagem que a sociedade do conhecimento impõe, como lidar com a complexidade, por exemplo. É saber lidar constantemente com a dúvida e estar em permanente reconstrução. Pode-se dizer que o mundo atravessa por um momento de mudanças e apela por novos paradigmas, novas formas de pensar, de fazer pesquisa, mas sobretudo, por novas formas de ensino.

Para uma educação interdisciplinar é importante que sejam resgatados os diversos conteúdos educativos esquecidos ao longo dos tempos pelos currículos, os diferentes métodos e contextos culturais, as redes de comunicação e a distribuição dos espaços e tempos educativos, assim como, o planejamento pedagógico e didático. É importante uma educação que construa uma metodologia ativa e considere o conhecimento como uma ação incorporada e não como um simples armazenamento de ideias. Acima de tudo, uma educação que ensine a pensar, e a pensar sobre o já pensado, aprendendo a aprender e forme não somente profissionais, mas cidadãos que estejam abertos às diferenças, ao diálogo e ao desconhecido.

2.3.2 Pedagogia da autonomia: Paulo Freire*

A Pedagogia da Autonomia (Freire, 1996) resulta da convergência de distintas fontes teóricas, a partir de concepções do processo pedagógico como prática ativa de ensino-aprendizagem, oriundas principalmente da escola filosófica do pragmatismo. Em sua versão politicamente mais articulada, formulada na segunda metade do Século XX por Paulo Freire, já sob forte influência da fenomenologia, essa abordagem compreende uma perspectiva contextual aplicada à alfabetização e níveis fundamentais de educação.

O pensamento de Paulo Freire² parte do princípio de que, nas sociedades modernas, a educação assume duas funções sociais antagônicas e contraditórias: educação para a libertação ou para a domesticação. Esse entendimento resulta de outros dualismos que fundamentam a

¹ Conselho Federal de Farmácia. <http://www.cff.org.br>

* Este subcapítulo, que trata da Pedagogia da autonomia de Paulo Freire, tem como referência o Plano Orientador da Universidade Federal do Sul da Bahia. O mesmo conta com a devida autorização de seu Reitor Prof. Dr. Naomar Monteiro de Almeida Filho e da Prof. Dra. Denise Coutinho.

² Sintetizado em duas obras principais: FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967; FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

perspectiva freireana da educação popular, como sabedoria popular versus conhecimento científico ou estado versus sociedade civil. Distanciando-se da filosofia pragmatista, Freire valoriza o conceito e a prática do diálogo e reflexão como mediação para atenuar esse dualismo, em direção a uma reconciliação ou síntese.

A partir da década de 1980, a ênfase do pensamento freireano transfere-se para as pedagogias participativas ou ativas como metodologia dialética de ação e reflexão – em outras palavras, uma práxis visando à transformação do sujeito humano. Trata-se de uma reflexão crítica sobre a relação entre educadores e educandos como sujeitos autônomos e corresponsáveis. Freire enfatiza práticas pedagógicas orientadas por uma postura política de humanismo crítico e de ética universalista, com o objetivo de desenvolver autonomia, competência e capacidade crítica num contexto de valorização da cultura.³

Nesse foco, educação não significa mero conjunto de atos de transmissão de conhecimentos, mas sim criação de oportunidades para a construção coletiva de saberes. Ensinar-aprender conforma um processo socialmente construído de práticas de formação, nas quais o educando se torna sujeito de seu conhecimento e, em ações mediadas pelo educador, ambas as partes aprendem. Mas a autonomia plena não faz do espaço pedagógico um lugar de permissividade; pelo contrário, no registro da autonomia o professor orienta e coordena atividades, criando condições para a prática educativa se efetivar, estimulando em seus estudantes responsabilidade e consciência crítica.

Embora o pensamento político de Freire seja amplamente reconhecido, ainda há uma lacuna na literatura especializada sobre a aplicabilidade de sua metodologia pedagógica criativa na Educação Superior. Apesar disso, a proposição de educação para adultos de Paulo Freire traz uma contribuição implícita de grande potencial. Neste caso, deve-se observar, nos modelos pedagógicos propostos e desenvolvidos, uma preocupação radical com a autonomia dos sujeitos num processo educativo contextualizado.

2.4 OBJETIVOS DO CURSO

São objetivos do Curso de Farmácia da Ufopa:

2.4.1 Objetivo geral do curso

O curso de Farmácia tem como objetivo geral formar profissionais Farmacêuticos, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, para atuar em todos os níveis de atenção à saúde, com base no rigor científico. Profissionais capacitados ao exercício de atividades referentes aos fármacos e medicamentos, às análises clínicas e toxicológicas e ao controle, produção e análise de alimentos, pautado em princípios éticos e na compreensão da realidade social, cultural e econômica de nossa região, direcionando sua atuação para a transformação da realidade em benefício da sociedade, integrando as ciências exatas, biológicas, biotecnológicas, da saúde, humanas e sociais. Assim, despertando, já nos primeiros períodos do Programa Curricular, o interesse para o empreendedorismo, desenvolvimento de competências e habilidades gerais, recebendo informações sobre os princípios e fundamentos da profissão, ressaltando sua importância, a responsabilidade do papel social e o compromisso com a cidadania.

³ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia – Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

2.4.2 Objetivos específicos do curso

O curso de Farmácia tem como objetivos específicos formar farmacêuticos capazes de:

a) Elaborar estudos e projetos, relativos a instalações industriais, linhas de processamento, equipamentos e processos tecnológicos para a industrialização das matérias-primas naturais de origem vegetal, animal ou microbiológica.

b) Participar da administração, direção e fiscalização de instalações fabris encarregadas das atividades de transformação, preservação, armazenamento, transporte e comercialização de produtos naturais e seus derivados.

c) Produzir e desenvolver novos produtos farmacêuticos baseados na Biodiversidade Amazônica (Flora e Fauna, inclusive a Microbiológica), corantes naturais, substâncias medicinais outóxicas de plantas e produtos derivados de microorganismos, subprodutos da pecuária, pesca e cereais, madeiras e sementes oleaginosas e seus derivados e ainda no tratamento de resíduos industriais entre outras;

d) Formar profissionais farmacêuticos comprometidos em desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde tanto em nível individual quanto coletivo.

e) Formar profissionais capacitados para atuar na região oeste do estado do Pará atendendo a demanda da falta desses profissionais na região.

2.5 FORMAS DE INGRESSO NO CURSO

O ingresso do discente ocorre por meio de processo seletivo, regulamentado em edital organizado por uma Comissão Permanente de Processos Seletivos (CPPS) e publicado anualmente pela Reitoria da Ufopa. A inscrição no Processo Seletivo da Ufopa requer, necessariamente, a inscrição prévia no Enem.

De acordo com o artigo 141 do Regimento Geral da Ufopa, aprovado mediante Resolução Consun nº 55/2014, de 22 de julho de 2014, a admissão aos cursos de Graduação da Ufopa será feita mediante processo seletivo, aberto a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou estudos equivalentes, consoante o disposto na legislação aplicável e nas normas do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe).

Além disso, os processos seletivos para ingresso na Ufopa obedecem às disposições estabelecidas na Lei nº 12.711/2012 (Lei de cotas para o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio). Atualmente, existem duas modalidades de processos seletivos para ingresso em cursos de graduação da Ufopa, conforme publicado em seu Regimento Geral, a saber:

a) Processo Seletivo Regular (PSR)

A Ufopa vem adotando como critério de seleção para os candidatos inscritos no PSR o resultado do Enem aplicado nos dois últimos anos, sendo que serão admitidos à Ufopa os candidatos portadores de certificados de conclusão de ensino médio ou equivalente, além dos que concluíram o ensino superior em cursos autorizados ou reconhecidos pelo MEC.

b) Processo Seletivo Especial (PSE)

O PSE é uma modalidade de seleção diferenciada através do qual serão ofertadas as vagas reservadas exclusivamente a candidatos indígenas e quilombolas para admissão no semestre inicial do Curso de Farmácia, cada um com edital próprio e etapas específicas, de acordo com a Resolução Consepe nº 369, de 09 de dezembro de 2021, que aprovou a

regulamentação para a realização dos Processos Seletivos Especiais de Ingresso nos Cursos da Ufopa.

Importante salientar que o Curso de Farmácia, oferece a preparação inicial dos acadêmicos indígenas, de acordo com a Resolução Consepe nº 194, de 24 de abril de 2017, que aprovou o Projeto de Formação Básica Indígena da Ufopa (FBI), hoje vinculado ao Instituto de Formação Interdisciplinar e Intercultural (IFII).

Em conformidade com o Regimento de Graduação da Ufopa, Resolução Consepe nº 331, de 28 de setembro de 2020, além das duas formas anteriormente mencionadas, pode-se garantir ingresso ao curso de Bacharelado em Farmácia, desde que amparado por editais específicos:

- Via mobilidade acadêmica interna;
- Via mobilidade acadêmica externa;
- Via Transferência *ex officio*;
- Via programas governamentais específicos;
- Outras formas de ingresso desde que aprovadas pelo Consepe.

2.6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O Curso de Graduação em Farmácia da Ufopa fundamenta-se na Resolução CNE/CES nº 6, de 19 de outubro de 2017 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia. O referido curso tem como perfil do formando o egresso/profissional, o Farmacêutico, profissional da área de Saúde, com formação centrada nos fármacos, nos medicamentos e na assistência farmacêutica, e, de forma integrada, com formação em análises clínicas e toxicológicas, em cosméticos e em alimentos, em prol do cuidado à saúde do indivíduo, da família e da comunidade.

A formação deve ser pautada em princípios éticos e científicos, capacitando-o para o trabalho nos diferentes níveis de complexidade do sistema de saúde, por meio de ações de prevenção de doenças, de promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como em trabalho de pesquisa e desenvolvimento de serviços e de produtos para a saúde. Conforme consagra o objetivo geral do Curso pertinente a este Projeto Pedagógico, o egresso deverá ter uma formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, para atuar em todos os níveis de atenção à saúde, com base no rigor científico e intelectual. A formação deverá ainda, capacitá-lo ao exercício de atividades referentes aos fármacos e aos medicamentos, às análises clínicas e toxicológicas e ao controle, produção e análise de alimentos, pautado em princípio sépticos e na compreensão da realidade social, cultural e econômica da região oeste do Estado do Pará, dirigindo sua atuação para a transformação da realidade em benefício da sociedade. Este profissional deverá ter um sólido conhecimento científico e técnico para garantir sua integração plena ao mercado de trabalho, acompanhando os avanços em sua área específica a fim de manter-se sempre atualizado, levando em conta o processo contínuo da educação. Deve ainda demonstrar autonomia e capacidade de responder às demandas sociais.

O Farmacêutico egresso da Ufopa deverá ser dotado de conhecimentos necessários ao exercício de atribuições profissionais das quais se destacam:

a) Atenção à saúde: os profissionais de saúde, dentro de seu âmbito profissional, devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde tanto em nível individual quanto coletivo. Cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde, sendo

capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para os mesmos. Os profissionais devem realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética, tendo em conta que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico, mas sim, com a resolução do problema de saúde, tanto em nível individual como coletivo.

b) Pesquisa, desenvolvimento e produção de medicamentos, fitoterápicos, fitofármacos, cosméticos, nutracêuticos e insumos para alimentos funcionais baseados nos produtos naturais da biodiversidade amazônica.

c) Avaliação, formulação, produção, armazenamento, controle e garantia de qualidade de produtos farmacêuticos, tais como insumos e biofármacos (de origem biotecnológica, sintética ou natural), cosméticos e cosmeceuticos, saneantes e domissanecantes e correlatos, nutracêuticos e alimentos funcionais, de formas e produtos farmacêuticos e tecnologias aplicadas à área da saúde, dentre outros;

d) Na atuação multiprofissional atuando no planejamento, administração e gestão de serviços e setores de atuação farmacêuticos, cosméticas, análises clínicas e alimentos.

e) Tomada de decisões: o trabalho dos profissionais de saúde deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões visando o uso apropriado, eficácia e custo-efetividade, da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas. Para este fim, os mesmos devem possuir competências e habilidades para avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas.

2.6.1 Competências e habilidades

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Farmácia (Resolução CNE/CES nº 6, de 19 de outubro de 2017), em seu artigo 4º, a formação do Farmacêutico tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades gerais:

a) Atenção à saúde: os profissionais de saúde, dentro de seu âmbito profissional, devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde tanto em nível individual quanto coletivo. Cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde, sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para os mesmos. Os profissionais devem realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética, tendo em conta que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico, mas sim, com a resolução do problema de saúde, tanto em nível individual como coletivo;

b) Tomada de decisões: o trabalho dos profissionais de saúde deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões visando o uso apropriado, eficácia e custo-efetividade, da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas. Para este fim, os mesmos devem possuir competências e habilidades para avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;

c) Comunicação: os profissionais de saúde devem ser acessíveis e devem manter a confidencialidade das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral. A comunicação envolve comunicação verbal, não-verbal e habilidades de escrita e leitura; o domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira e de tecnologias de comunicação e informação;

d) Liderança: no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais de saúde

deverão estar aptos a assumirem posições de liderança, sempre tendo em vista o bem estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz;

e) Administração e gerenciamento: os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe de saúde;

f) Educação permanente: os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Desta forma, os profissionais de saúde devem aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, inclusive, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico-profissional, a formação e a cooperação através de redes nacionais e internacionais.

O artigo 5º da Resolução CNE/CES nº 6, de 19 de outubro de 2017, consagra a necessária articulação entre conhecimentos, competências, habilidades e atitudes, para contemplar o perfil do egresso, devendo a formação estar estruturada nos eixos: **Cuidado em saúde; tecnologia e inovação em saúde e gestão em saúde**, devendo o farmacêutico adquirir os conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades específicas:

- Cuidado em Saúde

I - Acolhimento do indivíduo, verificação das necessidades, realização da anamnese farmacêutica e registro das informações referentes ao cuidado em saúde, considerando o contexto devida e a integralidade do indivíduo;

II - Avaliação e o manejo da farmacoterapia, com base em raciocínio clínico, considerando necessidade, prescrição, efetividade, segurança, comodidade, acesso, adesão e custo;

III - Solicitação, realização e interpretação de exames clínico-laboratoriais e toxicológicos, verificação e avaliação de parâmetros fisiológicos, bioquímicos e farmacocinéticos, para fins de acompanhamento farmacoterapêutico e de provisão de outros serviços farmacêuticos;

IV - Investigação de riscos relacionados à segurança do paciente, visando ao desenvolvimento de ações preventivas e corretivas;

V - Identificação de situações de alerta para o encaminhamento a outro profissional ou serviço de saúde, atuando de modo que se preserve a saúde e a integridade do paciente;

VI - Planejamento, coordenação e realização de diagnóstico situacional de saúde, com base em estudos epidemiológicos, demográficos, farmacoepidemiológicos, farmacoeconômicos, clínico-laboratoriais e socioeconômicos, além de outras investigações de caráter técnico, científico e social, reconhecendo as características nacionais, regionais e locais;

VII - Elaboração e aplicação de plano de cuidado farmacêutico, pactuado com o paciente e/ou cuidador, e articulado com a equipe interprofissional de saúde, com acompanhamento da sua evolução;

VIII - Prescrição de terapias farmacológicas e não farmacológicas e de outras intervenções, relativas ao cuidado em saúde, conforme legislação específica, no âmbito de sua

competência profissional;

IX - Dispensação de medicamentos, considerando o acesso e o seu uso seguro e racional;

X - Rastreamento em saúde, educação em saúde, manejo de problemas de saúde autolimitados, monitorização terapêutica de medicamentos, conciliação de medicamentos, revisão da farmacoterapia, acompanhamento farmacoterapêutico, gestão da clínica, entre outros serviços farmacêuticos;

XI - Esclarecimento ao indivíduo, e, quando necessário, ao seu cuidador, sobre a condição de saúde, tratamento, exames clínico-laboratoriais e outros aspectos relativos ao processo de cuidado;

XII - Busca, seleção, organização, interpretação e divulgação de informações, que orientem a tomada de decisões baseadas em evidências científicas, em consonância com as políticas de saúde;

XIII - Promoção e educação em saúde, envolvendo o indivíduo, a família e a comunidade, identificando as necessidades de aprendizagem e promovendo ações educativas;

XIV - Realização e interpretação de exames clínico-laboratoriais e toxicológicos, para fins de complementação de diagnóstico e prognóstico;

XV - Prescrição, orientação, aplicação e acompanhamento, visando ao uso adequado de cosméticos e outros produtos para a saúde, conforme legislação específica, no âmbito de sua competência profissional;

XVI - Orientação sobre o uso seguro e racional de alimentos, relacionados à saúde, incluindo os parenterais e enterais, bem como os suplementos alimentares e de plantas medicinais fitoterápicas de eficácia comprovada;

XVII - Prescrição, aplicação e acompanhamento das práticas integrativas e complementares, de acordo com as políticas públicas de saúde e a legislação vigente.

- Tecnologia e inovação em saúde

I - Pesquisar, desenvolver, inovar, produzir, controlar e garantir a qualidade de:

- a) Fármacos, medicamentos e insumos;
- b) Biofármacos, biomedicamentos, imunobiológicos, hemocomponentes, hemoderivados e outros produtos biotecnológicos e biológicos;
- c) Reagentes químicos, bioquímicos e outros produtos para diagnóstico;
- d) Alimentos, preparações parenterais e enterais, suplementos alimentares e dietéticos;
- e) Cosméticos, saneantes e domissanitários;
- f) Outros produtos relacionados à saúde.

II - Pesquisar, desenvolver, inovar, fiscalizar, gerenciar e garantir a qualidade de tecnologias de processos e serviços aplicados à área da saúde, envolvendo:

- a) Tecnologias relacionadas a processos, práticas e serviços de saúde;
- b) Sustentabilidade do meio ambiente e a minimização de riscos;
- c) Avaliação da infraestrutura necessária à adequação de instalações e equipamentos;
- d) Avaliação e implantação de procedimentos adequados de embalagem e de rotulagem;

e) Administração da logística de armazenamento e de transporte;

f) Incorporação de tecnologia de informação, orientação e compartilhamento de conhecimentos com a equipe de trabalho.

- Gestão em saúde

I - Identificar e registrar os problemas e as necessidades de saúde, o que envolve:

a) Conhecer e compreender as políticas públicas de saúde, aplicando-as de forma articulada nas diferentes instâncias;

b) Conhecer e compreender a organização dos serviços e sistema de saúde;

c) Conhecer e compreender a gestão da informação;

d) Participar das instâncias consultivas e deliberativas de políticas de saúde.

II - Elaborar, implementar, acompanhar e avaliar o plano de intervenção, processos e projetos, o que envolve:

a) conhecer e avaliar os diferentes modelos de gestão em saúde;

b) Conhecer e aplicar ferramentas, programas e indicadores que visem à qualidade e à segurança dos serviços prestados;

c) Propor ações baseadas em evidências científicas, fundamentadas em realidades socioculturais, econômicas e políticas;

d) Estabelecer e avaliar planos de intervenção e processos de trabalho;

e) Conhecer e compreender as bases da administração e da gestão das empresas farmacêuticas.

III - Promover o desenvolvimento de pessoas e equipes, o que envolve:

a) Conhecer a legislação que rege as relações com os trabalhadores e atuar na definição de suas funções e sua integração com os objetivos da organização do serviço;

b) Desenvolver a avaliação participativa das ações e serviços em saúde;

c) Selecionar, capacitar e gerenciar pessoas, visando à implantação e à otimização de projetos, processos e planos de ação.

2.7 METODOLOGIA DO CURSO

A demanda por uma prática de trabalho em saúde que considere sua complexidade, abrangência e perspectiva interprofissional, realça a relevância da formação discente junto a equipes multiprofissionais direcionadas ao cuidado da população. E, neste contexto, a questão da formação em saúde ganha centralidade e os significados teóricos da educação interdisciplinar passa a ser o arcabouço favorecedor de aprendizagem. Esta aprendizagem deverá ser composta de momentos dialógicos presenciais, semipresenciais ou à distância, mediados por infraestrutura física adequada e ferramentas de comunicação e mediação tecnológica do ensino e da aprendizagem, assim como ambientes virtuais de aprendizagem, nos quais docentes e discentes deverão sair de um modo linear de pensamento e atuação em saúde para construir, sob a ótica dos determinantes sociais em saúde, estudos teóricos, atividades práticas e discussão de casos clínicos, um conhecimento em ciências farmacêuticas atual e comprometido com as boas práticas da profissão farmacêutica em nível nacional, regional e local.

2.7.1 Metodologias ativas de ensino e aprendizagem

Diante do contexto acima descrito, serão utilizados métodos ativos para problematizar a realidade para o alcance do ensino-aprendizado, que ocorre em conjunto com a Instituição Formadora, Serviços de Saúde e Comunidade. A orientação pedagógica deverá ocorrer de forma permanente por meio da socialização das práticas e experiências desenvolvidas por docentes supervisores, preceptores e discentes.

Em conformidade com Keller-Franco, Kuntzer e Costa (2012), a diversidade e a complexidade dos campos de atuação dos profissionais da saúde sugerem o delineamento de um novo paradigma para a formação, capaz de romper com a tradição mecanicista e buscar propostas que favoreçam uma abordagem integrada, complexa e global do conhecimento.

A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) nº 9394, de 20 de dezembro 1996, confere prerrogativa às Universidades no sentido de rever seus currículos e adaptá-los à realidade social de modo a graduar profissionais em sintonia com os problemas de saúde vigentes. Sob esta ótica, a proposta pedagógica do Bacharelado em Farmácia da Ufopa baseia-se em metodologias ativas de ensino-aprendizagem.

Entende-se por metodologias ativas, “o modelo onde o aluno é personagem principal e o maior responsável pelo processo de aprendizado. Sendo assim, o objetivo é incentivar que a comunidade acadêmica desenvolva a capacidade de absorção e utilização de conhecimentos de maneira autônoma e participativa” (ROSA, 2018).

3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A duração prevista para o curso de Farmácia é de no mínimo 5 anos, de acordo com a Resolução CNE/CES nº 6, de 19 de outubro de 2017. Para obter o título de Farmacêutico, o acadêmico deverá cumprir um total de 4.200 horas relativas ao currículo pleno proposto, incluindo as destinadas ao cumprimento de atividades acadêmicas complementares.

O currículo está organizado para ser desenvolvido em dez períodos semestrais. As atividades acadêmicas do plano de estudo estão dispostas em forma sequencial, com a necessária flexibilidade para adequar-se às necessidades regionais, com seus problemas específicos. As disciplinas serão ministradas em aulas teóricas e práticas, que serão realizadas em laboratórios próprios, nas Estações Experimentais da Ufopa ou em empresas e propriedades públicas ou particulares da região.

O Currículo é composto ainda, por uma gama diversificada de atividades acadêmicas como iniciação à pesquisa e extensão, participação em eventos, discussões temáticas, visitas técnicas, dias de campo e seminários, entre outras.

3.2 FUNCIONAMENTO DO CURSO

O Curso de Farmácia será coordenado por um docente com graduação em Farmácia do quadro efetivo, que deverá ser eleito conforme regimento interno do Isco.

3.3 ATIVIDADES ACADÊMICAS PARA A INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO

Os conteúdos curriculares do curso estão distribuídos ao longo de dez semestres,

totalizando 4.200 horas. Destas, 2640 horas correspondem a componentes curriculares obrigatórios, 180 horas a componentes optativos, 420 horas a atividades e/ ou componentes curriculares de extensão, 840 horas a estágio supervisionado obrigatório, 100 horas a atividades complementares e 20 horas a Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

3.4 RESUMO DA ESTRUTURA CURRICULAR

Quadro 01 – Resumo do Desenho Curricular do Curso de Farmácia (1º ao 10º semestre)

EXIGÊNCIAS	HORA/AULA
Componentes curriculares obrigatórios	2640
Atividades Complementares	100
Atividades de Extensão	420
Componentes curriculares optativos	180
Estágio Supervisionado	840
Seminário de TCC	20
TOTAL	4.200

3.5 COMPONENTES CURRICULARES

Quadro 02 - Matriz Curricular do Curso de Farmácia (1º ao 10º semestre)

1º PERÍODO CURRICULAR		2º PERÍODO CURRICULAR	
Componente Curricular	CH	Componente Curricular	CH
Introdução às Ciências Farmacêuticas	45	Anatomia Humana	60
Introdução à Saúde Coletiva	60	Genética Humana	60
Metodologia da Pesquisa	60	Química Geral e Experimental	60
Embriologia e Histologia Humana	60	Políticas Públicas de Saúde	60
Biologia Celular e Molecular	60	Optativa I	60
Práticas Integradoras de Extensão I (PIE I)	60	Práticas Integradoras de Extensão II (PIE II)	60
Total	345	Total	360
3º Período Curricular		4º Período Curricular	
Componente Curricular	CH	Componente Curricular	CH
Fisiologia Humana	60	Farmacognosia I	60
Bioestatística	60	Parasitologia Humana	60
Epidemiologia	60	Patologia Geral	60
Microbiologia Geral	45	Química Orgânica II	60
Química Orgânica I	60	Bioquímica I	60
Estágio Supervisionado em Saúde Pública	85	Optativa II	60
Práticas Integradoras de Extensão III (PIE III)	60		
Total	430	Total	360

5º Período Curricular		6º Período Curricular	
Componente Curricular	CH	Componente Curricular	CH
Química Analítica	60	Farmacognosia II	60
Deontologia e Legislação Farmacêutica	60	Farmacologia I	60
Bioquímica II	60	Bromatologia e Tecnologia de Alimentos	60
Imunologia Básica	60	Assistência Farmacêutica	60
Hematologia Básica	60	Farmacotécnica I	60
Optativa III	60	Estágio Supervisionado em Farmácia Comunitária	100
Total	360	Total	400
7º Período Curricular		8º Período Curricular	
Componente Curricular	CH	Componente Curricular	CH
Análises clínicas I	60	Análises clínicas II	90
Farmacotécnica II	60	Tecnologia de Medicamentos e Cosméticos	60
Farmacologia II	60	Cuidados Farmacêuticos (Atenção Farmacêutica)	60
Farmácia Hospitalar	60	Química Farmacêutica e Medicinal II	60
Química Farmacêutica e Medicinal I	60	Controle de Qualidade de Medicamentos	60
Estágio Supervisionado em Assistência Farmacêutica	120	Toxicologia Geral	60
		Estágio Supervisionado em Análises Clínicas I	100
Total	420	Total	490
9º Período Curricular		10º Período Curricular	
Componente Curricular	CH	Componente Curricular	CH
Toxicologia Clínica e Forense	60	Estágio Supervisionado em Farmácia Hospitalar	155
Fitoterapia	60	Estágio Supervisionado em Análises Clínicas II	100
Gestão da Assistência Farmacêutica	60	Seminário de TCC (20h)	20
Farmácia Clínica	60	Atividades de Extensão	240
Estágio Supervisionado em Cuidados Farmacêuticos	60		
Estágio Supervisionado em Farmácia Magistral	120		
Total	420	Total	515
Atividade Complementar			100h
Componentes Curriculares Obrigatórios			2640h
Carga Horária Total de Optativa			180h
Carga Horária de Extensão			420h
Carga Horária Total de Estágio			840h

Carga Horária Total TCC	20h
Carga Horária Total do Curso	4200h

Quadro 03 – Componentes curriculares optativas para o curso de Farmácia

DISCIPLINA OPTATIVAS	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
	Tecnologia de Alimentos	60 horas
	Libras	60 horas
	Farmacovigilância	60 horas
	Biossegurança	45 horas
	Biofísica	60 horas
	Virologia	60 horas
	Bacteriologia	60 horas
	Campo da Saúde: conceitos, saberes e práticas	60 horas
	Fitoquímica	60 horas
	Plantas Medicinais e Aromáticas	90 horas
	Química Analítica Instrumental	60 horas
	Empreendedorismo e Inovação em Saúde	60 horas
	Micologia	60 horas
	Análises Clínicas III	60 horas

3.6 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS 1º PERÍODO CURRICULAR

Introdução às Ciências Farmacêuticas
Introdução à Saúde Coletiva
Metodologia da Pesquisa
Embriologia e Histologia Humana
Biologia Celular e Molecular
Práticas Integradoras de Extensão I (PIE I)

Disciplina:	Introdução às Ciências Farmacêuticas	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 45	Prática: 0	Total: 45
Ementa		
Estudo dos conceitos teóricos básicos relacionados à formação generalista do farmacêutico, além disso, discute sobre o papel do profissional no âmbito das ciências farmacêuticas, e de outras áreas de atuação, como educação ambiental, intervenções/estudos da realidade e da transformação social, econômica e política das relações étnicas brasileiras, nos estudos sociais da ciência e temas afins.		
Bibliografia Básica		
BRAGHIROLI, Daikelly I.; STEFFENS, Daniela; ROCKENBACH, Liliana. Introdução à profissão: farmácia. Porto Alegre: SAGAH, 2017. E-book. p.Capa. ISBN 9788595022652.		

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595022652/>. Acesso em: 17 dez. 2024.

JULIANI, Cecília Schimming R. Medicamentos - Noções Básicas, Tipos e Formas Farmacêuticas. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014.

Bibliografia Complementar

PINTO, Terezinha de Jesus A. Ciências Farmacêuticas - Sistema de Gestão Ambiental. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2009.

BISSON, Marcelo P. *Farmácia clínica e atenção farmacêutica*. Disponível em: Minha Biblioteca, (4th edição). Editora Manole, 2021.

VIEIRA, Fernanda, P. et al. A regulação de medicamentos no Brasil. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2013.

Disciplina:	Introdução à Saúde Coletiva	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60
Ementa		
Breve histórico e introdução aos principais conceitos de o que é saúde. Introdução ao que é Sistema Único de Saúde (SUS) e seus princípios. Diferentes tipos de instituições que atendem ao conceito de saúde, níveis organizacionais e definição de quais tipos de práticas e profissionais que estão voltadas para o campo da saúde. Conceitos de interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade na saúde e como se aplicam.		
Bibliografia Básica		
ALMEIDA FILHO, Naomar; BARRETO, Mauricio L. Epidemiologia & saúde: fundamentos, métodos, aplicações. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019. 699 p. ISBN: 9788527716192.		
COHN, Amélia. A saúde como direito e como serviço. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2010. 164p. ISBN: 9788524903137. 27		
LEÃO, Lidiane Nascimento. Direito à saúde e políticas públicas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. 252p. ISBN: 9788551900390.		
Bibliografia Complementar		
FLEURY, Sonia; OUVENEY, Assis Mafort. Gestão de redes: a estratégia de regionalização da política de saúde. Rio de Janeiro: FGV Ed, 2007. 204p. ISBN: 9788522506163.		
HORTALE, Virginia Alonso. Pesquisa em saúde coletiva: fronteiras, objetos e métodos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010. 238 p. ISBN: 9788575412008.		
MATOS, Elizete Lúcia Moreira; MUGIATTI, Margarida Maria Teixeira de Freitas. Pedagogia hospitalar: a humanização integrando educação e saúde. 7. ed., 3. reimpr. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. 181 p. ISBN: 9788532634085.		
MIRANDA, Ary Carvalho de. Território, ambiente e saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. 272p. ISBN: 9788575411599.		
REY, Luís. Dicionário de termos técnicos de medicina e saúde. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara		

Koogan, 2012. xxii, 950p, 32p de estampas. ISBN: 8527708487.

Disciplina:	Metodologia da Pesquisa	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60
Ementa		
<p>Conhecimento científico e ciência; Método científico; Pesquisa Científica; Tipos de pesquisa científica; Aspectos éticos e legais da pesquisa; Etapas da pesquisa científica; Projeto de Pesquisa; Tipos e normas de trabalhos acadêmicos; Escrita acadêmica; Formatação de trabalhos acadêmicos; Análise crítica de trabalhos científicos.</p>		
Bibliografia Básica		
<p>HORTALE, Virginia Alonso. Pesquisa em saúde coletiva: fronteiras, objetos e métodos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010. 238 p. ISBN: 9788575412008.</p> <p>KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação a pesquisa. 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 182 p. ISBN: 9788532618047.</p> <p>TEIXEIRA, Elizabeth. As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 11.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 203p. ISBN: 9788532631930.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>BACHELARD, Gaston. A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011. ISBN: 9788585910112.</p> <p>BOAVENTURA, Edivaldo M. Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação, tese. Editora Atlas, v.02, 2012.</p> <p>GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010. 183 p. ISBN: 9788522458233.</p> <p>FAULSTICH, Enilde L. de J. Como ler, entender e redigir um texto. 26.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 140 p. ISBN: 9788532606082.</p> <p>FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 51. ed., 1. reimpr. São Paulo: Cortez, 2012. 102 p. ISBN: 9788524916465.</p>		

Disciplina:	Embriologia e Histologia Humana	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 45	Prática: 15	Total: 60
Ementa		
<p>Sistemas linfático e circulatório. Tubo digestivo. Glândulas anexas do tubo digestivo. Sistema respiratório. Pele e anexos. Sistema urinário. Glândulas endócrinas. Sistema reprodutor masculino. Sistema reprodutor feminino. Microscopia e métodos de estudo em histologia. Tecidos embrionários. Tecido: epitelial de revestimento e glandular, conjuntivo e de características especiais (cartilaginoso, ósseo, adiposo, hematopoético), muscular e nervoso. Métodos de estudo em embriologia. Formação dos gametas, processos de divisão, migração, crescimento e diferenciação celular, a partir do ovócito fertilizado, que ocorrem durante o desenvolvimento embrionário e fetal humano. Atividades em laboratório.</p>		
Bibliografia Básica		

GARTNER, L.P., HIATT, J.L. Atlas Colorido de Histologia. 4ª ed. Editora Guanabara Koogan S.A. 2006. 432p.

JUNQUEIRA, L.C., CARNEIRO, J. Histologia Básica. 10ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A. 2004. 487p.

GRIFFITHS, A.J.F.; MILLER, J.H.; COCHARD, L.R. Atlas de Embriologia Humana de Netter. Porto Alegre: Artmed, 2003.

Bibliografia Complementar

CARLSON, B.M.. 1996. Embriologia Humana e Biologia do Desenvolvimento. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro. 408p.

KIERSZENBAUM, A.L. Histologia e Biologia Celular: Uma introdução à patologia. Rio de Janeiro. Elsevier, 2004. 654p.

MOORE, K.L. & PERSAUD, T.V.N. Embriologia Básica. 6. Ed. Elsevier, Rio de Janeiro. 2004, 481p.

STEVENS, Alan; LOWE, J. S. Histologia Humana. 2a Ed. Editora Manole, 2001.

SUZUKI, D.T.; LEWONTIN, R.C.; GELBART, W.M.; MOORE, K.L. ; PERSUAD, T.V.N. Embriologia Clínica. 7ª Ed. São Paulo: Editora Elsevier, 2004.

Disciplina:	Biologia Celular e Molecular	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 15	Prática: 45	Total: 60
Ementa		
Estrutura Organizacional da Célula Procariota e Eucariota. Crescimento e desenvolvimento, divisão e diferenciação celular. Histórico e Dogma da Biologia Molecular. A natureza do material genético. Estrutura e Replicação do DNA. Síntese de Proteínas: tradução e código genético. Composição química, ultra-estrutura, propriedades físicas e fisiologia das Biomembranas; Especializações da membrana plasmática. Princípios da comunicação e sinalização celular; Citoesqueleto; Organelas Celulares: Ribossomos; Retículo endoplasmático; Complexo de Golgi; Mitocôndrias; Lisossomos; Organização estrutural do núcleo. A célula vegetal. Introdução às técnicas de biologia molecular; Aplicações da biologia celular e molecular e noções de microscopia e técnicas citológicas. Introdução às técnicas de biologia molecular.		
Bibliografia Básica		
JUNQUEIRA, L. C. & CARNEIRO, J. Biologia Celular e Molecular. Ed. Guanabara Koogan S.A. 8ª ed. Rio de Janeiro/RJ, 2005.		
LODISH, H., BERK, A.; ZIPURSKY, S. L., MATSUDAIRA, P. BALTIMORE, D., & DARNELL, J.. Biologia Celular e Molecular. ARTMED, 2ª ed, Porto Alegre. 2004.		
ALBERTS, B. et al. Biologia Molecular da célula. Ed. Artmed. 5ª ed. 2010.		
Bibliografia Complementar		
CAMPBELL, Neil A.; REECE, Jane B. Biologia. 8a ed. Artmed, 2010.		
DE ROBERTIS, E.; HIB, J. Bases da Biologia Celular e Molecular. Ed. Guanabara Koogan S.A.		

4ª ed. Rio de Janeiro/RJ, 389p. 2006.

M. F.; HIB, J. & PONZIO, R. *Biologia Celular e Molecular*. Ed. Guanabara Koogan S.A. 4ªed., Rio de Janeiro/RJ, 432p. 2003.

BRAY, D.; JOHNSON, A.; LEWIS, J.; RAFF, M.; ROBERTS, K. & BERKALOFF et al. *Biologia Molecular da célula*. (Série Introdução à Biologia). Ed. Edgard Blücher Ltda. São Paulo. SP, 287p. 1998.

HOLTZMAN, E. & NOVIKOFF, A. B. *Células e estruturas celulares*. Ed. Interamericana, 1985.
ROBERTS, K.; WALTER, P. *Fundamentos da Biologia Celular*. 2a. edição, Porto Alegre: Ed. Artmed, 2006.

WALTER, P. *Fundamentos de Biologia Celular*. Ed. Artes Médicas, São Paulo. 1999.

ARAGÃO, M.E.F. *Biologia Celular*. 2 ed, Fortaleza: EdUECE, 2015. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/176647>.

Disciplina	Práticas Integradoras de Extensão I (PIE I)	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 0	Prática: 60	Total: 60
Ementa		
Contato e interação com a realidade local a partir da problematização e levantamento de dados primários e secundários. Vínculo e escuta qualificada.		
Bibliografia Básica		
CARVALHO, Marília Sá. <i>Inquérito de saúde na esfera local: colocando em prática</i> . Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016. 141 p. ISBN: 9788575414880.		
GIOVANELLA, Lígia [et al.]. <i>Políticas e Sistema de Saúde no Brasil</i> . Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.		
MERHY, Emerson Elias. <i>Saúde: cartografia do trabalho vivo em ato</i> . 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 2014. 187 p. (Saúde em debate, 145) ISBN: 978852710584.		
Bibliografia Complementar		
DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza. <i>Pesquisa social: teoria, método e criatividade</i> . Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. 95 p. ISBN: 9788532652027.		
FAULSTICH, Enilde L. de J. <i>Como ler, entender e redigir um texto</i> . 26.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 140 p. ISBN: 9788532606082.		
HORTALE, Virginia Alonso. <i>Pesquisa em saúde coletiva: fronteiras, objetos e métodos</i> . Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010. 238 p. ISBN: 9788575412008.		
MIRANDA, Ary Carvalho de. <i>Território, ambiente e saúde</i> . Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. 272p. ISBN: 9788575411599.		
OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. <i>O trabalhado do antropólogo</i> . São Paulo, Editora Unesp, 2000.		

2º Período Curricular

Anatomia Humana
Genética Humana
Química Geral e Experimental
Políticas Públicas de Saúde
Optativa I
Práticas Integradoras de Extensão II (PIE II)

Disciplina:	Anatomia Humana	Núcleo Ciências Biológicas
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 45	Prática: 15	Total: 60
Ementa		
<p>Conceito e divisões da Anatomia, métodos de estudo, histórico e evolução. Planos de delimitação, planos de secção, eixos e princípios de construção do corpo humano. Introdução ao estudo do Sistema Nervoso: conceitos e divisões. Anatomia funcional do Sistema Nervoso Central. Meninges, ventrículos, líquido, vascularização e barreiras. Sistema Regulatório Visceral. Grandes vias aferentes e eferentes. Generalidades sobre Osteologia, Artrologia e Miologia. Anatomia dos Órgãos e glândulas do corpo humano. Anatomia do Sistema Cardiovascular. Anatomia do Sistema Digestório. Anatomia do Sistema Urinário e Reprodutor.</p>		
Bibliografia Básica		
<p>DANGELO, J. G. & FATTINI, C. A. Anatomia Humana Sistêmica e Segmentar. 3a ed. São Paulo: Atheneu, 2007.</p> <p>NETTER, F. H. Netter Atlas de Anatomia Humana. 4a ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.</p> <p>SOBOTTA - Atlas de Anatomia Humana. 22a ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>AFIFI, A. K. & BERGMAN, R. A. Neuroanatomia Funcional – Texto e Atlas. 2a ed. São Paulo: Roca, 2008.</p> <p>DANGELO, J. G. & FATTINI, C.A. Anatomia humana básica. São Paulo: Atheneu, 1998.</p> <p>MACHADO, A. Neuroanatomia Funcional. 2a ed. São Paulo: Atheneu, 1993.</p> <p>MOORE, K. L. & DALLEY, A. F. Anatomia Orientada para a Clínica, 5a ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.</p> <p>PALASTANGA, Nigel; FIELD, Derek; SOAMES, Roger. Anatomia e Movimento Humano: Estrutura e Função. 3ª Ed. Manole, 2000.</p>		

Disciplina:	Genética Humana	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60
Ementa		
<p>Introdução à Genética. Base Química Molecular da Herança. Bases Citológicas da Herança. Princípios básicos da hereditariedade e suas extensões. Determinação de sexo e herança do sexo. Variação cromossômica. Ligação gênica. Expressão gênica. Mutações. Genética quantitativa. DNA: replicação, transcrição e tradução. Tecnologia do DNA recombinante. Herança extracromossômica. Genética de Populações.</p>		

Bibliografia Básica

BORGES-OSÓRIO, M.R.; ROBINSON, W.M. Genética humana. Porto Alegre: Artmed, 2001.
BURNS, George W.; BOTTINO, Paul J. Genética. 6ª Ed. Guanabara Koogan, 1991.

GRIFFITHS, A.J.F.; WESSLER, S. R.; LEWONTIN, R.C.; GELBART, W.M.; SUZUKI, D.T.;

MILLER, J.H. Introdução à Genética. 8ª Edição. Rio de Janeiro. Editora Guanabara-Koogan, 743p. 2006

Bibliografia Complementar

GARDNER, E.J. & SNUSTAD, D.P. Genética. 7ª ed. Rio de Janeiro. Editora Guanabara-Koogan, 497p. 1986.

PIERCE, B.A. Genética: um enfoque conceitual. Rio de Janeiro. Editora Guanabara - Kooga n, 1ª ed. 758p. 2004.

RAMALHO, M.A.P.; SANTOS, J.B.; PINTO, A.B.P. Genética na Agropecuária. UFLA, 472p. 2001.

WATSON J.D.; MYERS R.M.; CAUDY A.A.; WITKOWSKI J. A. DNA Recombinante - Genes e Genomas. 1ª ed. 474P. 2008.

WESSLER, S.R. Introdução à Genética. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

Disciplina:	Química Geral e Experimental	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 45	Prática: 15	Total: 60
Ementa		
Teoria atômica. Tabela periódica e ligações químicas. Soluções aquosas e unidades de concentração. Reações químicas (reações de Ácidos e Bases em soluções aquosas). Estequiometria. Normas de segurança em laboratório; Reconhecimento do laboratório e seus materiais; Técnicas de medição de volumes – pipetagem - pesagem (técnica do quarteamento); Preparo e padronização de soluções. Reações ácido-base. (20 horas de aulas práticas)		
Bibliografia Básica		
ATKINS P. Princípios de Química. 4th ed. WH Freeman and Company, USA, 2008.		
BROWN, T. L; BURDGE, J. R; BURSTEN, B. E. Química: A Ciência Central. 9ª. Ed. Pearson, 2005.		
KOTZ J.C.; TREICHEL, P. M.; WEAVER, G. C. Química geral e reações químicas – v.1. Cengage Learning, 6ª ed, 2010.		
Bibliografia Complementar		
RUSSEL, John Blair. Química Geral. 2ª Ed. Pearson Makron Books, 2011. FERNANDES, J. QUÍMICA ORGÂNICA EXPERIMENTAL. 1ª Ed. Sulina, 1987.		
LIMA, W. N. Química Inorgânica Experimental: guia de trabalhos e ensaios de laboratório-curso introdutório. Ed. UFPA, 1993.		
MULLER, R. C. S.; DANTAS, K. G. F. Química Analítica Experimental. 1ª Ed. EDUFPA,		

2010.

LENZI E., TANAKA A.S., FÁVERO B. L.O. **Química. Geral Experimental**. 1ª Ed. Editora: Freitas Bastos. 2012.

ZUBRICK, J.W. Manual de Sobrevivência no Laboratório de Química Orgânica. 6ª ed. São Paulo: Editora LTC, 2005.

Disciplina:	Políticas Públicas de Saúde	Obrigatório
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60
Ementa		
<p>Estudo da história da política de saúde no Brasil; institucionalização das práticas; história da organização do sistema de saúde no Brasil; reforma sanitária; comparação de sistemas de saúde; políticas e programas de saúde; organização do sub-setor de saúde suplementar e suas estruturas de regulação. Estudo das concepções de saúde e modelos de determinação do processo-saúde-doença- cuidado.</p>		
Bibliografia Básica		
<p>CAMPOS, G. W. De S. et al. Tratado de Saúde Coletiva. Hucitec, 2007. DEMO, Pedro. Política Social, educação e cidadania. Papyrus, 1995.</p> <p>FOUCAULT, M. Microfísica do Poder, Rio de Janeiro, Graal, 1996.</p> <p>VIEIRA, J. L. Legislação Sanitária Federal Básica - Série Legislação. 1ª. Edição Edipro, 2008</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>ANDRADE, L. O. M.; BARRETO I. C. H. C. SUS Passo A Passo: História, Regulamentação, Financiamento, Políticas Nacionais. Rio de Janeiro: HUCITEC, 2007.</p> <p>BRASIL. Lei 8080 de 19 de Setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União 1990; set 20.</p> <p>_____. Lei 8142 de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União 1990; dez 31.</p> <p>CASTRO, Antonio Barros de. 7 [sete] ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975–77.</p> <p>IBGE. Séries estatísticas: Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado. Disponível em: http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=13&op=0&vcodigo=AM38&t=doencas-relacionadas-saneamento-ambiental-inadequado-drsai . Acesso em: 04 set. 2014.</p>		

Disciplina:	Prática Integrativas de Extensão II (PIE II)	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 0	Prática: 60	Total: 60

Ementa
Princípios do diagnóstico local e coleta de dados. Dados primários e dados secundários. Apresentação dos dados.
Bibliografia Básica
SOUZA, Edinilsa Ramos de; ASSIS, Simone Gonçalves de; MINAYO, Maria Cecília de Souza (orgs). Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. 4. reimpr. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014. 244 p. ISBN: 9788589697061.
CARVALHO, Marília Sá. Inquérito de saúde na esfera local: colocando em prática. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016. 141 p. ISBN: 9788575414880.
GIOVANELLA, Lúgia [et al.]. Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.
Bibliografia Complementar
HORTALE, Virginia Alonso. Pesquisa em saúde coletiva: fronteiras, objetos e métodos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010. 238 p. ISBN: 9788575412008.
MIRANDA, Ary Carvalho de. Território, ambiente e saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. 272p. ISBN: 9788575411599.
DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. 95 p. ISBN: 9788532652027.
TEIXEIRA, Elizabeth. As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 10.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 203p. ISBN: 9788532631930.
FAULSTICH, Enilde L. de J. Como ler, entender e redigir um texto. 26.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 140 p. ISBN: 9788532606082.

3º Período Curricular

Fisiologia Humana
Bioestatística
Epidemiologia
Microbiologia Geral
Química Orgânica I
Estágio Supervisionado em Saúde Pública
Práticas Integradoras de Extensão III (PIE III)

Disciplina:	Fisiologia Humana	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 45	Prática: 15	Total: 60
Ementa		
Introdução à Fisiologia: fisiologia celular e geral. Células sanguíneas, imunidade e coagulação sanguínea. Fisiologia da membrana, do nervo e do músculo. Fisiologia cardíaca. Circulação sistêmica e pulmonar. Fisiologia dos sistemas renal, respiratório, nervoso, digestivo, reprodutor e endócrino.		

Bibliografia Básica
AIRES, M. M. Fisiologia 2. Ed. Rj. Guanabara Koogan, 1999.
ALBERTS, B. Biologia Molecular da Célula. Ed. Artes Médicas Sul, 3a. Ed., 1997.
GUYTON, A. C., Fisiologia Humana. 6ª Ed. Guanabara Koogan, 1988.
Bibliografia Complementar
BESTES, T. As Bases Fisiológicas Da Pratica Medica. 11 Ed. Rj. Guanabara Koogan, 1990.
CONSTANZO, L.S. Fisiologia. Guanabar Kogan, Rj 1995.
DOUGLAS, C. R. Tratado De Fisiologia Aplicada As Ciências Da Saúde. 5 Ed. Sp. Robe Ed Belman Ed. Imp. Exp. 2002.
JOHNSON, L. R. Fundamentos de Fisiologia Médica. 2ª Ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2000.

Disciplina:	Bioestatística	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60
Ementa		
Dados e variáveis; População e amostra; Técnicas de amostragem; Erro de amostragem; Instrumentos de coleta de dados; Estatística descritiva; Distribuição de frequência; Frequência relativa e acumulativa; Tabelas e gráficos; Taxa, razão, índice; Medidas de tendência central; Medidas de variabilidade ou dispersão; Estrutura das seções “coleta de dados” e “análise de dados” em uma pesquisa quantitativa descritiva. Apresentação de resultados de uma pesquisa quantitativa descritiva.		
Bibliografia Básica		
MOORE, David S. A estatística básica e sua prática. São Paulo: LTC, 2011. xxv, 555 p. ISBN: 9788521617907.		
VIEIRA, Sonia. Introdução à bioestatística. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, c2008. xi, 345 p. ISBN: 9788535229851.		
VIEIRA, Sonia. Fundamentos de estatística. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2019. ISBN 978-85-97-019308.		
Bibliografia Complementar		
LEVINE, David M. Estatística: teoria e aplicações usando Microsoft Excel em português. 7.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017. 760 p. ISBN: 9788521630678.		
VIEIRA, Sonia; HASSNE, William Saad. Metodologia científica para a área de saúde. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 192p. ISBN: 8535208844.		
BALDI, Brigitte. A prática da estatística nas ciências da vida. 2. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2014. ISBN 978-85-216-2725-8.		
CALLEGARI-JACQUES, Sidia M. Bioestatística: princípios e aplicações Porto Alegre: Artmed, 2007. ISBN 978-85-363-1144-9.		

TRIOLA, Mario F. Introdução à estatística. 12. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2017. ISBN: 978-85-216-3424-9

Disciplina:	Epidemiologia	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60
Ementa		
<p>Conceitos básicos de Epidemiologia. História natural das doenças e níveis de prevenção. Processo saúde doença. Indicadores de saúde: prevalência, incidência, mortalidade e letalidade. Epidemiologia Descritiva; Variáveis relacionadas às pessoas, tempo e lugar; Distribuição dos agravos relacionados à saúde; Diagnóstico situacional de saúde; Investigação etiológica; Planejamento e avaliação de serviços de saúde; Pesquisa epidemiológica; Validade e Confiabilidade; Viés metodológico. Análise crítica de artigos.</p>		
Bibliografia Básica		
<p>ALMEIDA FILHO, Naomar; BARRETO, Mauricio L. Epidemiologia & saúde: fundamentos, métodos, aplicações. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019. 699 p. ISBN: 9788527716192.</p> <p>ALMEIDA FILHO, Naomar; ROUQUAYROL, Maria Zélia. Introdução a epidemiologia. 4.ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2015. il. ISBN: 9788527711876.</p> <p>ROUQUAYROL, Maria Zélia; SILVA, Marcelo Gurgel</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>ROUQUAYROL, Maria Zélia; SILVA, Marcelo Gurgel Carlos da (org). Rouquayrol epidemiologia e saúde. 7. ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2013. xxi, 709 p.</p> <p>VIEIRA, Sonia; HASSNE, William Saad. Metodologia científica para a área de saúde. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 192p. ISBN: 8535208844.</p> <p>CALLEGARI-JACQUES, Sidia M. Bioestatística: princípios e aplicações Porto Alegre: Artmed, 2007. ISBN 978-85-363-1144-9.</p> <p>SILVA, Luis Felipe. Epidemiologia ambiental: fundamentos para engenharia. 1. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. ISBN 978-85-352-2991-2.</p> <p>LEVINE, David M. Estatística: teoria e aplicações usando Microsoft Excel em português. 7.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017. 760 p. ISBN: 9788521630678.</p>		

Disciplina:	Microbiologia Geral	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 30h	Prática: 15h	Total: 45
Ementa		
<p>Histórico e abrangência da Microbiologia. Conceitos em microbiologia. Noções de Biossegurança. Microscopia em microbiologia. Controle de microrganismos: Limpeza e desinfestação e esterilização. Preparo e esterilização de meios de cultura. Componentes dos meios de cultura e suas funções. Semeadura, incubação e Isolamento de microrganismos. Características gerais das bactérias. Fisiologia, crescimento e reprodução. Teste de Gram. Principais grupos de bactérias: fitopatogênicas, biocontroladoras, PGPR'S, fixadoras de N₂ e biorremediadores. Características gerais dos fungos. Reino Fungi. Isolamento de fungos. Grupo</p>		

Mitospórico. Reino Chromista, Reino Stramenopila. Microscopia em Microbiologia. Características gerais dos vírus. Características gerais dos principais grupos de bactérias de interesse animal e humano. Características gerais dos principais grupos de bactérias de interesse animal e humano. Análise bacterioscópica dos principais grupos de fungos de interesse animal e humano. Coloração em Microbiologia. Características gerais dos principais grupos de fungos de interesse animal e humano. Características gerais dos vírus de interesse animal e humano.

Bibliografia Básica

BARBOSA, Heloísa R. et all. Microbiologia básica. São Paulo: Atheneu, 2001. MARTINKO; MADIGAN; DUNLAP. 12. ed. Microbiologia de Brock. Artmed. 2010. TRABULSI, L. R. Microbiologia. 4a. Edição. Rio de Janeiro: Atheneu, 2004.

TORTORA, G. J. , FUNKE, B.R., CASE, C.L. Microbiologia. Rio de Janeiro: Artmed, 2005.

Bibliografia Complementar

CARDOSO, Elke Jurandy Bran Nogueira; TSAI, Siu M.; NEVES, Maria Cristina P. (coordenadoras). Microbiologia do solo. Campinas: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 1992. 360p.

RUPPERT, E. E. & BARNES, R. D. Zoologia dos invertebrados. 6.ed. São Paulo: Roca, 1996. 1179p.

MOREIRA, Fátima Maria de Souza; SIQUEIRA, José Oswaldo. Microbiologia e bioquímica do solo. 2. ed. Lavras: Editora UFLA, 2006. 729p.

FLECHTMANN, C.H. Ácaros de importância Agrícola, 6a ed., São Paulo, Nobel, 1985, 189p.

_____ ; RAMPBELL, I.; MARQUES, S.A.; RUIZ, L. R.; ZOUZA, V.M. Micologia Médica. Ed. MEDSI, p.434, 1998.

Disciplina:	Química Orgânica I	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 45	Prática: 15	Total: 60
Ementa		
Aspectos estruturais das substâncias orgânicas acidez e basicidade. Funções Orgânicas, nomenclatura e propriedades físicas de compostos orgânicos (Ponto de fusão, ebulição e solubilidade). Isomeria. Alcanos e Cicloalcanos. Conformações. Aromaticidade. Estereoquímica. Mecanismos de reações e Reações Orgânicas.		
Bibliografia Básica		
SOLOMONS, T. W.G. Química Orgânica - Vols. 1 e 2. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2009.		
VOLLHARDT, K. Química Orgânica: estrutura e função. Porto Alegre: Editora Bookman, 2004.		
Bibliografia Complementar		
MCMURRY, J. Química Orgânica. São Paulo: Ed. Cengage Learning, 2012.		
BRUICE, P. Y. Química Orgânica - Vols. 1 e 2. São Paulo: Ed. Pearson Prentice Hall, 2006.		
MORRISON AND BOYD. Química Orgânica. Rio de Janeiro: Editora Fundação Calouste		

Gulbenkian, 2005.

Disciplina:	Estágio Supervisionado em Saúde Pública	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 0	Prática: 85	Total: 85
Ementa		
Estágio Supervisionado por docente do Curso de Farmácia desenvolvido em estabelecimentos onde se desenvolvem a Saúde Pública. O profissional farmacêutico no contexto do Sistema Único de Saúde, Saúde da Família, Vigilância Epidemiológica, Vigilância Sanitária, entre outros setores legalmente constituídos em atividades regulamentadas para o profissional farmacêutico.		
Bibliografia Básica		
<p>SOUZA, Edinilsa Ramos de; ASSIS, Simone Gonçalves de; MINAYO, Maria Cecília de Souza (orgs). Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. 4. reimpr. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014. 244 p. ISBN: 9788589697061.</p> <p>CARVALHO, Marília Sá. Inquérito de saúde na esfera local: colocando em prática. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016. 141 p. ISBN: 9788575414880.</p> <p>GIOVANELLA, Lígia [et al.]. Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>HORTALE, Virginia Alonso. Pesquisa em saúde coletiva: fronteiras, objetos e métodos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010. 238 p. ISBN: 9788575412008.</p> <p>MIRANDA, Ary Carvalho de. Território, ambiente e saúde.. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. 272p. ISBN: 9788575411599.</p> <p>DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. 95 p. ISBN: 9788532652027.</p> <p>TEIXEIRA, Elizabeth. As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 10.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 203p. ISBN: 9788532631930.</p> <p>FAULSTICH, Enilde L. de J. Como ler, entender e redigir um texto. 26.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 140 p. ISBN: 9788532606082.</p>		

Disciplina:	Práticas Integrativas de Extensão III (PIE III)	Núcleo Extensão
Carga Horária		
Teórica:	Prática: 60	Total: 60
Ementa		
Princípios do diagnóstico local e coleta de dados. Dados primários e dados secundários. Apresentação dos dados. Planejamentos e gestão pública em saúde.		
Bibliografia Básica		
<p>SOUZA, Edinilsa Ramos de; ASSIS, Simone Gonçalves de; MINAYO, Maria Cecília de Souza (orgs). Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. 4. reimpr. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014. 244 p. ISBN: 9788589697061.</p>		

CARVALHO, Marília Sá. Inquérito de saúde na esfera local: colocando em prática. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016. 141 p. ISBN: 9788575414880.

GIOVANELLA, Lúcia [et al.]. Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

Bibliografia Complementar

HORTALE, Virginia Alonso. Pesquisa em saúde coletiva: fronteiras, objetos e métodos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010. 238 p. ISBN: 9788575412008.

MIRANDA, Ary Carvalho de. Território, ambiente e saúde.. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. 272p. ISBN: 9788575411599.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. 95 p. ISBN: 9788532652027.

TEIXEIRA, Elizabeth. As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 10.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 203p. ISBN: 9788532631930.

FAULSTICH, Enilde L. de J. Como ler, entender e redigir um texto. 26.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 140 p. ISBN: 9788532606082.

4º Período Curricular

Farmacognosia I
Parasitologia Humana
Patologia Geral
Química Orgânica II
Bioquímica I
Optativa II

Disciplina:	Farmacognosia I	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 30	Prática: 30	Total: 60
Ementa		
<p>Conceitos fundamentais em Farmacognosia; Uso farmacêutico da Biodiversidade; Farmacógenos e drogas não vegetais; Fundamentos essenciais em Farmacobotânica; Farmacógenos de origem vegetal; Metabolismo vegetal como fonte de compostos bioativos; Compostos naturais bioativos de origem vegetal; Compostos naturais bioativos de origem não vegetal; Coleta e identificação de espécies vegetais; Preparo de drogas vegetais; Preparo de extratos vegetais; Análise farmacognóstica qualitativa de drogas vegetais.</p>		
Bibliografia Básica		
<p>SIMÕES, Claudia Maria de Oliveira; SCHENKEL Elior Paulo; MELLO João Carlos Palazzo de; MENTIZ Lilian Auler; PETROVICK Pedro Ros org. Farmacognosia: do produto natural ao medicamento. Porto Alegre: Artmed, 2017. 486p. ISBN: 9788582713594.</p>		
<p>BRUNETON, Jean. Farmacognosia: fitoquímica, plantas medicinales. 2.ed. Espanha: Acribia, 2001. 1099 p. ISBN: 8420009563.</p>		

SOUZA, Vinicius Castro; FLORES, Thiago Bevilacqua; LORENZI, Harri. Introdução à botânica: morfologia. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2013. 223 p. ISBN: 9788586714429.

Bibliografia Complementar

ALBERTS, B. et al. Biologia Molecular da célula. Ed. Artmed. 5ª ed. 2010.

ATKINS, P. W; JONES, Loretta. Princípios de química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. xxii, 104, 922p. ISBN: 9788540700383.

RANG, H. P.; DALE, M. M.; RITTER, J. M. Farmacologia. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier Science, 2009.

SILVA, P. Farmacologia. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

DEWICK, Paul M. Medicinal natural products: a biosynthetic approach. 3th ed. Chichester, West Sussex, United Kingdom: Wiley, A John Wiley and Sons, Ltd., Publication, 2009. 539 p. ISBN: 9780470741672.

OLIVEIRA, F. Farmacognosia: Identificação de drogas vegetais. 2ª Edição. São Paulo: Editora Atheneu, 2014.

Disciplina:	Parasitologia Humana	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 45	Prática: 15	Total: 60
Ementa		
Estudos das relações parasito-hospedeiro. Sistemática, morfologia, biologia, patogenia, epidemiologia, profilaxia e diagnóstico laboratorial dos parasitos pertencentes a protozoa, platyhelminthes e nematoda de interesse médico. Principais artrópodes e moluscos transmissores de parasitoses humanas. Parasitos de interesse médico: pesquisa e identificação através dos vários métodos laboratoriais. Metodologia de exames parasitológicos em laboratório de análises clínicas, com ênfase às de ocorrência regional. Diagnóstico parasitológico de protozooses e helmintos humanos. Diagnósticos parasitológicos de doenças produzidas no homem por artrópodes. Colheita de material para exames parasitológicos.		
Bibliografia Básica		
CIMERMAN, B. Parasitologia humana e seus fundamentos gerais. 2a Ed. São Paulo: Atheneu, 1999. COX, F.E.G. Modern Parasitology. Second edition, Blackwell Science, 1993, 276p.		
DE CARLI, G.A. Parasitologia Clínica. São Paulo: Atheneu. 2001. NEVES, D. P. Parasitologia humana. 8a Ed. São Paulo: Atheneu, 1991.		
NEVES, D. P; MELO, A. L; LINARDI, P. M; VITOR, R. W. A. (Org.). Parasitologia Humana. 11ª Edição. Atheneu, 2005.		
Bibliografia Complementar		
ANDERSON, R. C. Nematode parasites of vertebrates their development and transmission. Wallingford: C.A.B International, 1992.		
BAKER, J. R.; MULLER, R.; ROLLINSON, D. Advances in parasitology. San Diego:		

Academic Press, c2001. 397 p.

COX, F.E.G. Modern Parasitology. Second edition, Blackwell Science, 1993, 276p

DESPOMMIER, D.D., GWADZ, R.W. & HOTEZ, P.J. Parasitic Diseases. Third edition, Springer- Verlag, 1994, 333 p.

KHALIL, L.F.; JONES, A., BRAY, R.A. Keys to the cestode parasites of vertebrates. Wallingford: CAB International, 1994.

Disciplina:	Patologia Geral	Núcleo
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 45	Prática: 15	Total: 60
Ementa		
<p>Generalidades sobre Etiologia Patogenia. Noções Básicas sobre Necrópsia, Biópsia, Histotecnologia. Alterações do crescimento e da diferenciação celular: generalidades e classificação. Hipotrofia, Hipertrofia, Hipoplasia, Hiperplasia, Agenesia, Metaplasia. Lesões pré-cancerosas. Degenerações. Alterações regressivas das células. Degenerações por acúmulo de água, proteínas, lipídios e glicídios. Lesão e Morte Celular. Morte somática. Etiopatogenia das neuroses. Padrões morfológicos. Alterações locais da circulação sanguínea: Isquemia, Hiperemia Ativa. Congestão passiva. Estase. Hemorragias. Trombose, embolia e enfarte. Edemas. Inflamação. Patogenia dos distúrbios circulatórios e formação dos exsudatos. Granulomas em geral. Granulomas de corpo estranho. Modo de formação dos granulomas. Reação dos tecidos ao Bacilo causador da Hanseníase, Tuberculose, Sífilis, Paracoccidioide Brasileiro, S. Mansonii, Fungos e parasitas. Cicatrização e reparo. Regeneração. Reparo por tecido conjuntivo. Fatores que modificam o processo reparador. Neoplasias. Alterações das células cancerosas. Carcinogênese. Agentes carcinogênicos. Vírus oncogênicos. Carcinogênese Química pela radiação e Outros.</p>		
Bibliografia Básica		
BRASILEIRO, F. G. Bogliolo. Patologia Geral. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.		
Bibliografia Complementar		
REY, L. Parasitologia. Parasitos e Doenças Parasitárias do Homem nas Américas e na África. Segunda edição. Guanabara Koogan, 2000, 731 p.		
PESSÔA, Samuel Barnsley; MARTINS, Amilcar Vianna. Parasitologia Médica. 11ª Ed. Guanabara Koogan, 1988.		
SMITH, J.D. Introduction to Animal Parasitology . Third edition, Cambridge University Press, 1994, 549 p.		
ANDERSON, R. C. Nematode parasites of vertebrates their development and transmission. Wallingford: C.A.B International, 1992.		
BAKER, J. R.; MULLER, R.; ROLLINSON, D. Advances in parasitology. San Diego: Academic Press, c2001. 397 p.		

Disciplina:	Química Orgânica II	Obrigatória
-------------	---------------------	-------------

Carga Horária		
Teórica: 45	Prática: 15	Total: 60
Ementa		
Reações Orgânicas e Mecanismos: Substituição Nucleofílica Sn1 e Sn2, Eliminação, Adição e Substituição Eletrofílica. Noções de Síntese Orgânica. Halocompostos. Álcoois, Fenóis e Éteres. Aminas, Aldeídos e Cetonas. Adição nucleofílica. Ácidos carboxílicos e seus derivados funcionais.		
Bibliografia Básica		
ALLINGER, N.L.; CAVA, M.P. JONGH, D.C. JOHNSON, C.R. LEBEL, N.A.; STEVENS, C.L. Química Orgânica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1976.		
MCMURRY, J. Química Orgânica. São Paulo: Ed. Cengage Learning, 2012.		
Bibliografia Complementar		
BRUICE, P. Y. Química Orgânica - Vols. 1 e 2. São Paulo: Ed. Pearson Prentice Hall, 2006.		
MORRISON AND BOYD. Química Orgânica. Rio de Janeiro: Editora Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.		
SOLOMONS, T. W.G. Química Orgânica - Vols. 1 e 2. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2009.		
VOLLHARDT, K. Química Orgânica: estrutura e função. Porto Alegre: Editora Bookman, 2004.		

Disciplina:	Bioquímica I	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 30	Prática: 30	Total: 60
Ementa		
Introdução à Bioquímica e seus fundamentos. As biomoléculas e suas propriedades. Aspectos bioquímicos da origem da vida. Propriedades da água. Conceito de pH. As biomoléculas mais importantes: proteínas e suas unidades constituintes, os aminoácidos; os carboidratos; os lipídios e as vitaminas. As principais técnicas de purificação e análise de estruturas de proteínas. Enzimas, suas propriedades e seu papel no funcionamento dos organismos.		
Bibliografia Básica		
MARZZOCO, Anita; TORRES, Bayardo B. Bioquímica Básica. 3ª Ed. Guanabara Koogan, 2011.		
NELSON, D. L.; MICHAEL, M. COX.; Princípios de bioquímica de Lehninger. 5 ed.- Porto Alegre-RS: Artmed, 2011. 1274 p. Tradução de: Lehninger: principles of biochemistry.		
VOET, D.; VOET, J.G.; PRATT, C.W. Fundamentos de Bioquímica. Porto Alegre- RS: Artes Médicas Sul, 2005. 931p. Traduzido por Arthur Germano Fett Neto e colaboradores.		
ALBERTS, B.; JOHNSON, A; LEWIS, J.; RAFF, M.; ROBERTS, K.; WALTER, P.; 2010. Biologia Molecular da Célula. 5. Ed. Porto Alegre: Artmed.		
Bibliografia Complementar		
CHAMPE, P. C., HARVEY, R. A., FERRIER, D. R. Bioquímica Ilustrada. 3ed. Porto Alegre:		

Artmed, 2006.

GUYTON, A.C. 1992. Tratado de Fisiologia Médica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
MURRAY, Robert K., et al. Bioquímica. 7a ed. Atheneu, 1994.

NELSON, L. D., COX, M.M., Introduction do Biochemistry, 5thd., W. H. Freeman, 2008.

MAGALHÃES, A.C.; OLIVEIRA, R.C.; BUZALAF, M.A.R. Bioquímica Básica e Bucal, 1ª Ed., Editora Santos, 2017.

5º Período Curricular

Química Analítica
Deontologia e Legislação Farmacêutica
Bioquímica II
Imunologia Básica
Hematologia Básica
Atividades Complementares
Optativa III

Disciplina:	Química Analítica	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 45	Prática: 15	Total: 60
Ementa		
<p>Conceito, divisão e generalidades. Equilíbrio ácido-base: teorias ácido e base, autoprotólise da água, cálculo de pH de ácidos e bases fortes e fracas, pH de sais de ácidos fortes e fracos e solução tampão. Qualitativa: operações analíticas, ensaios por via seca e por via úmida; classificação analítica de cátions e ânions; análise sistemática de substâncias inorgânicas. Quantitativa: processos gravimétricos e processos volumétricos; Cromatografia líquida de alta eficiência e Cromatografia gasosa.</p>		
Bibliografia Básica		
<p>LEITE, F. Fundamentos de química analítica. São Paulo. Ed: Cengage Learning, 2012. HARRIS, D. C. Análise Química Quantitativa. Rio de Janeiro: LTC, 2012. HOLLER, F. J., SKOOG, D.A. Fundamentos de Química Analítica. São Paulo. Ed: Cengage Learning, 2012.</p>		
Bibliografia Complementar		

Disciplina:	Deontologia e Legislação Farmacêutica	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60
Ementa		
<p>Deontologia e Legislação Farmacêutica. Noções de Direito: Lei (classificação, hierarquia e formação das leis). Ética. Conceitos (ética e moral). Código de ética da profissão farmacêutica. Regulamentos, resoluções e recomendações do Ministério da Saúde, do Conselho Federal de</p>		

Farmácia e da Vigilância Sanitária. Bioética: Ética aplicada à saúde e Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução N 196 de 10 de Outubro de 1996. Estabelece os requisitos para realização de pesquisa clínica de produtos para saúde utilizando seres humanos. Diário Oficial da União. Brasília/DF. 16 de outubro de 1996.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Código de Ética da Profissão Farmacêutica.

FIGUEIREDO, Antônio Carlos (Org.). Vade Mecum Referenciado da Legislação Brasileira. 1ª Ed. Primeira impressão, 2007.

Bibliografia Complementar

VIEIRA, S.; HOSSNE, W.S. Pesquisa médica: a ética e a metodologia. São Paulo: Pioneira, 1998. ZUBIOLI, A. Ética farmacêutica: deontologia, ética e direito. 1ª Ed., São Paulo: Sobravime, 2004.

BRASIL, Lei nº 10.669, de 14 de maio de 2003. Altera a Lei no 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos.

_____. Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960. Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia, e dá outras Providências.

_____. Lei nº 5991, de 17 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências.

Disciplina:	Bioquímica II	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 30	Prática: 30	Total: 60
Ementa		
Visão dos seres vivos, visão do metabolismo e suas características dinâmicas, Leis da termodinâmica. Metabolismo de Carboidratos, Ciclo de Krebs, Cadeia de transporte de elétrons Fosforilação oxidativa, Gliconeogênese e Ciclo de Cori, Metabolismo de ácidos graxos, Metabolismo de aminoácidos, Integração metabólica, regulação hormonal do metabolismo.		
Bibliografia Básica		
NELSON, D.L. e COX, M.M. Princípios de Bioquímica de Lehninger. ARTMED Editora S.A, 6ª ed. 2014.		
DEVLIN, T.M. Manual de Bioquímica com correlações clínicas. Editora Edgard Blucher, 6ªed. 2007.		
Bibliografia Complementar		
VOET, D.; VOET, J.G. Bioquímica. Editora Artmed, 4ª Ed. 2013.		
BERG, J.M.; TYMOCZKO, J.L.; STRYER, L. Bioquímica, 5ª ed., Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2004.		
ALLINGER, N.L., CAVA, M.P.; JONGH, D.C.; JOHNSON, C.R.; LEBEL, N.A.;		

SOLOMONS, T.W.G. & FRYHLE, C. Química Orgânica - Vols. 1 e 2. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2005. MANN, J. Secondary Metabolism. 2nd . Oxford University Press, New York. MCMURRY F., Chemistry. 4th ed. Prentice Hall, USA, 2003.
--

Disciplina:	Imunologia Básica	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 45	Prática: 15	Total: 60
Ementa		
Introdução aos conceitos básicos de imunologia: propriedades das respostas gerais imunológicas. Tecidos Linfoides. Hematopoese. Resposta imunológica inata e adaptativa. Sistema Complemento. Moléculas de MHC classe I e II. Fundamentos básicos da imunologia clínica e imuno-hematologia. Doenças autoimunes. Transplantes autólogo e heterólogo. Imunodeficiências. Vacinas e soroterapia: desenvolvimento, tipos de imunização, composição, calendário vacinal, rede de frios e imunobiológicos especiais (Cries).		
Bibliografia Básica		
ABBAS, Abul K; LICHTMAN, Andrew H; PILLAI, Shiv. Imunologia celular e molecular. Rio de Janeiro: Elsevier, c2012. xii, 545 p. ISBN: 9788535247442.		
LEVINSON, Warren. Microbiologia médica e imunologia. Porto Alegre: Artmed, 2010. 663p. ISBN: 9788536323435.		
STITES, Daniel P; TERR, Abba. I (ed). Imunologia básica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. 187 p. ISBN: 9788527709287.		
Bibliografia Complementar		
BIER, Otto. Bacteriologia e imunologia. 13.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975. xvii, 1056 p.		
MELNICK, Joseph L; ADELBERG, Edward A; BROOKS, George F. microbiologia médica de Jawetz, Melnick e Adelberg. São Paulo: McGraw-Hill, 2012. xiii, 813 p. ISBN: 9788577260522.		
PLAYFAIR, J. H. L; LYDYARD, Peter M. Imunologia médica. Rio de Janeiro: Revinter, 1999. 104 p. ISBN: 8573093293.		
ROITT, Ivan M; BROSTOFF, Jonathan; MALE, David K. Imunologia. 3.ed. São Paulo: Manóel, 1993. 1vvárias paginações. ISBN: 8520401856.		
TRABULSI, Luiz Rachid; ALTERTHUM, Flavio (Ed). Microbiologia. 5. ed. São Paulo: Atheneu, 2008. 760 p. ISBN: 9788573799811.		

Disciplina:	Hematologia Básica	Núcleo Farmácia
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 45	Prática: 15	Total: 60
Ementa		

Introdução a Hematologia Básica - noções gerais sobre estudo do sangue, estudo dos órgãos hematopoéticos (estrutura e fisiologia), colorações hematológicas, fisiologia da (eritropoese, leucopoese e plaquetopese) fisiologia do eritrócito, estudo da hemoglobina (biossíntese, função catabolismo), fisiologia do estudo dos leucócitos granulócitos (origem, propriedades e funções), estudo do Sistema Fagocítico Mononuclear (SMF), estudo dos linfócitos e subtipos delinfócitos (origem, propriedades e funções), hemostasia: função dos vasos e das plaquetas (hemostasia primária), coagulação sangüínea e da fibrinólise, reação inflamatória, imunohematologia (Sistema ABO e Rh), patologias relacionadas às séries branca e vermelha, patologias relacionadas à Hemostasia.

Bibliografia Básica

ARGÜILLES, R.G.J. Fundamentos da Hematologia 2º Edição. México: Editora Panamericana, 1998.

CISCAR, F. E.; FARRERAS, P. Diagnóstico Hematológico, Laboratório e Clínica. 3ª Edição. Barcelona: Editora JIMS, 1972.

FAILACE, R. Hemograma, Manual de Interpretação. 3ª Edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

Bibliografia Complementar

HAYHOE, F. G. J.; FLEMANS, R. J. Atlas Colorido de Citologia Hematológica. 2ª Edição. São Paulo: Editora Artes Médicas, 1991.

HOFFBRAND, A. V.; PETTIT, J. E. Hematologia Clínica Ilustrada: Manual e Atlas Colorido. São Paulo: Manole, 1991.

HOFFBRAND, A. V.; PETTIT, J. E.; MOSS, P. A. H. Fundamentos em Hematologia. 5ª Ed. Artmed, 2008.

LORENZI, Terezinha F. Manual de Hematologia-Propedêutica e Clínica. 2ª Edição. São Paulo: Medsi, 1999.

_____. Manual de Hematologia: Propedêutica e Clínica. 4ª Ed. Guanabara Koogan, 2011.

6º Período Curricular

Farmacognosia II
Farmacologia I
Bromatologia e Tecnologia de Alimentos
Assistência Farmacêutica
Farmacotécnica I
Estágio Supervisionado em Farmácia Comunitária

Disciplina:	Farmacognosia II	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 30	Prática: 30	Total: 60
Ementa		
Aproveitamento tecnológico de produtos naturais; Biossíntese e aNvidade biológica de metabólitos secundários: derivados das vias do ácido chiquímico, acetato, mevalonato,		

metabólitos secundários de rota biossintética mista, metabólitos secundários derivados de aminoácidos; Análise farmacognóstica quantitativa de drogas vegetais; Prospecção in vitro de atividade biológica de drogas vegetais; Controle de qualidade de drogas vegetais.

Bibliografia Básica

SIMÕES, Claudia Maria de Oliveira; SCHENKEL Elior Paulo; MELLO João Carlos Palazzo de; MENTIZ Lilian Auler; PETROVICK Pedro Ros org. Farmacognosia: do produto natural ao medicamento. Porto Alegre: Artmed, 2017. 486p. ISBN: 9788582713594.

BRUNETON, Jean. Farmacognosia: fitoquímica, plantas medicinales. 2.ed. Espanha: Acribia, 2001. 1099 p. ISBN: 8420009563.

SOUZA, Vinicius Castro; FLORES, Thiago Bevilacqua; LORENZI, Harri. Introdução à botânica: morfologia. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2013. 223 p. ISBN: 9788586714429.

Bibliografia Complementar

ALBERTS, B. et al. Biologia Molecular da célula. Ed. Artmed. 5ª ed. 2010.

ATKINS, P. W; JONES, Loretta. Princípios de química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. xxii, 104, 922p. ISBN: 9788540700383.

RANG, H. P.; DALE, M. M. ; RITTER, J. M. Farmacologia. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier Science, 2009.

SILVA, P. Farmacologia. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

DEWICK, Paul M. Medicinal natural products: a biosynthetic approach. 3th ed. Chichester, West Sussex, United Kingdom: Wiley, A John Wiley and Sons, Ltd., Publication, 2009. 539 p. ISBN: 9780470741672.

OLIVEIRA, F. Farmacognosia: Identificação de drogas vegetais. 2ª Edição. São Paulo: Editora Atheneu, 2014.

Disciplina:	Farmacologia I	Núcleo Farmácia
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 45	Prática: 15	Total: 60
Ementa		
<p>Histórico, conceito e subdivisões da Farmacologia; Farmacocinética: vias de administração, absorção, distribuição, biotransformação e excreção; Modelos compartimentais de fármacos. Dose única e múltipla de fármacos. Farmacocinética linear e não linear. Parâmetros farmacocinéticos. Relação dose/efeito. Relação farmacocinética-farmacodinâmica. Farmacodinâmica: mecanismo de ação das drogas, receptores farmacológicos, mecanismos de transdução de sinais, afinidade, atividade intrínseca, eficácia e potência; Farmacologia do sistema nervoso autônomo (agonistas colinérgicos, noradrenérgicos, antagonistas colinérgicos e noradrenérgicos. 5-Hidroxitriptamina e farmacologia da enxaqueca.</p>		
Bibliografia Básica		
<p>GOODMAN, Louis Sanford; GILMAN, Alfred. As Bases Farmacológicas da Terapêutica. McGraw-Hill, 1997.</p>		

RANG, H. P.; DALE, M. M.; RITTER, J. M. Farmacologia. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier Science, 2009.

SILVA, P. Farmacologia. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

Bibliografia Complementar

HARDMAN, J. G. e COLS. Bases Farmacológicas da Prática Médica - Goodman e Gilman. 11ª ed. McGraw-Hill/Guanabara Koogan, New York/Rio de Janeiro.

LIMA, D. R. Manual de Farmacologia Clínica, Terapêutica e Toxicológica. Rio de Janeiro: MEDSI, 2002/2003.

PRADO, F.C.; Ramos J. & Valle, J.R. Atualização terapêutica 18a. Ed. São Paulo, Artes Médicas, 1997.

ZANINI, A. C. e OGA, S. Farmacologia aplicada. 5ª ed. São Paulo: Atheneu, 1994.

FUCHS, F.D. & WANNMACHER, L. – Farmacologia Clínica. Fundamentos da Terapêutica Racional. 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

Disciplina:	Bromatologia e Tecnologia de Alimentos	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 30	Prática: 30	Total: 60
Ementa		
Métodos qualitativos e quantitativos de análise de alimentos. Padronização de Metodologias analíticas em análise de alimentos. Composição centesimal e valor energético dos alimentos. Rotulagem nutricional. Aditivos Alimentares. Água em alimentos e métodos analíticos. Carboidratos em alimentos e métodos analíticos. Lipídeos em alimentos e métodos analíticos. Proteínas e enzimas em alimentos e métodos analíticos. Minerais e vitaminas em alimentos e métodos analíticos. Alimentos funcionais. Métodos de conservação de Alimentos.		
Bibliografia Básica		
ARAÚJO, Júlio Maria de Andrade. Química de alimentos: teoria e prática. 5. ed. atual. e ampl. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2012. 601p. ISBN: 9788572694049.		
CECCHI, Heloísa Máscia. Fundamentos teóricos e práticos em análise de alimentos. 2.ed.rev. Campinas, SP: UNICAMP, 2013. 207 p.		
DAMODARAN, Srinivasan; PARKIN, Kirk L; FENNEMA, Owen R. Química de alimentos de Fennema. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 900 p. ISBN: 9788536322483.		
Bibliografia Complementar		
FRANCO, Bernadette D. Gombossy de Melo; LANDGRAF, Mariza. Microbiologia dos Alimentos. São Paulo, SP: Atheneu, 2008. ISBN: 8573791217.		
FRANCO, Guilherme. Tabela de composição química dos alimentos. 9. ed. São Paulo, SP: Atheneu, 2008. 307 p.		
GAVA, Altanir Jaime; SILVA, Carlos Alberto Bento da; FRIAS, Jenifer Ribeiro Gava. Tecnologia de alimentos: princípios e aplicações. 2.ed. São Paulo: Nobel, 2009. 511 p. ISBN:		

9788521313823.

ORDOÑEZ PEREIRA, Juan A. Tecnologia de alimentos. Porto Alegre: Artmed, 2005. 278 p.

SILVA, D. J; QUEIROZ, Augusto César de. Análise de alimentos: métodos químicos e biológicos. 3.ed. Viçosa, MG: Editora UFV, 2002. 235 p. ISBN: 9788572691055.

Disciplina:	Assistência Farmacêutica	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60
Ementa		
<p>Histórico, conceito e princípios da Assistência Farmacêutica. Organização e financiamento da Assistência Farmacêutica no SUS. Ciclo logístico da Assistência Farmacêutica. Atenção farmacêutica no contexto da Assistência Farmacêutica. Política Nacional de Medicamentos. Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Uso racional de medicamentos. Centro de informação sobre medicamentos.</p>		
Bibliografia Básica		
<p>GOMES, Maria José Vasconcelos de Magalhães; REIS, Adriano Max Moreira. Ciências farmacêuticas: uma abordagem em farmácia hospitalar. São Paulo: Atheneu, 2011.</p> <p>GOODMAN, Louis Sanford; GILMAN, Alfred. As Bases Farmacológicas da Terapêutica. McGrawHill, 1997.</p> <p>BARROS, E.; BARROS, HMT. Medicamentos na prática clínica. Porto Alegre: Artmed. 2010.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>BRASIL, Ministério da Saúde. Relação Nacional de Medicamentos Essenciais: RENAME. 5ª Ed. Ministério da Saúde, 2007.</p> <p>CIPOLLE, R.J.; STRAND, L.M., MORLEY, P.C. O Exercício do Cuidado Farmacêutico. Brasília. Conselho Federal de Farmácia, 2006.</p> <p>FUCHS, FD et al. Farmacologia Clínica: fundamentos da terapêutica racional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.</p> <p>GUYTON, A. C. HALL, J. E. Tratado de Fisiologia Médica. 8ª Ed. Rio de Janeiro: GuanabaraKoogan, 1991.</p> <p>STORPIRTIS et al. Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.</p>		

Disciplina:	Farmacotécnica I	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 30	Prática: 30	Total: 60
Ementa		
<p>Delineamento de formas farmacêuticas (Pré-formulação). Considerações biofarmacêuticas sobre formas e fórmulas farmacêuticas e vias de administração. Insumos farmacêuticos ativos (IFA) e substâncias adjuvantes. Formas Farmacêuticas Sólidas: Pós farmacêuticos. Propriedades físico mecânicas de pós. Granulados. Comprimidos e Revestimento de comprimidos (Peliculado e</p>		

Drageamento). Cápsulas. Legislação. Boas práticas de manipulação (BPM).
Bibliografia Básica
ALLEN, L.V; POPOVICH, N. G; NICHOLAS G. ANSEL, H. C. Formas Farmacêuticas e Sistemas de Liberação de Fármacos, 8 ^a ed. Artmed, Porto Alegre, 2007,776p.55
GENNARO, A. R; Remington's Pharmaceutical Sciences, Mack Publishing Company, Easton, 8 ^a ed, 1990.
GIL, ERIC S; Farmacotécnica compacta, Pharmabooks, São Paulo ,2006.
Bibliografia Complementar
AULTON, M. E; Delineamento de Formas Farmacêuticas, 2 ^a ed. Artmed, Porto Alegre,2005,667p.
CHAPENTIER, B. HAMON-LORLÉAC'H H.F; HARLAY, A; HUARD, A; RIDOUX, L. Conceitos Básicos Para a Prática Farmacêutica. Organização Andrei, 2002, 796p.
CONRADO, M.F.L; CORDEIRO, P.C.C; CORDEIRO, P.P.M. Gestão Farmacotécnica Magistral, V.1, 2 ^a Ed, Editora Basse, Camboriu, 2008, 624p.
SINKO, P. J. Físico-Farmácia e Ciências Farmacêuticas. 5 ^a Ed. Artmed, Porto Alegre, 2008, 810p.
THOMPSON, J. E. A Prática Farmacêutica na Manipulação de Medicamentos, Artmed, Porto Alegre, 2006, 676p.

Disciplina:	Estágio Supervisionado em Farmácia Comunitária	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 0	Prática: 100	Total: 100
Ementa		
Estágio Supervisionado por docente do Curso de Farmácia desenvolvido em estabelecimentos farmacêuticos, legalmente constituídos em atividades regulamentadas para o profissional da área. Introdução ao desenvolvimento das atividades práticas profissionalizantes. Conceitos fundamentais da relação interpessoal, teoria e prática do relacionamento profissional e ético com integração a conhecimentos gerais do funcionamento e organização de Farmácias Comunitárias.		
Bibliografia Básica		
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: referências - elaboração. Rio de Janeiro, 2002.		
BRASIL, Ministério da Saúde. Relação Nacional de Medicamentos Essenciais: RENAME. 5 ^a Ed. Ministério da Saúde, 2007.		
DADER, MFJ ET AL. Atenção Farmacêutica: conceitos, processos e casos práticos. São Paulo: RCN Editora, 2008.		
Bibliografia Complementar		
GOMES, M. J. V. M.; Ciência Farmacêutica: uma abordagem em Farmácia Hospitalar. São Paulo: Atheneu, 2000.		

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. Fundamentos de metodologia científica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEE, A. Reações Adversas a Medicamentos. Porto Alegre: Artmed 2009.

LIMA, D.R. Manual de farmacologia clínica, terapêutica e toxicologia. Rio de Janeiro: Médse, 2004.

Método Dader. Programa Dader. Guia de seguimento farmacoterapêutico. Tercera edição, 2007.

7º Período Curricular

Análises Clínicas I
Farmacotécnica II
Farmacologia II
Farmácia Hospitalar
Química Farmacêutica e Medicinal I
Estágio Supervisionado em Assistência Farmacêutica

Disciplina:	Análises Clínicas I	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 45	Prática: 15	Total: 60
Ementa		
<p>Introdução à Hematologia Clínica - Colheita de material para exames hematológicos. Técnicas hematológicas. Citologia normal do sangue. Hemograma, alterações qualitativas e quantitativas da citologia do sangue. Diagnóstico laboratorial das anemias, leucemias e demais processos patológicos do sangue. Hemoglobinopatias, colagenoses, hemostasia e coagulação sanguínea. Imunohematologia. Sistema ABO e Rh. Doença hemolítica do recém-nascido, anemias autoimunes e iso-imunes. Classificação sanguínea e técnicas laboratoriais imunohematológicas. Colheita de material biológico para exames bioquímicos. Métodos de análise em bioquímica clínica. Realização e interpretação de exames em bioquímica clínica e toxicologia. Controle de qualidade em laboratório clínico. Fundamentos de imunologia. Avaliação da imunologia humoral e celular. Relação: parasito-hospedeiro. Sorologia e vacinas. Radioensaio. Ensaio imunoradiométrico. Imunoensaio enzimático homogêneo. Ensaio do imunoabsorvente ligado por enzima (ELISA). Ensaio imunofluorimétrico. Quimiluminescência. Bioluminescência, reação de aglutinação, reação de precipitação. Introdução à Parasitologia Clínica, Métodos de coloração e quantificação para pesquisa em Hematozoários.</p>		
Bibliografia Básica		
<p>ABBAS, A. K.; LICHTMAN, A. H.; PILLAI, S. Imunologia Celular e Molecular. 6a ed. Elsevier, 2008.</p> <p>_____. Diagnóstico Laboratorial - Diagnóstico das Principais Doenças Infecciosas e Parasitárias e Auto-imunes. Correlação Clínico-Laboratorial. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.</p> <p>FERREIRA, A.; ÁVILA, S. Diagnóstico Laboratorial. Guanabara Koogan, 2001.</p>		
Bibliografia Complementar		

ARGÜILLES, R.G.J. Fundamentos da Hematologia 2º Edição. México: Editora Panamericana, 1998.

GORCZYNSKI, R.; STANLEY, J. Imunologia Clínica. Reichmann e Afonso, 2001.

HARMENING, D. Técnicas Modernas em Banco de Sangue e Transfusão. 2ª Edição. São Paulo: Editora Revinter, 1992.

HAYHOE, F. G. J.; FLEMANS, R. J. Atlas Colorido de Citologia Hematológica. 2ª Edição. São Paulo: Editora Artes Médicas, 1991.

HOFFBRAND, A. V.; PETTIT, J. E. Hematologia Clínica Ilustrada: Manual e Atlas Colorido. São Paulo: Manole, 1991.

Disciplina:	Farmacotécnica II	Núcleo Farmácia
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 30	Prática: 30	Total: 60
Ementa		
Noções gerais sobre estabilidade e conservação de medicamentos seguindo legislações específicas (ANVISA). Estudo do racional de formas farmacêuticas (Pré-formulação), convencionais líquidas (soluções e sistemas dispersos) e semissólidas (pomadas, pastas, cremes e géis). Novas formas farmacêuticas e tecnologia de liberação de fármacos. Sistemas de liberação transdérmicos (SLT). Noções gerais sobre a reologia de fluídos na produção de medicamentos.		
Bibliografia Básica		
ALLEN, L.V; POPOVICH, N. G; NICHOLAS G. ANSEL, H. C. Formas Farmacêuticas e Sistemas de Liberação de Fármacos, 8ª ed. Artmed, Porto Alegre, 2007,776p.55		
GENNARO, A. R; Remington's Pharmaceutical Sciences, Mack Publishing Company, Easton, 8ª ed, 1990.		
GIL, ERIC S; Farmacotécnica compacta, Pharmabooks, São Paulo ,2006		
Bibliografia Complementar		
AULTON, M. E; Delineamento de Formas Farmacêuticas, 2ª ed. Artmed, Porto Alegre, 2005,667p.		
CHAPENTIER, B. HAMON-LORLÉAC´H H.F; HARLAY, A; HUARD, A; RIDOUX, L. Conceitos Básicos Para a Prática Farmacêutica. Organização Andrei, 2002, 796p.		
CONRADO, M.F.L; CORDEIRO, P.C.C; CORDEIRO, P.P.M. Gestão Farmacotécnica Magistral, V.1, 2ª Ed, Editora Basse, Camboriu, 2008, 624p.		
SINKO, P. J. Físico-Farmácia e Ciências Farmacêuticas. 5ª Ed. Artmed, Porto Alegre, 2008, 810p.		
THOMPSON, J. E. A Prática Farmacêutica na Manipulação de Medicamentos, Artmed, Porto Alegre, 2006, 676p.		

Disciplina:	Farmacologia II	Núcleo Farmácia
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60
Ementa		
<p>Farmacologia do sistema cardiovascular (drogas anti-hipertensivas e glicosídeos cardiotônicos), Diuréticos, Fármacos antiinflamatórios (Esteroidais e não esteroidais) e imunossuppressores, Fármacos redutores de lipídeos, Fármacos que atuam na cascata da coagulação, Antiplaquetárise fibrinolíticos, Fármacos usados no tratamento de doenças pulmonares, Fármacos usados no trato gastrointestinal, Fármacos usados no tratamento do Diabetes Melito e Fármacos usados no tratamento de doenças da Tireóide.</p>		
Bibliografia Básica		
<p>GOODMAN, Louis Sanford; GILMAN, Alfred. As Bases Farmacológicas da Terapeutica. McGraw-Hill, 1997.</p> <p>RANG, H. P.; DALE, M. M. ; RITTER, J. M. Farmacologia. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier Science, 2009.</p> <p>SILVA, P. Farmacologia. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. KATZUNG, B. G. Farmacologia Básica e Clínica. 10a ed. São Paulo: Lange, 2007.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>HARDMAN, J. G. e COLS. Bases Farmacológicas da Prática Médica - Goodman e Gilman. 11ª ed. McGraw-Hill/Guanabara Koogan, New York/Rio de Janeiro.</p> <p>LIMA, D. R. Manual de Farmacologia Clínica, Terapêutica e Toxicológica. Rio de Janeiro: MEDSI, 2002/2003.</p> <p>PRADO, F.C.; Ramos J. & Valle, J.R. Atualização terapêutica 18a. Ed. São Paulo, Artes Médicas, 1997.</p> <p>ZANINI, A. C. e OGA, S. Farmacologia aplicada. 5ª ed. São Paulo: Atheneu, 1994.</p> <p>FUCHS, F.D. & WANNMACHER, L. – Farmacologia Clínica. Fundamentos da Terapêutica Racional. 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.</p>		

Disciplina:	Farmácia Hospitalar	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60
Ementa		
<p>Ementa: Hospital: Conceito e funções, Classificação. Introdução à Farmácia Hospitalar: histórico, conceito estrutura e organização. Legislação aplicada à Farmácia Hospitalar. Padronização e Seleção de Medicamentos. Sistemas de distribuição de medicamentos. Aspectos gerais da Assistência Farmacêutica na quimioterapia. Controle de infecção hospitalar e Comissão de controle de infecção hospitalar. Aspectos clínicos no âmbito da Farmácia Hospitalar. Farmacovigilância.</p>		
Bibliografia Básica		
<p>GOMES, Maria José Vasconcelos de Magalhães; REIS, Adriano Max Moreira (Org.). Ciências</p>		

farmacêuticas: uma abordagem em farmácia hospitalar. 1. ed. São Paulo: Atheneu, 2000. 559p.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE FARMÁCIA HOSPITALAR. Guia de boas práticas em farmácia hospitalar e serviços de saúde. São Paulo: SBRAFH, 2009. 356p.

STORPIRTIS, Sílvia et al. (Org.). Farmácia clínica e atenção farmacêutica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 489p.

Bibliografia Complementar

AIZENSTEIN, Moacyr Luiz. Fundamentos para o uso racional de medicamentos. São Paulo: Artes Médicas, 2010. 198p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Relação nacional de medicamentos essenciais – RENAME. 7. ed. Brasília: Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, 2010. 250p.

CIPRIANO, Sonia Lucena; PINTO, Vanusa Barbosa; CHAVES, Cleuber Esteves. Gestão estratégica em farmácia hospitalar: aplicação prática de um modelo de gestão para qualidade. São Paulo: Atheneu, 2009. 158p.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. Relação estadual de medicamentos essenciais e medicamentos excepcionais – REMEME. Vitória: SESA, 2007. 342p.

FERRACINI, Fábio Teixeira; BORGES FILHO, Wladimir Mendes. Prática farmacêutica no ambiente hospitalar: do planejamento à realização. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2010. 416p.

Disciplina:	Química Farmacêutica e Medicinal I	Núcleo Farmácia
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 45	Prática: 15	Total: 60
Ementa		
Aspectos gerais da ação dos fármacos; Interações envolvidas no reconhecimento molecular; Fatores estereoquímicos e conformacionais envolvidos no reconhecimento molecular; Propriedades físico-químicas e a atividade biológica; Metabolismo de fármacos; A origem dos fármacos; Estratégias de modificação molecular: Biosisosterismo, Latenciação, Hibridização, Simplificação; Síntese de Fármacos; Relação entre a Estrutura e Atividade Biológica de Antibióticos, hipocolesterolêmicos, antihistamínicos, antiparasitários.		
Bibliografia Básica		
BARREIRO, E. J.; FRAGA, C. A. M. Química medicinal: as bases moleculares da ação dos fármacos. 2a Ed., Porto Alegre: Artmed, 2008.		
KOROLKOVAS, A.; BURCKHALTER, J. H. Química Farmacêutica. Guanabara Koogan, 1988.		
LEMKE, T. L.; WILLIAMS, D. A. Foye's Principles of Medicinal Chemistry. 7th ed. Lippincott Williams & Wilkins, 2013.		
Bibliografia Complementar		
ALLINGER, Norman L. Química orgânica. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC- Livro Técnico e Científico, 2011. 961p. ISBN: 9788521610946.		

SOLOMONS, T. W. Graham; FRYHLE, Craig B. Química orgânica, volume 1. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. xxi, 616 p. ISBN: 9788521620334.

SOLOMONS, T. W. Graham; FRYHLE, Craig B. Química orgânica: volume 2. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC Ed., 2012. xxii, 613 p.

CARRAZZONI, Ed Paschoal. Química orgânica básica. Recife: Fundação Antonio dos Santos Abranches, 1984. 182p.

BRUNETON, Jean. Farmacognosia: fitoquímica, plantas medicinales. 2.ed. Espanha: Acribia, 2001. 1099 p. ISBN: 8420009563.

Disciplina:	Estágio Supervisionado em Assistência Farmacêutica	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 0	Prática: 120	Total: 120
Ementa		
Estágio Supervisionado por docente do Curso de Farmácia desenvolvido em estabelecimentos públicos ou privados onde se tem uma Central de Abastecimento Farmacêutico-CAF, legalmente constituída em atividades regulamentadas para o profissional farmacêutico. Seleção, aquisição, distribuição e uso de medicamentos em farmácias. Gestão, controle de qualidade de medicamentos, administração.		
Bibliografia Básica		
DADER, M.F.J. <i>et al.</i> Atenção Farmacêutica: conceitos, processos e casos práticos. São Paulo: RCN Editora, 2008.		
GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisas. Atlas: São Paulo, 1991.		
GOMES, M.J.V.M. Ciência Farmacêutica: uma abordagem em Farmácia Hospitalar. São Paulo: Atheneu, 2000.		
Bibliografia Complementar		
LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. Fundamentos de metodologia científica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.		
LEE, A. Reações Adversas a Medicamentos. Porto Alegre: Artmed 2009.		
LIMA, D.R. Manual de farmacologia clínica, terapêutica e toxicologia. Rio de Janeiro: Médse, 2004.		
Método Dader. Programa Dader. Guia de seguimento farmacoterapêutico. Terecera edición, 2007. Disponível em: www.atencionfarmaceutica-ugr.es .		
OSÓRIO-CASTRO, C.G. Estudos de utilização de medicamentos: noções básicas. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000.		

8º Período Curricular

Análises Clínicas II

Tecnologia de Medicamentos e Cosméticos

Cuidados Farmacêuticos (Atenção Farmacêutica)
Química Farmacêutica e Medicinal II
Controle de Qualidade de Medicamentos
Toxicologia Geral
Estágio Supervisionado em Análises Clínicas I

Disciplina:	Análises Clínicas II	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 30	Total: 90
Ementa		
<p>Estudo sobre os agentes infecciosos e parasitários de interesse clínico, com ênfase nas bactérias e fungos. Síndromes infecciosas causadas por bactérias. A relação parasito-hospedeiro e a imunopatogênese. Técnicas de coleta de amostras clínicas, meios de cultura e semeadura. Métodos microbiológicos de isolamento e identificação, caracterização fenotípica e/ou genotípica de bactérias. Bacterioscopia e Baciloscopia: leitura e interpretação de esfregaços clínicos para diagnóstico microbiológico. Testes de sensibilidade aos antimicrobianos. Síndromes infecciosas causadas por fungos. Micológico direto: coleta de amostra, leitura e interpretação de esfregaços clínicos para o diagnóstico micológico. Cultura e identificação de fungos de interesse clínico. Controle de qualidade em laboratório de microbiologia clínica.</p>		
Bibliografia Básica		
<p>KONEMAN, E.W. et al. Diagnóstico Microbiológico, Texto e Atlas Colorido. Rio de Janeiro: Medsi, 2012.</p> <p>JAWETZ, E. et al. Microbiologia Médica. Tradução de: Jawetz, Melnick & Adelberg's medical microbiology. 26a. Edição. AMGH, 2014.</p> <p>FOCACCIA, R. Tratado de Infectologia. 4a. Edição. Atheneu. 2010.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>OPLUSTIL, C.P. et al. Procedimentos básicos em Microbiologia clínica. São Paulo, 3a ed. Sarvier, 2010.</p> <p>OPLUSTIL, C.P. et al. Microbiologia clínica. São Paulo, Sarvier, 2012.</p> <p>FERREIRA, A.W. Diagnóstico Laboratorial das Principais Doenças Infecciosas e Parasitárias e Auto-ímmunes. Correlações clínico-laboratoriais. 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.</p> <p>LEVINSON, W. Microbiologia médica e imunologia. 13a. Edição. Porto Alegre: AMGH, 2016.</p> <p>LACAZ, C.S.; PORTO, E.; MARTINS, J.E.C. Tratado de Micologia médica. 9a Ed. São Paulo: Sarvier, 2002.</p>		

Disciplina:	Tecnologia de Medicamentos e Cosméticos	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 45	Prática: 15	Total: 60

Ementa
Estudos de pré-formulação. Tecnologia de secagem de produtos farmacêuticos. Desenvolvimento e validação de metodologias analíticas (cromatografia, análise térmica e espectroscopia para desenvolvimento de medicamentos). Caracterização de matérias-primas, produtos intermediários e finais farmacêuticos e cosméticos. Planejamento de formas farmacêuticas sólidas, líquidas e semi-sólidas (<i>design of experiments</i>). Etapas no desenvolvimento de novos medicamentos. Nanotecnologia. Lipossomas. Nanopartículas. Nanoemulsões e microemulsões. Nanotecnologia aplicado á cosmetologia. Métodos de estudo de permeação de insumos cosméticos e farmacêuticos
Bibliografia Básica
ALLEN, L.V; POPOVICH, N. G; NICHOLAS G. ANSEL, H. C. Formas Farmacêuticas e Sistemas de Liberação de Fármacos, 8 ^a ed. Artmed, Porto Alegre, 2007,776p.55
GENNARO, A. R; Remington's Pharmaceutical Sciences, Mack Publishing Company, Easton, 8 ^a ed, 1990.
GIL, ERIC S; Farmacotécnica compacta, Pharmabooks, São Paulo, 2006
Bibliografia Complementar
ANSEL, H.C., STOKLOSA, M.J. Cálculos farmacêuticos – 12.ed. Ed. Artmed. ISBN: 9788536311661. 2008. 452 p.
BATISTUZZO, J.A.O., ITAYA, M., ETO, Y. Formulário Médico Farmacêutico – 4 ed. Ed. Pharmabooks. ISBN: 9788589731508. 2011. 785 p.
FARMACOPEIA Brasileira. 5 ed. São Paulo (SP): Atheneu, 2019. Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/hotsite/cd_farmacopeia/index.htm .
FERREIRA, A.O., SOUZA, G.F. Preparações Oraís Líquidas – 3 ed. Ed. Pharmabooks. 2011.
LACHMAN, L.; LIEBERMAN, H.A.; KANIG, J.L. Teoria e prática na indústria farmacêutica. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. 2v.

Disciplina:	Cuidados Farmacêuticos (Atenção Farmacêutica)	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60
Ementa		
Filosofias focadas no cuidado ao paciente. Conceitos sobre cuidado farmacêutico e seguimento farmacoterapêutico. Princípios de farmacoterapia. Métodos de seguimento farmacoterapêutico. Registro farmacoterapêutico e seguimento do paciente. Resultados Negativos Associados a Medicamentos (RNM) e Problemas Relacionados à Medicamentos (PRM). Organização do serviço. Indicadores de qualidade. Adesão ao tratamento: importância, formas de medir e melhorar		
Bibliografia Básica		
BISSON, Marcelo Polacow. Farmácia clínica & atenção farmacêutica. 2.ed. Barueri, SP: Manole, 2007. 371p. ISBN: 8520424163.		
DADER, María José Faus; MUÑOZ, Pedro Amariles; MARTÍNEZ-MARTÍNEZ, Fernando. Atenção farmacêutica: conceitos, processos e casos práticos. São Paulo: RCN, 2008. 233 p.		

ISBN: 978856214110.

STORPIRTIS, Sílvia et al. Farmácia clínica e atenção farmacêutica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2008. xxxiii, 489 p. (Ciências farmacêuticas) ISBN: 9788527713801.

Bibliografia Complementar

MARQUES, Luciene Alves Moreira. Atenção farmacêutica em distúrbios maiores. 2. ed. São Paulo: Medfarma, 2013. 444 p. ISBN: 9788589248112.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução N 196 de 10 de Outubro de 1996. Estabelece os requisitos para realização de pesquisa clínica de produtos para saúde utilizando seres humanos. Diário Oficial da União. Brasília/DF. 16 de outubro de 1996.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Código de Ética da Profissão Farmacêutica.

FIGUEIREDO, Antônio Carlos (Org.). Vade Mecum Referenciado da Legislação Brasileira. 1ª Ed. Primeira impressão, 2007.

ZUBIOLI, A. Ética farmacêutica: deontologia, ética e direito. 1ª Ed., São Paulo: Sobravime, 2004.

Disciplina:	Química Farmacêutica e Medicinal II	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 30	Prática: 30	Total: 60

Ementa

Processo de Inovação em fármacos e medicamentos; A inovação farmacêutica e sua proteção; Pesquisa e Desenvolvimento de Biofármacos; Pesquisa e Desenvolvimento de Radiofármacos; Introdução à Modelagem Molecular no planejamento de fármacos; Relação entre a Estrutura e Atividade Biológica de Antihipertensivos, Antitumorais, Antivirais e Analgésicos.

Bibliografia Básica

BARREIRO, E. J.; FRAGA, C. A. M. Química medicinal: as bases moleculares da ação dos fármacos. 2a Ed., Porto Alegre: Artmed, 2008.

KOROLKOVAS, A.; BURCKHALTER, J. H. Química Farmacêutica. Guanabara Koogan, 1988.

LEMKE, T. L.; WILLIAMS, D. A. Foye's Principles of Medicinal Chemistry. 7th ed. Lippincott Williams & Wilkins, 2013.

Bibliografia Complementar

ALLINGER, Norman L. Química orgânica. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC- Livro Técnico e Científico, 2011. 961p. ISBN: 9788521610946.

SOLOMONS, T. W. Graham; FRYHLE, Craig B. Química orgânica, volume 1. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. xxi, 616 p. ISBN: 9788521620334.

SOLOMONS, T. W. Graham; FRYHLE, Craig B. Química orgânica: volume 2. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC Ed., 2012. xxii, 613 p.

CARRAZZONI, Ed Paschoal. Química orgânica básica. Recife: Fundação Antonio dos Santos

Abranches, 1984. 182p.

BRUNETON, Jean. Farmacognosia: fitoquímica, plantas medicinales. 2.ed. Espanha: Acribia, 2001. 1099 p. ISBN: 8420009563.

Disciplina:	Controle de Qualidade de Medicamentos	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 45	Prática: 15	Total: 60
Ementa		
Estudo e avaliação da qualidade de fármacos, medicamentos e Insumos de origem vegetal, segundo compêndios oficiais e resoluções da Anvisa. Legislação e normas de gestão de qualidade (ICH, ABNT, ISO, ANVISA, INMETRO).		
Bibliografia Básica		
GIL, ERIC DE SOUZA. Controle físico-químico de qualidade de medicamentos. São Paulo; Pharmabooks; 3 ed; 2010. 511 p.		
FARMACOPÉIA Brasileira. 5ª ed., Rio de Janeiro: Ateneu, 2010 (parte I), 2010 (parte II).		
ROWE, R.C., SHESKEY, P.J., OWEN, S.C. Handbook of Pharmaceutical Excipients. 5th ed London: Pharmaceutical Press, 2006. 918 p.		
SANTORO M.I.R.M. Introdução ao controle de qualidade de medicamentos. São Paulo: Atheneu, 1988.		
Bibliografia Complementar		
PINTO, T.de J.A., KANEKO, T.M., OHARA, M.T. Controle Biológico de Qualidade de Produtos Farmacêuticos, Correlatos e Cosméticos. São Paulo, Atheneu, 2003.		
SWEETMAN, S.C. Martindale: the complete drug reference. 35rd ed. London: Pharmaceutical Press, 2007.		
USP 30-NF 25. The United States Pharmacopeia 30th ed. and The National Formulary 25 ed. Rockville, MD, 2007.		
Periódicos de circulação nacional e internacional e.g., Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas, Química Nova, AAPSPPharmSciTech, Analytical Chemistry,		

Disciplina:	Estágio Supervisionado em Análises Clínicas I	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 0	Prática: 100	Total: 100
Ementa		
Estágio Supervisionado por docente do Curso de Farmácia desenvolvido em estabelecimentos públicos ou privado, legalmente constituído em atividades regulamentadas para o profissional farmacêutico. O acadêmico irá vivenciar e aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso 121 através da atuação em laboratórios de análises clínicas. Interpretação de análises clínicolaboratoriais, incluindo os exames hematológicos, citológicos, citopatológicos, bioquímicos, imunológicos, biologia molecular, análises toxicológicas e outros métodos diagnósticos.		

Bibliografia Básica
ABBAS, A. [et al.]. Imunologia celular e molecular. 4.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: referências - elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
BRASIL, Ministério da Saúde. Relação Nacional de Medicamentos Essenciais: RENAME. 5ªEd. Ministério da Saúde, 2007.
Bibliografia Complementar
BIANCHI, A. C. M.; BIANCHI, R.; ALVARENGA, M. Manual de orientação: estágio supervisionado. 3.ed. Sao Paulo: Cengage Learning, 2003. 97p.
BOAVENTURA, E. M. Como ordenar as ideias. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997. 59 p. BURIOLLA, M. O estágio supervisionado. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

9º Período Curricular

Toxicologia Clínica e Forense
Fitoterapia
Gestão da Assistência Farmacêutica
Farmácia Clínica
Estágio Supervisionado em Cuidados Farmacêuticos
Estágio Supervisionado em Farmácia Magistral

Disciplina:	Toxicologia Clínica e Forense	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60
Ementa		
Análise toxicológica: importância, prevenção, prognóstico e diagnóstico da intoxicação sob os aspectos clínico e forense. Sistemas de Qualidade em laboratório e validação de métodos analíticos. Análise toxicológica de medicamentos: monitorização terapêutica e análise de urgência. Análise toxicológica dos principais fármacos e drogas de abuso. Controle ambiental e biológico de contaminantes presentes no meio ambiente. Controle biológico da exposição ocupacional aos contaminantes químicos do ambiente de trabalho. Análise de aditivos contaminantes de alimentos.		
Bibliografia Básica		
MOREAU, Regina Lúcia de Moraes; SIQUEIRA, Maria Elisa Pereira Bastos de. Toxicologia analítica: Regina Lúcia de Moraes, Maria Elisa Pereira Bastos de Siqueira. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. 332p. (Ciências farmacêuticas)		
OGA, Seizi. Fundamentos de toxicologia. 4.ed. São Paulo: Atheneu, 2014. 685 p. ISBN: 9788574541075		
Bibliografia Complementar		
OLSON, Kent R. Manual de toxicologia clínica: escrito pelos profissionais do California Poison Control System. Porto Alegre: AMGH, 2014. 813 p. ISBN: 9788580552652.		
PASSAGLI, Marcos (et al). Toxicologia forense: teoria e prática. 3. ed. Campinas, SP:		

Millennium, 2011. 471 p. (Tratado de perícias criminalísticas) ISBN: 9788576252436.

Disciplina:	Fitoterapia	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60
Ementa		
<p>Aspectos históricos e contemporâneos da fitoterapia; As plantas medicinais e seus princípios ativos; A cadeia produtiva da Fitoterapia: da planta medicinal ao fitoterápico; Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em plantas medicinais e fitoterápicos; Fitoterapia clínica: Aspectos farmacológicos celulares e moleculares da terapêutica Fitoterápica nos diversos sistemas orgânicos: Respiratório, Circulatório, Digestório, Urinário, Nervoso; O potencial da fitoterapia no tratamento de doenças infecciosas e inflamatórias; Interações terapêuticas relacionadas a plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos, Aspectos regulatórios e clínicos da prescrição de plantas medicinais e fitoterápicos; Políticas e regulamentação da Fitoterapia no Brasil; A fitoterapia no Sistema Único de Saúde (SUS).</p>		
Bibliografia Básica		
<p>ALONSO, J. Tratado de Fitofármacos e Nutracêuticos. Rosário/Argentina: Corpus Libros, 2004.</p> <p>BERG, Maria Elisabeth Van der, Plantas Medicinais na Amazônia: Contribuição ao seu Conhecimento Sistemático. MPEG, 2010.</p> <p>CARVALHO, J.S.T. Fitoterápicos Antiinflamatórios: aspectos químicos, farmacológicos e aplicações terapêuticas. Ribeirão Preto: Tecmedd, 2004.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>INSTITUTO CENTRO DE ENSINO TECNOLÓGICO. Produtor de Plantas Medicinais. D.Rocha, 2004.</p> <p>LAMEIRA, O.A.; PINTO, J.E.B.P. Plantas Medicinais: do cultivo, manipulação e uso à recomendação popular. 1ª ed. Belém: Embrapa, 2008.</p> <p>MAGALHÃES, P.M. O caminho das Plantas Medicinais: aspectos sobre o manuseio de plantas medicinais: noções de cultivo, coleta, secagem e armazenamento. Campinas: RZM Press, 1997.</p> <p>SCHULZ, V.; HANSEL, R.; TYLER, V.E. Fitoterapia racional - Um guia de fitoterapia para as ciências da saúde. 4º ed. Barueri: Manole, 2002.</p> <p>SILVA, A. G. da. et al. Plantas Medicinais: do cultivo, manipulação e uso à recomendação popular. Belém: Embrapa, 2008.</p>		

Disciplina:	Gestão da Assistência Farmacêutica	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60
Ementa		
<p>Conceitos de gestão. Gestão da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde, Farmácias e Drogarias. Planejamento estratégico situacional enquanto ferramenta de gestão. Atributos de um gestor. Como conduzir a gestão. Compreender as competências e os atributos de um gestor, coerentes com os princípios do SUS. Necessidade de avaliar como ação inerente à gestão. Noções</p>		

de empreendedorismo no ramo farmacêutico.
Bibliografia Básica
ALONSO, Félix Ruiz; LOPES, Francisco Granizo e outros. Curso de ética em administração. Atlas, 2006.
LEITHOLD, Louis. Matemática aplicada à economia e administração. Harbra, 2001.
Planejamento E Investimentos Estratégicos. Cuidado farmacêutico na atenção básica. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015. 4 v. ISBN: 97885334219671, 97885334219812, 97885334219983, 97885334224074.
Bibliografia Complementar
STORPIRTIS, Sílvia et al. Farmácia clínica e atenção farmacêutica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2008. xxxiii, 489 p. (Ciências farmacêuticas) ISBN: 9788527713801.
BAXTER, Mike. Projeto de Produto. São Paulo: Editora Edgar Blücher, 1998.
CARVALHO, A. M. Aprendendo metodologia científica: uma orientação para os alunos de graduação. São Paulo: O Nome da Rosa, 2000.
MAGALHÃES, Gildo. Introdução à Metodologia da Pesquisa: Caminhos da Ciência e Tecnologia. 2005.
YIN, R.K. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Disciplina:	Farmácia Clínica	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 45	Prática: 15	Total: 60
Ementa		
Serviços clínicos farmacêuticos, regulamentação dos serviços clínicos farmacêuticos, conduta farmacêutica baseada em evidências, semiologia farmacêutica, prescrição farmacêutica, protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, protocolos clínicos para o manejo de problemas de saúde autolimitados, manejo de problemas relacionados à medicamentos; práticas de farmácia clínica com simulação realística e estudos de casos clínicos, consultório farmacêutico.		
Bibliografia Básica		
FUCHS, FD <i>et al.</i> Farmacologia Clínica: fundamentos da terapêutica racional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.		
GOODMAN, Louis Sanford; GILMAN, Alfred. As Bases Farmacológicas da Terapêutica. McGraw-Hill, 1997.		
BARROS, E.; BARROS, HMT. Medicamentos na prática clínica. Porto Alegre: Artmed. 2010.		
Bibliografia Complementar		
GOMES, M. J. V. M. Ciência Farmacêutica: uma abordagem em Farmácia Hospitalar. São Paulo: Atheneu, 2000.		
BRASIL, Ministério da Saúde. Relação Nacional de Medicamentos Essenciais: RENAME. 5ª Ed. Ministério da Saúde, 2007.		

Drug Information Handbook 2009-2010. Lexi-Comp. 18th. 2009-2010.

TRISSEL, L. Guia de bolso para fármacos injetáveis. Porto Alegre: Artmed 2008.Up to Date. Disponível em: <http://www.uptodateonline.com/home/index.html>.

Disciplina:	Estágio Supervisionado em Cuidados Farmacêuticos	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 0	Prática: 60	Total: 60
Ementa		
<p>Estágio Supervisionado desenvolvido em estabelecimentos farmacêuticos, legalmente constituídos em atividades regulamentadas para o profissional da área farmacêutica. Introdução ao desenvolvimento das atividades práticas profissionalizantes em atenção farmacêutica: Registro farmacoterapêutico e seguimento do paciente. Resultados Negativos Associados a Medicamentos (RNM) e Problemas Relacionados à Medicamentos (PRM). Compreender o papel do farmacêutico como membro da equipe multidisciplinar de saúde, visando o uso racional de medicamentos.</p>		
Bibliografia Básica		
<p>DADER, M.F.J. <i>et al.</i> Atenção Farmacêutica: conceitos, processos e casos práticos. São Paulo: RCN Editora, 2008.</p> <p>GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisas. Atlas: São Paulo, 1991.</p> <p>GOMES, M.J.V.M. Ciência Farmacêutica: uma abordagem em Farmácia Hospitalar. São Paulo: Atheneu, 2000.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. Fundamentos de metodologia científica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>LEE, A. Reações Adversas a Medicamentos. Porto Alegre: Artmed 2009.</p> <p>LIMA, D.R. Manual de farmacologia clínica, terapêutica e toxicologia. Rio de Janeiro: Médse, 2004.</p> <p>Método Dader. Programa Dader. Guia de seguimento farmacoterapêutico. Tercera edição, 2007. Disponível em: www.atencionfarmaceutica-ugr.es.</p> <p>OSÓRIO-CASTRO, C.G. Estudos de utilização de medicamentos: noções básicas. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000.</p>		

Disciplina:	Estágio Supervisionado em Farmácia Magistral	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 0	Prática: 120	Total: 120
Ementa		
<p>Estágio profissional supervisionado por docente do Curso de Farmácia desenvolvido em Farmácia Magistral, legalmente constituído em atividades regulamentadas para o profissional da área. Introdução ao desenvolvimento das atividades práticas profissionalizantes. Conceitos</p>		

fundamentais da relação interpessoal, teoria e prática do relacionamento profissional e ético com integração a conhecimentos gerais do funcionamento e organização de Farmácias de Manipulação. Realização de estágio em setores onde são desenvolvidas atividades relacionadas com a área da Farmácia de manipulação (homeopática, fitoterápica e alopática): preparação de formas farmacêuticas oficinais e magistrais, pequena escala. Controle de qualidade em Farmácia (incompatibilidades e estabilidade, acondicionamento e rotulagem adequados). Prática da produção de fórmulas farmacêuticas. Manejo, dispensação correta de fármacos. Atenção Farmacêutica à correta utilização dos produtos farmacêuticos dispensados.

Bibliografia Básica

ANSEL, H.C.; POPOVICH, N.G; ALLEN Jr., L.V. Farmácia: formas farmacêuticas & sistemas de liberação de fármacos. 6.ed. São Paulo: Premier, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: referências - elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

AULTON, M.E. Delineamento de formas farmacêuticas. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

Bibliografia Complementar

BRASIL, Ministério da Saúde. Relação Nacional de Medicamentos Essenciais: RENAME. 5ª Ed. Ministério da Saúde, 2007.

DADER, MFJ ET AL. Atenção Farmacêutica: conceitos, processos e casos práticos. São Paulo: RCN Editora, 2008.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisas. Atlas: São Paulo, 1991.

GOMES, M. J. V. M. Ciência Farmacêutica: uma abordagem em Farmácia Hospitalar. São Paulo: Atheneu, 2000.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. Fundamentos de metodologia científica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

10º Período Curricular

Estágio Supervisionado em Farmácia Hospitalar
Estágio Supervisionado em Análises Clínicas II
Seminário de TCC (20h)
Atividades de Extensão

Disciplina:	Estágio Supervisionado em Farmácia Hospitalar	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 0	Prática: 155	Total: 155
Ementa		
Estágio Supervisionado por docente do Curso de Farmácia desenvolvido em Farmácia Hospitalar, legalmente constituído em atividades regulamentadas para o profissional farmacêutico. Administração e gerenciamento de estoque. Elementos de administração hospitalar. Serviços de assistência farmacêutica no hospital. Setor de dispensação. Comissão de Farmácia e Terapêutica. Centros ou serviços de informações sobre medicamentos. Controle de		

infecção hospitalar. Central de Abastecimento Farmacêutico. Material médico sanitário. Sistemas de distribuição de medicamentos. Produção e controle de medicamentos em Farmácia Hospitalar. Quimioterápicos e Antineoplásicos. Atenção Farmacêutica Integral. Manejo de pacientes.

Bibliografia Básica

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: referências - elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

BIANCHI, A. C. M.; BIANCHI, R.; ALVARENGA, M. Manual de orientação: estagio supervisionado. 3.ed. Sao Paulo: Cengage Learning, 2003. 97p.

BRASIL, Ministério da Saúde. Relação Nacional de Medicamentos Essenciais: RENAME. 5ªEd. Ministério da Saúde, 2007.

Bibliografia Complementar

BOAVENTURA, E. M. Como ordenar as ideias. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997. 59 p. BRETON, J.F. Manual de estágio em Farmácia. São Paulo: Andrei, 1987.

BURIOLLA, M. O estágio supervisionado. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DADER, MFJ ET AL. Atenção Farmacêutica: conceitos, processos e casos práticos. São Paulo: RCN Editora, 2008.

Disciplina:	Estágio Supervisionado em Análises Clínicas II	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 0	Prática: 100	Total: 100
Ementa		
Estágio Supervisionado por docente do Curso de Farmácia desenvolvido em estabelecimentos públicos ou privado, legalmente constituído em atividades regulamentadas para o profissional farmacêutico. O acadêmico irá vivenciar e aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso 121 através da atuação em laboratórios de análises clínicas. Interpretação de análises clínico-laboratoriais, incluindo os exames hematológicos, citológicos, citopatológicos, bioquímicos, imunológicos, biologia molecular, análises toxicológicas e outros métodos diagnósticos.		
Bibliografia Básica		
ABBAS, A. [et al.]. Imunologia celular e molecular. 4.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.		
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: referências - elaboração. Rio de Janeiro, 2002.		
BRASIL, Ministério da Saúde. Relação Nacional de Medicamentos Essenciais: RENAME. 5ªEd. Ministério da Saúde, 2007.		
Bibliografia Complementar		
BIANCHI, A. C. M.; BIANCHI, R.; ALVARENGA, M. Manual de orientação: estagio supervisionado. 3.ed. Sao Paulo: Cengage Learning, 2003. 97p.		
BOAVENTURA, E. M. Como ordenar as ideias. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997. 59 p. BURIOLLA, M. O estágio supervisionado. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.		

Disciplina:	Seminário de TCC	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 0	Prática: 20	Total: 20
Ementa		
<p>Neste componente curricular o discente desenvolverá seu projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com a orientação de um docente e no final do semestre deverá fazer uma apresentação na forma oral e escrita de acordo com regulamentação específica vigente. O discente será orientado sobre a estrutura, a organização e a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso sob a ótica da lógica e do rigor científico.</p>		
Bibliografia Básica		
<p>BAXTER, Mike. Projeto de Produto. São Paulo: Editora Edgar Blücher, 1998.</p> <p>CARVALHO, A. M. Aprendendo metodologia científica: uma orientação para os alunos de graduação. São Paulo: O Nome da Rosa, 2000.</p> <p>MAGALHÃES, Gildo. Introdução à Metodologia da Pesquisa: Caminhos da Ciência e Tecnologia. 2005</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>YIN, R.K. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.</p> <p>CERVO, A.L. BERVIAN, P.A. Metodologia Científica. 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.</p> <p>OLIVEIRA, S. L. Tratado de Metodologia Científica. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.</p> <p>ROBSON, C. Real world research: a resource for social scientists and practitioner. Oxford: Blackwell, 1993.</p> <p>SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 22 ed. versão. São Paulo: Cortez, 2002.</p>		

Disciplina:	Atividades de Extensão	Obrigatória
Carga Horária		
Teórica:	Prática:	Total: 240
Ementa		
<p>Atuação em programas, projetos, cursos ou eventos de Extensão registrados na Pró-reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão da Ufopa. A atuação do discente deverá ser ativa, ou seja, como bolsista, voluntário, facilitador, ministrante, mediador, palestrante ou membro da comissão organizadora, e poderá ocorrer durante todo o período do curso de graduação.</p>		
Bibliografia Básica		
Este componente não tem bibliografia definida.		
Bibliografia Complementar		
Este componente não tem bibliografia definida.		

3.7 DISCIPLINAS OPTATIVAS

DISCIPLINA OPTATIVAS	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
	Tecnologia de Alimentos	60 horas
	Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (SND)	60 horas
	Estudos Integrativos da Amazônia (EIA)	60 horas
	Origem e Evolução do Conhecimento (OEC)	60 horas
	Abordagem Interdisciplinária em Saúde	60 horas
	Racionalidades e Saberes não Biomédicos	60 horas
	Libras	60 horas
	Farmacovigilância	60 horas
	Biossegurança	45 horas
	Biofísica	60 horas
	Virologia	60 horas
	Bacteriologia	60 horas
	Campo da Saúde: conceitos, saberes e práticas	60 horas
	Fitoquímica	60 horas
	Plantas Medicinais e Aromáticas	90 horas
	Química Analítica Instrumental	60 horas
	Empreendedorismo e Inovação em Saúde	60 horas
	Micologia	60 horas
	Análises Clínicas III	60 horas
Antropologia em Saúde	60 horas	
Ciências Sociais e Humanas na Saúde Coletiva	60 horas	
Políticas Públicas de Equidade em Saúde	60 horas	
Determinação Social e Ambiental em Saúde da Amazônia	60 horas	
Saúde Ambiental	60 horas	
Direitos Humanos e Saúde Coletiva	60 horas	

Disciplina:	Tecnologia de Alimentos	Optativa
Carga Horária		
Teórica: 45	Prática: 15	Total: 60
Ementa		

Aditivos alimentícios e Legislação. Enzimas de interesse alimentício. Noções básicas de Microbiologia de Alimentos. Higiene e Legislação de Alimentos. Técnicas e Métodos de conservação de alimentos. Tecnologia de produtos de origem vegetal. Bebidas. Tecnologia de produtos de origem animal. Desenvolvimento de alimentos funcionais e suplementos alimentares. Técnicas de produção de alimentos.

Bibliografia Básica

BOBBIO, F. O. Introdução a química de alimentos. São Paulo: Varela, 1992. EVANGELISTA, J. Tecnologia de alimentos. São Paulo: Atheneu, 1994. FENNEMA, O. R.;

DAMODARAN, S.; PARKIN, K. L. Química de Alimentos de Fennema – 4ª ed. - Editora Artmed, 2010

Bibliografia Complementar

ARAUJO, Julio M.A. Química de alimentos. Teoria e prática, Ed 3, Vicososa Ed. UFV, 2006. 72 BARUFFALDI, R. Fundamentos de tecnologia de alimentos. São Paulo: Atheneu, 1998.

FELLOWS, P. Tecnología del procesado de los alimentos: Principios y práctica – 2ª Ed. – Editorial Acribia, 2007.

FRANCO, B.; LANDGRAF, M. Microbiologia dos alimentos. São Paulo: Atheneu, 2008.

GAVA, Altanir J. Princípios de tecnologia de alimentos. 7. ed.. São Paulo: Nobel, 2010.

Disciplina:	Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (SND)	Optativa
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60
Ementa		
Sociedade, diversidade cultural, história e cultura afro-brasileira, economia e política. Estado, relações de poder e desenvolvimento. Relações sociedade-natureza e a questão ambiental.		
Bibliografia Básica		
BELTRÃO, Jane Felipe; SCHAAN, Denise P.; SILVA, Hilton P. Diversidade Biocultural: conversas sobre antropologia(s) na Amazônia. IN: VARGAS, João Tristan; FARIA, Dóris Santos 29 (Orgs.).		
Módulo Interdisciplinar Sociedade, Natureza e Desenvolvimento. Ciclo de Formação Interdisciplinar. 1ª ed. Santarém, Pará: UFOPA, 2010, p. 133-149 (TEXTO N. 06).		
CASTRO, Edna. Desenvolvimento e Meio Ambiente. IN: VARGAS, João Tristan; FARIA, Dóris Santos (Orgs.). Módulo Interdisciplinar Sociedade, Natureza e Desenvolvimento. Ciclo de Formação Interdisciplinar. 1ª ed. Santarém, Pará: UFOPA, 2010, p. 16-41 (TEXTO N. 01).		
MOURA, Josilda Rodrigues da Silva de; LIMA, Ivaldo Gonçalves de. Geografia do Brasil. IN: VARGAS, João Tristan; FARIA, Dóris Santos (Orgs.). Módulo Interdisciplinar Sociedade, Natureza e Desenvolvimento. Ciclo de Formação Interdisciplinar. 1ª ed. Santarém, Pa: UFOPA, 2010, p. 79-98 (TEXTO N. 03).		
Bibliografia Complementar		
ABRAMOVAY, Ricardo. O Capital Social dos Territórios: repensando o desenvolvimento		

rural. IN: ECONOMIA APLICADA, n. 2, 2000.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. IN: ESTUDOS AVANÇADOS. Vol. 19. N. 53, 2005, p.71-86. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf>.

BUENO, Eduardo. Brasil: uma história. Cinco séculos de um país em construção. São Paulo, Editora Leya, 2010.

BURGENMEIER, Beat. Economia do Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Editora Instituto Piaget, 2005.

BURSZTYN, Marcel. Políticas Públicas e o desafio das desigualdades regionais. IN: MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, SECRETARIA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE

DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Ciclo de palestras sobre o desenvolvimento. Brasília, 2000.

BURSZTYN, M.A.A. e BURSZTYN, M. Desenvolvimento sustentável: a biografia de um conceito. In: NASCIMENTO, E.P. e VIANA, J.N.S. Economia, meio ambiente e comunicação. Rio de Janeiro, Garamond, 2006.

Disciplina:	Estudos Integrativos da Amazônia (EIA)	Optativa
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60
Ementa		
<p>Amazônia: conceitos, dimensões e processos que caracterizam a região. Bioma amazônico. Ecologia, ecossistemas e povos na Amazônia. Interação Homem-Ambiente. Formação histórica, econômica e social da Amazônia. Conflitos Sociais. Serviços socioambientais da Amazônia.</p> <p>Economia da Natureza.</p>		
Bibliografia Básica		
<p>Estudos Integrativos da Amazônia (módulo). Santarém: Ufopa.</p> <p>CAPOBIANCO, J. P; VERÍSSIMO, A.; MOREIRA, A.; SAWYER, D.; SANTOS, I & PINTO, L. P. (Orgs). Biodiversidade na Amazônia Brasileira: Avaliação de Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios. São Paulo: Estação Liberdade, Instituto Socioambiental. 540 p, 2001.</p> <p>SCIENTIFIC AMERICAN BRASIL. Amazônia: a floresta e o futuro – Origens: formação geológica, surgimento da floresta e a ocupação humana. Edição nº 1. Revista Duetto.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>AYRES, J.M. As matas de várzea do Mamirauá: Médio rio Solimões. Belém: Sociedade Civil de Mamirauá. 123p. 2006.</p> <p>BECKER, B. Amazônia: nova geografia, nova política regional e nova escala de ação. IN: COY, M.; KOHLHEPP, G. Amazônia sustentável: Desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais, 2005.</p>		

BECKER, B.K.. Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados, 19(53): 71-86, 2005.

BECKER, K. B; STENNER, C. Um futuro para a Amazônia. São Paulo: oficina de Textos, 2008. BENCHIMOL, S. Amazônia formação social e cultural. Manaus: Valer, 2009.

CIÊNCIA & AMBIENTE. Amazônia: economia e políticas públicas. Universidade Federal de Santa Catarina. Janeiro/Junho, 2006

Disciplina:	Origem e Evolução do Conhecimento	Optativa
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60
Ementa		
Introdução ao pensar filosófico e ao desenvolvimento das ciências – em seus aspectos epistemológicos, teóricos e metodológicos – e promoção da integração do conhecimento e da construção interdisciplinar; abordagem sobre os saberes da tradição filosófica e das tradições locais; exame das complementaridades entre o conhecimento científico e das tradições locais bem como as possibilidades de diálogo entre os saberes.		
Bibliografia Básica		
BRABO, Jesus de N. Cardoso. Elementos de epistemologia e história da ciência. In: SOUZA, Maria de Fátima Matos de; MORAIS, Andrei Santos de (orgs.). Origem e Evolução do Conhecimento - OEC (livro-módulo). Vol. 1. Santarém: UFOPA, 2012.		
BRAGA, Tony Marcos Porto. Conhecimento Tradicional: conceitos e definições. In: SOUZA, Maria de Fátima Matos de; MORAIS, Andrei Santos de (orgs.). Origem e Evolução do Conhecimento - OEC (livro-módulo). Vol. 1. Santarém: UFOPA, 2012.		
DIAS, Elizabeth de Assis. Filosofia da Ciência. In: SOUZA, Maria de Fátima Matos de; MORAIS, Andrei Santos de (orgs.). Origem e Evolução do Conhecimento - OEC (livro-módulo). Vol. 1. Santarém: UFOPA, 2012.		
Bibliografia Complementar		
CHALMERS, Alan F. O que é ciência, afinal? São Paulo: Brasiliense, 1993. GLEISER, Marcelo. A dança do Universo. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006. GRANJER, Gilles. A Ciência e as Ciências. São Paulo: Editora UNESP, 1994.		
JAPIASSU, Hilton. Interdisciplinaridade e Patologia do Saber. RJ: Imago, 1976.		
JAPIASSU, Hilton. Introdução ao pensamento epistemológico. 7ª. Ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1992		

Disciplina:	Abordagem Interdisciplinar em Saúde	Optativa
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60
Ementa		
O debate sobre os termos interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade associados ao contexto de saúde. Aspectos da atenção integral à saúde a partir de temáticas sociais e ambientais relevantes. Estudo da prática interdisciplinar e sua relação com a visão holística do cuidado integral a saúde. Análise interdisciplinar da saúde coletiva local e regional do baixo amazonas, e os possíveis pontos de objeto de estudo em pesquisa científica visando		

transformar a realidade local
Bibliografia Básica
Fazenda, I.C.A. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. Campinas: ed Papirus, 6ª ed. 2000.
VILELA, E.M.; Mendes, I.J.M. Interdisciplinaridade e saúde: ade e saúde: estudo bibliográfico. RevLatino-am Enfermagem, n 11, v.4, p.525-31, 2003. Disponível on line em: file:///C:/Users/becelere/Downloads/1797-2709-1-PB.pdf.
VIEIRA, S.; Hassne, W. S. Metodologia científica para a área de saúde. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003
Bibliografia Complementar
ALVARENGA, A. T. de. A Saúde Pública como campo de investigação interdisciplinar e a questão metodológica. São Paulo: Rev Saude soc., v. 3, n. 2, 1994.
ALVARENGA, A.T. de et al. Congressos Internacionais sobre Transdisciplinaridade: reflexões sobre emergências e convergências de ideias e ideais na direção de uma nova ciência moderna. São Paulo: Saúde e Sociedade, vol.14, n.3, p.9-29, 2005. Disponível em pdf no site da revista: www.apsp.org.br/saudesociedade.
ALMEIDA, Filho, N. Transdisciplinaridade e o Paradigma Pós-Disciplinar na Saúde. São Paulo: Saúde e Sociedade, vol. 14, n.3, p.30-50, 2005. Disponível em pdf no site da revista: www.apsp.org.br/saudesociedade.
MORIN, E. A religação dos saberes: o desafio do século XXI. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
PHILIPPI, A. Jr; Tucci, C. E. M.; Hogan, D. J.; Navegantes, R. Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais. São Paulo: Signus Editora, 2000.

Disciplina:	Racionalidades e Saberes não Biomédicos	Optativa
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60
Ementa		
O debate contemporâneo sobre sistemas de cuidado em saúde; Sistemas médicos no ocidente e no oriente: limites e perspectivas; Estudo de racionalidades em saúde e sistemas terapêuticos alternativos. Análise de práticas de saúde realizadas em espaços não convencionais, bem como práticas institucionais e técnicas complementares e integrativas em desenvolvimento em instituições médicas ou não médicas. Principais racionalidades médicas, bem como, práticas alternativas e complementares não biomédicas na prevenção, tratamento e cura de doenças utilizadas ao longo dos anos e no Sistema Único de Saúde (SUS).		
Bibliografia Básica		
BARRETO, João Paulo Lima. Bahserikowi - Centro de Medicina Indígena da Amazônia: concepções e práticas de saúde. Amazônica - Revista de Antropologia , [S.l.], v. 9, n. 2, p. 594-612, abr. 2018. ISSN 2176-0675. Disponível em: < https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/5665 >. Acesso em: 19 jul. 2023.		

doi:<http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v9i2.5665>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso. 2.ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.96 p. Disponível on line em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpic.pdf>.

LUZ, M.T.; Barros, N.F. Racionalidades Médicas e Práticas Integrativas em Saúde: uma análise sócia histórica e suas relações com a Cultura atual. In: Campos et al. (organizadores). Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec – Ed. Fiocruz, 2006, 317- 336p.

Bibliografia Complementar

LUZ, Madel Therezinha; BARROS, Nelson Filice. Racionalidades Médicas e Práticas Integrativas em Saúde Estudos teóricos e empíricos. Rio de Janeiro: UERJ/IMS/LAPPIS, 2012.

PUTTINI, R. Curandeirismo e o campo da saúde no Brasil. Interface Comunicação, Saúde e Educação, v. 12, n 24, p.87-106, jan/mar, 2008.

VASCONCELOS, E. M. A espiritualidade no cuidado e na educação em saúde. In: Vasconcelos EM (organizador). A espiritualidade no trabalho em saúde. São Paulo: Hucitec, 2006, p.13-160.

TESSER, C.D.; Luz, M.T. Racionalidades médicas e integralidade. Rev C S Col, 2008; 13(1):195-206. Disponível on line em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v13n1/23.pdf>

TESSER, C. D. A Biomedicina e a Crise da Atenção à Saúde: um ensaio sobre a desmedicalização. Campinas: DMPS/FCM/UNICAMP, 1999 (Dissertação de mestrado em Saúde Coletiva). Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000199171>.

Disciplina:	Libras	Optativa
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática:	Total: 60
Ementa		
Bases teóricas da educação inclusiva. A educação de surdos no Brasil. Identidade e comunidade surda. A língua brasileira de sinais: aspectos linguísticos. Língua de Sinais e educação. Exercícios e prática de interpretação.		
Bibliografia Básica		
BRITO, Lucinda Ferreira. Integração social & educação de surdos. Rio de Janeiro: Babel, 1993.		
CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.		
QUADROS, Ronice Muller de; LODENIR, Becker Karnopp. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.		
Bibliografia Complementar		
MOURA, Maria Cecília de. O surdo: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter; FAPESP, 2000.		
SALLES, Heloisa et al. Ensino de Língua Portuguesa para surdos: caminhos para a prática		

pedagógica. Programa Nacional de Apoio à educação de surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

SKLIAR, Carlos (Org.) A Surdez, um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____. (Org.) Atualidades da educação bilíngue para surdos: processos e projetos pedagógicos. Porto Alegre: Mediação, 1999a. v.1. Porto Alegre: Mediação.

_____, Carlos (Org.) Atualidades da educação bilíngue para surdos: processos e projetos pedagógicos. Porto Alegre: Mediação, 1999b. v.2. Porto Alegre: Mediação.

Disciplina:	Farmacovigilância	Optativa
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60
Ementa		
<p>Histórico, conceito e objetivo. Campos de atuação. Etapas de desenvolvimento de um medicamento.</p> <p>Reação adversa. Notificações. Centro Internacional de Monitorização de Medicamentos. Sistema de notificação (espontânea e busca ativa). Notivisa. Boletim de notificação. Métodos de identificação de Reações adversas a medicamentos. Hospitais sentinelas e Farmácias notificadoras.</p>		
Bibliografia Básica		
<p>BISSON, Marcelo Polacow. Farmácia clínica & atenção farmacêutica. São Paulo: Medfarma, 2003.356 p.</p> <p>Capucho, H.C., Carvalho, F.D., Cassiani, S.H.B (org). Farmacovigilância. Editora Yendis: São Caetano do Sul. 2011.</p> <p>FERRACINI, F. Prática farmacêutica no ambiente hospitalar: do planejamento à realização. 2 ed. São Paulo: Atheneu, 2010.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>FERRACINI, F. Farmácia Clínica: segurança na prática hospitalar. Rio de Janeiro: Atheneu, 2012.</p> <p>GOMES, Maria José Vasconcelos de Magalhães; REIS, Adriano Max Moreira. Ciências farmacêuticas: uma abordagem em farmácia hospitalar. São Paulo: Atheneu, c2011.</p> <p>LEE, A. Reações adversas a medicamentos. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.</p> <p>MARIN, N. Assistência Farmacêutica para gerentes municipais. In: Marin et al. (org.), Rio de Janeiro: Opas/OMS, 2003.</p> <p>MASTROIANNI, P.; VARALLO, F. R. Farmacovigilância para Promoção do Uso Correto de Medicamentos. São Paulo: Artmed, 2013.</p>		

Disciplina:	Biossegurança	Optativa
Carga Horária		
Teórica: 45	Prática: 0	Total: 45
Ementa		

Estudo das leis, normas e procedimentos de Biossegurança que regem o funcionamento de um laboratório; utilização de animais; esterilização, desinfecção e limpeza de materiais; procedimentos em caso de acidentes; sinalização através de cores e desenhos, regulamentação e legislação.

Bibliografia Básica

HIRATA, Mario, H. et al. Manual de biossegurança 3a ed. Disponível em: Minha Biblioteca, (3rdedição). Editora Manole, 2017.

BARSANO, Paulo, R. et al. BIOSSEGURANÇA - AÇÕES FUNDAMENTAIS PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Editora Saraiva, 2020.

CARDOSO, Telma Abdalla de O. Biossegurança, Estratégias de Gestão, Riscos, Doenças Emergentes e Reemergentes. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2012.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério da Saúde RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA – RDC Nº 222, DE 28

DE MARÇO DE 2018. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Manual de procedimentos de vigilância em saúde ambiental relacionada à qualidade da água para consumo humano do Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília (DF), ano 2006.

BRASIL Portaria No. 2.914/2011, do Ministério da Saúde. Brasília, DOU, 2011.

PORTO-GONÇALVES, C. W. O desafio ambiental. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004. 177p. Artigos diversos indicados ao longo do semestre.

Disciplina:	Biofísica	Optativa
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60
Ementa		
Introdução à Biofísica. Biofísica Celular e Molecular: Modelos de membranas e tipos de comunicação inter-celular, canais iônicos, Bioeletrogênese. Biofísica do meio interno do organismo. Biofísica de sistemas: Cardiovascular, auditivo, visual, respiratório. Energia, Biofísica nuclear. Métodos Biofísicos de análise (fotometria, espectroscopia, cromatografia).		
Bibliografia Básica		
SANCHES, José A., G. et al. Bases da Bioquímica e Tópicos de Biofísica - Um Marco Inicial. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Grupo GEN, 2021.		
Jr., Carlos Alberto, M. e DIMITRI Marques Abramov. Biofísica Conceitual. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Grupo GEN, 2021		
SILVERTHORN, D. Fisiologia Humana: Uma Abordagem Integrada, 7ª Edição, Artmed, 2017.		
Bibliografia Complementar		
DURAN, José Enrique Rodas. Biofísica: Fundamentos e Aplicações. Rio de Janeiro, Prentice		

HallBrasil, 2003.

GARCIA, Eduardo A. C. Biofísica. São Paulo, Editora Sarvier, 2002. MELLO AIRES, M. Fisiologia. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1999.

OKUNO, E.; CALDAS, I.L.; CHOW C. Física para Ciências Biológicas e Biomédicas. São Paulo, editora Harper & Row do Brasil, 1982.

Disciplina:	Virologia	Optativa
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60
Ementa		
Introdução à virologia humana: princípios da biologia, morfologia e taxonomia viral. O ciclo replicativo dos vírus. Aspectos básicos da interação vírus-hospedeiro. Imunopatogênese das infecções virais. Coleta e processamento de amostras para diagnóstico laboratorial. Diagnóstico, epidemiologia e controle de viroses de interesse médico.		
Bibliografia Básica		
SANTOS, N. S. O.; ROMANOS, M. T. V.; WIGG, M. D. Introdução à Virologia humana. 2a. Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.		
LEVINSON, W. Microbiologia médica e imunologia. 13a. Edição. Porto Alegre: AMGH, 2016.		
ABBAS, A. K.; LICHTMAN, A. H.; PILLAI, S. H. I. V. Imunologia celular e molecular. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.		
Bibliografia Complementar		
FOCACCIA, R. Tratado de Infectologia. 4a. Edição. Atheneu. 2010.		
FERREIRA, A.W. Diagnóstico Laboratorial das Principais Doenças Infecciosas e Parasitárias e Auto-imunes. Correlações clínico-laboratoriais. 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.		
SANTOS, N. S. O.; ROMANOS, M. T. V.; WIGG, M. D. Introdução à Virologia humana. 2a. Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.		
LEVINSON, W. Microbiologia médica e imunologia. 13a. Edição. Porto Alegre: AMGH, 2016.		
AWETZ, E. et al. Microbiologia Médica. Tradução de: Jawetz, Melnick & Adelberg's medical microbiology. 26a. Edição. AMGH, 2014.		

Disciplina:	Bacteriologia	Optativa
Carga Horária		
Teórica: 45	Prática: 15	Total: 60
Ementa		
Características gerais de bactérias de importância médica. Morfologia, citologia, nutrição e crescimento bacteriano. Efeito dos fatores físicos e químicos sobre a atividade bacteriana. Genética bacteriana. Noções sobre infecções, resistência e imunidade. Preparações microscópicas em bacterioscopia. Métodos de esterilização. Meios de cultura para cultivo artificial.		
Bibliografia Básica		

BROOKS, G. F.; BUTEL; J. S.; MORSE, S. A. Microbiologia Médica. 21a. Edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 2000.

MURRAY, P. R. Microbiologia Clínica. 2a. Edição. São Paulo, Medsi, 2002.

TORTORA, G. J. , FUNKE, B.R., CASE, C.L. Microbiologia. Rio de Janeiro: Artmed, 2005.
TRABULSI, L. R. Microbiologia. 4a. Edição. Rio de Janeiro: Atheneu, 2004.

Bibliografia Complementar

GRAFF, S. L. Analisis de orina, atlas color. Buenos Aires: Ed. Panamericana, 1987.

JANEWAY, C.; TRAVERS, P.; WALPORT, M. Immunobiology. CB Publications, 1999.

ANDRIOLO, A. et al. Guias de Medicina Ambulatorial e Hospitalar UNIFESP/Escola Paulista de Medicina: Medicina Laboratorial. São Paulo: Ed. Manole, 2005.

FERREIRA, A. W.; ÁVILA, S. L. M. Diagnóstico Laboratorial das Principais Doenças Infecciosas e Auto-Imunes. 2a. Edição. São Paulo: Guanabara Koogan, 2001.

GARCIA, L.; BRUCKNER, D. A. Diagnostic medical parasitology. Washington, DC: American Society for Microbiology, 2006.

JAWETZ, E.; MELNICK, A.; ADELBERG, E. A.; BROOKS, G. F. Microbiologia Médica. 24a ed. Rio de Janeiro: Artmed, 2010.

KONEMANN, E. W.; ALLEN, S. D.; JANDA, W. M.; SCHRECKENBERGER, P. C.; WINN, W. C. Diagnóstico Microbiológico - Texto e Atlas Colorido. 5a. Edição, 1997.

Disciplina:	Campo da Saúde: conceitos, saberes e práticas	Optativa
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60
Ementa		
Saberes e práticas do campo da saúde e a situação de saúde da população brasileira: principais problemas, determinantes e políticas. Sistemas e serviços de saúde no Brasil: história, organização atual e perspectivas. Práticas profissionais de saúde e formas de organização de formação de hábitos culturais. Hábitos de fatores culturais e que interferem na vivência de uma salutar saúde coletiva. Formação comunitária de promoção de hábitos culturais. Organizações sociais comunitárias e Promoção da Saúde. Práticas Profissionais e formas de organização do trabalho individual e coletivo. Seleção e debate de temas numa perspectiva interdisciplinar.		
Bibliografia Básica		
BARRETO M.L. e Carmo, E.H. Padrões de adoecimento e de morte da população brasileira: os renovados desafios para o Sistema Único de Saúde. Ciência & Saúde Coletiva, 12 (Sup): 1779-1790, 2007.		
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Saúde Brasil 2006 – Uma Análise da Desigualdade em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.		
COSTA, N. do R [e al]. Demandas Populares, Políticas Públicas e Saúde. Vol. I e II Petrópolis-RJ, Vozes, 1989.		

Bibliografia Complementar

AYRES, J.R.C.M. Cuidado e reconstrução das práticas de saúde. Interface – Comunic., Saúde, Educ., v.8, n.14, p.73-92, set.2003-fev.2004.

BAHIA, L. O SUS e os desafios da universalização do direito à saúde: tensões e padrões de convivência entre o público e o privado no sistema de saúde brasileiro. Lima e cols (orgs), Saúde e Democracia: história e perspectivas do SUS, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2005, 407-449.

HELMAN, C. G. Cultura, Saúde e Doenças. Porto Alegre, Artes Médicas: 1994.

SANTOS, I.S.; Ugá, M.A.D. e Porto, S.M. O mix público-privado no Sistema de Saúde Brasileiro: financiamento, oferta e utilização de serviços de saúde. Ciênc. saúde coletiva, v.13, n.5, Rio de Janeiro set./out. 2008.

UCHOA, E. e Vidal, J.M. Antropologia médica: elementos conceituais e metodológicos para uma abordagem da saúde e da doença. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, dez. 1994.

Disciplina:	Fitoquímica	Optativa
Carga Horária		
Teórica: 45	Prática: 15	Total: 60
Ementa		
<p>Produtos naturais como protótipos para o desenvolvimento de novos fármacos. Quimiossistemática. Biossíntese de metabólitos secundários: derivados das vias do ácido chiquímico, acetato e mevalonato. Etapas de uma análise fitoquímica: cultivo, coleta, identificação, secagem, estabilização e moagem do material vegetal; técnicas de extração; reações químicas de caracterização de grupos de metabólitos secundários; isolamento, purificação e elucidação estrutural de princípios ativos. Aplicações industriais e farmacêuticas dos metabólitos secundários. Síntese, semissíntese e modificação estrutural de moléculasativas. Plantas tóxicas.</p>		
Bibliografia Básica		
<p>BRUNETON, J. Farmacognosia: Fitoquímica, Plantas Medicinales. 2ª ed. Ed. Acribia, Zaragoza, 2001.</p> <p>COLLINS, C. H.; BRAGA, G. L.; BONATO, P. S. Introdução a Métodos Cromatográficos. 7ª Edição. Editora da UNICAMP, 1967.</p> <p>DEWICK, P.M. Medicinal Natural Products: A Biosynthetic Approach. John Wiley & Sons, England, 2002.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>BERG, M. E. Plantas Mediciniais na Amazônia: Contribuição ao seu Conhecimento Sistemático. 3ª ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2010.</p> <p>COLLINS, C. H.; BRAGA, G. L.; BONATO, P. S. Introdução a Métodos Cromatográficos. 7ª Edição. Editora da UNICAMP, Campinas, 1997.</p> <p>DI STASI, L.C. & HIRUMA-LIMA, C.A. Plantas Mediciniais na Amazônia e na Mata Atlântica. 2. ed. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 2002. 604 p.</p> <p>EVANS, W.C. Trease and Evans' Pharmacognosy. 16th. ed. London: Saunders Elsevier,</p>		

2009.603 p.

LOBO, A. M.; LOURENÇO, A. M. Biossíntese de Produtos Naturais. Editora IST Press. Lisboa Portugal, 2007, 272 p.

Disciplina:	Plantas medicinais e aromáticas	Optativa
Carga Horária		
Teórica: 45	Prática: 45	Total: 90
Ementa		
<p>Marcos políticos, regulatórios e legais das plantas medicinais no Brasil. Aspectos botânicos de plantas medicinais. Boas práticas em plantas medicinais. Componentes ativos das plantas incluindo óleos essenciais. Órgãos ou partes das plantas utilizadas na terapêutica. Propriedades medicinais das plantas. Principais espécies nativas e cultivadas de uso popular no Brasil. Colheita, processamento e comercialização. Plantas com potencial para a bioeconomia.</p>		
Bibliografia Básica		
<p>FILHO, Valdir, C. e CAMILE C. C. ZANCHETT. Fitoterapia avançada: uma abordagem química, biológica e nutricional. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2020.</p> <p>FILHO, Valdir C. Medicamentos de Origem Natural: Uma Abordagem Multidisciplinar. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2023.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>BONFIM JRA, MERCUCCI VLA. Construção da Política de Medicamentos. Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos. Editora HUCITEC. São Paulo, 1999.</p> <p>BOTSARIS AS, MACHADO PV. Memento Terapêutico: Fitoterápicos. Volume I. Ed. Lab. Flora Medicinal J. Monteiro da Silva. Rio de Janeiro, 1999.</p> <p>CRESPO MS, CRESPO JR. Formularium: Compendio de Fórmulas Magistrais. Volume I. Ed. LMCLivraria. São Paulo, 2002.</p> <p>FETROW CW, AVILA JR. Manual de Medicina Alternativa para o profissional. Ed. Guanabara Koogan S/A. Rio de Janeiro, 2000.</p> <p>JONAS WB, LEVIN J. Tratado de Medicina Complementar e Alternativa. Ed. Manole Ltda. Barueri, São Paulo, 2001.</p> <p>MIGUEL MD, MIGUEL OG. Desenvolvimento de Fitoterápicos. Ed. Robe Editorial. S. P., 1999.</p> <p>NEWALL CA, ANDERSON LA, PHILLIPSON JD. Plantas Medicinais: guia para profissional de saúde. Ed. Editorial Premier. São Paulo, 2002.</p> <p>PICININI TEIXEIRA, J. B.. Práticas Integrativas Não Convencionais em Saúde Brasileira. 1ª. ed. Juiz de Fora MG: BARTLEBEE EDITORA LTDA, 2014. v. 100. 133p.</p>		

Disciplina:	Química Analítica Instrumental	Optativa
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60

Ementa
Cromatografia gasosa. Cromatografia líquida de alta eficiência. Espectroscopia molecular no ultravioleta e visível. Espectroscopia de Infravermelho-IV. Espectrometria de Ressonância Magnética Nuclear de ^1H e ^{13}C . Espectrometria de Massas.
Bibliografia Básica
SILVERSTEIN, Robert M; WEBSTER, Francis X; KIEMLE, David J. Identificação espectrométrica de compostos orgânicos. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006. xiv, 490 p. ISBN: 9788521615217.
AQUINO NETO, Francisco Radler de; NUNES, Denise da Silva e Souza. Cromatografia: princípios básicos e técnicas afins. Rio de Janeiro: Interciência, 2003. 187p. ISBN: 9788571930865.
HARRIS, Daniel C. Análise química quantitativa. Rio de Janeiro: LTC, c2017. xvii, 12p de estampas, 774 p. ISBN: 9788521634386.
Bibliografia Complementar
SKOOG, Douglas A (et al). Fundamentos de química analítica. São Paulo: Cengage Learning, 2015. xvii, 950 p. ISBN: 97885221116607.
BACCAN, Nivaldo (et al). Introdução a semimicroanálise qualitativa. 7.ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1997. 295 p. ISBN: 8826801651.
KOTZ, John C; TREICHEL, Paul. Química e reações químicas. 4. ed. v.2. Rio de Janeiro: LTC Ed., 2002. 2v. ISBN: 85216130911, 85216132882.
MULLER, Regina Celi Sarkis. Química analítica experimental. Belém: Edufpa, 2010. 81 p.
VOGEL, Arthur Israel. Química analítica qualitativa /. 5. ed. rev. -. Mestre Jou, 1981.

Disciplina:	Empreendedorismo e Inovação em Saúde	Optativa
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60
Ementa		
A relevância da cultura empreendedora na formação acadêmica e científica. Como funciona o processo empreendedor. Mentalidade empreendedora, motivações e comportamentos. Empreender na academia através de atividades que oportunizem a transformação de projetos de pesquisa em um <i>pitch</i> de sucesso. Conceitos fundamentais e abordagens sobre empreendedorismo, processo de inovação tecnológica, políticas de inovação e lei de propriedade intelectual.		
Bibliografia Básica		
DOLABELA, F. Oficina do Empreendedor. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.		
MARTENS, C. D. P., FREITAS, H. Influência do ensino de empreendedorismo nas intenções de direcionamento profissional dos estudantes. Estudo & Debate, Lajeado, v. 15, p. 71-95, 2008.		
ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e & CASSIOLATO, José Eduardo. As especificidades do sistema de inovação do setor saúde. Revista de Economia Política, vol. 22, nº 4 (88), pp. 701-719, 2002.		
Bibliografia Complementar		

BERLE, GUSTAV. Plano de negócios instantâneo: doze etapas rápidas e fáceis. Rio de Janeiro-RJ. Axcel Books do Brasil. 1995.

SCOTT, ANTHONY D.; JOHNSON, MARK; SINFIELD, JOSEPH; ALTMAN, ELIZABETH. Inovação para o crescimento: Guia Prático e Funcional. Ferramentas para incentivar e administrar a inovação. M. Books. São Paulo 2011.

BAXTER, Mike. Projeto de Produto. São Paulo: Editora Edgar Blücher, 1998.

CARVALHO, A. M. Aprendendo metodologia científica: uma orientação para os alunos de graduação. São Paulo: O Nome da Rosa, 2000.

MAGALHÃES, Gildo. Introdução à Metodologia da Pesquisa: Caminhos da Ciência e Tecnologia. 2005

Disciplina:	Micologia	Optativa
Carga Horária		
Teórica: 45	Prática: 15	Total: 60
Ementa		
Introdução à micologia. Estrutura, morfologia e reprodução dos fungos. Taxonomia dos fungos. Micoses de interesse médico, metodologia e prática de coleta, processamento, isolamento e identificação de seus agentes. Colheita de material para exames micológicos. Fungos como agentes de infecções humanas: principais características, interação com hospedeiro. Micoses superficiais, subcutâneas e profundas e respectivos diagnósticos.		
Bibliografia Básica		
LACAZ, C.S.; PORTO, E.; MARTINS, J.E.C. Micologia Médica, 8 ed., ed. Sarvier, São Paulo, 1991.		
MARTINS, J. E. C.; MELO, N. T. & HEINS-VACCARI, E. M. Atlas de Micologia Médica. 1ª Edição. Manole, 2005.		
_____ ; HEISN-VACCARI, E. M. & MELO, N. T. Tratado de Micologia Médica. 9ª. Edição. São Paulo: Sarvier, 2002.		
ZAITZ, C. Compêndio de Micologia Médica. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.		
_____ ; RAMPBELL, I.; MARQUES, S.A.; RUIZ, L. R.; ZOUZA, V.M. Micologia Médica. Ed. MEDSI, p.434, 1998.		
Bibliografia Complementar		
DE MURI, G. P.; HOSTETTER, M.F. Resistance to antifungal agents. Antimicrob Resist Pediatr wcs, v. 42, p. 665-685, 1995.		
HOOG, G.S. de; GUARRO. Atlas of clinical fungi. Baarn: Centraalbureau voor Schimmelcultures, 1995, 720p.		
MINAMI, Paulo S. Micologia: Métodos Laboratoriais de Diagnóstico. 1ª Ed. Manole, 2003.		
MORAES, R. G.; LEITE, I. C.; GOULART, E. G. Parasitologia e Micologia Humana. Rio de		

Janeiro: Editora Cultura Médica Ltda., 1998. PUTZKE, Jair; PUTZKE, Marisa Terezinha Lopes,. Glossário Ilustrado de Micologia. 1a ed. EDUNISC, 2004.

SIDRIM, J. J. C & ROCHA, M. F. G. Micologia Médica à luz de autores contemporâneos. 1a Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

KNOW CHUNG, K. J.; BENETTI, J.E. Mycetomas. In: Medical Mycology. Ed. Philadelphia: LeaFebiger, p.387-399, 1991.

PUTZKE, Jair; PUTZKE, Marisa Terezinha Lopes. Glossário Ilustrado de Micologia. 1a ed. EDUNISC, 2004.

REVISTAS RECOMENDADAS: Mycoses, Medical Mycology, J. Clin. Microbiol., Canadian J. Microbiol., Revista Brasileira de Medicina Tropical., Antonie van Leeuwenhoek Studies in Mycology, Mycopathologia

SIDRIM, J. J. C & ROCHA, M. F. G. Micologia Médica à luz de autores contemporâneos. 1a Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

ZAITZ, C. Atlas de micologia: diagnóstico laboratorial das micoses superficiais e profundas. Rio de Janeiro: MEDSI, 2004.

Disciplina:	Análises Clínicas III	Optativa
Carga Horária		
Teórica: 45	Prática: 15	Total: 60
Ementa		
<p>Estudo sobre os agentes infecciosos e parasitários de interesse clínico, com ênfase nos vírus. Diagnóstico, epidemiologia e controle de viroses de interesse clínico. A relação parasito-hospedeiro e a imunopatogênese. Técnicas de coleta de amostras clínicas. Diagnóstico sorológico, métodos de pesquisa em biologia molecular e cultura de células com aplicação na virologia clínica. Os estudos soroepidemiológicos. Principais viroses emergentes e reemergentes no Brasil e as políticas para o enfrentamento. Retrovírus. Oncovírus. Citologia oncológica: leitura e interpretação de esfregaços clínicos para diagnóstico virológico e lesões precursoras de câncer do colo uterino. Controle de qualidade em laboratório de virologia e imunologia clínica.</p>		
Bibliografia Básica		
<p>SANTOS, N. S. O.; ROMANOS, M. T. V.; WIGG, M. D. Introdução à Virologia humana. 2a. Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.</p> <p>LEVINSON, W. Microbiologia médica e imunologia. 13a. Edição. Porto Alegre: AMGH, 2016.</p> <p>ABBAS, A. K.; LICHTMAN, A. H.; PILLAI, S. H. I. V. Imunologia celular e molecular. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>AWETZ, E. et al. Microbiologia Médica. Tradução de: Jawetz, Melnick & Adelberg's medical microbiology. 26a. Edição. AMGH, 2014.</p> <p>FOCACCIA, R. Tratado de Infectologia. 4a. Edição. Atheneu. 2010.</p>		

FERREIRA, A.W. **Diagnóstico Laboratorial das Principais Doenças Infecciosas e Parasitárias e Auto-ímmunes. Correlações clínico-laboratoriais.** 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

KONEMAN, E.W. et al. **Diagnóstico Microbiológico, Texto e Atlas Colorido.** Rio de Janeiro: Medsi, 2012.

Disciplina:	Antropologia em Saúde	Optativa
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60
Ementa		
<p>A contribuição da antropologia às ciências da saúde. Estudo dos princípios da antropologia simbólica, social e cultural; Cultura e seus significados; A relação natureza e cultura, Estudo da relação entre tradição e modernidade; Produção social da identidade e diferença; Diversidade cultural e multiculturalismo na atualidade; Estudos das religiões no Brasil; Correntes da antropologia médica; Estudos sobre representações e práticas em saúde/doença; Religiosidade, ritual e cura; Saúde perfeita e gestão de riscos; Itinerários terapêuticos: cuidado, cura e assistência; Produção sócio- cultural do racismo e das relações de gênero e desigualdades em saúde.</p>		
Bibliografia Básica		
<p>GENEST, Serge; SAILLANT, Francine. Antropologia médica: ancoragens locais, desafios globais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. 453 p. (Antropologia e saúde) ISBN: 9788575414132.</p> <p>MAUSS, Marcel. Ensaio de sociologia. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009. 499p. (Estudos, 47) ISBN: 9788527301930.</p> <p>BREILH, Jaime. Epidemiologia crítica: ciência emancipadora e interculturalidade. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. 317 p. ISBN: 8575410954.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>TROSTLE, James A. Epidemiologia e cultura. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. 256 p. (Coleção Antropologia & Saúde) ISBN: 9788575414361.</p> <p>CANESQUI, Ana Maria. "Pressão alta" no cotidiano: representações e experiências. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. 305 p. (Coleção Antropologia e saúde) ISBN: 9788575414699.</p> <p>CASTIEL, Luis David; VASCONCELLOS-SILVA, Paulo Roberto; SANZ-VALERO, Javier. Das loucuras da razão ao sexo dos anjos: biopolítica, hiperprevenção, produtividade científica. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. 187 p. ISBN: 9788575412145.</p> <p>MENEZES, Rachel Aisengart. Dífíceis decisões: etnografia de um Centro de Tratamento Intensivo. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. 107 p. (Antropologia e saúde) ISBN: 8575411004.</p> <p>LEVI-STRAUSS, Claude. Antropologia estrutural dois. São Paulo: Ubu Editora, 2017. 425 p. ISBN: 9788592886394.</p>		

Disciplina:	Ciências Sociais e Humanas na Saúde Coletiva	Optativa
Carga Horária		

Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60
Ementa		
A aproximação entre as Ciências sociais e humanas à área da saúde: suas implicações teóricas e a abordagem prática do campo da saúde; Diversidade cultural; a dimensão social dos processos saúde/doença/cura; conceito de cultura e hábitos culturais e suas relações com os processos saúde/doença/cura.		
Bibliografia Básica		
LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico / Roque de Barros Laraia. - 11.ed. -Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.		
MINAYO, MCS., and COIMBRA JR, CEA., orgs. <i>Críticas e atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina</i> [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 708 p. ISBN 85- 7541-061-X. Available from SciELO Books < http://books.scielo.org >.		
PEREIRA, José Carlos. A explicação sociológica na medicina social / José Carlos de M. Pereira. -São Paulo: Ed. UNESP, 2005.		
Bibliografia Complementar		
SAINLLANT, Francine & GENEST, Serge (org). Antropologia médica: ancoragens locais, desafios globais; tradução Vera Lucia dos Reis. - Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.		
DURKHEIM, Émile. O suicídio: estudo de sociologia / Émile Durkheim. - 2. ed. - São Paulo: WMFMartins Fontes, 2011.		
CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa (Org). Tratado de saúde coletiva. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.		
CAPRA, Fritjof. O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. 32. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.		
GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. 4. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 1992.		
MAUSS, Marcel. Sociologia e antropologia / Marcel Mauss. - São Paulo: Cosac Naify, 2003.		

Disciplina:	Políticas Públicas de Equidade em Saúde	Optativa
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60
Ementa		
Conceitos de políticas públicas. Políticas de Estado Versus Políticas de Governo. As Políticas Públicas de Saúde enquanto base para a proteção social. Tipos de políticas públicas, seus atores, as fases do processo de elaboração de políticas públicas (formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação, extinção), instituições, estilos de política pública. As políticas públicas para populações Vulneráveis: Saúde Integral da População Negra; Populações do Campo, Floresta e das Águas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (LGBT), Política Nacional de Saúde integral da mulher, Política nacional de saúde integral do homem, política nacional de saúde integral da população idosa, Estatuto da criança e do adolescente. Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas.		
Bibliografia Básica		
FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.		

GIOVANELLA, Lúgia [et al.]. Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. MACHADO, Cristiani Vieira; LIMA, Luciana Dias de; BAPTISTA, Tatiana Wargas de F (Org).

Políticas de Saúde no Brasil: continuidades e mudanças. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014.

Bibliografia Complementar

SAINLLANT, Francine & GENEST, Serge (org). Antropologia médica: ancoragens locais, desafios globais; tradução Vera Lucia dos Reis. - Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

DURKHEIM, Émile. O suicídio: estudo de sociologia / Émile Durkheim. - 2. ed. - São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa (Org). Tratado de saúde coletiva. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

CAPRA, Fritjof. O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. 32. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. 4. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 1992. MAUSS, Marcel. Sociologia e antropologia / Marcel Mauss. - São Paulo: Cosac Naify, 2003.

Disciplina:	Determinação Social e Ambiental de Saúde na Amazônia	Optativa
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60
Ementa		
O olhar histórico da sociologia da saúde com vistas à análise dos processos de saúde e adoecimento das populações tradicionais da Amazônia, seus determinantes ambientais e sociais e as políticas para o enfrentamento das iniquidades em saúde, no contexto das transformações econômicas, ambientais, sociais e demográficas nacionais.		
Bibliografia Básica		
ARRETCHE, Marta. Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização. São Paulo Rio de Janeiro: FAPESP Revan, c2000. 302p. ISBN: 8571061947.		
BUSS, Paulo; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. Physis [online]. 2007, vol.17, n.1, pp. 77-93. Disponível: http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a06.pdf .		
COMISSÃO NACIONAL SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE. As Causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.		
Bibliografia Complementar		
RODRIGUES, A. S. L. et al. Boom-and-bust development patterns across the amazon deforestation frontier. Science, New York, v. 12, p. 1435-1437, 2009.		
SILVA, Lúgia Maria, ALMEIDA FILHO, Naomar. Equidade em saúde: uma análise crítica de conceitos. Cadernos Saúde Pública. 2009; 25, Sup. 2: s217-s226. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/5pkCJ3ww8K6YP4nrZrZJHvk/#		

BARATA, Rita. Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009. Temas em Saúde collection. 120 p.

GALVÃO, Luiz Augusto; FINKELMAN, Jacobo.; HENAO, Samuel. (org) Determinantes ambientais sociais da saúde. 1ª edição. Washington/Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. 601p.

ROUQUAYROL, Maria Zélia; SILVA, Marcelo Gurgel Carlos da (org). Rouquayrol epidemiologia da saúde. 7. ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2013. xxi, 709 p..

Disciplina:	Saúde Ambiental	Optativa
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60
Ementa		
Estudo das competências do Bacharel em Saúde Coletiva na área da Saúde Ambiental. Contribuir para a compreensão das relações entre saúde humana e ambiente num contexto sanitário, político, econômico e cultural.		
Bibliografia Básica		
PEREIRA NETO, João Tinôco. Gerenciamento do lixo urbano: aspectos técnicos e operacionais. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2007. 129 p. ISBN: 9788572693189.		
PHILIPPI JUNIOR, Arlindo. Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. São Paulo: Manole, 2005. 842 p. (Ambiental, 2) ISBN: 8520421881.		
TUNDISI, José Galízia; BRAGA, Benedito; REBOUÇAS, Aldo C (Orgs). Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação. 3. ed., rev. e ampl. São Paulo: Escrituras, 2006. 748 p. ISBN: 8586303410		
Bibliografia Complementar		
RODRIGUES, A. S. L. et al. Boom-and-bust development patterns across the amazon deforestation frontier. Science, New York, v. 12, p. 1435-1437, 2009.		
SILVA, Lígia Maria, ALMEIDA FILHO, Naomar. Equidade em saúde: uma análise crítica de conceitos. Cadernos Saúde Pública. 2009; 25, Sup. 2:s217-s226. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/5pkCJ3ww8K6YP4nrZrZJHvk/#		
BARATA, Rita. Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009. Temas em Saúde collection. 120 p.		
GALVÃO, Luiz Augusto; FINKELMAN, Jacobo.; HENAO, Samuel. (org) Determinantes ambientais sociais da saúde. 1ª edição. Washington/Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. 601p.		
ROUQUAYROL, Maria Zélia; SILVA, Marcelo Gurgel Carlos da (org). Rouquayrol epidemiologia da saúde. 7. ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2013. xxi, 709 p..		

Disciplina:	Direitos Humanos e Saúde Coletiva	Optativa
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60

Ementa
Políticas públicas no Brasil e sua organização a partir da Constituição Federal de 1988. Fundamentação filosófica, jurídica, política e organizacional do SUS. Princípios do Sistema Único de Saúde. Papel do controle social. Dinâmica do conselho municipal e estadual de saúde. Ética, moral e cidadania. Noções de bioética.
Bibliografia Básica
ARRETCHE, Marta. Democracia, federalismo e centralização no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz FGV Ed, 2012. 232p. ISBN: 9788522512317, 9788575412985.
HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo Duarte. Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017. 397p. ISBN: 9788575411247.
LIMA, Nísia Verônica Trindade. Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. 502 p. ISBN: 857541058.
Bibliografia Complementar
NUNES, Tânia Celeste Matos. Democracia no ensino e nas instituições: a face pedagógica do SUS. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. 178 p. ISBN: 9788575411476.
GONTIJO, José Geraldo Leandro; MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. Gestão e políticas públicas no cenário contemporâneo: tendências nacionais e internacionais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016. 412p. ISBN: 9788575414774.
CUETO, Marcos; LAMARÃO, Sérgio. Medicina e saúde pública na América Latina: uma história. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2016. 364P. (História e Saúde) ISBN: 9788575414866.
CÔRTEZ, Soraya Vargas (org). Participação e saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. 208 p. ISBN: 9788575411766.
MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. Público e privado na política de assistência à saúde no Brasil: atores, processos e trajetória. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. 319 p. ISBN: 9788575411384.

3.8 EQUIVALÊNCIA DOS COMPONENTES CURRICULARES

Um componente curricular pode se relacionar a outro em termos de dispensa, na forma de equivalência. A equivalência ocorre entre componentes curriculares de estruturas curriculares de cursos de graduação da Ufopa. Um componente curricular é equivalente a outro quando o cumprimento do primeiro componente curricular tem o mesmo efeito na integralização da estrutura curricular que o cumprimento do segundo. Ainda sobre equivalência, pode-se determinar, que para que sejam bem estabelecidas deve-se levar em conta o bom desenvolvimento pedagógico dos cursos e precisam contemplar no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do conteúdo programático e igual ou superior carga horária.

As equivalências não são automáticas nem compulsórias, sendo possível a existência de componentes curriculares com cargas horárias e conteúdos programáticos semelhantes ou, mesmo, idênticos, sem que exista relação de equivalência entre eles, nos casos em que razões de natureza pedagógica recomendem a não implantação da equivalência. Por fim, componentes curriculares com cargas horárias e/ou conteúdos programáticos distintos podem ser equivalentes, desde que cumpram o mesmo objetivo pedagógico na estrutura curricular. O

Quadro 4 abaixo mostra a equivalência entre os componentes curriculares da matriz anterior do PPC de Farmácia de 2016, e, os componentes curriculares da matriz curricular deste PPC do curso de Farmácia da Ufopa.

Quadro 3- Quadro de Equivalências de Componentes Curriculares.

QUADRO 3 – EQUIVALÊNCIAS						
Período	ESTRUTURA ANTIGA			ESTRUTURA NOVA		
	Código	Componente Curricular	CH	Código	Componente Curricular	CH
1°	ISCO0100 1	Sociedade, Natureza e Desenvolvimento	60 h		Sociedade, Natureza e Desenvolvimento	60 h
1°	ISCO0100 3	Origem e Evolução do Conhecimento	60 h		Origem e Evolução do Conhecimento	60 h
1°	ISCO0100 4	Abordagem Interdisciplinar	60 h		Abordagem Interdisciplinar	60 h
1°	ISCO0100 2	Estudos Integrativos da Amazônia	60 h		Estudos Integrativos da Amazônia	60 h
2°	ISCO0100 7	Introdução ao Campo da Saúde	60 h		Introdução ao Campo da Saúde	60 h
2°	ISCO0100 8	Racionalidades Médicas: medicalização, sistemas médicos e práticas alternativas de Saúde	60 h		Fitoterapia	60 h
2°	ISCO0100 9	Saberes e Práticas em Saúde	60 h		Racionalidades e Saberes não Biomédicos	60 h
2°	ISCO0101 0	Antropologia em Saúde	60 h		Antropologia em Saúde	60 h
2°	ISCO0101 1	Ciências Sociais e Humanas em Saúde	30 h		Ciências Sociais e Humanas na Saúde Coletiva	60 h
3°	ISCO0101 4	Políticas Públicas de Saúde, Modelos de Assistência e Gestão à Saúde	60 h		Políticas Públicas de Saúde	60 h
3°	ISCO0101 5	Políticas Públicas de Saúde a Populações Vulneráveis	30 h		Políticas Públicas de Equidade Social	60 h
3°	ISCO0200 1	Química Geral	60 h		Química Geral e Experimental	60 h
3°	ISCO0200 2	Química Analítica	60 h		Química Analítica	60 h
3°	ISCO0200 4	Bromatologia e Tecnologia de Alimentos I	60 h		Bromatologia e Tecnologia de Alimentos	60 h
4°	ISCO0101 8	Epidemiologia	30 h		Epidemiologia	60 h
4°	ISCO0101 9	Bioestatística	30 h		Bioestatística	60 h
4°	ISCO0102 0	Determinantes Sociais do Processo Saúde- Doença e Promoção à Saúde	30 h		Determinação Social e Ambiental em Saúde da Amazônia	60 h
4°	ISCO0102 1	Saúde e Ambiente	30 h		Saúde Ambiental	60 h
4°	ISCO0102 2	Interação na Base Real II	60 h		Práticas Integradoras de Extensão II	60 h

4°	ISCO02005	Físico- Química	60 h		Química Analítica Instrumental	60 h
4°	ISCO02006	Química Orgânica II	60 h		Química Organica II	60 h
4°	ISCO02007	Bioquímica I	60 h		Bioquímica I	60 h
4°	ISCO02008	Fitoquímica	60 h		Fitoquímica	60 h
4°	ISCO02009	Bromatologia e Tecnologia de Alimentos II	60 h		Tecnologia de Alimentos	60 h
5°	ISCO01024	Direito em Saúde	60 h		Direitos Humanos em Saúde Coletiva	60 h
5°	ISCO02010	Biofísica	60 h		Biofísica	60 h
5°	ISCO02011	Biologia Celular	60 h		Biologia Celular e Molecular	60 h
5°	ISCO02012	Botânica	60 h		Farmacognosia I	60 h
5°	ISCO02013	Genética Humana	60 h		Genética Humana	60 h
5°	ISCO02014	Bioquímica	60 h		Bioquímica II	60 h
5°	ISCO02015	Imunologia Básica	60 h		Imunologia Básica	60 h
5°	ISCO02016	Parasitologia Humana	60 h		Parasitologia Humana	60 h
6°	ISCO02017	Embriologia e Histologia	60 h		Embriologia e Histologia Humana	60 h
6°	ISCO02018	Fisiologia Humana	60 h		Fisiologia Humana	60 h
6°	ISCO02019	Bacteriologia	60 h		Bacteriologia	60 h
6°	ISCO02020	Anatomia Humana	60 h		Anatomia Humana	60 h
6°	ISCO02021	Hematologia Básica	60 h		Hematologia Básica	60 h
6°	ISCO02022	Virologia	30 h		Virologia	60 h
7°	ISCO02024	Química Farmacêutica I	60 h		Química Farmacêutica e Medicinal I	60 h
7°	ISCO02025	Farmacologia I	60 h		Farmacologia I	60 h
7°	ISCO02026	Toxicologia Geral	60 h		Toxicologia Geral	60 h
7°	ISCO02027	Farmacotécnica I	60 h		Farmacotécnica I	60 h
7°	ISCO02028	Farmacognosia	60 h		Farmacognosia II	60 h
8°	ISCO02032	Farmacologia II	60 h		Farmacologia II	60 h
8°	ISCO2033	Química Farmacêutica II	60 h		Química Farmacêutica e Medicinal II	60 h
8°	ISCO2034	Farmacotécnica II	60 h		Farmacotécnica II	60 h
8°	ISCO2035	Assistência Farmacêutica	60 h		Assistência Farmacêutica	60 h
8°	ISCO2036	Administração e Gestão Farmacêutica	60 h		Gestão da Assistência Farmacêutica	60 h
8°	ISCO0203	Deontologia e legislação Farmacêutica	60 h		Deontologia e Legislação Farmacêutica	60 h
8°	ISCO02038	Controle de Qualidade de Medicamentos	60 h		Controle de Qualidade de Medicamentos	60 h
9°	ISCO02041	Atenção Farmacêutica	60 h		Cuidados Farmacêuticos	60 h
9°	ISCO02042	Farmacologia Clínica	60 h		Farmácia Clínica	60 h
9°	ISCO02043	Análises Clínicas I	60 h		Análises Clínicas I	60 h

9°	ISCO02044	Análises Clínicas II	90 h		Análises Clínicas II	60 h
9°	ISCO02045	Toxicologia Clínica, Forense Ambiental	60 h		Toxicologia Clínica e Forense	60 h
1°	ISCO02005	Interação na Base Real I	60 h		Práticas Integradoras de Extensão	60 h
2°	ISCO01012	Interação na Base Real II	60 h		Práticas Integradoras de Extensão	60 h
3°	ISCO01016	Interação na Base Real III	60 h		Práticas Integradoras de Extensão	60 h
4°	ISCO01023	Interação na Base Real IV	60 h		Atividades de Extensão	240 h
1°	ISCO01006	Seminário Integrador I	20 h		Atividades de Extensão	240 h
2°	ISCO01012	Seminário Integrador II	20 h		Atividades de Extensão	240 h
3°	ISCO01017	Seminário Integrador III	20 h		Atividades de Extensão	240 h
4°	ISCO01022	Seminário Integrador IV	20 h		Atividades de Extensão	24

3.9 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades acadêmicas complementares estão respaldadas pelas orientações gerais contidas no anexo F deste PPC e são aquelas relevantes para que o estudante adquira o saber e as habilidades necessárias à sua formação, abordando novos ou diferentes campos de estudo da área da saúde a serem escolhidas livremente pelo estudante, completando a carga horária mínima exigida para este fim, e definida na matriz curricular deste PPC, permitindo que o estudante possa imprimir seu próprio ritmo e construir seu projeto pessoal dentro da área Farmacêutica.

As atividades complementares podem incluir projetos de iniciação científica de pesquisa e extensão, monitoria, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências, além de componentes cursados em outros institutos da Ufopa e em outras Instituições de Ensino Superior. Essas atividades se constituem como componentes curriculares enriquecedores, que contribuem para a construção do perfil profissional do formando.

As atividades acadêmicas curriculares, quanto à sua natureza, poderão ser classificadas em optativas ou obrigatórias ambas seguindo os procedimentos de matrícula e registro acadêmico adotados pela Ufopa.

O Colegiado do curso tem a responsabilidade de definir o total de carga horária que será contabilizada para cada atividade acadêmica curricular balizado pelas diretrizes curriculares nacionais vigentes.

Portanto, um conjunto predeterminado de atividades acadêmicas curriculares deve ser constituído para que o estudante possa eleger a escolha daquelas que possibilitem a complementação de sua formação específica do curso, propiciando-lhe aquisição de especificidades de área afins à opção da formação básica.

Para a integralização curricular do curso de Farmácia, o estudante deverá realizar as atividades acadêmicas complementares, que deverão ser registradas em seu histórico de graduação, de forma flexível e em qualquer proporção, respeitando na totalidade as cargas horárias apresentadas documentalmente, a partir do 1° período do percurso acadêmico, sendo que, ao final do 10° período o discente deverá ter completado as 100 horas prevista na matriz curricular.

O registro no histórico das cargas horárias dos certificados ou documentos equivalentes

que comprovem a realização de atividades complementares deverá ser feito pela secretaria acadêmica, sendo que, caberá ao colegiado do curso de Bacharelado em Farmácia a avaliação apenas dos certificados ou documentos considerados de natureza incomum ou ambígua em relação ao escopo das atividades realizadas pelo discente.

3.10 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

As atividades de estágio curricular poderão ser realizadas a partir do 3º período do percurso acadêmico em ocasiões oportunas, porém, deverão ter a maior parte da carga horária concentrada no 10º período do percurso acadêmico. O estágio tem caráter obrigatório e tem a carga horária mínima de 840 horas. Tem a orientação de docentes e preceptores e sua coordenação será realizada pelo Núcleo de estágios do Isco. Ao final do estágio, o acadêmico apresenta o Relatório Final e/ou Certificado/Declaração de estágio, que será analisado e avaliado pelos professores responsáveis pela atividade, validado pelo Núcleo de Estágios do Isco e inserido no sistema para registro no histórico de graduação do discente pela secretaria acadêmica de acordo com regramento institucional vigente.

O estabelecimento e manutenção do estágio se dá através de convênios firmados entre a Ufopa e laboratórios de análises clínicas, hospitais, farmácias de manipulação, farmácias comunitárias, indústrias de medicamentos, cosméticos e alimentos, instituições públicas e privadas, legalmente constituídos e regulamentados para atividade farmacêutica e que estejam em regime de convênio com a Ufopa, conforme anexo específico.

Podem ser equiparadas à carga horária do Estágio Supervisionado atividades relacionadas a projetos de extensão universitária, monitorias e iniciação científica desde que recebam parecer favorável, depois de avaliados pelo NDE do Curso de Farmácia.

De acordo com a Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, o estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deve ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador do curso e por um supervisor da parte concedente. O resultado do estágio poderá se transformar no TCC, a critério do orientador ou supervisor. A sua realização deve atender à legislação em vigência sobre estágios curriculares.

3.11 INTEGRAÇÃO DO CURSO DE FARMÁCIA COM O SUS

A Integração Academia-Serviço junto ao Sistema Único de Saúde (SUS) é fundamento primordial no curso de Bacharelado em Farmácia da Ufopa, ocorrendo esta em várias dimensões, sendo que, para o alcance destes objetivos se articulam os Trabalhadores do Serviço de Saúde do Município de Santarém, Docentes Supervisores e Preceptores Farmacêuticos.

O Curso de Farmácia se integra ao SUS em diferentes níveis como a atenção básica, média complexidade e alta complexidade.

É evidente a necessidade de efetivar a integração ensino-aprendizagem em saúde, em integração com os serviços de saúde e a participação de organizações da comunidade com vistas à implementação de melhoria da qualidade da atenção integral à saúde das pessoas.

A vivência de discentes e docentes de Farmácia na realidade local é fundamental para a mudança que se pretende na formação em saúde condizente com as necessidades do SUS. Ganha-se aqui relevância a adoção de currículos universais que contemplem questões locais relevantes, já que se projeta uma formação de profissionais voltados a este perfil. Para além desta reflexão, ao se respeitar e valorizar as necessidades da comunidade no processo de

formação em saúde, entende-se que o atendimento à saúde não deve se esgotar na figura do médico, mas deve envolver equipes multi/interdisciplinares de saúde, competentes, atenciosas e comprometidas com a realidade local, equipes estas nas quais os discentes do curso de farmácia são inseridos em diversos momentos durante seu percurso acadêmico.

3.12 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), segue as orientações gerais contidas no anexo G deste PPC e é componente curricular recomendável, mas não obrigatório segundo a Resolução CNE/CES nº 6 de 19 de outubro de 2017, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Farmácia, sendo que, o curso de Bacharelado em Farmácia da Ufopa optou pela sua obrigatoriedade para a integralização do curso.

Os TCCs oriundos do curso de Farmácia da Ufopa têm por objetivos:

- Proporcionar ao estudante um treinamento em pesquisa e metodologia científica;
- Despertar ou desenvolver no estudante a aptidão para pesquisa;
- Desenvolver a capacidade de planejamento e disciplina para resolver problemas dentro das áreas de formação específica;
- Estimular a construção do conhecimento coletivo;
- Formar um profissional com melhor visão científica dos problemas farmacêuticos e socioambientais, o que determinará o comportamento científico no encaminhamento das respectivas soluções.

A normatização sobre a sistemática, validação, procedimentos, orientação e avaliação do TCC são de responsabilidade do NDE do Curso de Farmácia ou de outra comissão específica definida pelo Colegiado do curso. O TCC pode ser realizado em grupo de até 02 (dois) alunos. O componente curricular Seminário de TCC, no 10º período do percurso acadêmico, se constitui como o espaço para orientação, apresentação e defesa dos TCCs. O discente deve apresentar o trabalho na forma oral e escrita, sob forma de monografia ou artigo científico, sendo este de defesa pública e parte obrigatória para a obtenção dos títulos de Bacharel em Farmácia. A organização do seminário de TCC, incluindo todo o fluxo documental, ficará sob a responsabilidade da secretaria acadêmica do Isco.

4 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

As profundas modificações ocasionadas pelo advento da Tecnologia à nível mundial, convergem para uma sociedade caracterizada pela importância crescente dos recursos tecnológicos e pelo avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), do qual as Instituições de Ensino Superior, não podem abrir mão.

Com o intuito de buscar uma melhor qualidade nos cursos de graduação, é notória a progressiva aplicação e abrangência das TICs, sobretudo com o uso da Internet nos diferentes componentes curriculares. Com a difusão e o uso de novas tecnologias de informação e comunicação nas práticas educacionais, ocorreram mudanças na produção de materiais didáticos e nas metodologias de ensino-aprendizagem. Os materiais didáticos produzidos com o uso de novas tecnologias de informação e comunicação permitem que, no processo de ensino-aprendizagem, docentes, tutores, discentes, Institutos e Universidade tenham mais interatividade. A Ufopa incentiva a incorporação de diversas possibilidades das novas

tecnologias tais como: Portal, áudios, vídeos e textos digitalizados e disponibilizados em meios eletrônicos, utilização de blogs, listas de discussão online, redes sociais, chats, fóruns entre outros.

Para as aulas ministradas pelos docentes do Curso de Bacharelado em Farmácia da Ufopa, são disponibilizados pelo Isco e por docentes, equipamentos como datashow, notebooks, equipamentos de áudio, softwares livres de cunho didático para auxílio e complementação do aprendizado dos discentes.

A comunidade acadêmica possui acesso à rede *Wi-Fi* em todos os endereços de oferta da Ufopa, existindo inclusive uma rede para acesso exclusivo dos estudantes (Wufopa-Acadêmico). Dentro das dependências da Ufopa, todos os discentes têm acesso livre a uma rede sem fio específica para alunos, com acesso ao Portal de Periódicos Capes. O Instituto ainda não dispõe de um laboratório específico de computadores para fins de utilização pelos discentes, mas mantém parceria com os demais Institutos para uso compartilhado, com agendamento prévio das atividades.

Através do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) o discente pode gerenciar seu processo de ensino-aprendizagem, tendo acesso às suas informações cadastrais, histórico acadêmico, disciplinas ofertadas, comprovante de matrícula, mapas de notas e frequências, rendimento acadêmico, ambiente virtual de aprendizagem, entre outros.

O docente por sua vez, também pode utilizar o SIGAA como suporte pedagógico e ambiente virtual de ensino, posto que ele pode interagir com os alunos inserindo seu plano de curso, materiais, artigos, criar comunidades de discussão através de fóruns ou chats, ministrar aulas para uma turma específica através do modo tutorial.

5 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DO CURSO DE FARMÁCIA

5.1 AVALIAÇÃO DOCENTE

A avaliação de desempenho dar-se-á em relação a sua capacitação e habilidade profissional, assiduidade, pontualidade, relações humanas, oratória, cumprimento do conteúdo programático, bibliografia, recursos e materiais didáticos utilizados, carga horária alocada para planejamento, laboratório, exercícios, visitas técnicas, seminários, avaliações, projetos de extensão, produção científica, participação nas comissões e órgãos colegiados entre outros. Para ajudar neste processo serão consultados via questionário ou questionário online, os estudantes, os técnicos administrativos e a coordenação do curso. Essa avaliação será semestral e servirá também como subsídio auxiliando no processo de avaliação do curso.

5.2 AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

O processo de avaliação do curso de Saúde Coletiva do Isco, está legalmente fundamentado no Regimento de Graduação, Resolução Consepe nº 331, de 28 de setembro de 2020. Entende-se por avaliação de aprendizagem o processo de apreciação e julgamento do rendimento acadêmico dos alunos, objetivando acompanhar, diagnosticar e melhorar o processo de ensino e aprendizagem, bem como a habilitação do discente em cada componente curricular.

A avaliação da aprendizagem far-se-á por período letivo, organizado semestralmente, compreendendo a apuração das frequências às aulas, atividades e aos trabalhos acadêmicos, e a atribuição de notas aos alunos em avaliações parciais, por meio de atividades acadêmicas.

Para fins de registro do aproveitamento acadêmico do discente no histórico escolar será considerada a média final e a frequência em cada componente curricular.

Os componentes curriculares, a cada período de estudos, serão apreciados através de pelo menos três avaliações e uma avaliação substitutiva, esta última de caráter optativa para o discente e envolvendo todo o programa do componente. Pelo menos uma das avaliações deverá ser individual. As notas serão expressas em valores numéricos de zero a dez. A nota final do discente será computada como a média simples ou ponderada entre o valor obtido em cada uma das três avaliações do período, podendo uma das três avaliações ser permutada pela avaliação substitutiva.

Em caso de falta à avaliação em componente curricular, por impedimento legal, doença grave atestada por serviço médico de saúde ou motivo de força maior e caso fortuito, devidamente comprovado nos termos da lei, o discente deve protocolar na secretaria responsável pelo componente curricular o requerimento para avaliação de segunda chamada ao docente, no período de 72 h.

5.2.1 Revisão de prova

Caso o acadêmico não aceite sua nota, deve, em primeiro lugar, consultar o professor, se, ainda assim não ficar satisfeito, deverá solicitar revisão de prova à Secretaria Acadêmica, no prazo máximo de dois dias úteis após a divulgação oficial dos resultados.

A solicitação deverá ser efetivada por meio de requerimento formalizado pelo discente junto à secretaria de sua unidade acadêmica endereçado ao colegiado do curso.

Após isso será constituída pelo Colegiado do Curso uma Comissão de Revisão de Prova, composta de três professores entre os quais não estará presente o professor responsável pela disciplina em questão.

Inicialmente esta Comissão chamará o professor para tratar do problema em questão. Após isso se ainda persistir a questão geradora da solicitação, a Comissão ouvirá o docente e o discente em questão, além de outros que julgarem necessário para emitir parecer conclusivo a ser analisado e homologado pelo Colegiado do Curso.

A Comissão de Revisão de Prova emitirá parecer conclusivo em até cinco dias úteis após sua constituição.

5.2.2 Frequência

A frequência às atividades curriculares será obrigatória e a aprovação em qualquer disciplina será condicionada à frequência mínima de 75% de aulas ministradas, seguindo aquilo que é preconizado pelo Regimento da Graduação da Ufopa (Resolução Consepe nº 331/2020).

Importante: Os sábados também são reservados a aulas ou à reposição de aulas não ministradas, mediante acordo professor/turma.

5.2.3 Exceções

Embora os índices de frequência estejam condicionados ao que se dispõe no Regimento de graduação (Resolução Consepe nº 331/2020), existem casos específicos amparados por leis maiores, a saber:

Decreto-Lei nº 715/69

Situação de Reservistas, quando de sua apresentação obrigatória, e dos alunos matriculados nos órgãos de formação de reservistas, quando em serviço.

Decreto-Lei nº 1.440/69

Portadores de determinadas afecções orgânicas, podem ter sua frequência substituída por trabalhos a serem feitos em casa desde que, ao exame médico, se considere que a capacidade de aprendizagem não esteja prejudicada. Deve-se observar:

- ▶ A transitoriedade do problema patológico;
- ▶ A conservação ou permanência da capacidade de aprender;
- ▶ Acompanhamento através de trabalhos, o que implica em uma concessão a priori do privilégio, caracterizando-se, antes, como uma situação especial de frequência e, não, como simples justificativas de faltas, assim mesmo só enquanto persistir o problema.

O artigo 3º diz que: “Dependerá o regime de exceção neste decreto-lei estabelecido, de laudo médico elaborado pela autoridade oficial do sistema educacional”.

Parecer nº 672/86

Diz o parecer que não há “dificuldade de enquadrar os casos apontados na lei”, por exemplo, “o de acidentes graves ou outras moléstias que exijam internação hospitalar ou impeçam a sua locomoção por período de uma semana ou mais”.

Decreto nº 69.053/71

Regulamentado pela Portaria 283-BSB/72, autoriza, em seu artigo 2º, o direito de frequentar “em regime especial as provas e as aulas das disciplinas, a alunos que faltarem durante o cumprimento da missão”, fazendo parte de representação oficial em congressos, conclaves ou competições artísticas esportivas.

Lei Federal nº 6.202/75

Concede um regime especial para aluna gestante, pelo qual ela fica liberada, durante quatro meses, de frequência às aulas. Para isso compete à aluna, no 8º mês de gravidez, apresentar atestado médico, requerendo seu direito.

5.3 COERÊNCIA DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Entende-se por avaliação de aprendizagem o processo de apreciação e julgamento do rendimento acadêmico dos discentes, com o objetivo de acompanhar, diagnosticar e melhorar o processo de ensino e aprendizagem, bem como a habilitação do discente em cada componente curricular.

Em conformidade com o Regimento de Graduação da Ufopa, Resolução Consepe nº 331 de 28 de setembro de 2020:

- Entende-se por avaliação da aprendizagem o processo formativo contínuo que compreende diagnóstico, acompanhamento e somatório da aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes pelo discente, mediado pelo docente em situação de ensino, expressa em seu rendimento acadêmico e na assiduidade.

- Entende-se por rendimento acadêmico o somatório da participação do discente nos procedimentos e instrumentos avaliativos desenvolvidos em cada componente curricular.

- Os registros do rendimento acadêmico são realizados individualmente, independentemente dos instrumentos utilizados.

- Entende-se por assiduidade do discente a frequência às aulas e demais atividades presenciais exigidas em cada componente curricular.

- A aprovação em um componente curricular está condicionada à obtenção de média final mínima de 6,0 (seis) exigida na avaliação da aprendizagem e, para os componentes curriculares presenciais, à frequência mínima de 75% (setenta e cinco) exigida na avaliação da assiduidade.

O sistema de avaliação do curso do processo ensino-aprendizagem do curso de Farmácia da Ufopa, busca uma efetiva mensuração da capacidade do aluno de integrar conhecimentos e de mobilizá-los para a tomada de decisões.

O sistema permite ainda acompanhar a evolução do discente ao longo do processo de ensino-aprendizagem e que o docente adote medidas corretivas que aumentem a eficácia do aprendizado.

Na elaboração das avaliações, que é de responsabilidade do professor, recomenda-se, entretanto, a observação de certos princípios didáticos:

- Abrangência – de acordo com o conteúdo desenvolvido;
- Número de questões – mantendo equilíbrio em relação à abrangência e ao tempo disponível para a sua resolução;
- Tipo de questão – utilizar questões variadas, sempre que possível, procurando desenvolver diferentes habilidades mentais;
- Elaboração das questões – clara, objetiva e correta, de modo a proporcionar ao aluno imediata compreensão do que está sendo solicitado;
- Critérios de avaliação – claros e definidos.

Para além das avaliações, em consonância com o PDI da Ufopa, o curso de Farmácia buscará atrelar o processo de ensino aprendizagem aos princípios das metodologias ativas. Dessa forma, os estudantes dos cursos de graduação da Ufopa estão na condição de sujeitos ativos nesse processo, construindo conhecimentos de forma relevante pela aproximação com metodologias de ensino voltadas ao desenvolvimento de competências ligadas à reflexão crítica da aprendizagem, bem como construindo observações e resoluções de problemas que se desenvolvem na análise crítica do estudante.

Nesse contexto, o papel do professor é de mediador e provocador, permitindo espaços que proporcionem a participação ativa dos estudantes nas aulas teóricas e práticas, buscando promover processo de aprendizado mais eficaz, estimulando a troca de experiências e de informações entre docentes e discentes, a criatividade e habilidade de resolver as problemáticas que são apresentadas.

Entre as metodologias ativas de ensino-aprendizagem que podem ser utilizadas, dentre outras, destacam-se as seguintes: dinâmicas de grupo, fichamentos, seminários, exposições, visitas técnicas, aulas práticas, grupos de pesquisa, resolução de problemas, desenvolvimento de projetos, aulas em laboratórios, pesquisas bibliográficas e de campo, iniciação científica, mesas-redondas, simpósios, utilização de recursos multimídias e equipamentos de informática. É importante destacar que em todas as metodologias citadas a resolução de problemas é estimulada pela busca de formar profissionais críticos e principalmente ativos em sua formação.

6 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

De acordo com o documento denominado Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação, do Ministério da Educação (Nota Técnica DAES/INEP 2017), a avaliação deve ser compreendida como um processo dinâmico, que exige mediação pedagógica permanente. Neste sentido é necessário criar mecanismos para rever periodicamente os instrumentos e procedimentos de avaliação, de modo a ajustá-los aos diferentes contextos e situação que se apresentam no cenário da educação superior e torná-los elementos balizadores da qualidade que se deseja para a graduação.

As metodologias e os critérios de avaliação institucional permitirão diagnosticar se as metas e os objetivos do Curso estão sendo alcançados, servindo de elemento para formular e planejar possíveis mudanças que se mostrarem necessárias. Para tanto, serão promovidos seminários anuais para avaliação do andamento do Projeto Pedagógico assim como proposições a serem adotadas.

A avaliação do projeto deve considerar os objetivos, habilidades, e competências previstas a partir de um diagnóstico preliminar, que será elaborada pela Comissão de Avaliação Institucional do Programa, devendo levar em conta o processo estabelecido para implementação do Projeto. Esse processo de avaliação será feito por meio de seminários para tomada de decisões com relação ao desenvolvimento do Projeto de Curso.

Neste sentido, as questões administrativas serão orientadas para que o aspecto acadêmico seja sempre o elemento norteador do ensino, da pesquisa e da extensão. Assim, a gestão será participativa, ressaltando-se o papel do NDE na definição de políticas, diretrizes e ações, bem como da avaliação, entendida como um processo contínuo que garante a articulação entre os conteúdos e as práticas pedagógicas.

O projeto pedagógico não tem seu valor condicionado à ideia de que possa ser encarado como verdade irrefutável ou imutável. Seu valor depende da capacidade de dar conta da realidade em sua constante transformação e, por isso, deve ser passível de modificações, superando limitações e incorporando novas perspectivas configuradas pelo processo de mudança da realidade. De acordo com Abramowicz, “as avaliações são auxiliares legítimas da construção do conhecimento em aspecto amplo, não apenas dos conteúdos trabalhados, mas também de posturas e atitudes. Por isso, é necessária a realização de avaliações capazes de proporcionar melhorias naquilo que se está ensinando, já que fornece subsídios para o aperfeiçoamento do ensino que é uma das mais importantes funções da avaliação.” (1994, p. 156)

Assim, a avaliação do Projeto Pedagógico deve ser considerada como uma ferramenta construtiva visando contribuir para a implementação de melhorias e inovações que permitam identificar possibilidades, orientar, justificar, escolher e tomar decisões no âmbito da vida acadêmica de alunos, professores e funcionários.

Seguindo essas premissas, o Isco efetivará seu processo avaliativo de maneira integrada considerando as diferentes categorias que o compõe. No curso de Farmácia a avaliação será organizada como mencionado abaixo:

6.1 AVALIAÇÃO SEMESTRAL

Ao final de cada semestre letivo será efetivada com o objetivo de verificar pontos a melhorana estrutura e qualidade do curso, assim como na elevação do aproveitamento no processo ensino- aprendizagem. Como as disciplinas do curso têm a periodicidade semestral,

é preciso uma avaliação que propicie a correção de falhas que por ventura ocorram no decorrer dos semestres letivos. Para se fazer essa avaliação será necessária a constituição de uma Comissão de Avaliação composta por integrantes das categorias dos discentes, docentes, técnico-administrativo e da coordenação do curso.

6.2 AVALIAÇÃO DO CORPO DISCENTE SOBRE O CURSO

Neste processo levar-se-á em consideração a utilização dos espaços educativos (tais como laboratórios, salas de aulas e estrutura e acervo das bibliotecas, etc.), atuação dos docentes (recursos didáticos, aulas práticas, visitas técnicas e atualização dos conteúdos e bibliografias, etc.), a estrutura curricular, a estrutura física ofertada para o curso, a atuação e a comunicação com a coordenação do curso.

6.3 AVALIAÇÃO DO CORPO DOCENTE SOBRE O CURSO

Este processo terá o enfoque na estrutura curricular, assim como o procedimento de uma auto-avaliação, avaliar também a estrutura física e a comunicação com a coordenação do curso na resolução de problemas que vir a ocorrer.

6.4 AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

Esta avaliação objetiva pontuar a atuação tanto de docentes quanto de discentes, passando pela coordenação do curso e estrutura física e sua relação com o corpo técnico-administrativo para o bom desempenho do curso.

Além disso, também haverá uma avaliação interna do curso onde serão enfocados os índices de evasão, de aceitação dos egressos no mercado de trabalho, de suas inserções nos programas de pós-graduação, produção científica, os convênios e projetos integrados de ensino, assim como os recursos e estágios remunerados em outras empresas, a estrutura e acervo da biblioteca, o desenho curricular, etc. Esta terá a periodicidade de dois em dois anos. Ela terá como parâmetro os indicadores estatísticos oriundos do curso.

Em termos operacionais, o processo de avaliação do curso de Farmácia da Ufopa se dará em três dimensões:

- **Avaliação interna**

A avaliação interna será realizada por representantes dos segmentos de ensino, pesquisa, extensão e administração do curso, utilizando-se dos instrumentos propostos por uma Comissão Institucional de Avaliação do Curso, nomeada pelo diretor do Instituto, sendo que os professores que integrarão esta comissão deverão ser indicados pelo colegiado do curso de Farmácia. Os técnicos-administrativos educacionais e os discentes deverão ser indicados por suas respectivas categorias.

A Comissão será constituída por, no mínimo, dois docentes, dois discentes e dois técnicos-administrativos em educação do Instituto ao qual o curso está vinculado (Isco). Na comissão de avaliação do curso se concentrará a liderança do processo de avaliação. Cabe a ela avaliar e conduzir todas as atividades realizadas no seu âmbito, redigir o Relatório de Avaliação Interna e acompanhar a avaliação externa.

Os relatórios e pareceres elaborados pela Comissão deverão ser discutidos com toda a comunidade envolvida, através de seminários. Esta avaliação interna permitirá ao Curso aperfeiçoar o seu projeto político pedagógico.

Na perspectiva avaliadora, o parâmetro considerado é o próprio Curso em sua evolução histórica, os objetivos que ele próprio traçou para si e a realização destes objetivos em suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração, além do currículo do curso.

- **Avaliação externa**

Esta avaliação será composta pelos mecanismos de avaliação do MEC e da sociedade civil, dos quais são exemplos o Exame Nacional de Cursos, previsto pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes) e a avaliação efetuada pelos especialistas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Os dados oriundos desses processos serão levados em consideração no processo de avaliação interna e servirão para aferição da consonância dos objetivos e perfil dos egressos do curso para com os anseios da sociedade.

- **Reavaliação**

Esta etapa propõe a consolidação dos resultados da avaliação interna (autoavaliação), da externa e da discussão com a comunidade acadêmica, resultando na elaboração de um relatório final, que subsidiará a revisão do projeto pedagógico e do planejamento estratégico do curso.

A reavaliação será executada nos diversos níveis hierárquicos do curso, com a participação do coordenador, professores e alunos, através de reuniões que deverão permitir a cada professor perceber o papel do conteúdo sob sua responsabilidade na formação do aluno e de proporcionar aos alunos a compreensão de seu processo de formação como um todo, trazendo suas contribuições e participando ativamente do processo.

A comissão responsável pela avaliação do curso deverá elaborar um relatório final integrando todos os resultados da avaliação interna e externa, indicando as deficiências acadêmicas ou de infraestrutura identificadas e propondo medidas de correção. Para fins de construção deste relatório final, os resultados da avaliação interna e externa deverão ser discutidos com a comunidade acadêmica visando rever e, ou, aperfeiçoar seu projeto pedagógico, suas metas e a elaboração de propostas para seu desenvolvimento.

7 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

7.1 POLÍTICAS DE PESQUISA

A pesquisa na Ufopa, associada ao ensino e à extensão, objetiva a produção e a difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, artísticos e culturais, que contribuam para a melhoria das condições de vida da sociedade, principalmente na região amazônica.

A iniciação à pesquisa é etapa fundamental do Bacharelado em Farmácia e constitui a base em que o aluno constrói sua formação numa perspectiva integrada e conectada com os contextos sociais em que se insere e nos quais atuará após a conclusão do curso. Essa etapa, porém, não se efetua em períodos rigorosamente delimitados, mas em atividades continuadas de pesquisa.

Durante a Formação Graduada em Farmácia, oferta-se aos alunos a possibilidade de integração e participação continuada em projetos de pesquisa sob orientação de seus professores, bem como oportunidades de experimentação de diferentes linhas de investigação científica no âmbito de disciplinas práticas e atividades em laboratórios.

Além daquelas decorrentes dos projetos individuais de pesquisadores, outras bolsas de Iniciação Científica podem ser concedidas aos alunos envolvidos com recursos próprios da Ufopa e externos. Entre elas, CNPq e Fapespa, entre outras fontes de financiamento contínuo

ou eventual. Bolsas de Monitoria ofertadas pela Pró-Reitoria de Ensino e Graduação da Ufopa também oferecem aos alunos o contato com atividades de Ensino e Pesquisa.

7.2 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

As ações de extensão universitária desenvolvidas pela Ufopa são orientadas pelas diretrizes definidas pelo Plano Nacional de Extensão Universitária, Estatuto, Plano de Desenvolvimento Institucional, Política de Ensino e pelo Regimento Geral da Ufopa.

Na Ufopa, as ações acadêmicas são integradas em unidades denominadas Programas. Por isso, não se distinguem as atividades de extensão de outras atividades acadêmicas. A extensão envolve, principalmente, ações de articulação com a sociedade com forte concentração nas áreas de arte e cultura, processos de organização social, oferta de cursos de pequena duração e ações empreendedoras na sociedade.

Tendo em vista a multiplicidade de aspectos e saberes envolvidos, os programas e projetos de extensão realizados pelo Bacharelado em Farmácia, em parceria ou não com outros cursos da Ufopa, devem estimular e buscar propiciar aos alunos a participação em ações conjuntas com instituições públicas, entidades não governamentais, empresas e movimentos sociais.

As atividades de extensão devem ser sempre orientadas por um docente e podem ser apoiadas pela Ufopa, conforme regras específicas da universidade para esse fim, ou por fontes financiadoras externas, desde que previamente aprovadas pelo Conselho do Isco.

Seguindo orientações da Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão (Procce), as ações de extensão da Ufopa são classificadas nas seguintes modalidades: a) programas; b) projetos; c) cursos; d) oficinas; e) trabalhos de campo; f) eventos; g) prestação de serviços; h) publicação e outros produtos acadêmicos.

7.3 POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE

7.3.1 Condições de acesso para pessoas com deficiência (PcDs)

Os cursos vinculados ao Isco da Ufopa, funcionam na Unidade Tapajós, localizado na Rua Vera Paz, s/n, Bairro Salé, prédio próprio.

Na Unidade Tapajós O prédio foi construído seguindo as normas gerais e critérios básicos da Norma Brasileira Regulamentadora (NBR 9050:2004) de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Na estrutura atual o prédio conta com duas plataformas para deficientes físicos, com acesso a todos os setores do prédio, como salas de aula, biblioteca, área de lazer, praça de alimentação, auditórios e banheiros, sendo estes adaptados, seguindo o padrão legal exigido.

Importante salientar, que no ano de 2013, a Ufopa enviou representantes para o Seminário Incluir em Brasília, que socializaram as informações no âmbito da Instituição e desta forma foi instituído o Grupo de Trabalho (GT) Pró Acessibilidade, Portaria nº 1.293, de 12 de Agosto de 2013, com a participação de setores estratégicos, nos quais incluem unidades Acadêmicas e Administrativas da Ufopa. Assim, em abril de 2014 foi instituído o Núcleo de Acessibilidade da Ufopa, sendo que sua composição conta com a participação de setores estratégicos da Universidade. Este Núcleo tem como objetivos: discutir e instituir políticas institucionais de Acessibilidade no âmbito da Instituição.

Através da Portaria nº 1.376 de 18 de junho de 2014, a Ufopa instituiu o Núcleo de Acessibilidade. Tal ação atende as determinações da Portaria nº 3.284/2003, que dispõe sobre a instrução de processo de autorização e reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições, orientando a inserção de tópicos sobre acessibilidade às pessoas com deficiência.

Com base nessas orientações de acessibilidade para pessoas com deficiência, cabe descrever o planejamento de ações desenvolvidas e a serem desenvolvidas, conforme disposto no PDI 2019-2023:

Como valor instituído, a inclusão é também uma das diretrizes institucionais da Ufopa, que, para sua implementação, tem se dedicado a seguir as orientações normativas advindas do MEC no que tange às estratégias didático-pedagógicas inclusivas para PcDs. Para este fim, tem buscado garantir estrutura física e tecnológica que assegure acessibilidade não apenas a estudantes e servidores, mas também a toda a comunidade. Assim, tem dado atenção especial aos projetos arquitetônicos e ao acesso às principais informações institucionais, como os editais de ingresso que são traduzidos em Língua Brasileira de Sinais (Libras). Destaca-se ainda que o site institucional está equipado com recursos de acessibilidade, como o libras para pessoas surdas e o alto contraste para pessoas de baixa visão.

Atividades em Libras alcançam hoje na Instituição fatia substancial nos currículos dos cursos de graduação, tendo sido criado grupo de educação digital para estimular o desenvolvimento e o uso de aplicativos nas salas de aulas. Em todas as ações de melhoria de infraestrutura física e de TI têm-se priorizado os principais mecanismos de acessibilidade. A Ufopa preconiza a expansão da acessibilidade pela integração da pesquisa ao ensino e à extensão, ao possibilitar apoio de recursos originários do Pnaes para a aquisição de equipamentos e tecnologias específicas e adequadas para cada realidade, em todas as suas unidades. O Núcleo de Acessibilidade da Ufopa tem sido equipado com escâneres, lupas e impressora em Braille para o atendimento e a produção de materiais didáticos para os alunos cegos. Um importante atendimento realizado destinou-se a alunos que necessitam de atenção psicológica resultante das pressões diversas relativas ao isolamento do seio familiar, subnutrição, fragilidade socioeconômica, entre outras.

Atendendo o disposto no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, o PPC de Bacharelado em Farmácia, oferta a disciplina Libras em sua matriz curricular, estando disposta no banco de disciplinas optativas. Além disso, o Isco adotará como ações que favorecem a inclusão social:

- Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012), com ações como incentivo ao corpo Docente para se qualificar, cada vez mais, nas questões da inserção do aluno com necessidades especiais, bem como orientações aos docentes para encaminhamento à Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges), dos discentes que indiquem um provável transtorno, a fim de que se possa fazer um diagnóstico preciso pelos setores competentes e assim encaminhar as ações e orientações necessárias à garantia do atendimento aos direitos deste discente na Universidade.

Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena (Lei nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004): instituir, através de disciplinas de conteúdos transversais e complementares, de componentes integrantes da matriz curricular do curso, em especial as disciplinas Políticas Públicas de Saúde à Populações Vulneráveis, Sociedade Natureza e Desenvolvimento e Estudos Integrativos da Amazônia.

- Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Parecer CNE/CP nº

8/2012, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012): instituir, através de disciplinas de conteúdos transversais e complementares, de componentes integrantes da matriz curricular do curso, em especial a disciplina Direito em Saúde.

7.4 POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS

A política de ações afirmativas e promoção da igualdade étnico-racial da Ufopa, foi instituída pela resolução nº 200 de 08 de junho de 2017. Tal política tem por finalidade a defesa dos direitos humanos e a promoção do direito à diversidade cultural, a defesa dos direitos a igualdade étnico-racial, a busca da igualdade de gênero, a garantia dos direitos da pessoa com necessidades específicas, bem como a diminuição da desigualdade social e o combate a todo tipo de discriminação e preconceito.

Destina-se prioritariamente, aos grupos historicamente excluídos: indígenas, negros, quilombolas, comunidades tradicionais, pessoas com deficiência e população LGBTQIA+, com ênfase nas pessoas ingressantes através de políticas de equidade de direitos, tais como o sistema de cotas sociais, o processo seletivo especial e as vagas destinadas às pessoas com deficiência.

7.5 POLÍTICA DE ENSINO

O ensino na Ufopa é desenvolvido nos níveis de graduação e pós-graduação (lato sensu e stricto sensu), sob a forma de atividades presenciais e a distância, nas diferentes áreas do conhecimento, tendo como princípios a abordagem interdisciplinar, flexibilidade curricular, formação continuada e a mobilidade acadêmica. O ensino de graduação da Ufopa segue as diretrizes curriculares nacionais e institucionais e está alinhado à missão institucional de produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento da Amazônia, respeitando a diversidade cultural, norteando as suas atividades nos objetivos estratégicos de formar cidadãos capazes de transformar a realidade social da região amazônica.

As políticas voltadas ao ensino têm como foco o egresso como agente transformador da realidade social, com formação humanística, crítica e reflexiva, com competência técnica, científica e política, baseada em princípios éticos e na compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio. A Universidade se propõe a ofertar um ensino de qualidade, tendo como diretrizes:

- 1) a excelência acadêmica, por meio do uso de tecnologias educacionais;
- 2) a promoção de modelos curriculares inovadores, buscando, para isso, ampliar e diversificar as oportunidades educacionais, potencializar a vocação regional e promover a interdisciplinaridade no ensino, pesquisa, extensão;
- 3) a articulação com a sociedade, buscando fortalecer a interação com a educação básica;
- 4) a produção do conhecimento, visando à sua ampliação e disseminação.

Buscando oportunidades de ensino-aprendizagem alinhadas com o perfil do egresso, os discentes do curso de Farmácia têm a oportunidade de participar de projetos geridos, de maneira compartilhada, pelas Pró-Reitorias e as unidades acadêmicas, tais como Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (Pibic) e Programa Institucional de Bolsa de Extensão (Pibex).

O Isco tem, ainda, alunos que participam de outros projetos gerenciados pela Proen, tais

como: Programa de Mobilidade Acadêmicas Externa Temporária (auxílio estudantil para atividades nacionais de ensino, integrado com pesquisa e extensão) e programas de Monitoria Acadêmica, como monitoria Ceanama, monitoria voluntária de disciplinas/laboratórios e monitoria de projetos institucionais.

8 APOIO AO DISCENTE

Sob coordenação e gerenciamento da Proges, a Política de Assistência Estudantil se configura como um conjunto de princípios e diretrizes que orientam a elaboração e implementação de ações com vistas à inclusão social, formação plena, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e ao bem estar biopsicossocial que garantam o acesso, a permanência e a conclusão de curso, seguindo os princípios gerais do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), explicitados pelo Decreto nº 7.234/2010, do Ministério da Educação.

Com o intuito de se colocar em prática tais políticas, a Ufopa implantou a Proges a partir de 14 de abril de 2014, que passou a ser o setor responsável pela gestão da política de assistência estudantil da instituição. Entre as ações, procurou-se de início reestruturar o sistema de concessão de auxílios aos alunos da universidade. Entre outras ações como acompanhamento psicopedagógico, destacam-se:

- Programa de Permanência Estudantil, que consiste na liberação de auxílios financeiros aos discentes em situação de vulnerabilidade social, que não possuam condições de arcar com o custeio de suas despesas com alimentação, moradia, aquisição de material didático e transporte.

- Os Jogos Internos da Ufopa (JIUfopa) ocorrem anualmente, e objetivam promover a integração da comunidade acadêmica, incentivando a prática esportiva no meio universitário.

- A partir de 2020 também foi inaugurado o Restaurante Universitário, que oferece suporte de alimentação mais viável à comunidade acadêmica. Outro serviço oferecido de grande importância e com bastante utilização pelos discentes é o transporte universitário, conhecido como Intercampus, com horários estabelecidos durante todo o horário de funcionamento da Ufopa.

A Proges é responsável ainda pelo Programa de acompanhamento da aprendizagem, iniciado em 2014, que tem como objetivo oferecer apoio pedagógico aos discentes que apresentam até duas reprovações no semestre e àqueles que encontram dificuldades de aprendizado.

A Ufopa oferece ainda aos discentes, o serviço de Ouvidoria, com atendimento à comunidade interna e externa através de e-mail, telefone e atendimento presencial, visando o bem estar das pessoas envolvidas, com imparcialidade, ética e sigilo.

9 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

9.1 APOIO À PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

O Programa de Iniciação Científica (PIC) do Isco consistirá num “Projeto de Formação de Pesquisadores” e visará oferecer aos acadêmicos de Farmácia bases e instrumentos necessários para a atuação como pesquisador iniciante.

A Iniciação Científica é um instrumento de formação que permite introduzir na pesquisa científica os acadêmicos de graduação, colocando-os em contato direto com esta importante

atividade acadêmica e permitindo seu engajamento neste processo. É um estímulo à formação da mentalidade científica na prática concreta, mediante a participação no desenvolvimento de uma investigação que tem início, meio e fim, e cujos resultados são atingidos pelo aluno em função da execução de um Plano de Trabalho.

O PIC será visto como um guia que permitirá ao acadêmico dar um salto na própria formação pessoal. A partir do momento que se oferece métodos para um aproveitamento efetivo da pesquisa e da produção acadêmica, regras a serem seguidas, e professores com disponibilidade para atender e orientar os novos pesquisadores, os alunos estarão encontrando as melhores condições para o desenvolvimento de uma produção acadêmica séria.

Envolvendo diretamente o acadêmico de graduação na pesquisa, a Iniciação Científica apresentar-se-á como uma verdadeira escola, que necessitará ser mantida e ampliada. Será um importante elemento na estruturação de recursos humanos, pois se colocará como ponto de partida para a formação de novos cientistas (mestres e doutores) e, principalmente, estimulará a produção de novos conhecimentos.

A atividade de pesquisa permitirá a aprendizagem de técnicas e métodos científicos além do estímulo ao desenvolvimento do pensar científico e da criatividade, o que contribui, em última instância, para que o aluno tenha uma formação acadêmica mais completa.

10 RECURSOS HUMANOS

O quadro de pessoal do Isco que oferta o curso de Farmácia, oferece suporte nas mais distintas áreas, e hoje se encontra estruturado da seguinte forma:

10.1 APOIO TÉCNICO-PEDAGÓGICO

10.1.1 Direção do Isco

Atualmente o Isco está sob direção dos Professores Waldiney Pires Moares e Rayanne Rocha Pereira, eleitos em um pleito aberto a toda a comunidade acadêmica, devidamente vinculada ao Instituto. A Direção é assessorada pelas Coordenações Administrativa, Técnica e Acadêmica, Coordenações de Curso e Núcleos Docentes Estruturantes, sendo que estes respondem pelos projetos pedagógicos.

10.1.1.1 Diretor

Prof. Dr. Waldiney Pires Moraes

10.1.1.2 Vice-diretora

Prof^a Dra. Rayanne Rocha Pereira

10.1.2 Coordenação do curso de Farmácia

10.1.2.1. Atuação da coordenação do curso

A coordenação do curso de Farmácia da Ufopa, é responsável pelas funções de planejamento, organização, coordenação, controle e avaliação em relação ao Curso em questão. Através de Portaria expedida pela Reitoria, a coordenação tem um prazo de mandato estipulado de dois anos, ficando a cargo da Unidade Acadêmica definir, conforme

necessidade, mudança na gestão do curso.

Entre as atribuições da coordenação, estão entre outras, a responsabilidade de coordenar a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso, viabilizar a avaliação institucional, supervisionar o cumprimento do regime didático para ele previsto e a ação docente, discente e técnico-administrativa desenvolvidas, fazendo isso num clima de trabalho alimentado por excelentes relações interpessoais. A Coordenadora do Curso, além de sua atuação nos colegiados do curso, tem sua participação efetiva nos órgãos superiores da Instituição.

10.1.2.2 Regime de trabalho da coordenação do curso

O regime de trabalho da coordenadora do Curso é de vinte horas semanais, estipulando tempo para atendimento às demandas diferentes: discentes, docentes, coordenações administrativas e gestãoda Unidade.

- Coordenadora do Curso de Farmácia Prof^a. Dr^a Rayanne Rocha Pereira.

10.1.3 Técnico em Assuntos Educacionais

O curso recebe o apoio de um Técnico em Assuntos Educacionais, alocado na Coordenação Acadêmica da Unidade, que tem como regime de trabalho quarenta horas semanais, estando disponível oito horas por diapara atendimento das demandas de docentes e discentes vinculados ao curso.

- **Técnico em Assuntos Educacionais**

Jean Adriano Sena Pantoja

10.1.4 Secretaria executiva

Na secretaria executiva da unidade, estão alocadas duas secretárias executivas, onde uma está disponível para atendimento de demandas administrativas da coordenação do curso de graduação. A secretaria funciona aberta ao público de oito às dezoito horas, com intervalo de 12h às 14h, de segunda a sexta-feira.

- **Secretaria Executiva**

Jerdriana Pereira da Silva Francisca Márcia Lima de Sousa.

10.2 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

10.2.1 Secretaria acadêmica do Isco

À coordenação acadêmica compete prestar ao Instituto e a comunidade acadêmica o apoio necessário ao desempenho das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

- **Assistente em Administração e Coordenadora Acadêmica**

Sara Daniele Lima de Oliveira

- **Assistente em Administração**

Lorêna Caryna de Macêdo Favacho

- **Assistente em Administração**

Taciane Souza de Jesus

10.2.2 Secretaria administrativa do Isco

À coordenação administrativa compete prestar ao Instituto o apoio administrativo necessário ao desempenho das atividades de ensino, pesquisa, extensão. A função do setor é dar apoio administrativo ao Instituto, desenvolvendo atividades como: Gestão de Recursos Humanos; Gestão de Laboratórios; Solicitações de Transporte, diárias, passagens e auxílio financeiro.

- **Administradora**

Leida Caldeira Marinho

- **Assistente em Administração e Coordenadora Administrativa**

Josicleni Ribeiro Lobato

10.2.3 Secretaria técnica do Isco

À coordenação técnica compete prestar à Direção do Instituto o apoio técnico necessário ao desempenho das atividades de ensino, pesquisa, extensão, planejamento e gestão.

- **Farmacêutica**

Alciene Ferreira da Silva Viana (Área principal – Análises Clínicas)

- **Farmacêutico Bioquímico**

Andresson Fernandes Pontes

- **Farmacêutico Bioquímico e Coordenador Técnico**

José Sousa de Almeida Júnior

- **Farmacêutica**

Daniele Ferreira da Silva

10.2.3.1 Técnicos de Laboratório

- Adenilson de Sousa Barroso (Área principal – Química)

- Cássia Valéria Pinheiro Corrêa (Área principal – Análises Clínicas)

- Jander Marcos Cirino Lopes (Área principal – BIODIAGNÓSTICO)

11 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

O acompanhamento de egressos do curso de Farmácia da Ufopa, tem o objetivo de contribuir para a formação continuada dos mesmos, desde o momento de sua inserção até a permanência deles no mercado de trabalho, e contribuir para o aperfeiçoamento do projeto pedagógico do curso.

Para isso, é importante compreender atividades que permitam: manter contato dos egressos junto à comunidade acadêmica; consolidar o vínculo com o egresso, por meio da criação e implementação de ações, tendo em vista o compromisso e a responsabilidade com a

comunidade; construir indicadores para que sejam verificados se as atividades desenvolvidas pelo egresso estão em consonância com os objetivos propostos pelo curso, visando o planejamento e replanejamento de ações a serem desenvolvidas pelo curso, com vistas a sanar as fragilidades, manter e ampliar as potencialidades; estabelecer parcerias e divulgar oportunidades de emprego aos alunos formados colaborando para sua inserção no mercado de trabalho; identificar demandas para cursos de graduação, pós-graduação e extensão; Oportunizar aos egressos, sempre que possível, a sua participação em eventos e cursos promovidos pela Ufopa, contribuindo para a formação continuada; tornar o egresso uma referência para divulgação e valorização da Instituição.

12 ÓRGÃOS COLEGIADOS

12.1 CONSELHO DO ISCO

O Conselho do Isco é de natureza colegiada, com representação das diferentes categorias, tendo entre suas funções, dar respaldo às diferentes decisões do Instituto. Os conselheiros eleitos terão um mandato de dois anos, caso servidores, e 1 ano, se pertencente à categoria discente, sendo composto da seguinte forma:

- Diretor(a) do Isco – Membro permanente.
- Vice-diretor(a) do Isco – Membro permanente
- Coordenador do Curso de Farmácia – Membro permanente
- Coordenador do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde - Membro permanente
- Coordenador do Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva - Membro permanente
- Coordenador do Curso de Pós-Graduação Residência Multiprofissional Estratégia em Saúde da Família - Membro permanente
- Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde - Membro permanente
- Representantes docentes, sendo três titulares e um suplente.
- Representantes técnicos administrativos, sendo dois titulares e um suplente.
- Representantes discentes, sendo um titular e um suplente.

12.2 COLEGIADO DO CURSO DE FARMÁCIA

O Colegiado de Farmácia tem caráter representativo (coordenação do curso, docentes, técnicos e discentes) e é o responsável por planejar, aprovar e supervisionar todas as atividades que envolvem o Curso de Bacharelado em Farmácia. Os membros são eleitos para um mandato de dois anos, caso servidores, e um ano se forem da categoria discente, e tem a seguinte composição:

- Coordenador do Curso de Farmácia – Membro permanente.
- Representantes docentes, sendo três titulares e um suplente.
- Representantes técnicos administrativos, sendo um titular e um suplente.
- Representantes discentes, sendo um titular e um suplente.

12.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE FARMÁCIA

O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Bacharelado em Farmácia tem em sua composição, docentes definidos pela direção do Instituto em consonância com a coordenação do Curso. Cabe ao NDE, elaborar, propor mudanças e adequações nos projetos pedagógicos do curso e sua implementação prática, bem como realizar reuniões regularmente para discutir, debater, construir e reconstruir as diferentes ações previstas no PPC do Curso. Os membros são designados pela direção do Instituto para um mandato de dois anos e o NDE deve ser composto por no mínimo 05 docentes com vinculação ao Curso de Farmácia.

12.4 COMISSÃO DE MONITORIA DO ISCO

A comissão de monitoria do Isco, tem a missão de coordenar e acompanhar todo o processo que vai desde a publicação dos editais pela Proen, até a avaliação de desempenho dos monitores em suas diversas modalidades de bolsas. A cada edital, a direção do Isco aponta os docentes que irão compor a comissão, respaldada através de portaria interna.

12.5 COMITÊ DE MOBILIDADE ACADÊMICA EXTERNA DO ISCO

A comissão de Mobilidade Acadêmica Externa do Isco, tem na missão de coordenar e acompanhar todo o processo que vai desde a publicação dos editais pela Proen, até a avaliação de desempenho dos acadêmicos que realizaram a atividade. A cada edital, a direção do Isco aponta os docentes que irão compor a comissão, respaldada através de portaria interna.

12.6 NÚCLEO DE ESTÁGIO DO ISCO

O núcleo de estágio do Isco, tem sua composição voltada a atender tanto a demanda dos cursos de graduação, como dos cursos de pós-graduação vinculados ao Instituto. Cabe ao núcleo, coordenar todas as ações de planejamento, prática, articulação com entidades, entre outras ações voltadas ao estágio dos discentes. O núcleo é composto por no mínimo cinco docentes, designados através de portaria interna, com mandato de dois anos.

12.7 BOLSAS DE APOIO ADMINISTRATIVO

O Isco oferta, desde que se disponibilize edital pela Ufopa, uma bolsa discente da Instituição, para dar apoio administrativo na Coordenação Acadêmica. O bolsista faz atividades presenciais quatro horas por dia, regimentado através de contrato como estágio não obrigatório.

13 CORPO DOCENTE

Compõem o quadro de docentes que atuam no curso de Farmácia da Ufopa os docentes abaixo indicados, conforme titulação e regime de trabalho.

De acordo com o modelo de estruturação acadêmica do Isco, o primeiro ciclo formativo do curso de Bacharelado em Farmácia (do 1º ao 5º períodos letivos) é cursado dentro do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde, que tem os seguintes professores vinculados:

Quadro 05 - Docentes do Curso de Farmácia

Nº	Docente	Titulação	Área de Formação	Regime de Trabalho	Lattes
01	Alcicley daSilva Abreu	Doutor	Licenciatura em Química	Dedicação exclusiva	http://lattes.cnpq.br/2407727084619418
02	AlexandreEscher Boger	Mestre	Bacharelado em Farmácia Bioquímica	Dedicação exclusiva	http://lattes.cnpq.br/4774204132478690
03	Bruno Alexandre da Silva	Doutor	Bacharelado em Farmácia Bioquímica	Dedicação exclusiva	http://lattes.cnpq.br/5493200188192899
04	Flavia Garcez da Silva	Doutora	Bacharelado em Farmácia Bioquímica	Dedicação exclusiva	http://lattes.cnpq.br/4447168807027684
05	GabrielaBianchi dos Santos	Doutora	Bacharelado em Farmácia Bioquímica	Dedicação exclusiva	http://lattes.cnpq.br/4004347359096815
06	Kariane Mendes Nunes	Doutora	Bacharelado em Farmácia Bioquímica	Dedicação exclusiva	http://lattes.cnpq.br/9309973943729721
07	Silvia Katrine Rabelo da Silva	Doutora	Licenciatura em Biologia	Dedicação exclusiva	http://lattes.cnpq.br/6999618172919722
08	Luana Lorena Silva Rodrigues	Doutora	Bacharelado em Farmácia Bioquímica	Dedicação exclusiva	http://lattes.cnpq.br/5536252180803475
09	Rayanne Rocha Pereira	Doutora	Bacharelado em Farmácia Bioquímica	Dedicação exclusiva	http://lattes.cnpq.br/3964604515231067
10	Romualdo Xavier de Oliveira Lima	Doutor	Médico	40 horas semanais	http://lattes.cnpq.br/0470056643825277
11	Rosa Helena Veras Mourao	Doutora	Biologa	Dedicação exclusiva	http://lattes.cnpq.br/7166770916937434
12	Tânia Mara Pires Moraes	Doutora	Bacharelado em Farmácia Bioquímica	Dedicação exclusiva	http://lattes.cnpq.br/3255943099394652
13	WaldineyPires Moraes	Doutor	Bacharelado em Farmácia Bioquímica	Dedicação exclusiva	http://lattes.cnpq.br/5222632994807027
14	Wallace Gomes Leal	Doutor	Bacharelado em Biomedicina	Dedicação exclusiva	http://lattes.cnpq.br/2085871005197072
15	WilsonSabino	Doutor	Bacharelado em Química / Bacharelado em Farmácia Bioquímica	Dedicação exclusiva	http://lattes.cnpq.br/6952341456850495

Obs.: A definição de alguns docentes para determinadas disciplinas, poderá ser realizada conforme colaboração de outros Institutos da Ufopa, podendo, portanto, gerar algumas variações. Determinadas disciplinas podem ser contempladas com concurso, o que poderá ocasionar redistribuição dos docentes pelos componentes curriculares do curso, conforme área de formação.

Quadro 06 - Docentes do curso de Bacharelado em Farmácia por componente curricular obrigatório.

Nº	Docentes	Disciplinas
01	Alcicley da Silva Abreu	Química Geral e Experimental
		Química Orgânica I
		Química Orgânica II
		Química Analítica
02	Alexandre Escher Boger	Hematologia Básica
		Análises Clínicas I
		Genética
		Estágio em Análises Clínicas
03	Bruno Alexandre da Silva	Farmacognosia I
		Farmacognosia II
		Fitoquímica
		Fitoterapia
05	Flavia Garcez da Silva	Toxicologia Geral
		Toxicologia Clínica e Forense
		PIE
06	Gabriela Bianchi dos Santos	Química Farmacêutica e Médica I
		Química Farmacêutica e Médica II
		Introdução às Ciências Farmacêuticas
		Empreendedorismo e Inovação em Saúde
07	Kariane Mendes Nunes	Farmacotécnica I
		Farmacotécnica II
		Controle de Qualidade de Medicamentos
		Estágio em Farmácia Magistral
08	Silvia Katrine Rabelo Da Silva	Parasitologia Humana
		Microbiologia Geral
		Biossegurança
		Bacteriologia
		Micologia
08	Luana Lorena Silva Rodrigues	Análises Clínicas II
		Imunologia Básica
		PIE (60H)
		Estágio Análises Clínicas
		Virologia
09	Rayanne Rocha Pereira	Tecnologia de Medicamentos e Cosméticos
		Bromatologia e Tecnologia de Alimentos
		PIE (60H)
10	Rosa Helena Veras Mourao	Biologia Celular e Molecular
		Bioquímica I
		Bioquímica II

		Plantas medicinais e aromáticas
11	Romualdo Xavier De OliveiraLima	Embriologia e Histologia
		Anatomia Humana
		Saúde da Mulher
12	Tânia Mara Pires Moraes	Deontologia e Legislação Farmacêutica
		Assistência Farmacêutica
		Farmácia Hospitalar
		Estágio em Farmácia Comunitária
13	Waldiney Pires Moraes	Farmacologia I
		Farmacologia II
		Farmácia Clínica
14	Walace Gomes Leal	Patologia Geral
		Fisiologia Humana
		Metodologia da Pesquisa
		Biofísica
15	Wilson Sabino	Gestão e Administração Farmacêutica
		Atenção Farmacêutica
		Introdução à Saúde Coletiva
		Estágio Supervisionado em Cuidados Farmacêuticos e Assistência Farmacêutica

14 INFRAESTRUTURA

14.1 INSTALAÇÕES GERAIS

O curso de Farmácia funciona no BMT na Unidade Tapajós, localizado na Rua Vera Paz, s/n, Bairro do Salé, que também abriga a sede do Isco, onde o curso de Farmácia se encontra vinculado.

14.2 INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SALA DOS PROFESSORES

A sede do Isco, está localizada no BMT na Unidade Tapajós, localizado na Rua Vera Paz, s/n, Bairro do Salé, estando subdivida da seguinte forma: Direção e Vice Direção - Sala 216 (B); Coordenação Acadêmica - Sala 214; Coordenação Administrativa, Secretaria Executiva – Sala 216 (A); Coordenação Técnica – Sala 226; Coordenações de Cursos – Sala 227; Sala dos Professores – Sala 225; Mini auditório - Sala 212; Salas de apoio - Salas 222 e 224.

14.3 SALAS DE AULA

As salas de aulas estão localizadas nas Unidade Tapajós, totalizando 06 salas, em geral com uma área de 60 m², dispondo de quadro branco e retroprojetor, iluminação natural e refrigeração. As turmas estão assim distribuídas:

- **Farmácia 2019** (Integral) – NSA Sala 103B – Unidade Tapajós.
- **Farmácia 2020** (Integral) – NSA Sala 104B – Unidade Tapajós.

- **Farmácia 2021** (Integral) – BMT Sala 225 – Unidade Tapajós.
- **Farmácia 2022** (Integral) – BSE Sala 110 L – Unidade Tapajós.
- **Farmácia 2023** (Integral) – BSE Sala 109 L – Unidade Tapajós

Obs.: Todas as turmas de Farmácia conforme oferta, são de caráter integral.

14.4 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

O Isco possui uma sala própria para os professores da Unidade. A sala 225 encontra-se no segundo andar do prédio BMT da Unidade Tapajós. Tem capacidade para todos os docentes do BIS lotados no Isco. Para cada um existe uma mesa, cadeira giratória e armário para guarda de materiais acadêmicos e pessoais com segurança. Sobre os equipamentos de tecnologia da informação, existe um computador de mesa completo com nobreak e internet cabeada individual disponível para todos. Na mesma sala, está disponível ainda uma mesa redonda para reuniões e atendimento ao aluno.

14.5 ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO CURSO

A sala da coordenação do Curso de Farmácia, localiza-se na sala 227 e divide o espaço com mais duas coordenações de curso. A Coordenação possui espaço com mesa em L, cadeira giratória e armário alto para guarda de materiais. Possui também computador de mesa com internet cabeada e via *Wi-Fi*. O espaço permite atendimentos individuais.

14.6 AUDITÓRIOS

A Universidade disponibiliza três auditórios para atendimento das demandas institucionais. Um localiza-se na Unidade Rondon e os outros dois estão localizados na Unidade Tapajós. Os auditórios são cedidos para atendimento das demandas das unidades acadêmicas através de agendamento prévio por meio da Coordenação de Cerimonial.

14.7 BIBLIOTECA

A Biblioteca da Ufopa é um órgão suplementar subordinado à Reitoria. O Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) teve suas atividades iniciadas em 2010, sendo composta por três unidades: Unidade Rondon (Biblioteca Central), Unidade Tapajós (Biblioteca setorial) e Unidade Amazônia (Biblioteca setorial) além das bibliotecas em estruturação nos Campis do Interior.

O Sistema de Bibliotecas tem por objetivo coordenar as atividades e criar condições para o funcionamento sistêmico das Bibliotecas da Ufopa oferecendo suporte informacional ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e extensão. As bibliotecas da Ufopa possuem link de acesso ao site da universidade, onde qualquer um tem acesso a planilha em Excel com o acervo geral total da Instituição. Para os possuidores de senha matrícula ou número Siape também é possível ter acesso a um ícone de busca dentro da ferramenta SIGAA.

A Biblioteca está estruturada para atendimento à comunidade acadêmica de segunda-feira à sexta-feira de 8h às 22h e aos sábados de 8h às 12h. A atualização do acervo é solicitada pelo NDE do curso de acordo com as demandas dos professores de cada componente curricular.

Os acadêmicos têm acesso ainda aos editores no portal de periódicos CAPES, com títulos voltados à todas as áreas de conhecimento. Este portal é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Conta com um acervo de mais de 35 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, 11 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

Serviços e produtos oferecidos pela Biblioteca:

- Consulta local (acesso livre à comunidade interna e externa)
- Empréstimo domiciliar;
- Orientação à pesquisa bibliográfica;
- Serviço de guarda-volumes;
- Orientação à normalização de trabalhos acadêmico-científicos;
- Acesso à Normas da ABNT;
- Acesso à Internet;
- Elaboração de ficha catalográfica;
- Orientação ao acesso no Portal de Periódicos CAPES.

14.8 LABORATÓRIOS

O Curso de Farmácia faz uso de toda a rede laboratorial do Isco, rede que é composta pelos laboratórios: 1) Localizados no Complexo de Laboratórios situados na Unidade Tapajós, Bairro Salé, sendo: Laboratório de Farmacologia e Toxicologia, Laboratório de Farmacotécnica e Laboratório de Farmacognosia, Laboratório de Microbiologia e Laboratório de Bioprospecção e Biologia Experimental; 2) Laboratórios do NTL, são eles: Laboratório de Química, Laboratório de Morfofisiologia, Laboratório de Análises Clínicas, Laboratório Multiusuário de Ensino das Ciências da Saúde e Laboratório Multiusuário de apoio a pesquisa básica em saúde; 3) Laboratórios localizados no BMT: Laboratório Multidisciplinar de Habilidades em Saúde, Laboratório de Situação em Saúde na Amazônia, Laboratório de Epidemiologia e Saúde Ambiental.

Todos os laboratórios da rede são vitais para o atendimento das necessidades legais de todos os cursos da área da saúde e em consonância com as diretrizes curriculares do curso de Farmácia e dos demais cursos, além disso, essa rede laboratorial atende atividades de ensino, pesquisa básica e extensão universitária de acordo com o papel social do ISCO e da UFOPA como instituição pública federal de ensino superior.

As atividades acadêmicas relacionadas ao ensino, pesquisa básica e extensão universitária desenvolvidas nos laboratórios do Isco relacionados ao curso de Bacharelado em Farmácia estão vinculadas aos componentes curriculares obrigatórios do primeiro e segundo ciclos formativos do curso, sendo assim utilizados conjuntamente pelos docentes responsáveis pelos componentes curriculares relacionados as áreas de natureza científica específica de cada laboratório da rede.

As atividades técnicas e administrativas não caracterizadas como ensino, pesquisa básica e extensão universitária, relacionadas com o funcionamento e a gestão de toda a infraestrutura da rede laboratorial do Isco, são coordenadas pela secretaria técnica do Isco e

seus recursos humanos do corpo administrativo e técnico laboratorial.

O Isco não dispõe de Laboratórios de Informática, porém, quando necessário, utiliza os laboratórios vinculados aos outros Institutos, através de agendamento prévio.

Descrição básica dos laboratórios:

- **Laboratório de Farmacologia e Toxicologia:** Laboratório de Farmacologia e Toxicologia: São ministradas aulas práticas das disciplinas de Farmacologia, Toxicologia e TCC que são executados no laboratório.

- **Laboratório de Farmacotécnica:** são ministradas aulas práticas das disciplinas de Farmacotécnica, Controle de Qualidade de Medicamentos e TCC que são executados no laboratório.

- **Laboratório de Farmacognosia e Bromatologia:** são ministradas aulas práticas das disciplinas de Farmacognosia, Fitoquímica, Bromatologia e TCC que são executados no laboratório.

- **Laboratório de Microbiologia:** são ministradas aulas práticas das disciplinas de Microbiologia, Micologia, Bacteriologia, Parasitologia, componentes curriculares das análises clínicas e TCC que são executados no laboratório.

- **Laboratório de Bioprospecção e Biologia Experimental:** dá suporte as atividades de ensino dos componentes curriculares Biologia celular e molecular, Bioquímica Geral, TCC que são executados no laboratório.

- **Laboratório Multiusuário de Apoio a Pesquisa Básica:** As atividades de pesquisa básica, relacionadas com todos os componentes curriculares do Isco poderão ser desenvolvidas no neste Laboratório.

- **Laboratório Multiusuário de Ensino das Ciências da Saúde:** As atividades de ensino de natureza prática relacionadas com todos os componentes curriculares do Isco poderão ser desenvolvidas neste Laboratório.

- **Laboratório de Análises Clínicas:** São ministradas aulas práticas dos componentes curriculares relacionados com as análises clínicas e TCC que são executados no laboratório.

- **Laboratório de Química:** São ministradas as aulas práticas de Química farmacêutica e medicinal, Químicas analíticas, Química Geral e experimental, Química orgânica e TCC que são executados no laboratório.

- **Laboratório de Morfofisiologia:** São ministradas aulas práticas dos componentes curriculares de Anatomia humana, Fisiologia humana, Histologia e embriologia humana, Patologia e TCC que são executados no laboratório.

- **Laboratório de Epidemiologia e Saúde Ambiental:** São ministradas aulas práticas e atividades dos componentes curriculares relacionados com saberes de Epidemiologia, Saúde Ambiental e TCC que são executados no laboratório.

- **Laboratório de Habilidades Multidisciplinar:** São ministradas aulas práticas e atividades de todos os componentes curriculares relacionados com Saúde Pública e TCC que são executados no laboratório.

- **Laboratório de Situação em Saúde na Amazônia:** São ministradas aulas práticas e atividades de todos os componentes curriculares relacionados com as especificidades da saúde na Amazônia e TCC que são executados no laboratório.

Todos os laboratórios atenderão a no mínimo 02 componentes curriculares obrigatórios,

o agrupamento de componentes curriculares foi proposto com base na similaridade dos conteúdos, organizando de forma racional, otimizando os aspectos de infraestrutura exigidos pelas áreas de conhecimento, a aquisição de reagentes e equipamentos de uso específicos e o planejamento das atividades acadêmicas desenvolvidas em cada laboratório.

Todos os laboratórios serão organizados para poder desenvolver o ensino, a pesquisa básica e a extensão universitária segundo as premissas educacionais que norteiam o ensino superior público e será livre a colaboração interdisciplinar entre todos os componentes curriculares e o trabalho conjunto entre docentes, técnicos e discentes em projetos multidisciplinares de ensino, pesquisa básica e extensão universitária em toda a rede laboratorial dos cursos.

Os Laboratórios vinculados ao Isco possuem espaço para a realização de experimentos, tendo instalações de água, luz e tomadas em todas as bancadas. Dispõe ainda de local específico para manipulação das substâncias químicas, modelos anatômicos sintéticas, equipamentos e vidrarias diversas, além de reagentes com grau de pureza analítica. São equipados também com extintores de incêndio, lava-olhos, chuveiro e saídas de emergência.

14.8.1 Farmácia Universitária

A resolução nº 610 de 2015 do Conselho Federal de Farmácia, descreve a farmácia universitária como sendo um laboratório didático-especializado de ensino, pesquisa e extensão, devendo estar devidamente inscrita no Conselho Regional de Farmácia de sua jurisdição, e deve estar voltada à formação dos estudantes dos cursos de Farmácia e a qualificação de farmacêuticos, quanto à prestação de serviços farmacêuticos e à oferta de produtos industrializados ou manipulados, de modo a contribuir para a promoção, proteção e recuperação da saúde, além da prevenção de doenças e de outros agravos, funcionando assim, como um elo de integração entre a teoria acadêmica e a prática profissional.

A Farmácia Universitária (FarmaUfopa) da Ufopa foi criada em 2020 (Resolução nº 280, de 09 de abril de 2020), essa se constitui de um laboratório didático-especializado de ensino, pesquisa e extensão que visa à formação dos discentes dos cursos de Farmácia; qualificação de farmacêuticos nas práticas de manipulação de formas farmacêuticas e correlatos; prestação de serviços farmacêuticos; dispensação adequada de produtos manipulados, no sentido de contribuir para a promoção, proteção e a recuperação da saúde e prevenção de doenças e promover o acesso e uso racional de medicamentos e a otimização da farmacoterapia.

14.9 INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA

A segurança da Ufopa é realizada por uma empresa terceirizada sendo supervisionada pela Diretoria de Segurança que está vinculada à Superintendência de Infraestrutura (Sinfra), a quem compete garantir a segurança do patrimônio físico e dos usuários.

Na unidade Tapajós, onde se localiza o curso de Farmácia, há apenas uma forma de acesso. A entrada principal, na frente do campus, possui guarita 24 horas e dois portões: um para entrada de pedestres e um para acesso de veículos. Além disso, no intuito de contribuir para a segurança da instituição, foram instaladas na Unidade Tapajós câmeras em 92 pontos, as quais são monitoradas por um servidor designado para tal tarefa.

A segurança das instalações físicas e dos usuários é parte integrante dos serviços que atendem ao Campus Tapajós, que conta com 4 (quatro) postos de vigilância compostos por 16 (dezesesseis) vigilantes trabalhando em jornada de 12 x 36h, 2 (dois) postos de vigilância

compostos por 2 (dois) vigilantes trabalhando em jornada de 44h semanais de 7h às 15h diariamente, 2 (dois) postos de serviço de vigilância compostos por 2 (dois) vigilantes trabalhando em jornada de 44h semanais de 15h às 23 h diariamente, além do serviço de videomonitoramento CF/TV 24h, com a utilização de 63 câmeras de alta resolução naquele Campus. Possui também ronda eletrônica que se trata de um dispositivo que monitora as atividades dos vigilantes, mantendo-os atentos durante toda a jornada de trabalho.

Todas as instalações da Unidade Tapajós, possuem Plano de Prevenção Contra Incêndio e Pânico (PPCI), aprovado junto ao Corpo de Bombeiros local.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWCZ, M. Avaliação, tomada de decisões e políticas: subsídios para um repensar. Estudos em Avaliação Educacional, jul/dez, nº 10. Fundação Carlos Chagas, São Paulo – 1994.

ALVARENGA, A. T. de, et al. Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: Arlindo Philippi Jr. e Antônio J. Silva Neto (editores). Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação. Barueri, SP: Manole, 2011. p. 3-68.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal; 1988.

_____. Decreto nº 85.878 de 07 de abril de 1981. República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 1981.

_____. Lei nº 12.085, de 05 de Novembro de 2009. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa, por desmembramento da Universidade Federal do Pará - UFPA e da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 06 de novembro de 2009. Seção 1, p.1.

_____. Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960. República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 1960.

_____. Lei Nº 11.788, de 25 de Setembro de 2008. República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2008.

_____. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96. Brasília: 1996.

_____. Universidade Federal do Oeste do Pará, Resolução nº 27 de 08 de outubro de 2013 do Conselho Universitário (Consun).

_____. Universidade Federal do Oeste do Pará, Resolução nº 270/2019 do Conselho Universitário (Consun)

FERNANDES, Zilamar Costa [et al.]. Os desafios da Educação Farmacêutica no Brasil. Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2008.

FREIRE, Paulo. Educação Como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. Pedagogia da Autonomia – Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

KELLER-FRANCO, Elize; KUNTZER, Tania Denise & COSTA, Luciano Senti Da. Inovação Curricular na Formação dos Profissionais da Saúde. Revista e-curriculum, São Paulo, v.8, n.2, Agosto/2012.M

ROSA, Cristiane Acácio. O Papel das Metodologias Ativas de Aprendizagem, disponível em <https://educacaoeinformatica.wordpress.com/2018/02/05/o-papel-das-metodologias-ativas-de-aprendizagem/> acesso em 02 de maio de 2023.

UFOPA. PDI-2019-2023, disponível em <http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/proplan/Documentos/2020/766ea1d5a36f6bde3acdc4b46199218e.pdf> , acesso em 02 de maio de 2023

ANEXOS

ANEXO A – PORTARIA DE CRIAÇÃO DO CURSO DE FARMÁCIA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

PORTARIA nº 028 DE 02 DE AGOSTO DE 2013

**APROVA O PROJETO
PEDAGÓGICO DO CURSO DE
FARMÁCIA, DE INTERESSE DO
INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE
E FLORESTAS, DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO OESTE DO PARÁ.**

O Pró-Reitor de Ensino de Graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, no uso de suas atribuições legais resolve:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Farmácia, vinculado ao Programa de Ciências Agrárias, do Instituto de Biodiversidade e Florestas.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua aprovação.

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

Santarém, 02 de agosto de 2024.

ANEXO B – PORTARIA SERES/MEC Nº 441/2014 – RECONHECIMENTO DO CURSO DE FARMÁCIA

PORTARIA Nº 111, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na tabela do anexo, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento dos cursos superiores de graduação constantes da tabela do anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte, nos termos do art. 10, § 3º do Decreto nº 9.235, de 2017 e dos artigos 37 a 42 da Portaria MEC nº 23, de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO

(Renovação de Reconhecimento de Cursos)

ANEXO C – PORTARIA DE CONSTITUIÇÃO DO NDE DE FARMÁCIA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA



PORTARIA Nº 2 / 2023 - ISCO (11.01.45)

Nº do Protocolo: 23204.001965/2023-23

Santarém-PA, 06 de fevereiro de 2023.

O DIRETOR DO INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA da UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ - UFOPA, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria UFOPA nº 430/2022 - GR de 28 de dezembro de 2022.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro, para constituírem o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Bacharelado em Farmácia, do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Oeste do Pará, a contar de 01 de janeiro de 2023:

- I. Rayanne Rocha Pereira, representante docente titular;
- II. Kariane Mendes Nunes, representante docente titular;
- III. Alcicley da Silva Abreu, representante docente titular;
- IV. Alexandre Escher Boger, representante docente titular;
- V. Gabriela Bianchi dos Santos, representante docente titular;
- VI. Waldiney Pires Moraes, representante docente titular.

Art. 2º Alocar (2) duas horas semanais, para o desempenho das atividades em consonância, com o disposto no inciso I do Art. 31 da Resolução nº 184, de 10 de fevereiro de 2017.

Art. 3º Revogar a Portaria nº 70/2022 de 25 de novembro de 2022, que designa os membros do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Bacharelado em Farmácia, do Instituto de Saúde Coletiva/Ufopa.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

(Assinado digitalmente em 06/02/2023 19:27)
WALDINEY PIRES MORAES
ISCO (11.01.45)
Matrícula: 1834385

ANEXO D - PORTARIA DE CONSTITUIÇÃO DO COLEGIADO DE FARMÁCIA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA



PORTARIA Nº 12 / 2023 - ISCO (11.01.45)

Nº do Protocolo: 23204.005426/2023-63

Santarém-PA, 05 de abril de 2023.

O DIRETOR DO INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA da UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ - UFOPA, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria UFOPA nº 430/2022 - GR de 28 de dezembro de 2022.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os membros abaixo relacionados para constituírem o Colegiado do Curso de Bacharelado em Farmácia do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Oeste do Pará, sob a presidência do primeiro:

I - Coordenador do Curso de Bacharelado em Farmácia - Membro permanente:

a. Rayanne Rocha Pereira.

II - Representantes dos Docentes:

a. Gabriela Bianchi dos Santos, titular;

b. Tânia Mara Pires Moraes, titular;

c. Bruno Alexandre da Silva, titular.

III - Representantes dos Técnicos Administrativos:

a. Adenilson de Sousa Barroso, titular;

b. Lorena Caryna de Macedo Favacho, suplente.

IV - Representantes dos Discentes:

a. Luanne Pereira Lopes, titular;

b. Luis Afonso Ramos Leite, suplente.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 37 / 2021 - ISCO 04 de outubro de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

(Assinado digitalmente em 05/04/2023 15:29)

WALDINEY PIRES MORAES

ISCO (11.01.45)

Matrícula: 1834385

ANEXO E – ENTIDADES EM REGIME DE CONVÊNIO COM A UFOPA

CONVÊNIOS PARA ESTÁGIOS DE ALUNOS – INSTITUIÇÃO/EMPRESA						
Nº	INSTITUIÇÃO/EMPRESA	PROCESSO	OBJETO	VIGÊNCIA		ENDEREÇO
001	AÇÃO SOCIAL SOCIEDADE BENEFICIENTE SANTOANTÔNIO – HOSPITALSANTO ANTÔNIO (ALENQUER)	23204.008434/2019-85	Proporcionar aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	12/08/2019	12/08/2024	Rua Doutor Pedro Vicente, nº 1146, Bairro: Centro. CEP: 68200-000. Alenquer – Pará.
002	AGENDA PÚBLICA – AGÊNCIA DE ANÁLISE ECOOPERAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS	23204.011545/2017-15	Proporcionar aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	10/01/2018	10/01/2023	Sede: Rua Paes Leme, nº 215, conjunto 1501/1502. Bairro: Pinheiros. CEP: 05424-150. Estado de São Paulo – SP.
003	ALCOA WORLD ALUMINA BRASIL LTDA	23204.010251/2015-04	Proporcionar aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	11/01/2016	11/01/2021	Sede: LG Enseada do Lago Grande de Juruti, S/N, Porto Capiranga, CEP: 68170-000. Juruti-PA.
004	ALGIMI FLORESTAL INDUSTRIA DE PISOS DE MADEIRAS LTDA	23204.008186/2019-72	Proporcionar aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	23/07/2019	23/07/2024	Rodovia Santarém Curua Uma, S/N, KM 05, Bairro: Urumari. CEP: 68020-650. Santarém – Pará.
005	A. SOUSA DE ALMEIDA CURSOS – CENAT CURSOS E TREINAMENTOS	23204.009489/2019-11	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão mútua de estágio curricular obrigatório aos estudantes matriculados nas instituições.	26/08/2019	26/08/2024	Avenida Mendonça Furtado, nº 1399 – Terreo. Bairro: Santa Clara. CEP: 6805-258. Santarém – Pará.
006	ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO MENINO JESUS – AAMJ	23204.001788/2019-07	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	24/05/2019	24/05/2024	Avenida Dom Floriano, nº 838, Bairro de Lourdes, CEP: 68250-000. Óbidos – Pará.
007	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE	23204.003365/2019-13	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	29/04/2019	29/04/2024	Rua 24 de Outubro, nº 2668, CEP: 68040-010. Santarém-PA.
008	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL / UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL – ULBRA – CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE SANTARÉM – CEULS/ULBRA	23204.000803/2019-91	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão mútua de estágio curricular obrigatório ou não obrigatório aos estudantes matriculados nas instituições.	18/02/2019	18/02/2024	Av. Sérgio Luiz Hein, Nº 1787 bairro: Nova República CEP: 68025-000. Santarém – Pará
009	ASSOCIAÇÃO SANTARENA DE ESTUDOS E APROVEITAMENTO DOS RECURSOS DA AMAZÔNIA – SEARA	23204.006743/2015-97	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	26/11/2015	26/11/2020	Rua das Nações Unidas, nº 114 - B, bairro Santana, CEP 68010-320, Santarém-PA.
010	B. DE F. CANAVARRO & CIA LTDA // EKILIBRE AMAZÔNIA	23204.014953/2018-58	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	04/12/2018	04/12/2023	Rua Turiano Meira, nº 238. Bairro/Distrito: Alter do Chão. Santarém – Pará.
011	B. M. ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA	23204.002083/2018-94	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	20/03/2018	20/03/2023	Avenida Presidente Vargas, nº 4597 – ALTOS, Bairro: Caranazal. CEP: 68040-060. Santarém – Pará.

012	BETTER NATURE RESEARCH CENTER LTDA	23204.007598/2019-95	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	02/08/2019	02/08/2024	Avenida Francisco dos Reis Figueiredo, nº 107. Bairro: Condomínio das Goiabeiras. CEP: 37200-000. Lavras – Minas Gerais.
013	CENTRO DE TECNOLOGIAS ESTRATÉGICAS DO NORDESTE - CETENE	23204.001457/2017-05	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente, na modalidade de estágio obrigatório.	11/04/2017	11/04/2022	Avenida Prof. Luiz Freire, 01, Cidade Universitária, CEP: 50740-545. Recife – PE.
014	COLÉGIO BATISTA DESANTARÉM – SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO EM EDUCAÇÃO SÓSTENES PEREIRA DE BARROS	23204.009252/2019-21	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão MÚTUA de estágio curricular obrigatório aos estudantes regularmente matriculados nas instituições envolvidas.	28/08/2019	28/08/2024	Avenida Mendonça Furtado, nº 1779. Bairro: Santa Clara. CEP: 680005-100. Santarém – Pará.
015	COLÉGIO DOM AMANDO – SOCIEDADE DOS IRMÃOS DA CONGREGAÇÃO DESANTA CRUZ	23204.000863/2017-42	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão MÚTUA de estágio curricular obrigatório aos estudantes regularmente matriculados nas instituições envolvidas.	17/02/2017	17/02/2022	Praça Barão de Santarém, nº 01, bairro Prainha, CEP: 68005-530. Santarém-PA.
016	COMÉRCIO DE ARTEFATOS CERÂMICOS MACÊDO LTDA	23204.012600/2017-86	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	04/12/2017	04/12/2022	Rua Iara, s/n, esquina com Rua Caranan. Bairro: Floresta. CEP: 68043-420. Santarém – Pará.
017	CONSTRUTORA NORTE DO TAPAJÓS LTDA	23204.001367/2017-14	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	17/02/2017	17/02/2022	Rodovia Santarém Cuiabá, S/N, KM 05. Bairro: Matinha, CEP: 68030-090. Santarém – Pará.
018	CONSULTE PROJETOS AGRÍCOLAS LTDA – ME	23204.014452/2017-34	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	24/01/2018	24/01/2023	Travessa São Luis, nº 45, Bairro: Centro. CEP: 65970-000. Porto Franco – MA.
019	COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE JURUTI – COOFAJUR	23204.008435/2018-86	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	21/06/2018	21/06/2023	Rua Belém, nº 139, Bairro: Bom Pastor, CEP: 68170-000. Juruti – PA.
020	COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DE SANTARÉM / PA - COOPRUSAN	23204.001988/2018-40	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	01/03/2018	01/03/2023	Travessa Dália, S/N, Esquina com Rua Magnólia. CEP: 68030-600. Bairro: Aeroporto Velho. Santarém – PA.
021	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ	23204.004169/2018-32	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão de estágio de complementação educacional, pela Defensoria Pública do Estado do Pará, a alunos regularmente matriculados e com efetiva frequência em relação aos cursos de Direito, Pedagogia e programas de ensino ministrados pela Instituição de Ensino.	22/02/2018	22/02/2023	Travessa Padre Prudêncio, nº 154. Bairro: Comércio. CEP: 66019-080. Belém – Pará.
022	DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA GUAMÁ TOCANTINS – DSEI/GUATOC	23204.015388/2018-50	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio Obrigatório na Concedente.	22/02/2019	22/02/2024	AV. Conselheiro Furtado, Nº 1597 Bairro: Cremação CEP: 68040-100. Belém – Pará
023	DROGA PREMIUM LTDA	23204.007891/2018-30	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	13/08/2018	13/08/2023	Avenida Rui Barbosa, nº 2708, Sala A, Bairro: Centro. CEP: 68005-080. Santarém – PA.
024	EBATA PRODUTOS FLORESTAIS LTDA	23204.006543/2015-34	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	19/11/2015	19/11/2020	Lot Lote 13, Quadra 06, Setor B, Distrito Industrial de Icoaraci, CEP: 66815-618. Belém-PA.

025	ELETROMOTORES LTDA – EPP	23204.009284/2016-84	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	09/09/2016	09/09/2021	Avenida Curua Uma, KM 4, Bairro: Urumari, CEP: 68020-650. Santarém-PA.
025	EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ / EMATER – PARÁ	23204.004307/2018-89	Este convênio tem por objeto a concessão de estágio obrigatório como objetivo de proporcionar aos alunos regularmente matriculados na Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio curricular nas dependências da Concedente.	16/02/2018	24/04/2020	Rodovia BR 316/KM 12. CEP: 67200-970. Marituba. Pará.
026	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA – UNIDADE DESCENTRALIZADA CENTRO NACIONAL DE PESQUISA DE FLORESTAS – EMBRAPA FLORESTAS	23204.009494/2016-72	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	12/08/2016	12/08/2021	Estrada da Ribeira, KM 11, Caixa Postal 319, CEP: 83411-000. Colombo – Paraná.
027	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA – UNIDADE DESCENTRALIZADA EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL	23204.006597/2016-81	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão de estágio de complementação educacional junto à Concedente de Estágio aos estudantes regularmente matriculados em qualquer curso da Instituição de Ensino.	22/09/2016	22/09/2021	Travessa Dr. Enéas Pinheiro, S/N. Belém – Pará.
028	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA – UNIDADE DESCENTRALIZADA CENTRO NACIONAL DE PESQUISA DE RECURSOS GENÉTICOS E BIOTECNOLOGIA – CENARGEN	23204.009238/2016-85	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão de estágio de complementação educacional junto à Concedente de Estágio aos estudantes regularmente matriculados em qualquer curso da Instituição de Ensino.	10/01/2017	10/01/2022	Parque Estação Biológica – PqEB, W/5 Norte (Final), Asa Norte, CEP: 70770-917. Brasília – DF.
029	ENACTUS BRASIL – ASSOCIAÇÃO DE LÍDERES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	23204.010810/2016-59	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	03/02/2017	03/02/2022	Avenida Doroty Nano Martinasso, nº 150. Prédio CIESP Jundiá. Vila Bandeirantes. CEP: 13214-012. Jundiá – São Paulo.
030	ENERSOL ENERGIA ALTERNATIVA EIRELI	23204.006127/2018-31	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	17/05/2018	17/05/2023	Avenida São Sebastião, nº 1556 – Altos. Bairro: Aldeia. CEP: 68040-040. Santarém – Pará.
031	ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA LUIZ DE QUEIROZ – ESALQ – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	23204.007024/2015-93	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão de estágio de complementação educacional junto à Concedente de Estágio aos estudantes regularmente matriculados em qualquer curso da Instituição de Ensino.	09/12/2015	09/12/2020	Sede: Avenida Padua Dias 11, nº 11, bairro São Dimas, CEP: 13418-900. Piracicaba-SP.
032	ESTADO DO PARÁ – SECRETARIA DE ESTADO ADMINISTRAÇÃO – SEAD (e órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais)	23204.014451/2017-90	Proporcionar aos estudantes regularmente matriculados na Instituição de Ensino a oportunidade de realizar estágio curricular nos órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais do Estado do Pará, doravante denominados Órgãos/Entidades Concedentes.	17/12/2017	17/12/2021	Travessa do Chaco, nº 2350, bairro Marco, CEP: 66093-543. Belém-PA.
033	ESTALEIRO PAZ EIRELI – ME	23204.012916/2016-97	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	06/10/2016	06/10/2021	Rua Silverio Sirotheau Correa, nº 3894. Bairro: Aldeia, CEP: 68040-020. Santarém – Pará.

034	INSTITUTO CAMPINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA – UNAMA FACULDADE DA AMAZÔNIA DE SANTARÉM	23204.007503/2019-33	Estabeleceras condições indispensáveis à viabilização de concessão MÚTUA de estágio curricular obrigatório ou não obrigatório entre a Ufopa e Unama, aos estudantes regularmente matriculados nas instituições.	18/07/2019	18/07/2022	Rua Rosa Vermelha, nº 335, bairro Aeroporto Velho. CEP: 68010-200. Santarém-PA.
035	FEDERAÇÃO DE ORGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL – FASE	23204.005283/2019-11	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	06/06/2019	06/06/2024	Rua das Palmeiras, nº 90, Bairro: Botafogo. CEP: 22270-070. Rio de Janeiro – RJ.
036	FRIGOSAN – FRIGORÍFICO SANTARÉM LTDA	23204.011913/2018-76	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio OBRIGATÓRIO na Concedente.	01/10/2018	01/10/2023	Avenida Curua Uma, SN, KM 07. Bairro: Maica. Santarém –Pará.
037	FRIGORÍFICO O PEIXÃO – D. A. COIMBRA PESCADOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO	23204.006438/2015-03	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	16/12/2015	16/12/2020	Avenida Maicá, nº 55, bairro Prainha, CEP: 68010-390. Santarém-PA.
038	FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA – FADESP	23204.002165/2015-10	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	06/03/2015	06/03/2020	Rua Augusto Correa SIN - Cidade Universitária José da Silveira Netto (Campus UFPA). Belém-PA.
039	FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – FAPEU	23204.006369/2016-19	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	05/09/2016	05/09/2021	Rua Delfino Conti, s/n. Bairro: Trindade. Caixa Postal: 5153. CEP: 88040-970. Florianópolis – Santa Catarina.
040	FUNDAÇÃO ESPERANÇA (MATRIZ E FILIAIS): • INSTITUTO ESPERANÇA DE ENSINOS SUPERIOR – IESPES; • CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ESPERANÇA – CEPES; • CLÍNICA ESPERANÇA.	23204.002058/2018-90	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão MÚTUA de estágio curricular obrigatório aos estudantes regularmente matriculados nas instituições supracitadas.	20/03/2018	20/03/2023	SEDE: Rua Coaracy Nunes, nº 3344, Bairro: Caranazal. CEP: 68040-100. Santarém – Pará.
041	GREEN HOUSE AMAZONIA LTDA EPP	23204.005673/2019-83	Proporcionar aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	24/05/2019	24/05/2024	Travessa Antônio Justa, nº 1181 – Sala “A”, Bairro: Caranazal. CEP: 68040-430. Santarém – Pará.
042	GST - EVOLUÇÃO	23204.009195/2019-81	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão MÚTUA de estágio curricular obrigatório ou não obrigatório aos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação da Ufopa e GST – EVOLUÇÃO.	09/09/2019	09/09/2024	Avenida Rui Barbosa, nº 1272, Bairro Centro. Santarém-PA.
043	HOSPITAL REGIONAL DO BAIXO AMAZONAS DO PARÁ – DR. WALDEMAR PENNA / PRÓ-SAÚDE ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR	23204.013579/2016-55	Proporcionar aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	01/03/2017	01/03/2020	Avenida Sergio Hem, nº 1100. Santarém-PA.
044	INSTITUTO CHICOMENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO – COORDENAÇÃO REGIONAL EM SANTARÉM – CR3	23204.004007/2019-28	Concessão de estágio obrigatório, conforme disponibilidade de vagas, a estudantes dos cursos de graduação da Ufopa em Unidades de Conservação do ICMBio sob a responsabilidade da Coordenação Regional da 3ª Região em Santarém	08/04/2019	08/04/2020	Avenida Tapajós, nº 2201, bairro Laguinho, CEP: 68.040-000. Santarém-PA.

			- CR3, incluindo a sede, segundo a Lei de Estágio nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, a Instrução Normativa MPOG n. 0412014 e as disposições do Manual do Programa de Estágio e anexos do ICMBio.			
045	INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - IMAZON	23204.011691/2017-32	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	20/10/2017	20/10/2022	Travessa Dom Romualdo de Seixas, nº 1698, Edifício Zion Busines, Sala 1101/1106, Bairro: Umarizal, CEP: 66055-200. Belém – Pará.
046	INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZONIA – IPAM	23204.006638/2016-39	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos Cursos de Graduação e Pós- Graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio e participação em atividades de pesquisa e extensão rural na Concedente.	30/12/2016	30/12/2021	Avenida Almirante Barroso, nº 1133. Bairro do Marco. CEP: 66093-031. Belém – Pará.
047	INSTITUTO EVANDRO CHAGAS	23204.009355/2017-20	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	24/07/2017	24/07/2022	Rodovia BR-316, KM 07, S/N, Levilândia, CEP: 67030-000. Ananindeua – Pará.
048	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ – IFPA	23204.003579/2019-90	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão MÚTUA de estágio curricular obrigatório entre a Ufopa e IFPA, aos estudantes regularmente matriculados nas instituições.	19/08/2019	19/08/2024	Avenida João Paulo II, 514, Bairro: Castanheira. CEP: 66645-240. Belém – PA.
049	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ – IFPA – CAMPUS DE SANTARÉM	23204.002115/2019-66	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão MÚTUA de estágio curricular obrigatório ou não obrigatório entre a Ufopa e IFPA, aos estudantes regularmente matriculados nas instituições.	28/02/2019	28/02/2024	Av. Castelo Branco, nº 621, bairro Interventoria. CEP: 68020-820. Santarém-PA.
050	INSTITUTO JURUTI SUSTENTÁVEL – IJUS	23204.006259/2018-56	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	18/06/2018	18/06/2023	Rua Marechal Rondon, S/N, Bairro: Centro, CEP: 68170-000. Juruti – PA.
051	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SANTARÉM – SR(30)	23204.010274/2015-19	Proporcionar aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da Ufopa a oportunidade de realização de estágio na Concedente exclusivamente na modalidade não obrigatório (remunerado).	28/03/2016	28/03/2021	Sede: Avenida Presidente Vargas, s/n, bairro Fátima, CEP: 68040-060. Santarém-PA.
052	INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA – INPA	23204.004909/2015-31	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	28/03/2016	28/03/2021	Sede: Avenida André Araújo, nº 2936, Petrópolis, CEP: 69083-000. Manaus-AM.
053	INSTITUTO PANAMERICANO DE GESTÃO – IPG	23204.015247/2018-74	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio OBRIGATÓRIO na Concedente.	07/01/2019	07/01/2024	Avenida Rui Barbosa, nº 2305, Bairro: Aldeia, CEP: 68040-030. Santarém – Pará.
054	JOSÉ MEIRELES PAIVA – PROFISSIONAL LIBERAL DE NÍVEL SUPERIOR (GEÓLOGO)	23204.002991/2019-92	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	06/06/2019	06/06/2024	Travessa Tachi, nº 343, Bairro: Floresta. CEP: 68025-030. Santarém – Pará.
055	JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ	23204.001936/2018-86	Propiciar a alunos de cursos de graduação da Ufopa, regularmente matriculados e com frequência efetiva, a realização do estágio na JUSTIÇA FEDERAL.	05/10/2018	05/10/2023	Rua Domingos Marreiros, nº 598, Bairro: Umarizal, CEP: 66055-210. Belém – Pará.
056	INSTITUTO SÓCIO- AMBIENTAL FLORANATIVA – ISAF	23204.002696/2015-11	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a	28/03/2016	28/03/2021	Sede: Travessa We 20, nº 51, bairro Coqueiro, Cidade Nova IV. Ananindeua-PA.

			oportunidade de realização de estágio na Concedente.			
057	K & C IDIOMAS LTDA –ME	23204.008669/2016-24	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	27/07/2016	27/07/2021	Avenida Mendonça Furtado, nº 1051, Bairro: Santa Clara, CEP: 68005-100. Santarém-PA.
058	LN GUERRA INDÚSTRIAE COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA	23204.005205/2015-85	Proporcionar aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	30/05/2016	30/05/2021	Rua São Sebastião, nº 369, bairro: Centro, CEP: 68798- 970. Santa Barbara do Pará-PA.
059	MAGDA TAYANE ABRAAO DE BRITO – MTCONSULTORIA	23204.009324/2018-42	Proporcionar aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	11/09/2018	11/09/2023	Avenida Belém, nº 56, Bairro: Comércio. CEP: 68180-090. Itaituba – Pará
060	MELO DE FARIAS IMÓVEIS LTDA - ME	23204.008940/2017-11	Proporcionar aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	09/04/2018	09/04/2023	Rua Galdino Veloso, nº 1241. Bairro: Centro. CEP: 68030-290. Santarém – Pará.
061	M. I. N. DE BRITO – ME /INFORGIL ELÉTRICA E ELETRÔNICA INDUSTRIAL	23204.013581/2016-24	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	07/02/2017	07/02/2022	Passagem Antônio de Oliveira, nº 81B. Bairro: Comércio. Itaituba-PA.
062	MINERAÇÃO RIO DONORTE S/A – MRN	23204.004303/2015-03	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	01/07/2015	01/07/2020	Rua Jari, s/n. Porto Trombetas-Oriximiná.
063	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ – MP/PA	23204.014042/2019-55	O presente Termo de Cooperação visa estabelecer as bases gerais de Cooperação Científica e Técnica entre o MP/PA e a Universidade, para seleção pública de estagiários.	24/04/2020	23/04/2021	Sede: Rua João Diogo, nº 100. Bairro: Cidade Velha. CEP: 66015-160. Belém – Pará.
064	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF / PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ	23204.010663/2019-60	Estabelecer vínculo entre a PR/PA e a UFOPA, credenciada ao MEC, visando proporcionar aos alunos regularmente matriculados, a oportunidade de serem incluídos no Programa de Estágio do Ministério Público da União, preparando-os para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividade correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino.	25/09/2019	25/09/2022	Travessa Dom Romualdo de Seixas, nº 1476. Umarizal. Belém – PA.
065	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO	23204.007053/2019-89	Estabelecer vínculo entre a Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa, credenciada pelo Ministério da Educação e Cultura, visando proporcionar aos alunos regularmente matriculados, a oportunidade de serem incluídos no Programa de Estágio do Ministério Público da União, preparando-os para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na Instituição de Ensino.	27/06/2019	07/07/2022	Avenida Governador José Malcher, nº 652, bairro Nazaré. CEP: 66040-281. Belém – PA.
066	M.S.A. SERVIÇOS E COMÉRCIO – ME / ERNELISON ANGLY DA SILVA SANTOS	23204.006244/2019-23	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	06/06/2019	06/06/2024	Travessa Uirapuru, nº 169. Bairro: Floresta. CEP: 68025- 730. Santarém – Pará.
067	N. M. M. FIGUEIRA CONSULTORIA E PROJETOS – ME	23204.002887/2016-55	Proporcionar aos discentes regularmente matriculados no curso de graduação em Ciências Econômicas da	08/11/2016	08/11/2021	Travessa Quinze de Agosto, nº 911, Sala A. Bairro: Centro. CEP: 68005-300. Santarém –

			Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.			Pará.
068	PASTORAL DO MENOR - OBRAS SOCIAIS DA DIOCESE DE SANTARÉM	23204.007943/2019-91	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	05/08/2019	05/08/2024	Rua Afonso Pena, nº 48, Sala A, CEP 68005-390. Santarém-PA.
069	PIRES E ALVES COMÉRCIO LTDA	23204.004570/2018-69	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	05/04/2018	05/04/2023	Avenida Tapajós, nº 1015 – BOX 01. Bairro: Centro. CEP: 68005-000. Santarém – Pará.
070	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELTERRA	23204.004086/2017-13	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	25/04/2017	25/04/2022	Palácio das Seringueiras, nº 45, Vila Americana, CEP: 68143-000. Belterra. Estado do Pará.
071	PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUTÍ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE.	23204.006032/2018-74	Proporcionar aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio OBRIGATÓRIO na Concedente.	16/01/2019	16/01/2024	Avenida Marechal Rondon, S/N, Bairro: Bom Pastor, CEP: 68170-000. Jurutí – Pará.
072	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS	23204.008723/2016-31	Proporcionar aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	30/06/2017	30/06/2022	Rua Deputado Raimundo Chaves, nº 338. Bairro: Centro. CEP: 68250-000. Cidade de Óbidos. Estado do Pará.
073	PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ	23204.015155/2018-36	Proporcionar aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	28/06/2019	28/06/2024	Rua Barão do Rio Branco, nº 2336. Bairro: Centro. CEP: 68270-000. Oriximiná – Pará.
074	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM	23204.005726/2017-02	Proporcionar aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	04/05/2017	04/05/2022	Avenida Anysio Chaves, nº 853. Bairro do Aeroporto Velho. CEP: 68030-290. Santarém – Pará.
075	PROFISSIONAL LIBERAL DE NÍVEL SUPERIOR – SRA. EMANUELLE UCHÔA VIEL – GEÓLOGA	23204.015013/2019-19	Proporcionar aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	12/12/2019	12/12/2024	Avenida Santos Dumont, nº 83, Casa “C”, Bairro: Interventoria. CEP: 68010-450. Santarém – PA.
076	RAINHA DA SUCATA STM/ THIAGO R. ALVESEIRELIS	23204.004279/2019-28	Proporcionar aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	28/05/2019	28/05/2024	Avenida Cuiabá, nº 1365 – B. Bairro: Salé. CEP: 68040-400. Santarém – Pará.
077	R. BRANCO ENGENHARIA LTDA	23204.010027/2017-76	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	17/10/2017	17/10/2022	Avenida São Sebastião, nº 1556-A, Bairro: Aldeia. CEP: 68040-040. Santarém – Pará.
078	RECEITA FEDERAL DO BRASIL – DELEGACIA DARECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTARÉM- PA	23204.005441/2015-00	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	21/08/2015	21/08/2020	Avenida Tapajós, nº 277, bairro Centro, CEP: 68005-000. Santarém-PA.
079	RONDOBEL SERVIÇOS FLORESTAIS EIRELI	23204.008407/2019-11	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	24/07/2019	24/07/2024	Gleba Nova Olinda, S/N, Vila Sempre Verde, Zona Rural. CEP: 68115-000. Santarém – Pará.
080	SANTOS & ARAÚJO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA	23204.013920/2018-13	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	07/01/2019	07/01/2024	Travessa Quinze de Agosto, nº 20, Edifício Marques Pinto, 2º andar, Sala 212. Bairro: Centro. CEP: 68005-305. Santarém – Pará.
081	SAP BRASIL LTDA.	23204.010236/2019-81	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	30/09/2019	30/09/2024	Avenida das Nações Unidas, nº 14171, Marble Tower, Bairro: Vila Gertrudes. CEP: 04794-000. São Paulo – SP.

082	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO DO ESTADO DO PARÁ – SESCOOP/PA	23204.001478/2017-12	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	20/02/2017	20/02/2022	Sede: Avenida João Paulo II, nº 515, Bairro: Marco. CEP: 66095-491. Belém – Pará.
083	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO PARÁ, ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – COEP, REDE DE ESCOLAS DE EDUCAÇÃO TÉCNICA E ESCOLA DE ENSINO TÉCNICO DO ESTADO DO PARÁ – UNIDADE SANTARÉM (EETPA- SANTARÉM)	23204.003220/2018-47	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão MÚTUA de estágio curricular obrigatório aos estudantes regularmente matriculados nas instituições envolvidas.	27/07/2018	27/07/2023	Rodovia Augusto Montenegro, s/n. KM 10, Bairro: Icoraci, CEP: 66630-505, na cidade de Belém – Pará.
084	SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC/AR/PA – PARÁ	23204.013105/2019-56	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação em Licenciatura em Pedagogia da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio obrigatório na Concedente.	13/01/2020	13/01/2025	Avenida Assis de Vasconcelos, nº 359. Bairro: Centro. CEP: 66010-010. Belém – Pará.
085	SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE ITAITUBA	23204.000344/2015-12	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	22/05/2015	22/05/2020	Rod. Transamazônica, s/n, Parque de Exposição “Hélio Mota Gueiros”, bairro Mesquitas. CEP: 68182-180. Itaituba-PA.
086	SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE SANTARÉM -STTR/STM	23204.015305/2019-43	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	15/01/2020	15/01/2025	Avenida Cuiabá, s/n, bairro Matinha, CEP: 68040-400. Santarém-PA.
087	SINDICATO RURAL DE SANTARÉM – SIRSAN	23204.001659/2015-87	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	19/05/2015	19/05/2020	Avenida Antônio Simões, s/n, bairro da Prainha, CEP: 68010-380. Santarém-PA.
088	SMIG SERVIÇOS DE MINERAÇÃO E GEOLOGIA - ME	23204.005935/2015-86	Proporcionar aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação em Geologia (IEG), Bacharelado em Biologia e Gestão Ambiental (ICTA) e Engenharia Florestal (Ibef) da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	02/09/2015	02/09/2020	Avenida dos Holandeses, nº 35, Loja 02, Cons. Hilton, Loteamento Olho d’Água, CEP: 65065-180. São Luís- MA.
089	SOCIEDADE COOPERATIVA DOS AQUICULTORES DO TAPAJÓS - COOPATA	23204.001849/2017-66	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	25/04/2017	25/04/2022	Avenida Mendonça Furtado, nº 172, Bairro: Santa Clara, CEP: 68040-050. Santarém – Pará.
090	SOCIEDADE EDUCACIONAL UBERABENSE / UNIVERSIDADE DE UBERABA – UNIUBE	23204.013056/2017-90	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão MÚTUA de estágio curricular obrigatório aos estudantes regularmente matriculados nas instituições envolvidas.	21/02/2018	21/02/2023	Sede: Avenida Guilherme Ferreira, nº 217, Bairro: Centro. CEP: 38010-200. Uberaba – MG.
091	SOCIEDADE PARA A PESQUISA E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE – SAPOPEMA	23204.012842/2016-99	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	07/02/2017	07/02/2022	Avenida Rui Barbosa, nº 23, Bairro: Centro. CEP: 68005-080. Santarém-PA.
092	STM TRANSPORTE SEIRELI - EPP	23204.014400/2017-68	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	15/05/2018	15/05/2023	Travessa Barjonas de Miranda, nº 443 – Sala B. Bairro: Aldeia. CEP: 68040-520. Santarém – Pará.
093	TAPAJÓS SOLUÇÕES AMBIENTAIS	23204.009059/2015-67	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	06/01/2016	06/01/2021	Rua Siqueira Campos, nº 65, Bairro Centro. CEP: 68005-020. Santarém-PA.

094	TERRAPLENA LTDA	23204.004712/2019-25	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	23/05/2019	23/05/2024	Estrada de Maracacuera, s/n, Setor "B", Quadra 06, Lote 1,2,3 e 11. Bairro: Maracacuera – Distrito Industrial de Icoaraci. Belém –Pará.
095	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ –TJ/PA	23204.008557/2019-16	O presente convênio tem por objetivo proporcionar aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da IE, estágio não renumerado, de caráter obrigatório.	18/07/2019	18/07/2021	Sede: Avenida Almirante Barroso, nº 3089, bairro do Souza, CEP: 66613-710. Belém-PA.
096	U&M MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO S/A	23204.003422/2019-64	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	30/04/2019	30/04/2024	Margem Direita do Rio Amazonas, S/N, Extremo Oeste do Pará. Zona Rural. CEP: 68170-000. Juruti – Pará.
097	UNIDADE DE EDUCAÇÃO DE CUIABÁ LTDA – UNEC	23204.009601/2016-62	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão MÚTUA de estágio curricular obrigatório aos estudantes regularmente matriculados nas instituições envolvidas.	29/07/2016	29/07/2021	Rua Barão de Melgaço, nº 2000, sala 05. CEP: 78020-800. Cuiabá-MT.
098	UNIRIOS RODOFLUIVALE LOGISTICA LTDA	23204.006743/2019-11	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	08/07/2019	08/07/2024	Travessa Aragararina, nº 177. Bairro: Prainha. CEP: 68005-200. Santarém – Pará.
099	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ – UEPA	23204.015236/2019-78	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão MÚTUA de estágio curricular obrigatório ou não obrigatório aos estudantes regularmente matriculados nas instituições envolvidas.	11/02/2020	11/02/2025	Rua do UNA, nº 156, bairro do Telégrafo. Belém-PA.
100	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” – FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA – FMVZ/UNESP	23204.008492/2017-47	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão MÚTUA de estágio curricular obrigatório aos estudantes regularmente matriculados nas instituições envolvidas.	18/05/2017	18/05/2022	Rua Prof. Dr. Walter Maurício Correa, S/N – UNESP Campus de Botucatu/SP, na Cidade de Botucatu – São Paulo.
101	UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD	23204.006352/2018-67	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão MÚTUA de estágio curricular obrigatório aos estudantes regularmente matriculados nas instituições envolvidas.	24/07/2018	24/07/2023	Rua João Rosa Goes, nº 1761, Quadra 20, Bairro: Vila Progresso, CEP: 79825-070. Dourados – Mato Grosso do Sul.
102	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – UFG	23204.008052/2019-51	Estabelecer mútua cooperação entre a UFG e a Ufopa visando, reciprocamente, o oferecimento de estágio curricular obrigatório a estudantes regularmente matriculados e com efetiva frequência nos cursos de graduação por elas ofertados.	12/07/2019	12/07/2024	Universidade Federal de Goiás. Campus Samambaia. CEP: 74690-900. Goiânia-GO
103	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM / FUA	23204.009547/2019-06	Viabilizar oportunidade de estágio curricular supervisionado obrigatório aos alunos regularmente matriculados e com efetiva frequência em um dos cursos da Ufam, para realização de estágio na Ufopa, e aos alunos regularmente matriculados e com efetiva frequência em um dos cursos da Ufopa, para realização de estágio na Ufam, de acordo com o projeto pedagógico de cada curso.	19/09/2019	19/09/2024	Avenida Rodrigo Otávio, nº 6200, Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho. Setor Norte. Centro Administrativo. Bairro: Coroado. Manaus – AM.
104	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC	23204.003803/2019-43	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão MÚTUA de estágio curricular obrigatório ou não obrigatório aos estudantes regularmente matriculados nas instituições supracitadas.	20/03/2019	20/03/2024	Avenida da Universidade, nº 2853 – Prédio da Reitoria. Bairro: Benfica. CEP: 60020-181. Fortaleza – Ceará.

105	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA – UFRA	23204.002043/2015-23	Propiciar ao estudante experiência acadêmico-profissional, em campo de trabalho determinado, visando: i) aprimoramento técnico-científico em sua formação e; ii) maior proximidade do aluno, com as condições reais de trabalho por intermédio de práticas afins com a natureza e especificidade de cada curso.	04/11/2016	04/11/2021	Av. Presidente Tancredo Neves, nº 2501, Bairro: Terra Firme, CEP: 66077-830. Belém- PA.
106	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA – UFV	23204.006598/2016-25	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão MÚTUA de estágio curricular obrigatório aos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação da Ufopa.	08/09/2016	08/09/2021	Universidade Federal de Viçosa. Campus Universitário, S/N. CEP: 36570-000. Cidade de Viçosa – Minas Gerais.
107	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA	23204.001152/2015-23	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão MÚTUA de estágio curricular obrigatório aos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação da Ufopa.	24/03/2015	24/03/2020	Rua Augusto Corrêa, nº 01 - Campus Universitário do Guamá. Belém-PA.
108	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC	23204.007772/2019-08	Regular as condições de realização de estágios obrigatórios entre as IES envolvidas, podendo estas instituições atuarem como instituições de ensino ou como unidade concedentes de estágio, conforme estabelecido no Termo de Compromisso de Estágio dos alunos de ensino médio ou de graduação.	02/07/2019	02/07/2024	Prédio da Reitoria. 2º andar. Sala 01. Campus Prof. João David Ferreira Lima. CEP: 88040-900. Trindade. Florianópolis – Santa Catarina.
109	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT	23204.000967/2015-95	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão MÚTUA de estágio curricular obrigatório aos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação da Ufopa e UFT.	17/03/2015	17/03/2020	Cidade de Palmas - Estado Tocantins.
110	UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI – UFVJM	23204.006566/2017-19	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão MÚTUA de estágio curricular obrigatório aos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação das Instituições.	01/06/2017	01/06/2022	Rodovia MGT 367, KM 583, nº 5000. Bairro: Alto da Jacuba. CEP: 39100-000. Diamantina – MG.
111	UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP / ASSOCIAÇÃO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO – ASSUPERO	23204.012850/2016-35	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão MÚTUA de estágio curricular obrigatório ou não obrigatório aos estudantes regularmente matriculados nas instituições supracitadas.	23/02/2017	23/02/2022	Unidade Santarém - Avenida Mendonça Furtado, nº 3122, Bairro de Fátima, CEP: 68040-050. Santarém – PA.
112	ZERO IMPACT BRAZILLTDA	23204.013905/2019-77	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	11/12/2019	11/12/2024	Avenida Maracanã, nº 664, Bairro: Maracanã. CEP: 68035-010. Santarém – Pará.
113	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ – PGE/PA	23204.001521/2020-45	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação de Direito da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente, na modalidade de estágio obrigatório.	11/02/2020	11/02/2025	Rua do Una, nº 156, Bairro: Telégrafo, CEP: 66.050-540. Belém-PA
114	CAMPO BELO SERVIÇOS DE URBANISMO LTDA	23204.001427/2020-96	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	21/02/2020	21/02/2025	Estrada. do Quinquagésimo Terceiro Bis, nº 0, Bairro: Bom Jardim. CEP: 68181- 470, Itaituba- Pará.

CONVÊNIOS PARA ESTÁGIOS DE ALUNOS – AGENTE DE INTEGRAÇÃO

Nº	INSTITUIÇÃO/EMPRESA	PROCESSO	OBJETO	VIGÊNCIA		ENDEREÇO
001	AGÊNCIA DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – AGIEL	23204.005447/2016-50	Desenvolvimento de ações conjuntas de cooperação recíproca entre as partes visando especificar as condições mútuas de operacionalização e implementação de atividades de estágio, junto a entes públicos e privados e profissionais liberais de nível superior devidamente registrados, denominados CONCEDENTES, de interesse pedagógico e curricular que venham complementar o processo de ensino-aprendizagem, sem qualquer ônus à instituição de ensino e ao estudante, abrangendo todos os cursos, unidades e discentes, nos termos da Lei n. 11.788/2008.	03/08/2016	03/08/2021	Sede: PC Padre José Pereira Coelho, nº 132 – Sala: 406. Bairro: Centro. CEP: 35660-015. Pará de Minas – Minas Gerais.
002	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA – ESCOLA – CIEE	23073.038887/2010-14	Este convênio estabelece a cooperação recíproca entre as partes, visando o desenvolvimento de atividades para promoção da integração ao mercado de trabalho, de acordo com a CF vigente, através da operacionalização de programas de estágio de estudantes.	06/05/2011	Indeterminada	Sede Administrativa: Rua Tabapuã, nº 540, bairro Itaim Bibi, CEP: 04533-001. São Paulo-SP.
003	CENTRO DE TREINAMENTO E FORMAÇÃO DO ESTUDANTE – CETEF	23204.005730/2015-09	Desenvolvimento de ações conjuntas de cooperação recíproca entre as partes visando especificar as condições mútuas de operacionalização e implementação de atividades de estágio, junto a entes públicos e privados e profissionais liberais de nível superior devidamente registrados, denominados CONCEDENTES, de interesse pedagógico e curricular que venham complementar o processo de ensino-aprendizagem, sem qualquer ônus à instituição de ensino e ao estudante, abrangendo todos os cursos, unidades e discentes, nos termos da Lei n. 11.788/2008.	23/09/2015	23/09/2020	Avenida Iguaçú, nº 2345, bairro Água Verde, CEP: 80240-030. Curitiba-PR.
004	ESTAGIÁRIOS.COM WEBSERVICES LTDA	23204.006544/2015-89	Desenvolvimento de ações conjuntas de cooperação recíproca entre as partes visando especificar as condições mútuas de operacionalização e implementação de atividades de estágio, junto a entes públicos e privados e profissionais liberais de nível superior devidamente registrados, denominados CONCEDENTES, de interesse pedagógico e curricular que venham complementar o processo de ensino-aprendizagem, sem qualquer ônus à instituição de ensino e ao estudante, abrangendo todos os cursos, unidades e discentes, nos termos da Lei n. 11.788/2008.	28/03/2016	28/03/2021	Avenida Paulista, nº 1636, cj.706, bairro Bela Vista, CEP: 01310-200. São Paulo-SP.
005	FUNDAÇÃO ULBRA – INSTITUTO FULBRA ESTÁGIOS – FULBRA	23204.001990/2014-16	Colocar a disposição da Instituição de Ensino vagas disponíveis em pessoas jurídicas de direito público ou privado, doravante denominadas Concedentes, para realização de estágios de complementação de aprendizagem, a fim de que sejam preenchidas por alunos regularmente matriculados na Instituição de Ensino e que	19/03/2014	Indeterminada	Avenida Farroupilha, nº 8001, Prédio 06, Sala 01, bairro São José. Canoas-RS.

			venham frequentando, efetivamente, cursos de nível superior e técnico oferecidos pela mesma, em seus diversos cursos na sede e nos campi, nos termos do artigo 1º da Lei n. 11.788/2008.			
006	INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – IEGE	23204.005829/2015-01	Desenvolvimento de ações conjuntas de cooperação recíproca entre as partes visando especificar as condições mútuas de operacionalização e implementação de atividades de estágio, junto a entes públicos e privados e profissionais liberais de nível superior devidamente registrados, denominados CONCEDENTES, de interesse pedagógico e curricular que venham complementar o processo de ensino-aprendizagem, sem qualquer ônus à instituição de ensino e ao estudante, abrangendo todos os cursos, unidades e discentes, nos termos da Lei n. 11.788/2008.	23/09/2015	23/09/2020	Rua Antônio Chemin, nº 117, bairro São Gabriel. Colombo-PR.
007	INSTITUTO EUVALDO LÓDI – NÚCLEO REGIONAL PARÁ – IEL/PA	23204.010303/2015-34	Desenvolvimento de ações conjuntas de cooperação recíproca entre as partes visando especificar as condições mútuas de operacionalização e implementação de atividades de estágio, junto a entes públicos e privados e profissionais liberais de nível superior devidamente registrados, denominados CONCEDENTES, de interesse pedagógico e curricular que venham complementar o processo de ensino-aprendizagem, sem qualquer ônus à instituição de ensino e ao estudante, abrangendo todos os cursos, unidades e discentes, nos termos da Lei n. 11.788/2008.	08/07/2016	08/07/2021	Sede: Travessa Quintino Bocaiúva, nº 1588, 1º Andar, Bloco A. CEP: 66035-190. Belém – Pará.
008	SUPER ESTÁGIOS LTDA	23204.010587/2019-92	Desenvolvimento de ações conjuntas de cooperação recíproca entre as partes visando especificar as condições mútuas de operacionalização e implementação de atividades de estágio, junto a entes públicos e privados e profissionais liberais de nível superior devidamente registrados, denominados CONCEDENTES, de interesse pedagógico e curricular que venham complementar o processo de ensino-aprendizagem, sem qualquer ônus à instituição de ensino e ao estudante, abrangendo todos os cursos, unidades e discentes, nos termos da Lei n. 11.788/2008.	11/12/2019	11/12/2024	Praça do Flamengo, nº 66, Bloco B, Sala 617, Bairro: Flamengo. CEP: 22210-903. Rio de Janeiro – RJ.
009	UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARÉ	23204.010590/2019-14	Desenvolvimento de ações conjuntas de cooperação recíproca entre as partes visando especificar as condições mútuas de operacionalização e implementação de atividades de estágio, junto a entes públicos e privados e profissionais liberais de nível superior devidamente registrados, denominados CONCEDENTES, de interesse pedagógico e curricular que venham complementar o processo de ensino-aprendizagem, sem qualquer ônus à instituição de ensino e ao estudante, abrangendo todos os cursos, unidades e discentes, nos termos da Lei n. 11.788/2008.	15/01/2020	15/01/2025	Rua Catulo da Paixão Cearense, nº 175 – Sala 1504. Edifício Patio Corporate. Bairro: Triângulo. CEP: 63941-162. Juazeiro do Norte – Ceará.

010	USINA DE TALENTOS – TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA –ME	23204.010566/2019-77	Desenvolvimento de ações conjuntas de cooperação recíproca entre as partes visando especificar as condições mútuas de operacionalização e implementação de atividades de estágio, junto a entes públicos e privados e profissionais liberais de nível superior devidamente registrados, denominados CONCEDENTES, de interesse pedagógico e curricular que venham complementar o processo de ensino-aprendizagem, sem qualquer ônus à instituição de ensino e ao estudante, abrangendo todos os cursos, unidades e discentes, nos termos da Lei nº 1788/2008.	21/11/2019	21/11/2024	Rua Prof. Duílio Ramos, nº 195, bairro Centro, CEP: 13084-012. Campinas-SP.
-----	---	----------------------	--	------------	------------	---

INSTITUIÇÕES CONVENIADAS POR INTERMÉDIO DA SEAD – ESTADO DO PARÁ			
Nº	INSTITUIÇÃO/EMPRESA	PROCESSO	OBJETO / ABRANGÊNCIA
	ESTADO DO PARÁ – SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO – SEAD (e órgãos da administração direta, autarquias e fundações)	23204.010230/2013-19	Proporcionar aos estudantes regularmente matriculados na Instituição de Ensino a oportunidade de realizar estágio curricular nos ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E ENTIDADES AUTÁRQUICAS E FUNDACIONAIS DO ESTADO DO PARÁ, doravante denominados Órgãos/Entidades Concedentes.
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
SECRETARIAS		FUNDAÇÕES	AUTARQUIAS
Secretaria Especial de Estado de Proteção e Desenvolvimento Social – SEEPDS Secretaria de Estado de Administração – SEAD Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA Secretaria de Estado de Obras Públicas – SEOP Secretaria de Estado de Saúde pública – SESPA Secretaria de Estado de Educação – SEDUC Secretaria de Estado de Agricultura – SAGRI Secretaria de Estado de Segurança Pública – SEGUP Secretaria de Estado de Cultura – SECULT Secretaria de Estado de Transportes – SETRAN Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração – SEICOM Secretaria de Estado de Integração Regional, Desenvolvimento Regional e Metropolitano – SEIDURB Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SEINFRA Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças – SEPOF Secretaria de Estado de Esporte e Lazer – SEEL Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda – SETER Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção – SEDIP Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura – SEPAQ Secretaria de Estado de Comunicação – SECOM Secretaria de Turismo – SETUR		Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará – FSCMP Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – HEMOPA Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas "Gaspar Vianna" – FHCGV Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará; - FASEPA Fundação Cultural do Pará "Tancredo Neves" – FCPTN Fundação Carlos Gomes – FCG Fundação Curro Velho – FCV Cultura Rede de Comunicação; - Cultura- Funtelpa Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa - FAPESPA	Universidade do Estado do Pará – UEPA Loteria do Estado do Pará – LOTERPA Junta Comercial do Estado do Pará – JUCEPA Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos no Estado do Pará - ARCON Centro de Perícias Científicas Renato Chaves - CPC Superintendência do Sistema Penitenciário - SUSIPE Escola de Governo do Estado do Pará - EGPA Imprensa Oficial do Estado – IOE Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARÁ

ANEXO F – REGULAMENTO Nº 01/2015 PARA AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES INTEGRANTES DO CURRÍCULO DO BACHARELADO EM FARMÁCIA - ISCO/UFOPA

O presente regulamento do Instituto de Saúde Coletiva (Isco) da Universidade Federal do Pará (Ufopa) tem como objetivo fixar os critérios e orientações necessárias para integralização das atividades complementares. Este regulamento encontra-se de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução 27 de 2013 da Ufopa e do Regimento Geral de Graduação da Ufopa.

Art. 1º – As Atividades Complementares são atividades educativas e culturais realizadas pelos estudantes durante o bacharelado, que não se encontram incluídas entre os componentes curriculares obrigatórios, optativos e eletivos.

Art. 2º - As Atividades Complementares compreendem: participação em seminários, congressos, cursos, encontros culturais e atividades artísticas; organização de eventos; projetos de pesquisas, com ou sem bolsa de iniciação científica; projetos de extensão; estágios e outras atividades aceitas pelo Colegiado do Bacharelado Interdisciplinar. Podem ser promovidas pela Ufopa ou por outras Instituições de Ensino.

Art. 3º - As Atividades Complementares serão analisadas pelo Professor responsável por tal atividade com base nos seguintes critérios: qualidade da atividade; adequação da atividade à formação pretendida pelo curso e pelo estudante e atualidade da atividade (apenas será considerada a atividade desenvolvida durante a realização do Bacharelado em Farmácia).

Art. 4º - As Atividades Complementares serão aceitas mediante a apresentação pelo estudante de documentos comprobatórios, contendo: nome da atividade; período de realização; local; carga horária desenvolvida pelo aluno e assinatura do responsável pela atividade, além de seu nome completo e sua função na instituição.

§ 1º – Os documentos comprobatórios devem ser apresentados à Secretaria acadêmica do Isco que deve ocorrer, no máximo, até a metade do semestre previsto para a conclusão do mesmo, para que se proceda à avaliação curricular.

§ 2º – Para a integralização da carga horária o aluno deverá apresentar mais do que uma atividade complementar.

§ 3º – O estágio poderá ser validado em até um terço da carga horária total exigida para as Atividades Complementares, com base em atestado e em relatório apresentado pelo estudante.

§ 4º – Excepcionalmente disciplinas e atividades cursadas além da carga horária mínima exigida no currículo poderão ser consideradas Atividades Complementares para fins de integralização do curso até, no máximo, um terço da carga horária total exigida para as Atividades Complementares.

**Regulamento aprovado em Reunião do Núcleo Docente Estruturante de Farmácia em
17/12/2015**

ANEXO G – REGULAMENTO Nº 02/2015 PARA O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO(TCC) INTEGRANTE DO CURRÍCULO DO BACHARELADO EM FARMÁCIA - ISCO/UFOPA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
CURSO DE FARMÁCIA**

REGULAMENTO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – ISCO

CAPÍTULO I DO CONCEITO, DOS PRINCÍPIOS, DAS FINALIDADES E DOS OBJETIVOS

Art. 1º - O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC é um trabalho elaborado pelo aluno, orientado por um docente e que apresenta as seguintes características:

- a) É um trabalho escrito, sistemático e completo, podendo ter três formas: Monografia elaborada e apresentada dentro de normas técnico-científicas da UFOPA; Artigo submetido para publicação em revista indexada; Artigo aceito para publicação em revista indexada;
- b) Aborda um tema específico ou particular de uma ciência ou parte dela;
- c) É um estudo pormenorizado e exaustivo;
- d) Seu resultado deve ser uma contribuição à ciência e sociedade.

Parágrafo 1: O TCC do ISCO, desenvolvido sob a forma de monografia, está definido nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, seguindo a resolução nº 187 de 23 de Fevereiro de 2017 da UFOPA.

Parágrafo 2: Entrega de TCC na forma de artigo submetido a revista indexada tendo como anexo escopo e normas da revista. Neste caso o aluno estará dispensado da elaboração da monografia, e serão avaliados os critérios: o artigo escrito, a apresentação e a arguição por banca como constante nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, seguindo a resolução nº 187 de 23 de Fevereiro de 2017 da UFOPA.

Parágrafo 3: Entrega de TCC na forma de artigo aceito para publicação ou publicado em revista indexada. Neste caso o aluno estará dispensado da elaboração da monografia, e serão avaliados os critérios: apresentação e arguição por banca como constante nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, seguindo a resolução nº 187 de 23 de Fevereiro de 2017 da UFOPA.

Parágrafo 4: Quando o aluno que, em conjunto com seu orientador, optarem por desenvolver o TCC em forma de artigo, como disposto nos parágrafos 2 e 3, deverão ao realizar o depósito do TCC, entregar as cartas de submissão ou aceite do artigo. **I** - O aluno deverá obrigatoriamente figurar como um dos autores. Cada artigo só poderá ser utilizado como TCC, de forma individual ou em dupla, uma única vez, sendo respeitada a ordem crescente de autoria.

Art. 2º - O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, tem como princípios e finalidades:
I. Contribuir para o desenvolvimento da produção filosófica, científica, tecnológica, artística e/ou social.

II. Ser parte das soluções tecnológicas e de informações voltadas para o desenvolvimento da Instituição e da região de abrangência da UFOPA;

III. Fomentar a iniciação à pesquisa;

IV. Enriquecer e aprofundar a produção científica.

Art. 3º - Estão dentre os objetivos do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC:

I - Proporcionar ao estudante um treinamento em pesquisa e metodologia científica;

II - Despertar ou desenvolver no estudante a aptidão para pesquisa;

III - Desenvolver a capacidade de planejamento e disciplina para resolver problemas dentro das áreas de formação específica;

IV - Estimular a construção do conhecimento coletivo;

V - Formar um profissional com melhor visão científica dos problemas farmacêuticos e socioambientais, o que determinará o comportamento científico no encaminhamento das respectivas soluções.

CAPÍTULO II DA OBRIGATORIEDADE

Art. 4º - O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, independente da denominação utilizada, é componente curricular obrigatório e integra a matriz curricular do curso.

Parágrafo único: O TCC realizar-se-á em um dos campos do conhecimento do curso, com base em proposta do discente, com a concordância do seu orientador (Art. 158 da Resolução Nº 177 de 20 de Janeiro de 2017 da UFOPA).

CAPÍTULO III DA REALIZAÇÃO

Art. 5º - Para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC o aluno deverá ter concluído 85% do curso, estar regularmente matriculado na atividade de TCC2/Seminário de TCC e ter sido aprovado na disciplina TCC1/Projeto de TCC, quando houver. **Parágrafo único:** Constitui-se em base de fundamentação e instrumentalização, para o bom desenvolvimento do TCC, outras disciplinas, tais como: Metodologia da Pesquisa, Bioestatística e Interação na Base Real.

Art. 6º - O TCC poderá ser desenvolvido de forma individual ou em dupla.

Parágrafo único: Os TCCs serão apresentados em momento específico dentro do calendário acadêmico do ISCO na semana seguinte a data de realização das provas substitutivas.

CAPÍTULO IV DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 7º - A estrutura organizacional do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC dos Cursos de Graduação do ISCO é composta de:

I – Comissão de TCC

II – Coordenador de Curso

III – Professor da disciplina TCC1

IV – Coordenador de TCC2

V – Professor Orientador e Co-orientador

VI – Coordenação Acadêmica

VII – Discente

SEÇÃO I DA COMISSÃO DE TCC

Art. 8º - Compete à Comissão de TCC:

I. Elaborar e atualizar o Regulamento para construção de TCC1 e TCC2 e submeter à aprovação do Conselho do ISCO.

Parágrafo Único: A comissão de TCC será formada pelos coordenadores dos cursos do ISCO, por 01 docente e 01 discente de cada curso do ISCO e por 01 técnico administrativo,

a partir de Portaria concedida pela Direção do ISCO, com vigência de 02 anos.

SEÇÃO II DO COORDENADOR DE CURSO

Art. 9º - Para a realização do TCC, a Coordenação de Curso terá as seguintes atribuições:

- I. Cumprir e fazer cumprir este Regulamento e o que estabelece o Projeto Pedagógico do respectivo Curso.
- II. Acompanhar o Professor da Disciplina de TCC1 e atividade de TCC2, visando o pleno desenvolvimento de todas as etapas de atividades.
- III. Fornecer lista de professores com disponibilidade para orientação para o Professor da disciplina TCC1.
- IV. Assinar declaração de participação aos Professores Orientadores e arguidores das Bancas Examinadoras do TCC2.

SEÇÃO III DO PROFESSOR DA DISCIPLINA TCC1

Art. 10º – Compete ao Professor da Disciplina de TCC1:

- I. Orientar e acompanhar os alunos matriculados na disciplina de TCC1 quanto aos procedimentos e prazos para realização das defesas de TCC.
- II. Disponibilizar para os alunos o Termo de Compromisso de Orientação (Anexo I).
- III. Estabelecer cronograma com o período de entrega do projeto de TCC1 pelos alunos, bem como a apresentação em banca, informando à Coordenação do Curso para os encaminhamentos que se fizerem necessário;
- IV. Encaminhar para a Coordenação do Curso, a lista de Professores Orientadores e seus respectivos alunos vinculados;
- V. Lançar e consolidar no SIGAA a nota da disciplina de TCC1.

SEÇÃO IV DO COORDENADOR DE TCC2

Art. 11º – Compete ao Coordenador de TCC2:

- I. Orientar e acompanhar os alunos matriculados na atividade de TCC2 quanto aos procedimentos e prazos para realização das defesas de TCC.
- II. Disponibilizar aos Professores Orientadores, os documentos necessários para a realização do TCC2 ao longo do semestre (Anexos II ao VIII);
- III. Estabelecer calendário de defesa de TCC com os orientadores, informando a Coordenação Acadêmica para publicação e demais encaminhamentos que se fizerem necessários;
- IV. Disponibilizar aos Professores Orientadores, no dia da defesa de TCC, os documentos necessários para a realização da defesa (Anexos IX e X);
- V. Imediatamente após a defesa de TCC, receber dos Professores Orientadores os documentos IX e X preenchidos, e entregar à Coordenação Acadêmica para arquivo.
- VI. Entregar para Banca Examinadora, após as defesas, a Declaração de Participação (Anexo XI), assinada pelo (a) Coordenador (a) de Curso.

SEÇÃO V DO PROFESSOR ORIENTADOR E CO-ORIENTADOR

Art. 12º - No desenvolvimento do TCC, o aluno conta obrigatoriamente com um Professor Orientador, preferencialmente do curso, mas obrigatoriamente pertencente ao quadro docente da UFOPA.

Art. 13º – Quando identificada a necessidade de co-orientador, cabe aprovação por parte do professor orientador.

Parágrafo Único: O professor Orientador deverá encaminhar o Aceite de co-orientação de TCC (Anexo III) assinado para o Coordenador de TCC 2 .

Art. 14º – Compete ao Professor Orientador:

- I. Disponibilizar horário semanal de atendimento ao orientando;
- II. Definir com o aluno o cronograma de orientação;
- III. Orientar e acompanhar o aluno na construção e desenvolvimento do TCC1 e TCC2;
- IV. Orientar o número máximo de 05 orientações ou de acordo com sua disponibilidade, desde que seja justificado e formalizado via documento encaminhado ao Colegiado do curso;
- V. Avaliar o TCC, bem como sugerir adequações, quando for o caso;
- VI. Assinar o Termo de Compromisso de Orientação (Anexo I) e entregar ao aluno;
- VII. Encaminhar a composição das Bancas Examinadoras juntamente com o aceite de participação dos membros da banca (Anexo IV e V) para o Coordenador de TCC2.
- VIII. Entregar o Termo de Anuência para defesa de TCC (Anexo VI) para o discente;
- IX. Remeter uma cópia do projeto ou TCC para cada membro da Banca Examinadora, juntamente com Ficha de Avaliação;
- X. Imediatamente após a defesa de TCC, entregar ao Coordenador de TCC2, os documentos preenchidos, disponibilizados no item IV do artigo 11º.
- XI. Emitir parecer favorável ao depósito final do TCC após ajustes sugeridos pela banca de defesa de TCC (Anexo VII e VIII);
- XII. Lançar e consolidar no SIGAA a nota do TCC 2.

SEÇÃO VI DA COORDENAÇÃO ACADÊMICA

Art 15º - Em relação ao TCC, são atribuições da Coordenação Acadêmica:

- I. Receber dos alunos o Termo de Compromisso de Orientação de TCC (Anexo I) e realizar a matrícula dos alunos na atividade de TCC2.
- II. Encaminhar os Termos de Compromisso de Orientação de TCC assinados para o Coordenador de TCC2.
- III. Providenciar todo o aparato logístico necessário para a realização das defesas dos TCCs.
- IV. Receber do Coordenador de TCC2 os documentos após a defesa do TCC e arquivá-los.
- V. Receber do Aluno, 15 dias após a defesa de TCC, a versão final atualizada em CD para envio à biblioteca.

SEÇÃO VII DO DISCENTE

Art. 16º – São atribuições do discente:

- I. Tomar conhecimento e cumprir o que estabelece este Regulamento;
- II. Entregar o Termo de Compromisso de Orientação assinado pelo Professor Orientador à Coordenação Acadêmica no ato da matrícula da atividade de TCC2;
- III. Cumprir o cronograma de orientação definido pelo Professor Orientador;

- IV. Apresentar ao Professor Orientador, para análise e orientação, seu Projeto de TCC e TCC;
- V. Executar o projeto proposto, aprovado pela banca de qualificação da disciplina TCC1 e discuti-lo com o Professor Orientador, dentro do cronograma previsto;
- VI. Entregar ao Professor da Disciplina de TCC1, o projeto de TCC, dentro das especificações contidas deste regulamento, em formato digital PDF e DOCX, até a data prevista no cronograma;
- VII. Entregar ao Coordenador de TCC2 o Termo de Anuência para defesa do TCC (anexo VI) juntamente com a versão digital do TCC para a defesa.
- VIII. Apresentar o projeto de TCC ou TCC para a Banca Examinadora, em data estipulada;
- IX. Entregar, após aprovação de defesa de TCC, uma cópia digitalizada da versão final do trabalho corrigido em formato PDF e DOCX em CD, juntamente com o Termo de Depósito Final de TCC (anexo VII) e a certidão de aptidão à certificação (anexo VIII) à coordenação acadêmica, em até 15 dias após a defesa.

CAPÍTULO V DA AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 17º – A avaliação do TCC tem como referência o desempenho, a produção científica e elaboração final do TCC pelo aluno.

Art. 18º – O TCC, em regra é individual, podendo ser realizado em dupla, sendo que a nota final da avaliação é individual e tem como base as médias das notas da Banca Examinadora (Anexo X).

Art. 19º – O detalhamento e os procedimentos para obtenção da nota final serão estabelecidos neste regimento conforme anexo X.

Art. 20º – As sessões de defesa dos Trabalhos de Conclusão de Curso são públicas.

Parágrafo 1 – A banca examinadora do TCC1 será composta pelo professor da disciplina e um professor da área de conhecimento do tema do trabalho.

Parágrafo 2 – A titulação mínima dos membros de bancas examinadoras de TCC2 deve ser ESPECIALISTA.

Parágrafo 3 – Não é permitido aos membros das Bancas Examinadoras tornarem públicos os conteúdos dos trabalhos antes de suas defesas.

Parágrafo 4 – É permitido a participação de apenas 01 (um) membro externo à UFOPA nas Bancas Examinadoras de TCC2.

Art. 21º – As formas de apresentação e avaliação dos TCC são estabelecidas neste regulamento, cumprindo o disposto nas disciplinas de TCC1 e atividade de TCC2.

Parágrafo Único: Será concedido o tempo mínimo de 15 e máximo de 20 minutos para exposição oral do TCC e 30 minutos para arguição da banca examinadora.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22º – Trabalhos de pesquisa que estiverem vinculados a bolsas de iniciação científica da própria instituição ou de instituições de fomento à pesquisa poderão ser considerados como TCC, quando não infringirem os artigos deste Regulamento.

Art. 23º – Em caso de trabalhos experimentais, que envolvam seres vivos ou qualquer tipo de risco ao ambiente, a outrem ou ao próprio aluno, é imprescindível a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.

Art. 24º – À Universidade Federal do Oeste do Pará são reservados direitos co-autorais dos TCCs que resultarem em inovação tecnológica, que justifique a solicitação de patente, conforme

legislação em vigor.

Art. 25º – Não haverá, a qualquer título ou pretexto, aproveitamento ou dispensa da disciplina de TCC1 e da atividade de TCC2, pelo seu caráter de componente único e obrigatório para a integralização do curso.

Art. 26º – As questões omissas no presente Regulamento e no Projeto Pedagógico do Curso serão dirimidas pela Comissão de TCC, em casos necessários poderão ser levadas ao Conselho do ISCO para encaminhamentos e resoluções.

Art. 27º – Os TCCs deverão, preferencialmente, estar vinculados aos grupos de Pesquisa da UFOPA.

Art. 28º - Uma das vias digitais do TCC ficará arquivada na pasta do aluno na Coordenação Acadêmica juntamente com a documentação de avaliação, e a outra via digital ficará arquivada na biblioteca, cabendo a Coordenação Acadêmica os encaminhamentos necessários.

Regulamento aprovado em Reunião do Núcleo Docente Estruturante de Farmácia em

17/12/2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
COORDENAÇÃO ACADÊMICA
Fone (093) 2101-6766 / Email: secacad.isco@gmail.com

TERMO DE COMPROMISSO DE ORIENTAÇÃO DE TCC

DADOS DO ACADÊMICO	
Nome: _____	
Matrícula: _____	Turma: _____
E-mail: _____	Celular: _____
TÍTULO DO TRABALHO	
ÁREA	
TERMO DE COMPROMISSO DE ORIENTAÇÃO DE TCC (discente e docente)	
Por este instrumento, eu _____ venho solicitar que o(a) docente: _____ aceite e se comprometa a orientar-me na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, conforme Título e Área proposto. Declaro que assumo o compromisso de desenvolver o trabalho de acordo com as orientações, respeitando os prazos estabelecidos por esta Comissão de TCC.	
Data da solicitação: / / _____	
_____ Assinatura do Acadêmico	
<input type="checkbox"/> Declaro que aceito o compromisso de orientar o acadêmico na elaboração do seu TCC e que, no final das atividades, se o trabalho produzido encontrar-se apto para depósito e defesa oral, assinarei Parecer favorável.	
<input type="checkbox"/> Declaro que não aceito.	
Justificativa: _____ _____	
Data / / _____	
_____ Assinatura do Orientador	
Contatos do orientador:	
E-mail: _____	Fone: _____
Contatos do co-orientador:	
E-mail: _____	Fone: _____
Campus Amazônia Av. Mendonça Furtado, nº 2946 Sala: 204 Bairro: Fátima CEP: 68040-070 – Santarém – Pará. Home-Page: www.ufopa.edu.br	

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
COORDENAÇÃO ACADÊMICA
Fone (093) 2101-6766 / Email: secacad.isco@gmail.com

ACEITE DE CO-ORIENTAÇÃO DE TCC

Santarém, ____ de _____ de _____.

Eu, _____, aceito participar,
como co-orientador, do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) aluno(a)
_____ orientado
pelo Prof.(a) _____.

Atenciosamente,

Assinatura

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
COORDENAÇÃO ACADÊMICA
Fone (093) 2101-6766 / Email: secacad.isco@gmail.com

Encaminhamos, para apreciação, a indicação dos professores abaixo relacionados, para compor:

BANCA DE TCC

IDENTIFICAÇÃO

NOME DO(A) ALUNO(A):
NOME DO(A) ORIENTADOR(A):
NOME DO(A) COORIENTADOR(A):
TÍTULO DO PROJETO:

BANCA EXAMINADORA

DATA: / /	HORA:	LOCAL:
Docentes titulares	Depto. e Instituição de origem	E-mail Fone:
1		
2		
Docentes suplentes		
1		
2		

Atenciosamente,

Santarém, ____ de _____ de _____.

Aluno(a)

Orientador (a)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
COORDENAÇÃO ACADÊMICA
Fone (093) 2101-6766 / Email: secacad.isco@gmail.com

ACEITE DE PARTICIPAÇÃO DE BANCA AVALIADORA DE TCC

Santarém, _____ de _____ de _____.

Eu, _____,
aceito participar da banca avaliadora do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) aluno(a)
_____ orientado pelo
Prof.(a) _____.

Atenciosamente,

Assinatura

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
COORDENAÇÃO ACADÊMICA
Fone (093) 2101-6766 / Email: secacad.isco@gmail.com

TERMO DE ANUÊNCIA PARA DEFESA DE TCC

Em conformidade com o art. 10, da Resolução CNE/CES nº 1.300, de 06 de novembro de 2001, e Resolução nº 187 de 23 de Fevereiro de 2017 que contém o guia de Normalização de Produção Científica da Ufopa, DECLARO, que o Trabalho de Conclusão do(a) Discente acadêmico(a) _____, Turma _____, intitulado _____, encontra-se apto para depósito na Coordenação Acadêmica do Curso de _____ e, de acordo com o cronograma da Comissão de TCC, fazer a defesa oral perante Banca Examinadora devidamente constituída.

Santarém, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Orientador

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
COORDENAÇÃO ACADÊMICA
Fone (093) 2101-6766 / Email: secacad.isco@gmail.com

TERMO DE DEPÓSITO FINAL DE TCC

Em conformidade com o art.10, da Resolução CNE/CES nº 1.300, de 06 de novembro de 2001, e Resolução nº 187 de 23 de Fevereiro de 2017 que contém o guia de Normalização de Produção Científica da Ufopa, DECLARO, que o Trabalho de Conclusão do(a) acadêmico(a)

Turma _____, intitulado _____

_____, após ajustes sugeridos pela banca examinadora, encontra-se apto para depósito final na Coordenação Acadêmica do Isco.

Santarém - PA, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Orientador

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
COORDENAÇÃO ACADÊMICA
Fone (093) 2101-6766 / Email: secacad.isco@gmail.com

CERTIDÃO DE APTIDÃO

Declaramos para os devidos fins de comprovação, que o aluno(a)

RG nº _____, cumpriu com as exigências da Banca Examinadora referente ao seu TCC e se encontra apto a receber seu diploma.

Santarém - PA, ____ de _____ de _____.

Prof.(a) _____
Orientador

FICHA DE AVALIAÇÃO

TÍTULO DO TCC: _____

AUTOR: _____

ORIENTADOR: _____

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: (itens e valores)

I) Trabalho Escrito (10 pontos)

Quesito	Valor	Pontuação recebida
Fundamentação teórica	2.0	
Relevância do Tema	1.0	
Adequação às normas estabelecidas neste regulamento	2.0	
Reflexão crítica do tema	3.0	
Coerência, Coesão e Correção ortográfica	2.0	
TOTAL	10	

II) Exposição Oral (10 pontos)

Quesito	Valor	Pontuação recebida
Apresentação clara e consistente	3.0	
Respostas corretas e convincentes às arguições dos avaliadores	3.0	
Coerência entre trabalho escrito e apresentação oral	3.0	
Estrutura da apresentação e uso adequado do tempo	1.0	
TOTAL	10	

III) Nota Final (soma de I e II: 2) _____

Assinaturas dos membros da banca

_____	_____
Membro ()	Presidente

Santarém, _____ de _____ de _____.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
COORDENAÇÃO ACADÊMICA
Fone (093) 2101-6766 / Email: secacad.isco@gmail.com

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos _____, às _____ horas, foi convocada e formada a banca examinadora composta de três professores e/ou autoridades nesta Universidade, abaixo nominados, para o exame do trabalho escrito, apresentação oral do Trabalho de Conclusão de Curso-TCC, elaborado pelo acadêmico _____

_____, cujo título é “_____”.

Foi concedido o tempo máximo de 20 minutos para o acadêmico fazer a exposição oral do trabalho, atribuindo-se outros 30 minutos para arguições. Após a apresentação foram feitas as arguições ao acadêmico, visando a avaliação e crédito na disciplina. Concluídas as arguições, a banca passou à deliberação sobre a avaliação, considerando os seguintes critérios: Qualidade Técnico Trabalho; Domínio do Conteúdo; Qualidade na Exposição Oral; Clareza e Coerência dos Objetivos da Pesquisa, Problemática, Métodos e Formas de Intervenção; e Referencial Teórico, Resultados e Bibliografia. Após a deliberação, concluída à presente banca de exame de TCC, trabalho foi considerado:

() Aprovado (nota > 6,0).

() Reprovado (nota < 6,0).

Professor (a)	Função	Nota (0 a 10)
Membro		
Membro		
Média		

A entrega da versão final do TCC, com as devidas alterações apontadas pela Banca Examinadora, deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias após defesa.

Assinaturas dos membros da banca

Presidente _____

Membro _____

Membro _____

Santarém, _____ de _____ de _____.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
COORDENAÇÃO ACADÊMICA
Fone (093) 2101-6766 / Email: secacad.isco@gmail.com

DECLARAÇÃO

Declaramos que, _____
participou como membro da Comissão Examinadora de Banca de Conclusão de Curso do(a)
graduando(a) _____, intitulada:
_____, no
curso de _____ do Instituto de Saúde
Coletiva da Universidade Federal do Oeste do Pará, em sessão pública realizada no dia _____.

Coordenador(a) do Curso

ANEXO H – REGIMENTO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DOS CURSOS DO ISCO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
COORDENADORIA GERAL DE ESTÁGIOS**

REGULAMENTO DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS DO ISCO

Dispõe sobre os estágios supervisionados obrigatórios e não obrigatórios do Instituto de Saúde Coletiva.

Considerando a Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, as Diretrizes Curriculares Nacionais e as da Instituição, o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Regulamento do Ensino de Graduação, bem como a Instrução Normativa 006 de 10 de novembro de 2010 da Reitoria da Universidade Federal do Oeste do Pará, a Coordenadoria de Estágio do Isco estabelece o regulamento que rege os estágios supervisionados obrigatórios e não obrigatórios, ficando estabelecido:

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 1º O Estágio Supervisionado dos Cursos de Graduação do Isco obedecerá aos seguintes princípios:

- I – a aplicação e a ampliação dos conhecimentos próprios da sua formação profissional;
- II – efetiva participação do aluno em situações reais de trabalho, permitindo a percepção da realidade do seu meio profissional e social e o desenvolvimento da sua capacidade crítica;
- III - a autonomia intelectual pela aproximação entre a vida estudantil e a vida profissional;
- IV – o desenvolvimento do senso de responsabilidade e compromisso com sua carreira profissional;
- V – fortalecimento da integração entre ensino, pesquisa e extensão.

CAPÍTULO II

DA CONCEPÇÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 1º Para os fins deste Regulamento considera-se Estágio Supervisionado um conjunto de atividades técnico-científicas realizadas em ambiente de trabalho com o objetivo de capacitar o discente para o trabalho profissional na sua área de formação.

Art. 2º O Estágio Supervisionado deve constituir-se de atividades de formação teórico-prática orientada e supervisionada, de modo a promover o desenvolvimento de habilidades e competências básicas, gerais e específicas, bem como de atitudes formativas para o exercício profissional socialmente comprometido.

Art. 3º O Estágio Supervisionado caracteriza-se como atividade curricular específica, que se articula com os demais componentes curriculares, integrando a formação do discente, nos termos previstos no Projeto Pedagógico do Curso.

CAPÍTULO III

DA NATUREZA E MODALIDADES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 1º O Estágio Supervisionado no Isco pode ser obrigatório e não obrigatório.

§ 1º O Estágio Supervisionado obrigatório constitui-se em uma atividade curricular, com carga horáriaprópria, cujo cumprimento é requisito para a integralização do Curso, conforme definido no respectivo Projeto Pedagógico.

§ 2º O Estágio Supervisionado não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, podendo ser acrescida à carga horária nas atividades complementares, desde que esteja previsto no Projeto Pedagógico do Curso.

§ 3º Caberá aos Órgãos Colegiados das Subunidades competentes estabelecer os critérios de aproveitamento do Estágio Supervisionado obrigatório e não obrigatório.

Art. 2º O Estágio Supervisionado obrigatório deve estar objetivamente descrito no Projeto Pedagógico do Curso, articulado com seus princípios e objetivos, em conformidade com as respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais e legislação institucional.

Art. 3º Para a realização do Estágio Supervisionado obrigatório o discente deve estar devidamente matriculado nessa atividade curricular e atender aos requisitos previstos neste Regulamento e nas normas específicas do Curso.

Parágrafo único - O aluno poderá se matricular no estágio curricular obrigatório em semestres diferentes ou de maneira concentrada em apenas um semestre, conforme previsão nos PPCs de cada curso, desde que não prejudique suas atividades acadêmicas.

Art. 4º A jornada do estágio, respeitando a legislação em vigor, deve ser compatível com o horário escolar do estagiário e constará no termo de compromisso, não podendo ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

Parágrafo único. O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

Art. 5º O Estágio Supervisionado obrigatório contará com a participação docente de duas formas:

I – mediante a supervisão, orientação e/ou acompanhamento individual do discente estagiário.

II – mediante a supervisão, orientação e/ou acompanhamento simultâneo de um grupo de discentes estagiários.

Art. 6º A realização do Estágio Supervisionado, obrigatório ou não obrigatório, pode acontecer em âmbito interno e/ou externo à Ufopa.

CAPÍTULO IV

DOS CONCEDENTES DE ESTÁGIO

Art. 1º Podem ser Concedentes de Estágio as Unidades da Ufopa, as Instituições e Entidades públicas e privadas, organizações não governamentais, profissionais liberais autônomos devidamente registrados em seus Conselhos de Classe na forma da Lei.

Parágrafo único - Os Concedentes de Estágio devem satisfazer as seguintes condições:

I – proporcionar experiências práticas na área de formação do estagiário compatíveis as previstas no termo de compromisso;

II – dispor de profissional da área para assumir a supervisão técnica do estágio, quando for o caso;

III – acatar os procedimentos didáticos de planejamento, supervisão e avaliação do estágio.

Art. 2º A Ufopa firmará convênio com as entidades externas concedentes de Estágio Supervisionado, obrigatório ou não obrigatório, estabelecendo as condições de sua realização, ouvidas as Subunidades e Unidades interessadas e a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Proen).

Parágrafo Único. Do instrumento legal referido no *caput* deste artigo deverá constar:

I – os cursos de graduação que podem ser contemplados com estágio;

II – a definição da carga horária a ser cumprida pelo estagiário;

III – a obrigatoriedade da entidade conveniada de designar Supervisor para a área de formação do estagiário, quando couber, respeitando-se especificidades da instituição ou profissional concedente;

IV – as condições para a realização da supervisão por parte da Ufopa;

V – o prazo de validade do convênio, que não pode ser inferior a um e nem superior a cinco anos;

VI – a obrigatoriedade de seguro em favor do estagiário.

Art. 3º Para a efetivação do Estágio, obrigatório ou não obrigatório, as partes envolvidas firmarão previamente um Termo de Compromisso.

§1º Para o Estágio externo à Ufopa, obrigatório ou não obrigatório, o Termo de Compromisso deverá ser firmado entre a Instituição de Ensino, o discente e a Concedente, com a designação do Docente Supervisor e do Supervisor da Concedente, quando couber.

§ 2º A realização do Estágio deverá obedecer ao Plano de Atividades do Estágio que acompanhará o Termo de Compromisso.

Art. 4º O estagiário deve ser incluído em apólice de seguro contra acidentes pessoais, antes de iniciar o Estágio, e informado o número da apólice no termo de compromisso.

§ 1º Caberá à Concedente do Estágio não obrigatório a responsabilidade pelo seguro.

§ 2º Para o Estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro será assumida pela Ufopa e, alternativamente, pela instituição concedente, ou em último caso pela contratação do próprio aluno se este estiver em acordo.

CAPÍTULO V

DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DO NÚCLEO DE ESTÁGIO (NE)

Art. 1º Composição do NE:

§ 1º O Núcleo de Estágio será constituído por:

I - Diretor do Instituto;

II - Um representante da Coordenadoria dos Programas do Isco;

III – Componentes da Comissão do Núcleo de Estágio.

§ 2º Os membros da Comissão do Núcleo de Estágio serão representantes dos Cursos do ISCO e deverão ser indicados pelo Diretor do Instituto.

§ 3º Compete ao NE:

I – Divulgar as oportunidades de estágio;

II – Orientar sobre o cadastro de estágio não obrigatório na Diretoria de Ensino/Proen;

III – Orientar o encaminhamento do discente para o estágio obrigatório através de documentação específica;

IV – Indicar à Diretoria de Ensino/Proen e manter atualizado a relação de instituições como campo de estágio;

V – Informar à Diretoria de Ensino/Proen professor orientador para estágio não obrigatório;

VI – Elaborar as normas de estágio que atendam as especificidades dos Programas do Instituto, respeitando o que dispõe a legislação em vigor e a instrução normativa Nº 006/2010 da Ufopa;

VII – Acompanhar o cumprimento dos convênios;

VIII – Celebrar termo de compromisso com o discente em estágio obrigatório ou com seu representante e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade de formação do estudante e ao horário e calendário acadêmico;

IX – Proceder ao levantamento de interesse e necessidades dos cursos em relação a campos de estágio e informar à Diretoria de Ensino/Proen;

X – Participar, juntamente com a Diretoria de Ensino/Proen de avaliações dos estágios.

Art. 2º Compete ao Docente Responsável pela disciplina:

I - Avaliar a execução do Plano de Atividades do Estágio;

II - Avaliar o desempenho do discente estagiário em conformidade com o Plano de Atividades;

III - Encaminhar à Coordenação de Estágio os Relatórios de Atividades do estagiário semestral ou anualmente, conforme definido pelo Órgão Colegiado.

Art. 3º Compete ao Docente Orientador de estágio:

I – Fazer o Plano de Atividades de Estágio

II – Acompanhar o discente in loco;

III – Elaborar parecer sobre estágio ao final do período.

Art. 4º O Supervisor designado pela Concedente, deverá:

I - Acompanhar e avaliar o estagiário de acordo com o Plano de Atividades;

II - Subsidiar o Docente Supervisor na avaliação do estagiário.

Art. 5º A avaliação do desempenho do estagiário deve considerar no mínimo os seguintes critérios:

I - Frequência às atividades do Estágio;

II - Cumprimento do Plano de Atividades;

III - Relatório semestral ou anual das atividades desenvolvidas no Estágio.

CAPÍTULO VI

DAS OBRIGAÇÕES DO ESTAGIÁRIO

Art. 1º O discente do Isco, candidato a estágio deve:

I - Estar regularmente matriculado na Ufopa;

II - Estar cadastrado no sistema de Cadastro da Diretoria de Ensino/Proen;

III - Possuir currículo atualizado na Plataforma Lattes;

IV - Dedicar às atividades acadêmicas e do estágio;

V - Cumprir a programação de estágio estabelecida e ser avaliado sobre seu desempenho

a qualquer tempo quando solicitado;

VI - Obedecer às normas internas da Unidade Concedente;

VII - Comunicar à Unidade Concedente e ou Instituição de Ensino, a conclusão, interrupção ou modificação do Termo de Compromisso, bem como fatores de interesses ao andamento do estágio;

VIII - Informar de imediato e por escrito à unidade concedente qualquer fato que interrompa, suspenda ou cancele sua matrícula da Instituição de Ensino, arcando com quaisquer ônus pela ausência dessa informação;

IX - Responder pelo ressarcimento de danos causados por seu ato doloso, a qualquer equipamento instalado nas dependências da Unidade Concedente durante o cumprimento do estágio, bem como por danos morais e materiais causados a terceiros;

X - Apresentar relatórios sobre seu estágio, na forma, prazo e padrões estabelecidos pela Coordenadoria Geral de Estágio da Ufopa e pelo manual de estágio do NE do Isco, referente ao curso; **XI** - Manter atualizado seu endereço eletrônico e demais dados cadastrais junto a Secretaria Acadêmica do seu curso, para efeito de acompanhamento do estágio.

Parágrafo Único - Constituem-se motivos para a o desligamento do estagiário do seu campo de estágio:

- a) Pelo término do período estabelecido no Termo de Compromisso;
- b) Conclusão ou abandono do curso, caracterizado pela não renovação ou trancamento de matrícula, ou, ainda, inassiduidade ao curso com frequência inferior a 75 %;
- c) Pelo descumprimento de quaisquer obrigações constante no Termo de Compromisso, destregulamento;
- d) Efetivação no quadro de empregados da Unidade Concedente.
- e) A pedido do estagiário.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 1º Os estágios desenvolvidos dentro de programas de mobilidade acadêmica, no país ou no exterior, deverão ser comprovados com a especificação das atividades realizadas para fins de aproveitamento de estudos.

Parágrafo Único – Caberá à Coordenação do Estágio pertinente proceder à avaliação do Estágio realizado.

Art. 2º Todos os casos omissos neste regulamento serão decididos pelo NE.

O presente regulamento foi aprovado pelo Conselho do Isco em 18/12/2015

ANEXO I – REGIMENTO DA FARMÁCIA UNIVERSITÁRIA



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – CONSUN**

RESOLUÇÃO Nº 280, DE 09 DE ABRIL DE 2020.

Aprova Ad Referendum a criação da Farmácia Universitária do Instituto de Saúde Coletiva (Isco), da Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa e seu Regimento Interno.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto Presidencial de 19 de abril de 2018, publicado no Diário Oficial da União em 20 de abril de 2018, Seção 2, pág. 1; das atribuições que lhe conferem o Estatuto e o Regimento Geral da Ufopa e,

CONSIDERANDO o artigo 65 do Regimento Geral da Ufopa;

Art. 65. Em situações de urgência e no interesse da Universidade, o Reitor poderá tomar decisões Ad Referendum dos Colegiados Superiores.

Parágrafo único. O respectivo Conselho apreciará o ato na primeira sessão subsequente, e a não ratificação do mesmo poderá acarretar, a critério do Conselho, a nulidade e a ineficácia da medida, desde o início da sua vigência.

CONSIDERANDO a inviabilidade de realização de reunião por conta da suspensão das atividades presenciais da Universidade, em virtude de calamidade pública causada pela COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia, e dá outras providências; **CONSIDERANDO** os termos da Resolução nº 6, de 19 de outubro de 2017, da Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE), do Ministério da Educação (MEC), que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que trata sobre estágio de estudantes e dá outras providências;

CONSIDERANDO o que dispõe a Resolução nº 480, de 25 de junho de 2008 do Conselho Federal de Farmácia, que dispõe sobre os serviços farmacêuticos na farmácia escola, pública ou privada, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências;

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014, que

dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas;

CONSIDERANDO o que dispõe a RDC nº 67 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) de 8 de outubro de 2007, que dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano em farmácias;

CONSIDERANDO o RDC Anvisa nº 44, de 17 de agosto de 2009, que dispõe sobre as Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o que dispõe a Resolução CFF nº 610, de 20 de março de 2015, que dispõe sobre as atribuições do farmacêutico na farmácia universitária e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Portaria MS nº 529, de 1º de abril de 2013, que institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP);

CONSIDERANDO a Resolução CFF nº 416/04, de 27 de agosto de 2004, que aprova o regulamento técnico das boas práticas de farmácia;

CONSIDERANDO a Resolução CFF nº 467, de 28 de novembro de 2007, que define, regulamenta e estabelece as atribuições e competências do farmacêutico na manipulação de medicamentos e de outros produtos farmacêuticos;

CONSIDERANDO a Resolução CFF nº 477, de 28 de maio de 2008, que dispõe sobre as atribuições do farmacêutico no âmbito das plantas medicinais e fitoterápicos e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução CFF nº 499, de 17 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a prestação de serviços farmacêuticos, em farmácias e drogarias, e dá outras providências, alterada pela Resolução CFF nº 505/09;

CONSIDERANDO a Resolução CFF nº 585, de 29 de agosto de 2013, que regula as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução CFF nº 586, de 29 de agosto de 2013, que regula a prescrição farmacêutica e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Nota Técnica CFF nº 01, de 1º de junho de 2016, que orienta as instituições formadoras no atendimento à obrigatoriedade da estruturação da Farmácia Universitária como indicador de qualidade, no Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes);

CONSIDERANDO a Resolução nº 177/2017-Consepe/Ufopa, de 20 de janeiro de 2017, que institui o Regimento de Graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar *Ad Referendum* a criação da Farmácia Universitária (FU) do Instituto de Saúde Coletiva (Isco), da Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa e seu Regimento Interno, conforme Anexo Único que é parte integrante e inseparável desta Resolução

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HUGO ALEX CARNEIRO DINIZ
Presidente do Conselho Universitário



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – CONSUN

ANEXO ÚNICO- REGIMENTO INTERNO DA FARMÁCIA UNIVERSITÁRIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Regimento estrutura e disciplina o funcionamento da Farmácia Universitária (FU) do Instituto de Saúde Coletiva (Isco), da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), Campus de Santarém.

Parágrafo único. A FU a que se refere o *caput* deste artigo fica regulamentada por este Regimento, obedecido o disposto no Estatuto e no Regimento Geral da Ufopa.

TÍTULO II

FARMÁCIA UNIVERSITÁRIA

Art. 2º A FU é uma subunidade pertencente ao Isco e destinada ao ensino, pesquisa e extensão e à formação farmacêutica, integrada ao Projeto Pedagógico do Curso de Farmácia desse instituto, no âmbito da graduação e da pós-graduação, com registro no Conselho Regional de Farmácia e Vigilância Sanitária.

TÍTULO III

DA NATUREZA E DOS OBJETIVOS

Art. 3º A FU constitui-se de um laboratório didático-especializado de ensino, pesquisa e extensão que visa à formação dos discentes dos cursos de Farmácia e à qualificação de farmacêuticos nas práticas de manipulação de formas farmacêuticas e correlatos, sob a luz das boas práticas de fabricação, à prestação de serviços farmacêuticos e à dispensação adequada de produtos manipulados e industrializados, de modo a contribuir para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde e prevenção de doenças, contribuindo ainda para promover o acesso e uso racional de medicamentos e a otimização da farmacoterapia, como definido em Nota Técnica nº 01/2016, do Conselho Federal de Farmácia.

Art. 4º A FU, com identidade jurídica própria e como filial da Ufopa, funcionará de acordo com a Lei nº 5.991/1973, a Lei nº 13.021/2014, a RDC nº 67/2007, a Resolução CFF nº 610/2015, que dispõe sobre as atribuições do farmacêutico na farmácia universitária, e dá outras providências, e demais legislações pertinentes aplicadas aos estabelecimentos farmacêuticos.

Art. 5º A gestão da FU será feita pelo Isco, estando também as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas sob a responsabilidade exclusiva do referido instituto, seguindo as normas administrativas e acadêmicas da Universidade.

Art. 6º A FU servirá como campo de estágios curriculares nas áreas de manipulação de formas farmacêuticas alopáticas, homeopáticas e correlatos, assistência farmacêutica, gestão em saúde

e farmacêutica e farmácia clínica, sob supervisão dos docentes responsáveis pelas respectivas disciplinas de estágio.

Parágrafo único. Somente os discentes regularmente matriculados nas disciplinas de estágio supervisionado observacional e profissional referente às áreas tratadas poderão realizar os estágios supracitados, devendo cumprir a carga horária descrita no Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Farmácia e do Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva.

Art. 7º Na FU poderão ser realizadas atividades complementares voltadas para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, objetivando a complementação educacional, profissional e técnica dos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação e dos farmacêuticos regularmente matriculados em programas de pós-graduação *stricto sensu* ou *lato sensu* do Isco.

Parágrafo único. Os discentes regularmente matriculados em cursos da Ufopa correlacionados com a natureza e os objetivos da FU somente poderão desenvolver atividades acadêmicas nesta após apreciação do colegiado dessa subunidade.

Art. 8º A FU tem por objetivo proporcionar aos discentes de graduação e de pós-graduação do Isco as condições necessárias para o desenvolvimento do seu perfil profissional, contribuindo para o ensino, a pesquisa e a extensão, direcionadas à integração entre a teoria e a prática profissional, tendo como propostas:

I - servir de campo de estágio aos discentes do curso de Farmácia da Ufopa na área de manipulação de formas farmacêuticas alopáticas e homeopáticas, correlatos e serviços farmacêuticos com a devida orientação do docente da disciplina e profissionais farmacêuticos (preceptores);

II - servir de campo de estágio aos discentes do curso de Farmácia da Ufopa na área de assistência farmacêutica e atenção farmacêutica com a supervisão dos respectivos docentes das disciplinas e profissionais farmacêuticos (preceptores);

III - proporcionar aos discentes de Farmácia e aos profissionais farmacêuticos que estejam na pós-graduação do Isco a oportunidade de desenvolver competências na área de manipulação de formas farmacêuticas no âmbito da alopatia e homeopatia, com caráter inovador e comprometido com a ética e a qualidade da educação farmacêutica no que tange ao atendimento ao cliente de forma holística, promovendo a vivência com a realidade profissional;

IV - desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão na área de manipulação de formas farmacêuticas no âmbito da alopatia e homeopatia;

V - prestar atendimento farmacêutico à comunidade por meio da dispensação de medicamentos industrializados e manipulados, orientando os usuários quanto ao uso correto e racional;

VI - Servir de campo de estágio aos discentes do curso de Saúde Coletiva da Ufopa e na prática integrada e contínua na FU e às instâncias do Sistema Único de Saúde, sendo capaz de desenvolver processos de planejamento, gestão e avaliação em saúde;

VII - estabelecer parcerias com o Núcleo Tecnológico de Bioativos (NTB), a fim de promover uma plataforma de desenvolvimento de formas farmacêuticas alopáticas e homeopáticas e cosméticos com matérias-primas amazônicas;

VIII - estabelecer parcerias e convênios com órgãos e entidades públicas, a fim de promover políticas e programas voltados à garantia do acesso seguro e uso racional de medicamentos na região oeste do Pará, desenvolvimento de tecnologias e inovações, fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos para promover o uso sustentável da biodiversidade amazônica.

Art. 9º A FU poderá oferecer cursos ou atividades de educação continuada aos profissionais farmacêuticos e a outros profissionais, de acordo com a legislação vigente.

Art. 10. Os docentes e farmacêuticos que não compõem a equipe da FU, mas que são docentes do Isco, poderão orientar atividades na subunidade quando expressamente autorizados pelo colegiado daFU.

Art. 11. São áreas da FU passíveis de receber estagiários:

- I - gestão;
- II - garantia da qualidade;
- III - produção (setor de manipulação de sólidos, setor de manipulação de semissólidos e líquidos, setor de controle de qualidade);
- IV - almoxarifado;
- V - assistência em saúde;
- VI - assistência e cuidado farmacêutico.

§ 1º As demandas de estágio que serão realizados na FU deverão ser comunicadas à coordenação-geral dessa subunidade pelos coordenadores de cursos do Isco, no prazo de até60 (sessenta) dias antes do início do semestre.

§ 2º Para execução de estágios, no primeiro dia de atividade os docentes responsáveis pelas disciplinasde estágio com os discentes deverão apresentar os documentos obrigatórios exigidos no Regimento do Núcleo de Estágio do Isco, devidamente preenchidos e assinados, como carta de apresentação do discente, termo de compromisso de estágio, plano de atividades do estágio, ficha de frequência individual e ficha de avaliação de estágio.

Art. 12. A FU prestará serviços à comunidade, de acordo com as disposições deste Regimento, no que se refere à manipulação e à dispensação de formas farmacêuticas no âmbito da alopatia, homeopatia, fitoterapia, cosméticos e correlatos, cuidado farmacêutico e outros serviços de saúde, em consonância com a legislação sanitária vigente.

Art. 13. A FU é um setor de integração das áreas de educação e saúde, a qual pode prestar serviços às prefeituras dos municípios e demais órgãos de saúde da região do oeste do Pará, em consonância com o Sistema Único de Saúde (SUS), e participar de campanhas e/ou programas do Ministério da Saúde, das secretarias estaduais e municipais de saúde.

Parágrafo único. Para a prestação de serviços à órgãos externos, é imprescindível a oficialização de instrumentos jurídicos adequados que estejam de acordo com a legislação vigente.

TÍTULO IV DA MISSÃO

Art. 14. A FU tem como missão o fortalecimento do ensino farmacêutico nos níveis de graduação e pós-graduação, contemplando os pilares do ensino, da pesquisa e da extensão, baseado em parâmetros técnico-científicos e éticos, a fim de promover a farmácia como estabelecimento de saúde qualificado para o atendimento da comunidade por meio dos serviços farmacêuticos e cuidados à saúde pública, resguardando sua função acadêmica e social.

TÍTULO V DO FUNCIONAMENTO

Art. 15. A FU funcionará com atendimento ao público de segunda-feira a sexta-feira, em horário comercial, podendo ser alterado quando necessário, estando sua sede localizada na Avenida Raimundo Fona, 500, Salé, Santarém/PA.

Art. 16. A manipulação de formas farmacêuticas alopáticas e homeopáticas, cosméticos e correlatos será realizada pelos discentes de Farmácia, com acompanhamento direto do profissional farmacêutico devidamente registrado no Conselho Regional de Farmácia, assim como com supervisão do docente responsável pela disciplina do referido estágio.

Art. 17. Não será permitida a realização de estágios sem a assistência direta da preceptoria e supervisão docente ao estagiário.

TÍTULO VI DA ADMINISTRAÇÃO E DAS COMPETÊNCIAS

Art. 18. A FU terá estrutura administrativa que deverá contemplar instâncias de caráter executivo e de caráter deliberativo.

§ 1º O colegiado da FU é o órgão que exercerá funções executivas, estando encarregado de planejar, executar, superintender e fiscalizar as atividades da FU.

§ 2º O colegiado da FU também será responsável pelas funções deliberativas, no que concerne ao caráter decisório sobre política administrativa, matérias atinentes à política de ensino, pesquisa e extensão e questões técnico-administrativas de interesse da FU.

§ 3º O colegiado da FU será presidido pelo coordenador-geral da FU.

§ 4º O colegiado da FU terá a seguinte composição: I - coordenador-geral da FU;

II - docentes responsáveis pelos estágios na FU;

III - um representante farmacêutico técnico administrativo em educação.

Art. 19. A equipe da FU será composta de:

I - 1 (um) farmacêutico coordenador-geral e responsável técnico;

II - farmacêuticos técnicos administrativos em educação, responsáveis técnicos substitutos e preceptores de estágio, na medida de suas necessidades;

III - docentes responsáveis pelo estágio, indicados pelas coordenações dos cursos do Isco;

IV - técnicos administrativos em educação lotados no Isco, conforme as necessidades dessa subunidade;

V - outros colaboradores que possuam relação formal com a Ufopa; VI - discentes de graduação em Farmácia;

VII - profissionais farmacêuticos que estejam realizando pós-graduação dos cursos *lato e stricto sensu*.

Art. 20. O coordenador-geral será designado pela direção do Isco, com mandato sem prazo de vencimento, fazendo jus à função gratificada, sendo o responsável técnico também designado pela direção do Isco, com mandato sem prazo de vencimento. Parágrafo único. A coordenação-geral e a responsabilidade técnica deverão ser exercidas por farmacêutico devidamente registrado no Conselho Regional de Farmácia e que possua relação formal com a Ufopa.

Art. 21. Os técnicos administrativos em educação serão designados pela direção do Isco, respeitando a legislação em vigor.

Art. 22. Os docentes responsáveis por estágio no campo da FU serão indicados pelas coordenações dos cursos.

Art. 23. A FU poderá ampliar sua equipe listada no art. 19 por meio de contratações

temporárias de empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e estagiários, dependendo da sua situação administrativa, financeira e da demanda.

Art. 24. Compete ao coordenador-geral e responsável técnico:

- I - planejar, coordenar, supervisionar e fiscalizar as atividades técnicas em comum acordo com os farmacêuticos da FU;
- II - solicitar à direção do Isco serviços gerais e especializados, materiais permanentes e de consumo que se fizerem necessários ao funcionamento das atividades da FU;
- III - delegar funções aos farmacêuticos, técnicos administrativos em educação e colaboradores lotados na FU;
- IV - elaborar com os farmacêuticos, técnicos administrativos em educação e colaboradores os Procedimentos Operacionais Padrões (POPs) sobre as condutas de procedimentos adotados na FU;
- V - aprovar no colegiado da subunidade os estágios e as atividades de educação continuada que serão realizadas na FU;
- VI - zelar pela limpeza, organização, conservação e bom funcionamento da FU;
- VII - atender às práticas de biossegurança, utilizando jaleco e demais Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) nas dependências internas (área limpa) da FU.

Art. 25. Compete aos farmacêuticos:

- I - assistir o coordenador-geral e responsável técnico em suas atividades e atribuições, desempenhando, por delegação, poderes por ele outorgados e substituindo-o em seus impedimentos eventuais;
- II - auxiliar na administração da FU, observada a sua finalidade e em consonância com o coordenador-geral e responsável técnico;
- III - elaborar em conjunto com o coordenador-geral e responsável técnico, técnicos administrativos em educação e colaboradores os POPs sobre as condutas de procedimentos adotados na FU;
- IV - auxiliar o coordenador-geral e responsável técnico na solicitação de serviços gerais e especializados, materiais permanentes e de consumo que se fizerem necessário ao funcionamento das atividades da FU;
- V - fornecer anualmente ao coordenador-geral e responsável técnico os elementos para a elaboração de proposta orçamentária da FU;
- VI - cumprir as demais atividades que lhe forem atribuídas pelo coordenador-geral e responsável técnico, atendendo às necessidades do ensino, pesquisa e extensão, nos limites da legislação em vigor;
- VII - cumprir as Boas Práticas de Manipulação Farmacêutica (BPMF), de acordo com a RDC nº 67/2007;
- VIII - zelar pela limpeza, organização, conservação e bom funcionamento da FU;
- IX - atender às práticas de biossegurança, utilizando jaleco e demais EPIs nas dependências internas (área limpa) da FU.

Art. 26. Compete ao docente responsável pelo estágio na FU:

- I - executar as atividades que lhe forem atribuídas de acordo com o Regimento de Graduação da Ufopa (Resolução nº 177/CONSEPE/ 2017), Regimento Interno e planejamento do Núcleo de Estágio do Isco e coordenação de curso, em comum acordo com o coordenador-geral e responsável técnico da FU;
- II - providenciar e disponibilizar aos estagiários as documentações obrigatórias devidamente preenchidas e assinadas, conforme exigências dos regimentos em vigor;
- III - estabelecer, em conjunto com o discente, o plano de atividade de estágio;
- IV - organizar o material didático necessário à realização das atividades desenvolvidas na FU, a exemplo das fichas de acompanhamento farmacoterapêutico e panfletos de orientação

aos clientes quanto ao uso racional de medicamentos;

V - supervisionar as atividades de estágio na FU, em consonância com as recomendações do Núcleo de Estágio do Isco;

VI - interagir com os preceptores, de forma a garantir sua participação ativa no planejamento e no acompanhamento do estágio;

VII - realizar reuniões com os discentes para o acompanhamento e desenvolvimento do plano de atividade de estágio;

VIII - instruir o estagiário sobre o cumprimento das normas estabelecidas pela FU e pela Ufopa; IX - orientar o discente na realização de relatório final da atividade de estágio;

X - realizar a avaliação final do estágio do discente;

XI - zelar pela limpeza, organização, conservação e bom funcionamento da FU;

XII - atender às práticas de biossegurança, utilizando jaleco e demais EPIs nas dependências internas (área limpa) da FU.

Art. 27. Compete ao técnico administrativo em educação:

I - desempenhar as funções que lhe forem atribuídas pelo coordenador-geral e responsável técnico, atendendo às necessidades desta subunidade;

II - auxiliar o coordenador-geral e responsável técnico na solicitação à direção do Isco de serviços gerais e especializados, materiais permanentes e de consumo que se fizerem necessários ao funcionamento das atividades da FU;

III - elaborar com o coordenador-geral e responsável técnico, os farmacêuticos e colaboradores POPs relativos às condutas de procedimentos adotados na FU;

IV - zelar pela limpeza, organização, conservação e bom funcionamento da FU;

V - atender às práticas de biossegurança, utilizando jaleco e demais EPIs nas dependências internas (área limpa) da FU.

Art. 28. Compete ao colaborador:

I - desempenhar as funções que lhe forem atribuídas pelo coordenador-geral e responsável técnico, atendendo às necessidades dessa subunidade;

II - elaborar com o coordenador-geral e responsável técnico, os farmacêuticos e técnicos administrativos em educação os POPs relativos às condutas de procedimentos adotados na FU;

III - zelar pela limpeza, organização, conservação e bom funcionamento da FU;

IV - atender às práticas de biossegurança, utilizando jaleco e demais EPIs nas dependências internas (área limpa) da FU.

Art. 29. Compete aos discentes de graduação e profissionais farmacêuticos que estejam realizando pós-graduação na FU:

I - assinar o termo de compromisso;

II - assinar a frequência diária de estágio;

III - participar do processo de ensino/aprendizagem, cumprindo as atividades estabelecidas no plano de atividade de estágio;

IV - cumprir as normas estabelecidas no regulamento e as normas específicas da FU; V - zelar pelos materiais/equipamentos e bens em geral da FU;

VI - apresentar-se com vestimentas apropriadas, respeitando-se as normas da FU;

VII - atender às práticas de biossegurança, utilizando jaleco e demais EPIs nas dependências internas (área limpa) da FU;

VIII - respeitar os princípios da ética profissional;

IX - cumprir a carga horária e o plano de atividades rigorosamente, de acordo com a programação definida;

X - participar de reuniões e encontros com o docente responsável pelo estágio e

coordenador do Núcleo de Estágios do Isco, bem como com outros atores envolvidos no programa de estágio;

XI - entregar o relatório e realizar as avaliações sobre as atividades e práticas desenvolvidas, obedecendo às normas e aos prazos estabelecidos pelo docente responsável pelo referido estágio.

Art. 30. As atividades desenvolvidas pelos discentes estagiários estão previstas no plano de ensino da disciplina correspondente.

Art. 31. As atividades desenvolvidas pelos discentes de pós-graduação serão consignadas no plano de atividades elaborado pelo docente orientador responsável. Parágrafo único. Em projetos de pesquisa e extensão, as atividades dos discentes estarão definidas nos seus respectivos planos de trabalho.

TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 32. A FU será mantida por:

I - dotação do orçamento do Isco;

II - recursos provenientes de convênios, contratos, auxílios e doações;

III - produtos/serviços farmacêuticos elaborados/oferecidos pela FU, respeitando a legislação em vigor.

Art. 33. Constituem o público-alvo da FU todos os servidores, empregados terceirizados, discentes da Ufopa e a comunidade em geral.

Art. 34. Não será permitida a permanência nas dependências internas da FU de estagiários de outros cursos ou dos próprios cursos do Isco que não estejam cumprindo os estágios.

Art. 35. Os casos omissos neste Regimento serão encaminhados à coordenação-geral da FU e à direção do Isco para deliberação ou providências cabíveis, obedecendo-se à legislação vigente que rege a matéria.

Art. 36. Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação.



ATA – 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DO INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
03/12/2019

1 Aos três dias do mês de dezembro de dois mil e dezenove, às dezesseis horas e trinta minutos iniciou
2 a décima primeira Reunião Ordinária do Conselho do Instituto de Saúde Coletiva (Isco), na sala
3 duzentos e vinte e dois do Bloco Modular Tapajós, da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa)
4 – Unidade Tapajós. A reunião foi presidida pelo diretor do Isco, Prof. Wilson Sabino e teve como
5 participantes a vice-diretora do Isco, Profa Flávia Garcez; os coordenadores dos cursos de farmácia,
6 bacharelado interdisciplinar em saúde, saúde coletiva e residência multiprofissional em saúde da
7 família; representando a categoria docente, os professores Kariane Nunes e Teógenes Costa;
8 representando a categoria técnica, os técnicos Adenilson Barroso e Cássia Corrêa; A reunião não
9 teve representação discente. Informes: Profa Flávia, como membro da Comissão do Processo de
10 Seleção da Residência, explicou que o edital de seleção está sendo finalizado e precisa que o
11 Conselho se reúna para aprovação do edital em reunião extraordinária até o dia 14 de dezembro. Os
12 conselheiros acordaram a reunião para o dia treze de dezembro, às dez horas. Em seguida, Prof.
13 Wilson fez a apresentação de propostas de planos e ações para 2020: Estão sendo feitas ações para
14 fechar Acordo de Cooperação Internacional entre Ufopa e Universidade de Porto e Moçambique;
15 Sobre o Relatório de Gestão 2019, estes deverão ser trabalhados até janeiro; Sobre o Plano de
16 Desenvolvimento da Unidade (PDU) para 2020, deverá ser designada uma comissão para elaboração
17 do plano. O Diagnóstico Situacional, que antecipa a elaboração do PDU, já foi trabalhado com os
18 discentes. Nos dias 10, 11 e 12/12 será trabalhado com corpo técnico administrativo, nos dias 18 e
19 19/12, com a direção e coordenadores dos cursos; Nos dias 03 e 04 de fevereiro o diagnóstico será
20 trabalhado com os docentes e nos dias 10, 11 e 12 de fevereiro de 2020, o Instituto irá reunir-se com
21 a Proplan para a elaboração do Plano; Sobre o Planejamento Acadêmico, a semana de 02 a 06 de
22 março está reservada para a programação; A Reformulação dos Projetos Pedagógicos de Cursos
23 deverão ser trabalhadas entre abril e agosto; Os ajustes necessários nos semestres comuns aos cursos
24 deverão ser feitos pelos coordenadores até março; O Regimento Interno do Isco deverá ser revisado
25 após homologação do Regimento Geral da Ufopa; Sobre a Resolução para estabelecer normas para
26 atividades externas dos discentes do Isco, esta deve ser aprovada em reunião de Conselho até
27 março. 1. Como primeira pauta, a Profa Flávia apresentou a minuta do Regimento Interno da
28 Farmácia Universitária do Isco, encaminhada previamente para análise dos conselheiros. Em regime
29 de votação, a minuta foi aprovada com nove votos e uma abstenção. 2. Sobre a formação de
30 comissão para elaboração do Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU), o presidente da reunião
31 sugeriu que a comissão fosse formada pelos coordenadores administrativos e de cursos do Instituto.
32 Hernane observou que o diagnóstico inicial está sendo feito por segmentos e que o planejamento
33 deveria continuar incluindo todos os segmentos. Diante dos pontos levantados, Prof. Wilson sugeriu
34 que nesta comissão, pudesse incluir também duas vagas para cada categoria, além dos
35 coordenadores. Como primeira proposta de votação, Prof. Bruno sugeriu que o próprio conselho
36 pudesse seguir com as atividades de planejamento, visto que já há representação de todas as
37 categorias. A proposta obteve apenas um voto a favor e não foi aprovada. Prof. Teógenes sugeriu
38 manter os coordenadores dos cursos e administrativos, mas abrir vaga para um representante de
39 cada categoria docente, técnica e discente. A proposta obteve cinco votos a favor e duas abstenções,
40 sendo assim aprovada. 3. Sobre a designação de comissão de elaboração de regulamento sobre as
41 atividades externas discentes, foram indicados os coordenadores de cursos, professora Flávia e mais
42 um discente a ser definido. 4. Como última pauta, foram apresentados para homologação os
43 processos de projetos de pesquisa dos professores Alcicley (9604/2017-87), Luana (14729/2019-91)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA



ATA – 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DO INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
03/12/2019

44 e Tânia (9830/2018-57 e 4437/2017-88). O Conselho aprovou os quatro projetos/relatórios por
45 unanimidade. Sem mais considerações, eu, Patrícia Colares, lavrei a presente ata que deverá ser
46 assinada por mim e pelos demais presentes.

1. Wilson Sabino Wilson Sabino
2. Flávia Garcez da Silva Flávia Garcez da Silva
3. Bruno Alexandre Silva Bruno Alexandre Silva
4. Hernane Guimarães dos Santos Junior Hernane Guimarães dos Santos Junior
5. Rui Massato Harayama Rui Massato Harayama
6. Waldiney Pires Moraes FALTA
7. Marina Celere Smidt Meschede _____
8. Kariane Mendes Nunes _____
9. Teógenes Luiz Silva da Costa _____
10. Adenilson de Sousa Barroso _____
11. Cássia Valéria Pinheiro Corrêa _____
12. Kennedy da Silva Pereira FALTA
13. Patrícia Colares dos Santos (ata) Patrícia C. dos Santos

ANEXO J – ATA DE APROVAÇÃO DO PPC NO NDE DE FARMÁCIA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA

1 **ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO**
2 **CURSO DE BACHARELADO DE FARMÁCIA**
3 **20/06/2023**

4 Às nove horas e trinta minutos, do dia vinte de junho de dois mil e vinte três, iniciou a
5 Reunião Ordinária do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Farmácia do
6 Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), de forma
7 remota, presidida pelo Presidente, Rayanne Rocha Pereira, e com a presença dos seguintes membros
8 participantes docentes: Gabriela Bianchi, Kariane Nunes e Waldiney Pires de Moraes. **PAUTA:**
9 **Alteração do Percurso Acadêmico** - A reunião iniciou com a coordenadora dando boas vindas, e,
10 posteriormente fez uma breve recapitulação do histórico da construção do novo PPC do curso de
11 Farmácia, ressaltando que este é um processo que vem desde os anos de pandemia (2020-2021). Foi
12 descrito também que este mesmo PPC do Curso Farmácia trazia uma formação em ciclos. Um
13 primeiro ciclo do 1º ao 6º semestre, composto por disciplinas do Bacharelado Interdisciplinar em
14 Saúde e um segundo ciclo do 7º ao 10º semestre, composto por disciplinas específicas da Farmácia
15 e os estágios. Essa estruturação da matriz curricular da Farmácia contribuía com um grande
16 aumento da carga horária dos professores do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (BIS) e
17 diminuía drasticamente a carga horária das disciplinas específicas da Farmácia. Frente a esse
18 cenário foi necessário a reestruturação da matriz curricular do curso de Farmácia, essa
19 reestruturação foi fortificada com o processo de Suspensão do BIS. Frente a todo esse histórico, por
20 unanimidade, o NDE, concordou com a alteração do percurso acadêmico do Curso de Farmácia,
21 retirando a formação em ciclos do PPC e concordando com entrada direta no curso de Farmácia
22 com 40 vagas anuais. **PAUTA: Nova matriz do curso de Farmácia-** a pauta começou com a
23 exposição da nova matriz do curso que foi concebida com base nas Diretrizes Curriculares do Curso
24 de Farmácia (RESOLUÇÃO Nº 6, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017). Foi discutida a necessidade de
25 manter 4000 horas como a carga horária total do curso, e para tanto, foi diminuída a carga horária

26 de alguns componentes, além da inserção de outros componentes como disciplina optativa. Foram
27 feitas ponderações sobre os componentes curriculares, entre essas ponderações está a necessidade
28 de manter como disciplinas obrigatórias aquelas que são específicas do curso de Farmácia, exemplo
29 o controle de qualidade de medicamentos. Além disso, foi discutido sobre a Fitoquímica torna-se
30 um componente obrigatório na matriz curricular, uma vez que está é de suma importância para o
31 currículo do Farmacêutico egresso de uma Universidade situada na Amazônia. Ademais, foi
32 discutido a importância de inserir o componente Tecnologia de Medicamentos e Cosméticos na
33 matriz, assim como a Farmácia Hospitalar. Após essa discussão a matriz curricular do curso de
34 Farmácia foi aprovada pelo NDE, sem qualquer oposição. **PAUTA: provação dos Vínculos:** Em
35 vista da nova matriz curricular a coordenação de Farmácia propôs vincular 4 disciplinas por docente,
36 respeitando o plano de concurso e a área de atuação de cada professor do curso. Com essa
37 proposição a coordenação explicou que pela nova configuração, cada docente teria sempre o
38 mínimo de duas disciplinas por semestre. O NDE não se opôs à nenhum vínculo proposto. **PAUTA:**
39 **Aprovação do Horário de Aula:** O horário de aula do semestre 2023.1 foi analisado e aprovado
40 pelo NDE. **ENCAMINHAMENTO E DECISÃO:** Foi decidida a alteração do percurso acadêmico
41 de Farmácia com entrada direta, 40 vagas anuais. A nova matriz e os vínculos dos professores em
42 no mínimo quatro disciplinas foi aprovado pelo NDE, o horário de aula de 2023.1 foi analisado e
43 aprovado pelo NDE. Às 11:00 h, a presidente agradeceu a participação de todos e os trabalhos dos
44 membros, eu Rayanne Rocha Pereira, lavrei a presente ata que será assinada eletronicamente,
45 através do Sipac, por mim e por todos os presentes.



Emitido em 26/07/2023

ATA Nº 50/2023 - ISCO (11.01.45)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 26/07/2023 14:07)

GABRIELA BIANCHI DOS SANTOS

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

ISCO (11.01.45)

Matricula: ###756#3

(Assinado digitalmente em 27/07/2023 09:26)

KARLANE MENDES NUNES

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

ISCO (11.01.45)

Matricula: ###397#0

(Assinado digitalmente em 26/07/2023 14:54)

RAYANNE ROCHA PEREIRA

COORDENADOR DE CURSO

ISCO (11.01.45)

Matricula: ###042#2

ANEXO L – ATA DE APROVAÇÃO DO PPC NO COLEGIADO DE FARMÁCIA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA

1 **REUNIÃO DO COLEGIADO DO CURSO DE BACHARELADO EM FARMÁCIA -**
2 **13/07/2023**

3 No dia treze de julho do ano dois mil e vinte e três, quinta-
4 feira, às quatorze horas e trinta minutos, por via remota,
5 realizou-se a Reunião extraordinária do Colegiado do Curso de
6 Farmácia, com os seguintes participantes presentes, presidida
7 pelo primeiro: Rayanne Rocha Pereira, Kariane Nunes,
8 Adenilson Barroso, Luanne Pereira e Luis Afonso Leite.
9 Iniciou-se a reunião com os seguintes pontos de pauta: 1.
10 Aprovação da proposta do novo PPC do curso de farmácia, com
11 apresentação da nova matriz do curso de Farmácia e alteração
12 do percurso acadêmico. Sem informes das categorias, o
13 colegiado iniciou a pauta da reunião. **1. Aprovação da proposta**
14 **do novo PPC do curso de farmácia, com apresentação da nova**
15 **matriz do curso de Farmácia e alteração do percurso**
16 **acadêmico:** i) Rayanne Pereira fez uma breve recapitulação do
17 histórico da construção do novo PPC do curso de Farmácia,
18 ressaltando que este é um processo que vem desde os anos de
19 pandemia (2020-2021), quando a grande parte do PPC foi
20 discutido e aprovado pelo colegiado do Curso de Farmácia.
21 Esse PPC foi tramitado e voltou para ajustes. Foi citada
22 também a assembleia que ocorreu sobre a suspensão do
23 Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (BIS) com presença dos
24 discentes e servidores do ISCO. Além disso, foi dito que após
25 todo o trabalho que houve anteriormente para a construção do
26 PPC novo da Farmácia, neste momento, houve a necessidade de
27 modificações na matriz curricular e conseqüentemente na forma
28 de ingresso. As modificações foram: ingresso direto no curso
29 de Farmácia, sem percurso pelo BIS, modificação da matriz
30 curricular obedecendo as DCN de Farmácia (RESOLUÇÃO N° 6, DE
31 19 DE OUTUBRO DE 2017). Foi exposto aos presentes a nova
32 matriz do curso de Farmácia, sendo discutido todos os
33 componentes curriculares, do 1° ao 10° semestre. Foi
34 explicado que o curso contará com 4000 horas, sendo 800 horas
35 de estágio obrigatório, 400 horas de extensão, 100 horas de
36 atividades complementares e as disciplinas foram distribuídas
37 da seguinte maneira I - 50% no eixo cuidado em saúde; II - 40%
38 no eixo tecnologia e inovação em saúde; III - 10% no eixo
39 gestão em saúde (em obediência as DCN de Farmácia). Após essa
40 argumentação houve ponderações dos presentes, que observaram
41 alguns pontos para correção. Os pontos observados pelos
42 membros foram corrigidos. Após essas ponderações o regime de
43 votação foi aberto e foi aprovado as alterações realizadas no
44 PPC. Após a pauta do PPC, o servidor Adenilson Barroso pediu
45 informações sobre os estágios que seriam ofertados no
46 semestre 2023.1. Foi exposto as disciplinas a serem ofertadas
47 em 2023.1, foi explicado que o NDE já havia apreciado e
48 aprovado essas ofertas, e não houve nenhuma oposição do
49 colegiado a respeito das ofertas. A reunião foi encerrada às
50 16h, eu, Rayanne Pereira, coordenadora do Curso de
51 Bacharelado em Farmácia, redigi esta ata que será cadastrada
52 via sistema SIPAC, e posteriormente assinada eletronicamente
53 pelos presentes nesta reunião.

ANEXO M – ATA DE APROVAÇÃO DO PPC NO CONSELHO DO ISCO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA

1 **ATA DA 4° REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO INTEGRADA COM A**
2 **REUNIÃO ADMINISTRATIVA DO ISCO – 08.08.2023 e 11.08.2023**
3 Aos oito dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, às nove
4 horas, iniciou-se a quarta reunião ordinária do Conselho,
5 excepcionalmente integrada com a reunião administrativa do
6 Instituto de Saúde Coletiva, presidida pelo diretor Waldiney
7 Pires Moraes com prosseguimento no dia onze de agosto de dois
8 mil e vinte e três, às oito horas e meia, com a participação dos
9 seguintes integrantes: Rayanne Rocha Pereira, Juliana Gagno
10 Lima, Annelise Rosenthal Figueiredo, Alciene Viana, Líbia
11 Daniele Oliveira Jatý, Rosa Helena Veras Mourão e Leida Aguiar.
12 O presidente desejou as boas-vindas aos participantes e deu
13 início a explanação dos seguintes informes:**1. Informe (prof.**
14 **Waldiney):** A visita do Presidente Lula à Ufopa foi de muita
15 relevância, pois deu visibilidade à universidade, porém lamentou
16 não terem convidado ninguém da comunidade acadêmica do Isco para
17 o momento no Abaré. **2. Informe (prof. Waldiney):** Para realização
18 dos trabalhos inerentes à implantação do Curso de Medicina na
19 Ufopa criou-se um GT institucional do qual participam alguns
20 servidores do Isco. O GT atualmente está trabalhando na
21 elaboração do PPC para submissão ao MEC. Foi autorizado vinte
22 códigos de vagas para compor o quadro docente do curso. **3.**
23 **Informes (profa. Juliana):** Foram selecionados os alunos que
24 receberão a bolsa Ceanama e em breve os alunos serão recebidos
25 no Isco. **4. Informes (profa. Juliana):** A Jornada Acadêmica da
26 Ufopa 2023 ocorrerá no período de 11 a 16 de setembro. **5.**
27 **Informes (profa. Juliana):** A Coordenação Acadêmica do Isco
28 elaborou o cronograma de matrícula em TCC e atividades
29 complementares que deverá ser seguido pelos cursos de graduação
30 do Isco. **6. Informes (profa. Juliana):** Foi aprovado o Mestrado
31 Profsaúde, porém foram apontadas algumas pendências na proposta
32 que deverão ser sanadas. **7. Informes (profa. Annelise):** Ocorrerá
33 no período de três a cinco de outubro, na Ufopa, a 1°
34 Conferência de Extensão do Pará com apresentação de
35 trabalhos. **8. Informes (profa. Annelise):** Renovação do Curso
36 BIS junto ao MEC: Mesmo estando em processo de suspensão o Curso
37 passará por regular avaliação até que a última turma esteja
38 formada. **9. Informes (coord. técnica Alciene):** Os servidores
39 Andresson e Daniele pediram baixa da responsabilidade técnica da
40 FarmaUfopa. **10. Informes (administradora Leida):** Será publicado
41 até vinte e quatro de agosto o edital do processo de seleção do
42 docente que substituirá a professora Luana. Ressalta que o Plano
43 do PSS foi enviado à CAP/Progep no mês de junho. **11. Informes**
44 **(administradora Leida):** Foi publicado o edital do processo de
45 seleção de estagiários para Isco, cujo período de inscrição é de
46 sete a treze de agosto. **12. Informes (administradora Leida):** Foi
47 publicada a Portaria de Encerramento do exercício financeiro



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA

48 2023, cujo prazo para envio à Proad de processo com solicitação
49 de emissão/reforço/anulação de notas de empenho, que serão
50 utilizados até o final do exercício de 2023. Para garantir a
51 eficiência na utilização do recurso, o Isco terá um prazo interno
52 anterior ao prazo limite estabelecido pela Proad. Após os
53 informes passou-se para os pontos de pauta: **1. Proposta de**
54 **realização de Workshop ministrado pelo professor Richard nos**
55 **dias 13 e 14 de novembro** - A docente Rosa apresentou a proposta
56 de realização de um workshop ministrado pelo professor Richard
57 nos dias 13 e 14 de novembro, para o qual as despesas com diárias
58 e passagens serão custeadas pelo próprio palestrante. O Isco,
59 através da coordenação técnica e docente Rosa Mourão, ficará com
60 a responsabilidade de elaborar a programação e providenciar as
61 questões logísticas do evento. **Aprovado por unanimidade.** **2.**
62 **Relatório de Suspensão do BIS** - Foi feita a leitura integral do
63 documento enviado em vinte e seis de julho de dois mil e vinte
64 e três para a Proen através do processo nº 23204.013222/2023-
65 04. **Aprovou-se por unanimidade o relatório.** **3. Declaração Ad**
66 **Referendum emitida pela presidente em exercício, Rayanne Rocha,**
67 **aprovando a versão atualizada do Projeto Político Pedagógico do**
68 **Curso BSC que foi enviada à Proen em vinte e seis de julho desse**
69 **ano** - Foi feita a leitura integral do documento. **Aprovado por**
70 **unanimidade.** **4. Declaração Ad Referendum emitida pela presidente**
71 **em exercício, Rayanne Rocha, aprovando a versão atualizada do**
72 **Projeto Político Pedagógico do Curso de Farmácia que foi enviada**
73 **à Proen em vinte e seis de julho desse ano** - Foi feita a leitura
74 integral do documento. **Aprovado por unanimidade.** **5. Apoio para**
75 **realização do II Simpósio de Atenção Primária em Saúde em**
76 **municípios rurais remotos** - A docente Juliana contextualizou o
77 intuito do simpósio que ocorrerá nos dias 29 e 30 de agosto com
78 programação aberta ao público e no dia 31 terá visita restrita
79 ao Abaré. Para o evento a docente solicitou aos conselheiros
80 apoio na logística e contratação de serviços através do contrato
81 gerenciado pelo Cerimonial, bem como ajuda financeira. **Acordou-**
82 **se que os Taes administrativos do Isco irão dar o suporte**
83 **cabível. Quanto ao aporte orçamentário, os Cursos BIS e BSC irão**
84 **utilizar orçamento próprio disponível, e após liquidação total**
85 **do orçamento dos cursos, se houver necessidade de orçamento para**
86 **outras despesas, a direção do Isco irá pleitear junto à Proplan.**
87 **6. Atualização do Plano de Capacitação e Qualificação dos**
88 **servidores docentes do Isco.** Apresentou-se o documento
89 atualizado com as seguintes alterações em relação a versão
90 anterior. 6.1. Docentes com Interesse à Licença para
91 Capacitação: Luana Lorena da Silva Rodrigues, janeiro de 2024.
92 6.2. Docentes com interesse à Licença Qualificação: Teógenes
93 Luiz Silva da Costa, novembro de 2023; Kariane Mendes Nunes e



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA

94 Gabriela Bianchi dos Santos, ambas para janeiro de 2024. Após
95 apreciação do documento, **aprovou-se por unanimidade.**
96 **7. Atualização do Plano de Capacitação e Qualificação dos**
97 **servidores técnicos do Isco.** Apresentou-se o documento
98 atualizado com as seguintes alterações em relação a versão
99 anterior. 7.1. Técnicos com Interesse à Licença para
100 Capacitação: Andresson Fernandes Pontes, setembro de 2023;
101 Taciane Sousa de Jesus, outubro de 2023, Leida Caldeira Aguiar,
102 novembro de 2023 e Alciene Ferreira da Silva Viana, janeiro de
103 2024. Após apreciação do documento, **aprovou-se por unanimidade.**
104 **8. Licença Qualificação da docente Gabriela Bianchi para**
105 **participação de Estágio Pós-Doutorado, a partir de janeiro de**
106 **2024.** Aprovado por unanimidade. 9. **Licença Qualificação da**
107 **docente Kariane Mendes Nunes para participação de Estágio Pós-**
108 **Doutorado, a partir de janeiro de 2024, com direito a substituto.**
109 **Aprovado por unanimidade.** 10. **Edital de auxílio Pró-Ensino dos**
110 **cursoS BIS, BSC, Farmácia e Residência Multiprofissional.** Foi
111 apresentada uma minuta do edital. Informou-se que o edital
112 aproveitaria o parecer referencial da procuradoria jurídica da
113 Ufopa que respaldou o edital Pró-Ensino de outro curso. A
114 professora Rosa sugeriu a inclusão de uma documentação que
115 apresentasse a proposta para utilização do recurso como por
116 exemplo o plano de aula do docente que irá pleitear o recurso.
117 Após essa sugestão, abriu-se votação para a aprovação do edital.
118 **Aprovado por unanimidade.** Sem mais, a reunião foi encerrada às
119 onze horas do dia onze de agosto de dois mil e vinte e três, e
120 eu Leida Aguiar, redigi esta ata que será cadastrada via SIPAC
121 e posteriormente assinada eletronicamente pelos presentes nesta
122 reunião.

	MEMBROS	REPRESENTANTE	FREQUÊNCIA
1	Waldiney Pires Moraes	Diretor	Presente
2	Rayanne Rocha Pereira	Coordenadora do Curso de Bacharelado em Farmácia	Presente
3	Juliana Gagno Lima	Coordenadora do Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva	Presente
4	Annelise Rosenthal Figueiredo	Coordenadora do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde	Presente
5	Rosa Veras Mourão	Coordenadora do PPPG REDE BIONORTE	Presente



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA

6	Alciene Ferreira Viana	Coordenadora Técnica do Isco	Presente
7	Leida Aguiar	Representante técnico	Presente
8	Líbia Daniele Oliveira Jatý	Representante discente	Presente
9	Luana Lorena Rodrigues	Representante docente	Ausência justificada (licença maternidade)
10	Andréa Cardoso	Coordenadora da Residência	Ausência justificada (férias)

123



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

FOLHA DE ASSINATURAS

Emitido em 21/09/2023

ATA Nº 69/2023 - ISCO (11.01.45)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 22/09/2023 08:28)
ALCIENE FERREIRA DA SILVA VIANA
TECNICO DE LABORATORIO AREA
ISCO (11.01.45)
Matricula: ###118#2

(Assinado digitalmente em 26/09/2023 09:52)
ANNELYSE ROSENTHAL FIGUEIREDO
COORDENADOR DE CURSO
ISCO (11.01.45)
Matricula: ###092#9

(Assinado digitalmente em 25/09/2023 21:17)
JULIANA GAGNO LIMA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
ISCO (11.01.45)
Matricula: ###813#6

(Assinado digitalmente em 23/09/2023 16:38)
LEIDA CALDEIRA AGUIAR
ADMINISTRADOR
ISCO (11.01.45)
Matricula: ###174#7

(Assinado digitalmente em 22/09/2023 11:17)
RAY ANNE ROCHA PEREIRA
COORDENADOR DE CURSO
ISCO (11.01.45)
Matricula: ###042#2

(Assinado digitalmente em 22/09/2023 17:06)
ROSA HELENA VERAS MOURAO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
ISCO (11.01.45)
Matricula: ###171#6

(Assinado digitalmente em 22/09/2023 13:55)
WALDINEY PIRES MORAES
DIRETOR
ISCO (11.01.45)
Matricula: ###343#5

(Assinado digitalmente em 22/09/2023 12:07)
LIBIA DANIELE OLIVEIRA JATY
DISCENTE
Matricula: 2022#####4

Visualize o documento original em <https://sipac.ufopa.edu.br/documentos/> informando seu número: 69, ano: 2023, tipo: ATA, data de emissão: 21/09/2023 e o código de verificação: 4ba45d44c7

ANEXO N – PORTARIA DE COORDENAÇÃO DO CURSO DE FARMÁCIA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
GABINETE DA REITORIA



2024

PORTARIA GABINETE/REITORIA/UFOPA N° 6, DE 04 DE JANEIRO DE 2023

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto Presidencial de 20 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial da União n° 75-A, Seção 2 - Edição Extra, pág. 1, em 20 de abril de 2022, resolve:

Art. 1° Designar RAYANNE ROCHA PEREIRA, Professora do Magistério Superior, para exercer a função comissionada de Coordenadora do Curso de Farmácia do Instituto de Saúde Coletiva desta Universidade, Código FCC, ficando dispensado da referida função WALDINEY PIRES MORAES, Professor do Magistério Superior.

Art. 2° A designação e a dispensa de que trata o Art. 1° serão contadas a partir de 1° de janeiro de 2023.

Art. 3° Os efeitos financeiros desta portaria serão contados a partir de sua publicação.

(Assinado digitalmente em 04/01/2023 18:11)

ALDENIZE RUELA XAVIER

REITOR - TITULAR

REITORIA (11.01)

Matricula: 00976192

Processo Associado: 23204.000162/2023-51

Visualize o documento original em <https://sipac.ufopa.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 6, ano: 2023, tipo: PORTARIA, data de emissão: 04/01/2023 e o código de verificação: 755ddddec8f



Emitido em 20/12/2024

RESOLUÇÃO Nº 443/2024 - CONSEPE (11.29)
(Nº do Documento: 51)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 21/12/2024 15:07)

ELIANE FIGUEIRA RODRIGUES

SECRETARIO - TITULAR

SEGE (11.01.44)

Matrícula: ###147#4

Visualize o documento original em <https://sipac.ufopa.edu.br/documentos/> informando seu número: **51**, ano: **2024**, tipo: **RESOLUÇÃO**, data de emissão: **21/12/2024** e o código de verificação: **e7e8e0f2ce**